

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

V. 23 N. 1 2020



Retratos de Assentamentos

Volume 23, Número 1, 2020

Retratos de Assentamentos

Volume 23, Número 1, 2020

ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Arte de Capa: *Arte em Aquarela: Regina Carmona/ Thatiany Mariano*
Diagramação: *Thatiany Mariano*

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7252
Revista eletrônica: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>
E-mail: contato@retratosdeassentamentos.com

Retratos de Assentamentos

Volume 23, Número 1, 2020

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

EDITORES

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker,
Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL

Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde
Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Marcelo Aláριο Ennes, Maria
Aparecida Moraes Silva, Marilda Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio Pereira
Leite, Sérgio Sauer, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA/DIAGRAMAÇÃO/NORMATIZAÇÃO

Thatiany Mariano



Retratos de Assentamentos

E-ISSN 1516 8182

Volume 23, Número 1, 2020

<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e
Documentação Rural (Nupedor) – Araraquara – SP – Brasil, 1994
v.23, n.1, 2020. 315p.

ISSN 1516-8182

E-ISSN 2527- 2594



Nosso periódico - Retratos de Assentamento - surgiu paralelamente às políticas públicas de reforma agrária no período de redemocratização do país - daí o título sob o qual se consagrou.

O tema “assentamentos” era altamente relevante (como ainda é) dada a emergência de novos espaços e novos atores sociais no campo brasileiro - categorias sociais a exigir, continuamente, compreensão teórica e acompanhamento de seus desafios e dilemas.

Enquanto nos aprofundávamos nos estudos desse aspecto complexo do novo rural brasileiro, não podíamos deixar de lado o fato de que o rural da Reforma Agrária fazia parte da questão da terra no Brasil e fomos nos abrindo para novas abordagens, contemplando a questão agrária e a variedade de nossas ruralidades, inclusive a problemática dos povos tradicionais (e/ou originais).

Assim, nunca entendemos ou aceitamos que o conhecimento científico seja desligado dos problemas que afetam a humanidade e contribuem para devastar a natureza e desarticular culturas. Muito ao contrário, nosso periódico acolhe pesquisas que trazem denúncias. E também aquelas que anunciam a esperança.

Pois bem! O momento brasileiro é quase de desesperança: um governo de extrema-direita, associado a um vírus letal que facilita projetos genocidas; conquistas sociais das últimas décadas ameaçadas e o fascismo em alta...

Aproveitamos este momento para denunciar a mais perversa dessas ameaças. O extermínio dos povos indígenas, com o que se pretende liberar, para a burguesia internacional, as imensas riquezas da floresta amazônica. Diante disso, não podemos deixar de fazer coro com as vozes de Boaventura dos Santos, sociólogo português, e o antropólogo Lino João de Oliveira Neves da Universidade Federal da Amazônia, que denunciaram um verdadeiro genocídio nas terras indígenas do Vale do Jaguari, área reconhecida pelo Estado Brasileiro como de usufruto exclusivo de etnias indígenas que se isolaram voluntariamente em locais de difícil acesso (próximo à tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia) para escapar ao contato deletério com exploradores “brancos” que tanto fizeram sofrer seus antepassados.

O incrível é que esse isolamento foi quebrado pelos próprios funcionários do Ministério da Saúde que não respeitaram a quarentena e seus protocolos de atendimento às etnias. Os cientistas citados denunciaram o descaso do governo Bolsonaro em dramático artigo publicado em “Le Monde Diplomatique Brasil – ano 14 n° 157 – Agosto – 2020.

Segundo esses autores, com a grande concentração de populações indígenas, é nesse local que se registra o maior número de contaminados e o maior número de óbitos indígenas no Brasil. E declaram textualmente: “o presidente Jair Bolsonaro demonstra, não apenas resistência em adotar medidas de enfrentamento à pandemia, como também ineficiência e irresponsabilidade”.

Os Kanamari, primeiros indígenas a serem contaminados, estão lançando um documento pedindo socorro à sociedade, já que nem o governo e nem a FUNAI apresentaram qualquer ação emergencial para proteger as inúmeras etnias da maior área protegida dos chamados “povos isolados”.

É uma trágica ironia que, justamente aqueles grupos humanos que estariam livres do coronavírus, graças à prática espontânea da única forma de acabar com a COVID, segundo os maiores infectologistas, ou seja, o isolamento - sejam hoje os mais atingidos, à medida que caçadores e pescadores clandestinos percorrem os seus territórios e nada se faz para socorrê-los.

Este número de Retratos não contém nenhum texto específico sobre nossos irmãos indígenas, mas esse é o pano de fundo no qual se desenvolvem nossas ruralidades na atualidade. E nos sentimos na obrigação de denunciá-lo.

Por outro lado, os textos que acolhemos, são a prova de que nessas diferentes ruralidades, a luta pela terra de trabalho e o trabalho nas terras conquistadas continuam, apesar da indiferença e do desrespeito dos órgãos governamentais. Entre os personagens das áreas rurais que frequentam nossos Retratos, a tônica é a resistência: agroecologia, educação no campo, segurança alimentar, mulheres se empoderando são alguns desses temas.

Este volume de Retratos expressa a diversidade de temas que emergem das ricas e férteis possibilidades dos estudos rurais e da incansável ressignificação sobre o que representa a dinâmica dos espaços rurais na contemporaneidade. Os estudos aqui presentes vêm de diferentes áreas do conhecimento e possuem referenciais teórico-metodológicos igualmente diferentes, o que para nós só reforça o caráter interdisciplinar dos estudos rurais. Adentra-se na pós-modernidade, e o meio rural continua como um dos principais lócus de observação sobre as transformações sociais, analisadas sob diferentes recortes, dentre outros, sobre a família, as relações de gênero, a conservação ambiental, os movimentos sociais, o papel do Estado e os efeitos (ou a ausência) de políticas públicas sobre direitos fundamentais.

Para iniciar, dois artigos resgatam categorias clássicas da questão agrária, como as relações desiguais de propriedade, a modernização agrícola e manutenção da estrutura fundiária, a luta pela terra, o trabalho rural e a condição camponesa. Um deles, um estudo de doutorado em Educação que aplica tais categorias de análise a uma experiência concreta em um assentamento do tipo PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) em

São Carlos/SP. Para os autores, a ressignificação das práticas sociais das famílias, que vivenciam, no assentamento, a possibilidade de produzir de forma orgânica é marcada pelos constrangimentos estruturais típicos das experiências dos assentamentos. Fato este que dialoga com o artigo seguinte, fruto de uma tese em andamento no campo da Geografia, que propõe uma revisão teórica e do processo histórico da conformação da questão agrária e dos condicionantes estruturais que se fazem presentes no modo de vida rural.

Logo após, apresentam-se três artigos que compõem um bloco de estudos com recorte ambiental, porém com diferentes perspectivas. O primeiro deles, focado na gestão florestal, discute o potencial do uso sustentável da floresta em assentamentos no Pará. No entanto, para os autores, a falta de projetos de desenvolvimento focado em ações para a sustentabilidade faz com que o significado da reforma agrária seja algo similar a uma simples política de colonização. Neste e no artigo seguinte, discute-se que as possibilidades de conservação ambiental e de projetos de desenvolvimento sustentável são sempre latentes nos assentamentos, apesar da falta de políticas públicas com este foco e/ou de suas efetividades e continuidades. O artigo desenvolvido com base em pesquisa empírica no assentamento Margarida Alves, na Amazônia brasileira, mostra como o cotidiano de famílias assentadas leva a um aumento da diversidade genética, legitimando o discurso sobre ecologia humana presente no interior dos movimentos sociais. Fechando o bloco, um artigo discute a partir de mapas georreferenciados como os assentamentos na região de Andradina/SP contribuem para a manutenção das áreas de Reserva Legal, bem como aponta os desafios, conflitos e pressões que se apresentam na manutenção dessas áreas.

Como não poderia deixar de ser, os efeitos das políticas públicas sobre o meio rural continuam como um objeto de pesquisa privilegiado e este tema compõe um bloco de artigos que vai da avaliação do Pronaf, da ATER e do PNATER à Educação do Campo. Em todas as políticas públicas analisadas, objetos dos artigos, sobressaem falhas de execução que fazem com que seus objetivos não venham tendo a efetividade esperada. Interessante destacar as diferentes perspectivas metodológicas dos estudos. No primeiro caso, a partir de uma pesquisa do tipo survey, avalia-se sobretudo a satisfação das famílias assentadas com o objeto de financiamento, porém destaca-se o afastamento dos técnicos de ATER dos projetos. O segundo artigo deste bloco também identifica que um dos principais desafios da efetivação do PNAE na região do Cariri cearense é a falta de articulação e envolvimento das instituições responsáveis por prestar assistência técnica e extensão rural às famílias assentadas e, também, a falta de infraestrutura dos municípios. Ambas as políticas públicas têm potencial, mas o progressivo esvaziamento da ATER pode estar na base da precarização de outros programas e políticas que poderiam contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar e das regiões estudadas. Já o estudo sobre a Educação do Campo leva em conta que dentre os vários avanços e denominações para as escolas do campo, a burocracia exigida das unidades escolares pode levar a uma tendência de inserção em políticas educacionais urbanas, as quais erroneamente, insistem em impor

ao campo uma visão urbanocêntrica.

Dois artigos retratam experiências e percepções de mulheres assentadas a partir de estudos de caso realizados em diferentes regiões. Retomando um referencial já consagrado em torno da invisibilidade do trabalho da mulher rural e diante do desafio de dar voz e sentido às práticas sociais de mulheres na agricultura familiar, os artigos se utilizam de categorias como a agroecologia e a segurança alimentar. Nada mais apropriado para se explicitar a participação ativa das mulheres em atividades agropecuárias e suas preocupações com relação ao alimento e à alimentação. Textos que embasam, inclusive, perspectivas e estratégias de desenvolvimento rural que trazem as mulheres como agentes centrais. Por fim, fechando a edição, um estudo comparativo entre cooperativas agrícolas no estado de Goiás, que busca compreender como novas relações de trabalho se conformam neste tipo de organização. Para os autores, as cooperativas permitem novos arranjos institucionais que fortalecem aspectos de sua formação e estruturação. Certamente, a constituição de organizações como as cooperativas é um dos grandes caminhos para a solidificação de experiências de desenvolvimento rural em seus aspectos políticos e econômicos.

A edição de mais esse número do Retratos representa, para nós, a importância da resistência permear a produção científica e a afirmação de ser este periódico a expressão de uma luta que se apoia na ciência para semear e cultivar frutos de uma sustentabilidade ética, ambiental, promotora de direitos e de alicerces para construção da cidadania. Uma ciência que se alia a resiliência nestes tempos de crise.

Que este número aguce nossa crítica, mas igualmente permita a irradiação da esperança de um futuro melhor.

Os editores.



Terra, trabalho e dinheiro: dilemas e tensões da condição camponesa no assentamento santa helena

Diogo Marques Tafuri¹

Luiz Gonçalves Junior²

RESUMO: Neste artigo discutiremos o fenômeno da luta pela terra como meio de vida e condição camponesa no Brasil, constituindo-se enquanto prática social geradora de processos educativos que conformam formas de ser e de agir ao mundo dos sujeitos assentados, instituindo experiências de vida individuais e coletivas condicionadas por tal realidade. Nosso foco de investigação voltou-se para a compreensão das tensões vivenciadas nos últimos anos desta década pelos/as agricultores/as orgânicos/as do Assentamento “Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena”, implantado em 2005 no município da São Carlos/SP. Por meio da análise fenomenológica dos dados coletados em campo, discutimos aspectos relacionados às formas de trabalho engendradas no assentamento, às relações comerciais e financeiras estabelecidas pelos agricultores/as em seu cotidiano de vida e à forma com que significam o manejo orgânico da terra. Argumentamos que tais experiências educativas se expressam e são marcadas presentemente pelo processo continuado de recriação de constrangimentos sociais que em parte caracteriza a realidade dos assentamentos rurais contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Processos Educativos. Luta pela Terra. Assentamentos Rurais. Questão Agrária.

LAND, WORK AND MONEY: DILEMMS AND TENSIONS OF THE PEASANT CONDITION IN THE SETTLEMENT SANTA HELENA

ABSTRACT: In this paper we will discuss the phenomenon of the struggle for land as a way of life and a peasant condition in Brazil. It constitute itself as a social practice that generates educational processes that promote ways of being and acting in the world of the farmers, instituting individual and collective experiences conditioned by this reality. Our research focus turned to understanding the tensions experienced in the last years of this decade by organic farmers from the Santa Helena settlement, a Sustainable Development Project, implemented in 2005 in the city of São Carlos / SP. Through phenomenological analysis of the data collected in the field, we discussed aspects related to the forms of work generated in the settlement, the commercial and financial relations established by farmers in their daily lives and the way in which each other means the organic management of the land. We argue that such educational experiences are expressed and registered by the continued process of recreating social constraints that partly characterizes the reality of contemporary rural settlements.

KEYWORDS: Educational Processes. Struggle for Land. Rural Settlements. Agrarian Issue.

¹Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2007), Mestre (2014) e Doutor (2019) em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Integra o quadro de sócios da Cooperativa de Trabalho e Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente (AMATER). E-mail: diogotafuri@gmail.com

²Professor Titular do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da Universidade Federal de São Carlos (DEFMH/UFSCar). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar. E-mail: luizgjr@feb.unesp.br

INTRODUÇÃO

Buscamos neste artigo discutir o fenômeno da luta pela terra como meio de vida e condição camponesa no Brasil, constituindo-se enquanto prática social geradora de processos educativos que conformam formas de ser e de agir ao mundo das pessoas que nela estão envolvidas (OLIVEIRA et al, 2014), instituindo experiências de vida individuais e coletivas que, para os sujeitos assentados, se expressam presentemente no seio do processo perene de recriação de constrangimentos sociais que em parte caracteriza a realidade dos assentamentos rurais contemporâneos. Nosso foco de investigação voltou-se para a compreensão da realidade de lutas e de tensões vivenciadas nos últimos anos desta década por agricultores/as de um assentamento rural de São Carlos, interior do estado de São Paulo: o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)¹ Santa Helena, implantado neste município em 2005 sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual viabilizou a cessão de uso de lotes com aproximadamente 5,4 hectares às 14 famílias que ali se encontraram acampadas tendo em vista a conquista da terra.

O Assentamento Santa Helena está inserido em uma mesma conjuntura agrária característica da região central do estado de São Paulo, marcada pela alta concentração da propriedade fundiária e pela predominância da monocultura de commodities agrícolas com grande aporte tecnológico (especialmente no complexo agroindustrial sucroalcooleiro). Dentro de tal contexto, o PDS Santa Helena, assim como outros assentamentos rurais paulistas, convivem habitualmente com as pressões exercidas por setores sociais críticos da política de cessão de terras via constituição de assentamentos rurais, especialmente no que tange à eficiência econômico-financeira de tais agrupamentos e seu papel na promoção do desenvolvimento econômico da região (FERRANTE; BARONE; DUVAL, 2012). De forma específica, limitamos nossa pesquisa à associação de 08 famílias assentadas vinculadas à Organização de Controle Social (OCS)² criada no assentamento em 2013, a partir do Programa de Certificação de Agricultura Orgânica realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizado Rural de São Paulo (SENAR/SP), em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Com este

¹Os assentamentos rurais da categoria PDS destinam-se, de acordo com as normativas do INCRA, ao manejo sustentável e a preservação de reservas de matas primárias por populações que repousam seu sustento no extrativismo e em atividades de baixo impacto ambiental, tais como o comércio de mudas florestais, cascas medicinais, sementes, artesanato, resina, cipó, entre outros. De acordo com Arruda (2017): “A Portaria INCRA n. 477 de 1999, que deu origem aos PDSs, veio responder à reivindicação dos movimentos sociais da região amazônica e buscou compatibilizar o desenvolvimento de atividades produtivas à conservação de recursos naturais, orientar a ocupação das áreas dos PDSs tendo em vista a sustentabilidade das atividades produtivas e até mesmo a recomposição do potencial dos recursos naturais originais” (p. 28).

²Forma participativa de certificação da qualidade orgânica da produção agrícola, formalizada pela Lei nº 10.831/2003, e regulamentada pelo Decreto nº 6323/2007, Instrução Normativa nº 46/2011, que estabelece o regulamento técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as Listas de Substâncias Permitidas.

grupo de produtores/as rurais temos realizado, desde 2015, trabalho de assessoria técnica para comercialização coletiva de seus produtos agrícolas orgânicos, inicialmente por meio de projeto de extensão executado pelo Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/ UFSCar), e depois como membro da Cooperativa de Trabalho e Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente (AMATER).

Entre os meses de junho e julho de 2017, após dois anos de convívio com os/as agricultores/as e de aproximação gradativa com a realidade do assentamento, realizamos entrevistas individuais semiestruturadas com uma pessoa de cada propriedade familiar de produção orgânica do assentamento, por meio das quais dialogamos acerca das distintas trajetórias de luta pela terra experienciadas por eles/as ao longo de suas vidas, assim como sobre as condições em que vinha se realizando o trabalho agrícola no assentamento. Para análise das descrições obtidas acerca do referido tema, bem como sua posterior formulação na forma de compreensões significativas sobre a estrutura do fenômeno estudado, percorremos dois momentos distintos e conjugados da análise fenomenológica, o ideográfico e o nomotético, realizando o reagrupamento de constitutivos relevantes do fenômeno interpretado a partir da depuração, proporcionada pelas leituras das entrevistas, de categorias gerais relevantes. Tal exercício foi realizado por meio do levantamento e interpretação das unidades de significado identificadas nas descrições de campo (análise ideográfica) e do reconhecimento de seus aspectos convergentes e divergentes (análise nomotética), possibilitando o desvelamento de uma perspectiva do fenômeno³ (GARNICA, 1997; MARTINS; BICUDO, 1989).

Tomando o caráter histórico da existência de homens e mulheres como condição inata à natureza humana, é no seio do estudo do processo de elaboração do mundo cultural, entendido como totalidade que abarca as relações complexas de constituição mútua entre o **processo social de produção material** e o **processo social de produção simbólica**, que buscamos compreender as práticas sociais empreendidas pelos colaboradores/as desta investigação enquanto fenômeno que institui uma educação propriamente camponesa. Na esteira de Carlos Rodrigues Brandão (2002):

³Segundo Garnica: “Na análise Ideográfica, o pesquisador procura por unidades de significado, o que faz após várias leituras de cada uma das descrições (...) Articulando as compreensões que resultaram dessa seleção das unidades de significado e das próprias unidades, o pesquisador trata de agrupá-las em categorias mediante reduções (...) A análise nomotética é feita com base na análise das divergências e convergências expressas pelas unidades de significado, estando vinculada, ainda, a interpretações que o pesquisador faz para obter cada uma dessas convergências ou divergências. Disso, novos grupos são formados e, num processo contínuo de convergências e interpretações, sempre explicitadas, novas categorias abertas, mais gerais, vão-se formando. As generalidades resultantes dessa análise iluminam uma perspectiva do fenômeno, dado seu caráter perspectival” (GARNICA, 1997, pp. 116-117).

[...] tudo o que se passa no âmbito daquilo a que nos acostumamos a dar o nome de educação, acontece também dentro de um âmbito mais abrangente de processos sociais de interações chamado cultura [...] A educação é, também, uma dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos e produtos, de poderes e de sentido, de regras e de alternativas de transgressão de regras, de formação de pessoas como sujeitos de ação e de identidade e de crises de identificados, de invenção, de reiteração de palavras, valores, ideias e de imaginários com que nos ensinamos e aprendemos a sermos quem somos e a sabermos viver com a maior e mais autêntica liberdade pessoal possível os gestos de reciprocidade social que a vida social nos obriga (p. 25).

Se, por um lado, “[...] às intenções do sujeito que age na história o mais das vezes não correspondem os resultados originalmente visados porque esse sujeito, embora agente, nunca é senhor da situação em que age”, de forma recíproca, “esse mesmo sujeito pode, através da liberdade possível, resistir às pressões objetivas ou transformá-las a partir da sua subjetividade singular” (LEOPOLDO; SILVA, 2008: 161). É em vista deste equilíbrio instável existente entre as dimensões subjetiva, objetiva e intersubjetiva da existência humana que afirmamos ser a condição camponesa constituída pela experiência educativa vivenciada pelos/as agricultores e agricultoras na relação estabelecida com a terra de trabalho ao longo de suas distintas trajetórias de vida, sendo historicamente condicionada pelas formas concretas de apropriação e distribuição com que se objetiva a estrutura fundiária no Brasil e, deste modo, também pelo modo de manifestação das relações de trabalho em cada contexto espaço-temporal específico, marcado de forma comum pela concentração da propriedade de terras e pela superexploração da mão-de-obra rural e urbana.

O texto está organizado em seis partes distintas: além desta introdução (I), apresentaremos sucintamente as condições iniciais de implantação do Assentamento PDS Santa Helena vivenciadas pelos agricultores/as recém-assentados, findado o processo de conquista da posse da terra (II); em seguida, passaremos para apresentação das categorias resultantes da análise dos dados de campo, em que discutiremos aspectos relacionados às formas de trabalho engendradas no assentamento (III), às relações financeiras e comerciais estabelecidas pelos agricultores/as em seu cotidiano de vida (IV) e à forma com que significam o manejo orgânico da terra (V); por fim, ressaltaremos elementos relevantes para a compreensão do fenômeno da luta pela terra enquanto meio de vida, prática social geradora de processos educativos que constitui a condição camponesa presente em assentamentos rurais contemporâneos, a qual é marcada pelo processo continuado de

recriação de constrangimentos sociais (VI).

“TODO COMEÇO É DIFÍCIL”: CONQUISTA-SE A TERRA, PERMANECE A LUTA”

Ao anseio de plantar e produzir o alimento concebido pelos/as agricultores e agricultoras que lograram se estabelecer no Assentamento Santa Helena (o qual fora permeado de grande expectativa e esperança em função da motivação gerada pelo fim do desgastante e violento processo de conquista da posse da terra e também pelo início do gradeamento e preparação do solo financiado pelo INCRA⁴), contrapuseram-se uma série carências de básicas de infraestrutura e moradia indispensáveis para a formação de cada lote familiar, bem como dificuldades relacionadas à ausência imediata de renda financeira e à necessidade indispensável de constituição de canais de comercialização para escoamento dos primeiros resultados colhidos com o plantio realizado:

Ah, foi dificultoso. Todo começo é difícil. Porque faltava quase tudo. Falta moradia, era barraco. Falta água, era bem pouco. Praticamente um lugar que não tem moradia e não tem água. Dá pra você imaginar que é difícil. Você com criança pequena. Todas as crianças praticamente bebês ainda. Era difícil. Porque não se tinha renda nenhuma, não tínhamos renda de lado nenhum. Tinha que sair pra trabalhar nas chácaras do lado, tinha que fazer um bico aqui, outro ali. Ir pra cidade, fazer bico. [...] Tinha dia que dava vontade de abandonar tudo e ir embora de novo. Como a gente tinha aquela fé de que a gente gosta, daquela coisa que a gente gosta mesmo de mexer. Como a gente gosta, deu pra aguentar. Falei: “Vamos ficar”. Fomos fazendo nossa casinha, e foi melhorando, foi melhorando. Cada vez uma melhorada mais. Demorou um pouco. Melhorando assim, fomos saindo das dificuldades mais bravas. Mas não melhorou 100%. Melhorou 15 a 20%. É coisa que com o tempo. Se comparar com hoje, graças a Deus estamos com as casas quase todas prontas. Já acessamos o PRONAF. Estamos com nossas vendas garantidas. Graças a Deus, estamos bem. Mas, teve um começo que não foi fácil não. Foi problemático mesmo (Informação Verbal – Entrevista II)⁵.

⁴Entre os auxílios de ordem prática, financeira e burocrática proporcionados pelo INCRA aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária instalados no Assentamento Santa Helena, incluíram-se neste momento a preparação do solo exaurido pelo monocultivo da cana-de-açúcar ao longo dos anos (gradeamento, aplicação de calcário, etc.), a medição oficial dos lotes concedidos aos agricultores/as e seu cadastro no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), condição essencial para o acesso aos benefícios disponíveis aos assentados, a obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de produtor rural e da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como a disponibilização das linhas de crédito (a fundo perdido ou não) propiciadas ou mediadas pelo INCRA, especialmente por meio das diversas modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Crédito Instalação.

⁵Entrevista concedida por Oliveira, José Maria de Souza. Entrevista II [jul. 2017]. Entrevistador: D. M. T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (72 min.)

Sempre nós queríamos fazer horta, mas não tinha água suficiente pra fazer horta. E ele [*seu marido*] não deixava ninguém fazer. Ficava bravo. Não deixava o povo fazer horta aqui. [...] Porque se o poço queimasse iam ter que fazer outro. Ele dizia que se fizesse horta muito grande, a bomba do poço não ia vencer e não ia ter dinheiro pra consertar. E foi o que aconteceu, a bomba queimou aqui. Ai eu mais Tereza juntamos e fomos atrás de um vereador que deu o dinheiro pra consertar, que deu outra bomba. Só o Donizete e a Terezinha que fazia porque a água deles era da represa lá, só eles trabalhavam com horta. Os outros aqui pra cima, ninguém. Todo mundo concordava. Eles eram contra nós fazermos horta ali. Até hoje tem quem é contra. Ele não deixou de jeito nenhum. Ele falava: “Vocês vão ver, vocês vão ficar sem água” (Informação Verbal – Entrevista IV)⁶.

A diferença da condição socioeconômica existente entre as famílias assentadas no momento da formação dos lotes agrícolas marcou, de modo geral, a maneira com que cada uma delas se relacionou e significou o período inicial de constituição do Assentamento Santa Helena, especialmente no que tange a maior ou menor dependência em relação aos recursos disponibilizados pelo INCRA para a construção das moradias, para o provimento da infraestrutura básica e para o investimento produtivo, o que se traduziu inversamente no maior ou menor tempo decorrido para que cada uma dessas necessidades fosse suprida nos 14 lotes ali distribuídos. A estabilidade do recebimento de benefícios sociais tais como aposentadoria e a pensão, ou mesmo a utilização de recursos auferidos durante o período de vida anterior, permitiram a algumas famílias atravessarem este tempo de consolidação do assentamento de forma menos precária, podendo realizar investimentos que estavam além daqueles oferecidos pelo INCRA ou que demoravam mais do que a premência das necessidades familiares permitia.

Ademais, durante o período de realização de entrevistas com os/as produtores/as orgânicos/as do assentamento, no inverno de 2017, a insuficiência dos recursos hídricos coletivos disponíveis aos agricultores/as ainda se constituía em entrave para promoção da horticultura no assentamento, especificamente para aqueles que não tiveram condições financeiras de realizar investimento para instalação de poços particulares, instituindo para estes um difícil conflito de escolha entre a utilização da água para realização do plantio ou para o consumo humano. Entre a ausência das condições adequadas e a impossibilidade de realização plena da atividade agrícola, as safras e colheitas viabilizadas durante os dez primeiros anos de assentamento serviram, fundamentalmente, para o autoconsumo e suprimento

⁶Entrevista concedida por Silva, Maria de Lourdes Carvalho. Entrevista IV [jun. 2017]. Entrevistador: D. M. T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (115 min.)

parcial das necessidades básicas das famílias aliado a um pequeno comércio de excedente, dada que a estruturação de canais de comercialização mais estáveis e de maior vigor para escoamento da produção, além de necessitar de um tempo estendido para que pudessem ser prospectados e viabilizados, encontrava-se por seu turno limitada exatamente pela instabilidade das condições de produção disponíveis aos assentados, ainda que isso tenha se manifestado de forma desigual entre os lotes familiares.

Deste modo, em um primeiro e longo momento, instaurou-se para alguns/mas agricultores/as outro conflito de escolha entre a dedicação exclusiva do trabalho familiar para a formação da lavoura e reprodução do lote agrícola, e a evasão de mão de obra visando a geração de renda no curto prazo. Conforme veremos a seguir, dada a própria natureza do trabalho da roça, incessante e desgastante, a perda da capacidade de trabalho de um ou mais membros da família pode ser decisivo na viabilidade ou não da consolidação dos assentamentos rurais como *lócus* de vida, produção e trabalho para homens e mulheres do campo.

“AQUI É UM TRABALHO FAMILIAR”

“Nos dias de hoje a gente até agradece porque tem bastante. O que nós precisamos são de pessoas dispostas para estar na terra, pra trabalhar. Falta esse alguém com força e disposição pra trabalhar” (Informação Verbal – Entrevista VI)⁷. “*Aqui é um trabalho familiar*. Temos que fazer de um jeito que nós damos conta. Tem que ser assim, pra eu e ele dar conta do recado. Trabalhamos bastante. Trabalhamos dobrado, mas estamos dando conta” (Informação Verbal – Entrevista VII)⁸. As compreensões propostas acima acerca da forma com que se dá trabalho familiar nos lotes agrícolas do Assentamento Santa Helena constituem-se um ponto de partida significativo para introduzirmos as tensões que a construção da categoria “*aqui é um trabalho familiar*” pretende problematizar: a maneira como os/as agricultores/as assentados/as se educam no contexto da dura e incessante (e também prazerosa, preocupante, corrida) rotina de trabalho oriunda das atividades agropecuárias desenvolvidas em seus respectivos lotes, da qual decorre a realização de arranjos possíveis da mão de obra familiar em relação ao cumprimento das atribuições necessárias para a realização e venda do plantio visando a geração de renda (atividades nem sempre coincidentes), bem como o modo como é pensada e realizada a incorporação de mão de obra externa para atendimento das demandas de trabalho não atendidas pela própria família.

⁷Entrevista concedida por Duque, Sebastião da Frota. Entrevista VI [jul. 2017]. Entrevistador: D. M. T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (112 min.)

⁸Entrevista concedida por Silva, Maria Aparecida Rosa. Entrevista VII [jul. 2017]. Entrevistador: D. M. T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (70 min.)

Como estou começando, essa parte de não ter condições de pagar alguém pra ajudar. Minha filha acorda 5h30 pra ir pra escola. Meu dia já começa. Já levanto, já dou umas coisinhas pra criação, ajeito tudo e já saio pra horta. Mais ou menos umas 6h, as vezes as 7h30 ou 8h ainda estou na horta ainda. Então é corrido. É muito corrido. Espero que daqui uns dias consiga colocar um companheiro pra ajudar, pra dar uma normalizada. É corrido. Pra dar conta. Horta, você sabe. Tem serviço demais. Tem que colher todo dia, plantar, carpir. É direto. Todo dia tem que mexer. Não é igual as plantações que a gente mexia, que cuidava ali, dois três meses depois voltava pra mexer, dava outra carpa. A plantação que a gente fazia era plantação demorada de produzir, de 4 a 6 meses pra produzir. Milho, arroz, feijão, café. Você ia lá mexia e voltava só depois. A horta não, a horta tem serviço todos os dias. Todo dia tem serviço pra fazer o mesmo serviço: planta, colhe, carpe. A horta é serviço que não acaba mais. O serviço da horta não é fácil não. Agora que as crianças entram em férias, as crianças, a filha mais velha, dá uma mão. A mulher esta aí pra ajudar e dá pra dar uma descansada. [...] Você tem que fazer tudo. Tem que trabalhar aqui dentro. Tem que sair pra vender. Separar os produtos tudinho. Sair pra fazer as entregas. Sair pra feira. Sair atrás de insumos. Tem que reparar ele, pra depois levar para os canteiros. Tem gente que chega e pergunta se eu trabalho sozinho na horta, eu falo que trabalho sozinho, chega a olhar desconfiado. Eu falo. A horta é até boa aqui. Não acreditam. Eu trabalho dia e noite aqui. Até quase metade da noite. Eu tenho esperança de ter uma renda melhor pra por alguém pra ajudar. Mas a gente que gosta mesmo de estar aqui, foi criado e nasceu, sabe que o serviço da roça é pesado mesmo. Tem que resistir (Informação Verbal – Entrevista II).

Aos olhos daqueles/as que não possuem uma trajetória de vida ligada à terra e ao hábito do trabalho agrícola, o dia-a-dia corrido e atribulado inerente à própria forma multifacetada com que se dá atualmente a reprodução da vida em uma pequena propriedade rural de cunho familiar parece demasiadamente pesado e penoso de se sustentar ao longo dos dias. Objetivamente, esta rotina de trabalho envolve uma dedicação habitual que quase sempre antecede o crepúsculo matutino e ultrapassa o ocaso solar, período em que são realizadas de forma entrelaçada atividades de caráter produtivo, comercial e doméstico necessárias à reprodução da vida e do manejo da terra nos lotes, engendrando uma variedade complexa de arranjos em relação à atribuição de responsabilidade entre os membros da família para o cumprimento dos diversos afazeres diários.

Um primeiro aspecto que nos parece relevante destacar refere-se à centralidade que a horticultura adquiriu no sistema de produção do Assentamento Santa Hele-

na, dado que os curtos ciclos produtivos de algumas hortaliças permitem, por um lado, que uma parte do que é produzido tenha uma rápida capacidade de reversão monetária. Por outro lado, tal escolha pode se apresentar de maneira controversa, considerando que os dois principais obstáculos que se ergueram aos assentados ao que se refere à possibilidade de desenvolvimento e consolidação de um sistema produtivo perene, a saber, a falta de água para irrigação e a insuficiência da mão de obra familiar para suprimento das atividades de trabalho nos lotes, são condições fundamentais para a viabilidade da implantação da horticultura em escala comercial, dada a maior necessidade de água e de manejo requerida diariamente pelo trato das hortaliças. Entretanto, o reconhecimento das limitações e da dureza do trabalho parece vir acompanhado dos aprendizados proporcionados pela experiência passada de luta, os quais expõem aos próprios sujeitos o imperativo da firmeza da intenção em permanecer na terra, permitindo a manifestação de práticas de resistência frente os obstáculos que se apresentam diariamente no caminho.

Em relação à reconhecida insuficiência do trabalho dos membros da família, ao trabalho dobrado dispendido por agricultores e agricultoras para dar conta daquilo que se coloca como intencionalidade primordial de suas práticas sociais (a luta para viver da terra), as formas de participação das mulheres e dos/as filhos/as no cotidiano de roça parecem ter um papel fundamental para a compreensão de algumas das características do trabalho familiar realizado no Assentamento Santa Helena. Neste âmbito, entre os critérios adotados para divisão de tarefas no lote, ainda aparece de forma destacada nos dias atuais a insistente divisão sexual do trabalho que caracteriza a diferenciação das atribuições imputadas como obrigações masculina e feminina:

Eu gosto da roça. Se eu pudesse, não fazia nada dentro de casa. É a horta. Quando as meninas chegam aqui, limpa a casa, faz comida, lava roupa. Minha menina vem, quando está de férias. Eu falo pra eles: “Se eu pudesse ficava trabalhando só lá na roça” [...]. Quando chove, tudo, eu gosto de estar no meio do barro, mexendo. Meu forte é roça (Informação Verbal – Entrevista I)⁹.

A divisão sexual do trabalho instituída por cada família em seus respectivos lotes caracteriza-se, conforme pudemos perceber nas falas femininas, pelo acúmulo de funções de natureza distintas desempenhadas pelas mulheres no cotidiano de reprodução da vida no assentamento, tais como o cuidado com filhos e filhas, o preparo do alimento, a limpeza da casa, a lavagem de roupa, aliados a realização

de parte do serviço da roça dividido com seus maridos e, em parte, com os/as filhos/as. Em alguns casos, esta participação feminina no trabalho agrícola se restringe a algumas funções específicas que dele decorrem, tais como o beneficiamento de alimentos, a colheita, limpeza e preparação das hortaliças para realização das vendas, ou a própria atividade de comercialização em feiras livres.

Em outras situações, em especial àquelas para as quais o gosto pelo trabalho se expressa fundamentalmente quando estão realizando o serviço da roça, as mulheres também compartilham com seus companheiros a responsabilidade pela realização direta do manejo da terra para o plantio, ainda que tal partilha envolva uma divisão sexual entre serviços mais ou menos exigentes, sendo os trabalhos mais pesados atribuídos aos homens. Além do gosto pelo desempenho do trabalho agrícola e da obrigação dos afazeres domésticos, a definição acerca da participação feminina no arranjo familiar do trabalho ainda envolve a forma com que se concretizam as estratégias conjuntas pensadas em relação a capacidade de suprimento das atividades produtivas e reprodutivas do lote, podendo a contratação de mão de obra externa ser realizada, a depender da aptidão, do gosto e da necessidade de participação das mulheres em relação aos serviços da roça, para consecução dos serviços domésticos que no dia-a-dia acabam ficando para trás (ao invés do trabalho agrícola propriamente dito).

A medida da participação laboral dos/as filhos e filhas dos/as assentados/as que residem no assentamento e até mesmo fora dele também é diversa, dependendo se eles/as se encontram em idade escolar ou adulta, se intencionam ou não tocar o trabalho agrícola com os pais, ou se sua colaboração para reprodução familiar se dá por meio da obtenção de um trabalho externo que propiciará a obtenção de receita financeira própria e diminuirá, deste modo, a pressão sobre o custo de vida da família. No caso de se tratarem de filhos/as adultos/as que pretendem realizar o trabalho de plantio, a possibilidade de uma divisão mais equilibrada em relação à divisão e cumprimento de tarefas no lote é contraposta pela ampliação da necessidade de receita financeira a ser obtida por meio da comercialização dos produtos gerados no campo, dada a expectativa dos/as mais jovens em também gerar renda a partir do trabalho na terra. De qualquer forma, seja com auxílio nos serviços gerais e agrícolas do lote, seja com os salários obtidos em trabalhos diversos na cidade, o trabalho dos/as mais jovens no Assentamento Santa Helena constitui-se como elemento constitutivo da dinâmica de reprodução da vida familiar.

No caso específico de uma das mulheres assentada, que vive sozinha com sua neta em seu lote após a separação conjugal com o marido, a relação entre o acúmulo de funções, a insuficiência da mão de obra agrícola e a necessidade de geração de renda para sobrevivência da família constitui uma situação ainda mais prob-

⁹Entrevista concedida por Ribeiro, Lindamira Aparecida Teodoro. Entrevista I [jun. 2017]. Entrevistador: D. M. T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (65 min.)

lemática e contraditória, dados os inúmeros conflitos de escolha que se colocam diariamente em seu horizonte de ações possíveis. Neste jogo entre necessidade/suprimento de mão de obra para o trabalho da roça e as estratégias de obtenção dos recursos financeiros mínimos para compra de itens de consumo, a baixa capacidade de provisão do trabalho desta assentada condicionada por sua condição de avó solteira vivente em um assentamento rural, aliada à necessidade que a impossibilidade de gerar receita por meio do produto do seu trabalho na roça suscita em relação à alienação de sua capacidade de trabalho, se conjuga com o indispensável suprimento da carência de mão de obra existente nos outros lotes do assentamento que possuem, esporadicamente, condições de contratar trabalhadores diaristas.

Neste caso, quem tem menor capacidade de trabalho se vê induzido a vender sua mão de obra para seus pares do próprio assentamento, satisfazendo precariamente uma e outra necessidade, visto que a renda gerada neste trâmite é insuficiente para que contratação mão de obra complementar no lote. Este “cobertor curto” utilizado como estratégia de sobrevivência pelos/as assentados/as revela, de modo dramático, a extrema dificuldade vivenciada pelos/as agricultores/as, muitas vezes em idade já avançada na vida e com problemas significativos de saúde, em fazer coincidir o trabalho na roça com o trabalho do sustento pleno pretendido. Assim, em relação a este aspecto, cada uma das famílias vai desenvolvendo seus próprios modos de lidar com tal questão e, de forma isolada, aprendendo a construir alternativas individualizadas que possam permitir gradativamente melhores condições de trabalho e de vida em seus lotes, a partir das situações e obstáculos que se apresentam cotidianamente na dinâmica de reprodução da vida no campo:

Eu prefiro arrumar alguém pra trabalhar nas diárias. Assim eu falo: “Você vai trabalhar pra mim a semana ou quinze dias”. Aí eu sei que tenho o dinheiro pra pagar a pessoa. Porque mensal é mais difícil. Porque tem meses que você vende bem, tem meses que não. Por isso eu prefiro chamar de diarista, porque se tem o dinheiro pra três dias, eu pago, não tem eu chamo depois. Uma parceria seria legal, mas no início. No início, eu procurei parceria. Mas agora que já fiz mais da metade do trabalho, não vale a pena. Acho que no início ninguém acreditava. Quando eu falava que mexia com orgânico, a pessoa ficava desconfiada. Eu falava que era tudo natural, a pessoa ir embora e falava que voltava depois. Eu não vou falar que é uma pessoa ruim, porque eu também não acreditei. Tem que experimentar pra ver. Mas o mais difícil nós já passamos. No começo tinha bem pouca água, num tinha dinheiro pra comprar semente e tudo. No começo já procurei uma pessoa. Mas agora que já estamos bem, mais estabilizado, eu não tenho interesse mais nessa parceria. Agora que graças a Deus estamos muito

bem, essa fase já passou (Informação Verbal – Entrevista II).

A fala destacada revela outros aspectos relacionados ao trabalho agrícola realizado no Assentamento Santa Helena. Primeiro, acerca da intenção comum entre os/as agricultores/as de buscar dar conta do trabalho da roça, ao máximo possível, no âmbito da própria família, acessando formas complementares de suprimento de mão de obra apenas e na medida da necessidade colocada em cada situação particular. Assim, para alguns/mas agricultores/as, vencido o período de formação do lote e das áreas de plantio, em que a escassez de recursos humanos, financeiros e hídricos tornava indispensável a busca por soluções estratégicas para o seguimento do trabalho (técnicas de plantio que minimizassem o manejo da terra, tentativa de viabilização de parcerias, etc.), iniciou-se um período em que a contratação e o aporte de mão de obra externa pôde ser pensada de forma pontual e esporádica, seja pela insegurança em relação ao retorno financeiro das atividades produtivas desempenhadas, cuja intermitência inviabilizaria a contratação de trabalho permanente, seja pela indisposição de agregar trabalhadores/as não habituados/as ao manejo da terra ou ao modo particular como cada família o realiza.

Por sua vez, toda a dedicação realizada objetivamente em relação ao trabalho no campo e suas formas específicas de concretização vai construindo, em cada agricultor e agricultora, percepções subjetivas diversas que refletem a maneira como significam suas distintas experiências laborais, passadas e presentes, e que vão engendrando o sentido e a intencionalidade de suas práticas sociais relacionadas à possibilidade de vida na terra:

Nossa, eu amo! Sempre eu fiz isso e sempre pensei isso aí. Sempre eu quis isso. Em todo lugar onde morei, sempre quis a mesma coisa. Desde o tempo que eles eram pequenininhos. Conseguia a charrete, a carroça primeiro. Nós levantávamos, colhíamos as coisas que tinha pra levar pra cidade. Em todos os lugares que moramos, sempre foi trabalho assim (Informação Verbal – Entrevista I).

Se fosse pra eu ficar aqui, eu saio no pensamento de que tô saindo e tem um mato pra tirar, tem coisa pra fazer. Eu tô lá e o pensamento está aqui. Lá eu não me sinto bem porque o pensamento está aqui. Minha esposa fala: “Você sai pra cidade já todo apavorado pra voltar”. Eu falo: “Quero voltar porque lá está precisando de mim. Porque sem eu, está tudo parado lá”. Se a gente estivesse alguém pra ajudar, pelo menos pra olhar, poderia ser que ficaria mais tranquilo na cidade. É corrido e preocupante a vida do produtor (Informação Verbal – Entrevista II).

Mas é melhor que trabalhar para os outros. Eu vou falar pra você: eu criei nove filhos. Nove. Não é fácil. Eu já sofri muito. Você criar nove filhos, naquela Bahia, não é fácil não. Eu já vim molecote pra cá. Não é fácil não. Tem que ser homem. Tem que ser homem. Eu vou falar a verdade. Eu chegava sexta, ficava sábado, domingo. E sumia no mundo. Dormia no mato, no barraco. Nós só se via de fim de semana, em quinze dias, ou trinta dias. Eu criei, oito, nove. Eu já estou na hora de parar. Eu comecei a trabalhar desse tamanho (Informação Verbal – Entrevista VIII)¹⁰.

Para além dos aspectos relacionados à reprodução material da vida familiar problematizados anteriormente, a possibilidade de realização de um trabalho de cunho familiar permite a manifestação de processos educativos relacionados à valorização do trabalho empreendido na terra, na medida em que se manifesta o gosto e o prazer que sua realização permite expressar. Neste caso, ao contrário do que possa aparentar, a atribulada e corrida rotina de serviços realizados na roça traz sentimentos de tranquilidade e de sossego, por um lado, mas também de responsabilidade e comprometimento com os acordos e compromissos assumidos, relacionados à comercialização da produção agrícola e às necessidades de plantas e animais do campo, por outro. Este zelo empreendido com prazer e engajamento marca igualmente a possibilidade de realização de um trabalho desempenhado de modo autônomo que, a despeito da natureza desgastante do trabalho no campo e do cansaço presente em cada marca inscrita nos corpos mais ou menos envelhecidos, se apresenta como sinal de liberdade e autodeterminação.

“MORAR EM CIMA DA TERRA E FICAR COMPRANDO, NÃO DÁ NÃO!”

Se eu pudesse pagar uma pessoa pra me ajudar. Porque sozinha pra fazer tudo isso é duro. Tem coisas que eu não faço. Que não dá pra fazer. Que não aguento fazer. Fazer canteiro. Carpir eu carpo. Eu queria plantar feijão, milho. Eu planto, mas queria ter dinheiro pra gradear. Cercar do gado. Pra plantar feijão e milho. Porque *morar em cima da terra e ficar comprando, não dá não!* E feijão eu compro. Essa semana tive que comprar milho para as galinhas. Cinquenta conto no saco de milho. Elas estavam sem comida. Mandei trazer um saco de milho pra essas galinhas. Queria comprar mudas pra plantar mais coisas. Queria fazer um pomar de frutas aqui na frente. Tem que comprar as mudas. E eu queria plantar um pedaço de eucalipto (Informação Verbal – Entrevista IV).

¹⁰ Entrevista concedida por Almeida, Honorina Nascimento; Almeida, Claudio Francisco. Entrevista VIII [jul. 2017]. Entrevistador: D. M. T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (128 min.)

A condição de vida explicitada acima revela algumas conexões existentes entre as limitações presentes no modo com que se manifestam objetivamente as condições do trabalho familiar realizado no Assentamento Santa Helena e as relações e significações estabelecidas pelos/as agricultores/as no tocante ao processo de progressiva financeirização das formas de reprodução social em curso especialmente desde a década de 1990. A categoria “morar em cima da terra e ficar comprando, não dá não!” pretende abordar tais relações, enfatizando aprendizados decorrentes da tentativa de estabelecimento e consolidação de um modo de vida ligado a certas características que seriam distintivas do meio rural em relação ao urbano, tais como a valorização da possibilidade de obtenção do sustento direto da família por meio do trabalho na terra, com a conseqüente diminuição do custo de vida ordinário, e também o enaltecimento do ambiente salutar e tranquilo ali existente para a criação e o bem estar de filhos e filhas. Entretanto, a concretização destas experiências ligadas à vida do campo parece carecer fundamentalmente da obtenção dos requisitos financeiros necessários para sua realização, cuja utilização se faz indispensável tanto para o investimento produtivo inicial visando a formação das lavouras e dos lotes de trabalho (apenas parcialmente atendido pelo aporte de recursos monetários ofertados pelo INCRA no início do processo de constituição do assentamento), quanto para viabilização do suprimento da lacuna existente em relação à insuficiência de mão-de-obra presente em diferentes graus nos diversos lotes estudados:

Dinheiro. É, dinheiro faz tudo. Você tendo dinheiro... Como a gente, a crise de água. Se tivesse dinheiro, fazia um poço pra mim. Fazia um poço. Já me livrava bem, comprava bombas boas. Encanamento. É isso aí. Se você tiver dinheiro, melhor é. Mas se não tiver, você vai tocando do jeito que está. Igual nós vamos tocando (Informação Verbal – Entrevista III)¹¹. Mas não precisa pensar que precisa ter muita grana, que só rico tem isso e aqui. O Elio Neves falava que o povo dizia assim: “Quero começar lá mas não tenho maquinário, não tenho dinheiro”. Ele dizia: “Deus já fez o ser humano. O homem fez o maquinário inspirado no ser humano”. Ele mostrava: “Olha aqui, esse movimento da máquina, é o movimento das juntas dos ser humano. Todo o movimento que o maquinário faz, você também pode fazer. Não vai fazer na quantidade que o maquinário faz, mas você faz. Depois você consegue comprar uma carriola, depois consegue comprar uma roça. E você vai” (Informação Verbal – Entrevista VII).

¹¹ Entrevista concedida por Azevedo, Sebastião Alves. Entrevista III [jul. 2017]. Entrevistador: D. M. T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (23 min.)

A contradição aparente existente entre as falas “dinheiro faz tudo” e “não precisa pensar que precisa ter muita grana”, proferidas quando conversamos sobre as condições necessárias para se empenhar o trabalho na terra nos dias atuais, designa, em nossa compreensão, a distinção entre uma percepção que enfatiza as condições ideais de sua realização (a qual destaca a centralidade do dinheiro na realização dos investimentos que as proporcionarão), e outra que privilegia as condições mínimas necessárias para “ir tocando” a vida, centrada na capacidade de trabalho e empenho de cada agricultor e agricultora na labuta da roça, mas limitada pelo alcance possível de tal opção. Mesmo as estratégias agrícolas e pecuárias reconhecidas enquanto forma de realizar uma poupança não monetária, como são os exemplos do plantio de madeira (eucalipto) e da criação de gado de corte e leiteiro, exigem um investimento financeiro e produtivo inicial para, por exemplo, a construção de cercas, aquisição de mudas, suprimento de água, etc., o qual quase sempre está aquém das possibilidades de aplicação dos/as assentados/as.

Destarte, nossos dados de campo permitem afirmar que, ainda que a cesta de consumo das famílias brasileiras tenha se diversificado ao longo dos anos pela incorporação de bens industrializados e que a gama de produtos obtidos pelos/as agricultores/as diretamente pelo trabalho na terra tenha diminuído historicamente (especialmente pelo exaurimento dos solos disponíveis para plantio e pelo barateamento dos alimentos proporcionado pelo aumento da sua oferta ao longo do tempo, o que diminuiu a relação custo-benefício entre a produção direta de alguns itens de consumo e sua aquisição no mercado), a relação dos assentados com o dinheiro e a valorização que lhes imputam se dá principalmente enquanto meio de estabelecer de maneira resguardada e segura a possibilidade de consolidação da vida ligada à terra e ao campo:

É que a horta te dá rendimento mais rápido. Todas as outras coisas que a gente planta, a gente planta milho, plantamos feijão, estamos colhendo, estamos comendo o feijão novo. Mas a horta é a coisa que mais rende mais rápido. A horta te dá o dinheiro pra pagar as plantas e pra comer. Vi lá e vende. Pega, compra mercadoria. Aqui não dá o arroz e o açúcar. Então tem que comprar na cidade. E pagar a luz, água, umas contas. A gente compra arroz, café, óleo, uma mistura e das outras coisas, a gente tem por aqui. Um sabão, às vezes eu compro. A maioria faço o sabão do óleo que uso no salgado que vendo na terça feira. Faço sabão. Pouca coisa a gente compra na cidade. O restante a gente pega daqui (Informação Verbal – Entrevista I). Nós precisamos o que nós já temos pra viver. Está tranquilo assim. Apesar de, quando nossa produção está boa... Estamos organizando certinho. Precisamos melhorar mais nosso cronograma de entrega. Pra ter um valor mais

exato no mês. Como estamos prematuros nisso tudo, estamos aprendendo. Mas a gente pretende ainda organizar bem certinho pra ter uma estimativa mais real. Tipo assim: vou vender X esse mês, X outro mês. Pra poder melhorar a produção. Pra ter um sistema de irrigação melhor. Coisas assim. Mas é pouca coisa. Nada que esteja assim, tão, longe. Está tranquilo assim. A gente não é de muita ambição. Somos simples mesmo. Não queremos ter muito dinheiro. Somos adaptados pra viver com quantidade pouca. Sem preocupação com o amanhã assim (Informação Verbal – Entrevista VII).

Se, por um lado, parte da necessidade financeira dos assentados advém da imperativa realização de investimento fixo e capital de giro para alavancagem e consolidação da produção agrícola, por outro lado as necessidades básicas de consumo não atendidas pelo cultivo de subsistência requerem uma liquidez cotidiana que ocasionam processos educativos relacionados ao planejamento do manejo produtivo com a terra, de modo que com ele se consiga suprir diariamente tais necessidades, seja pela escolha de um tipo de cultivo que promova rápido retorno financeiro de sua venda (horticultura), seja pela racionalização do cronograma de plantio e de entrega que venha a permitir a alocação mais equilibrada no tempo dos recursos auferidos por meio do comércio de hortifrúteis. No entanto, considerando as condições limitadoras para realização do trabalho familiar existente na maior parte dos lotes estudados, aliadas às dificuldades de capitalização da produção agrícola, para alguns agricultores/as mesmo a obtenção mínima de dinheiro para suprimento destas necessidades básicas de consumo se constitui cotidianamente em incerteza.

Em nosso entendimento, esta necessidade de lidar com a escassez de recursos financeiros indica não apenas uma alta capacidade de adaptação em relação às condições materiais por vezes precárias que acompanharam estes sujeitos em boa parte de suas trajetórias de vida, mas também manifesta um modo próprio de compreensão da vida e do mundo, o qual se relaciona diretamente com a experiência junto à terra de trabalho destas mulheres e homens do campo e sua vocação aos serviços da roça:

Eu penso assim, você tem que fazer um trabalho não só pelo dinheiro. Está certo que ele precisa do dinheiro, da sobrevivência do dia a dia. No nosso mundo, precisamos do dinheiro também. Mas só que não é só o dinheiro. Porque se for fazer uma coisa só pelo dinheiro, uma coisa que faz com bronca, com raiva, não sai legal. Além do dinheiro, você precisa ter prazer no que faz. [...] Se fosse assim, nós ficamos aqui vários anos sem lucro. Até por doação. Se fosse assim, nós já teríamos parado, porque não entrava o dinheiro. Não paramos porque nós gostávamos. Fazia falta um pouco de

dinheiro? Fazia sim. Mas é prazeroso pra nós, plantar, colher, lavar os produtos. Tem quem pode ver e pensar que é um suplício pra gente fazer essa trabalhadeira toda. Pensam que é um suplício. Mas não é. É prazeroso pra gente viver aqui (Informação Verbal – Entrevista VII).

Então, a gente estando na terra, a gente não precisa de muita coisa pra sobreviver. É só tudo ocorrer bem. Tudo dar certo. Com pouca coisa a gente vive na terra. Só com a família da gente está crescendo, a gente faz, pensando na família. Se minha família, pelo menos meus filhos, se eles não pegarem esse amor pela terra, explicando quais são as dificuldades e quais são as coisas que a terra dá pra gente, vai chegar uma época que eles não terão a mesma ideia da gente. Vão acabar desanimando, abandonado a terra e cometendo o mesmo erro que a gente fez. A gente fez por dificuldade e eles vão acabar fazendo por opção. Então, por isso, que eu explico as coisas certinho pra elas, né? Minhas filhas são todas mulheres. Que a gente tem como viver bem da terra. Enriquecer. Rico, milionário da terra, ninguém fica. Basta viver, ter o que comer e ter saúde. Não adianta ganhar um milhão e ter que gastar com sua saúde. Eu falo pra minhas filhas, nós nascemos com dificuldade financeira, mas nascemos ricos. Com saúde. Eu falo: “Olha nossa produção orgânica”, sabe que é uma coisa boa que pode comer a vontade e não prejudica nada. Mantém a saúde da gente. Então, eu falo pra elas: “Porque você vai sair daqui pra ir pra cidade. Vai procurar o que lá? Se a maior riqueza nossa é o bem estar da gente, a saúde da gente”. Você é saudável. Come do melhor. Está sabendo o que você está comendo porque é você quem está produzindo. Você come coisa saudável. Pode morrer de um acidente, ou porque um dia vamos ter que morrer mesmo, mas não por doença de agrotóxico, veneno. O importante nosso é viver com saúde. Se acontecer de elas abandonarem a terra, não vou poder fazer nada. Mas, nós aprendemos que as dificuldades na cidade são bem maiores que na roça, na terra. Por isso que eu vim de novo pra terra. Porque aqui, faltou alguma coisa, você sai ali e arruma. Na cidade não, se faltou na cidade, se você não tem dentro da sua casa, saiu na rua você tem que arrumar. Tem que se virar pra ter o que comer. Aqui, principalmente, pra comer, você sai ali na horta, pega alguma coisa. Faltou mistura, pega uma galinha caipira e mata. Pra mim, eu estou no céu. Estou no céu. Não preciso nem morrer (Informação Verbal – Entrevista II).

A valorização da vida na terra promovida pelos/as assentados/as está ligada, na maior parte dos casos, à possibilidade de realização de um trabalho que gera o alimento saudável para si e para os outros, mas também ao prazer e satisfação com que desempenham o próprio processo laboral agrícola, aprendido desde as infâncias

vivenciadas com seus familiares na roça; aprenderam, igualmente, a relativizar a importância do dinheiro em suas vidas sem negar-lhe sua função fundamental para a reprodução social da vida familiar na atualidade, significando o “viver bem da terra” enquanto “viver com pouco e com riqueza de saúde”, condição proporcionada pelo amor com que cumprem o trabalho do campo e com a garantia mínima de subsistência que ele propiciará. No âmbito destas significações propostas pelos/as agricultores e agricultoras com os/as quais pesquisamos, percebemos uma vez mais as marcas dos aprendizados gerados no decorrer de suas trajetórias de vida em relação às distintas formas de conscientização do contraditório vivenciado no seio de suas experiências de roça e de cidade.

Se, conforme nos disse um agricultor, “a gente tendo saúde, o resto à gente corre atrás” (Informação Verbal – Entrevista III), depreendemos de nossa análise que uma das principais preocupações dos/as assentados/as em relação à provisão financeira refere-se à sua capacidade de poupar tendo em vista futuras necessidades de gasto com saúde. Em alguns casos, para aqueles que conseguem realizar esta tarefa, tal economia de recursos é viabilizada pela complementação do orçamento doméstico proporcionada pelo recebimento de benefícios sociais diversos (bolsa família, aposentadoria, pensão, auxílio doença, etc.), a qual se soma à receita gerada pela renda agrícola. Para um dos agricultores, “sempre que dá para a gente juntar, não para enriquecer, porque a gente não enriquece. Mas ter uns dois ou três contos lá no banco, precisa. Porque quando eu precisar, está lá, na hora de uma doença. Se você está com saúde, está aguentando. Você já tem tudo na horta” (EN VIII - US 54).

Outra indicação acerca da maneira precavida e criteriosa com que os/as agricultores/as aprenderam a lidar habitualmente com o dinheiro no Assentamento Santa Helena pode ser percebida por meio do modo com que significam e se relacionam com as possibilidades de obtenção do crédito agrícola disponíveis no mercado. Na visão dos/as assentados/as, dada a forma cautelosa com que aventam para a possibilidade de acessar recursos financeiros por meio de operações de crédito, ainda que elas se deem por linhas de empréstimo subsidiadas, melhor seria não depender de qualquer forma de crédito para atender suas necessidades de capitalização e consumo:

Assim, o único crédito que a gente pega é pra máquina grande. A caminhonete, a máquina de caldo de cana, o forno pra fazer pão. O PRONAF, de sete anos nós tem dois, só pra terminar de pagar. E é isso. [...] Não, a gente tenta andar nos trilhos. Se vamos fazer e depois não conseguir pagar, não. A gente tem que andar na altura que a perna alcança. Vamos devagar. Parece que vocês só pegam crédito a partir de um planejamento. Quando precisa do carro, vai e pega o carro. [...] Quando a gente fez

o curso, o professor falou que o caldo de cana é bom de ter. Aí fomos, batalhamos, batalhamos e compramos o caldo de cana. Porque se não você fica enrolado, não tem nome, não consegue pagar. Não, não. Usamos o cartão de crédito. Eu tenho o meu e ele tem o dele. Mas usamos conforme dá pra pagar. Vamos comprar, vamos usar. É só o que a gente consegue pagar tudo (Informação Verbal – Entrevista I).

O receio de não cumprimento dos compromissos creditícios, possivelmente gerado pela incerteza em relação à geração de renda que propiciará seus pagamentos e ao retorno do investimento produtivo realizado, conduzem os/as agricultores/as a ponderarem acerca da conveniência da consecução dos empréstimos financeiros tanto em relação a certo planejamento produtivo e à função cumprida por tais recursos para realização dos objetivos pretendidos, como pela avaliação da proporção entre o empréstimo a ser tomado e a estimativa de renda gerada no futuro. Buscam, com isso, “andar na altura que a perna alcança” e realizar um consumo apenas na medida da capacidade de pagamento de cada família, de modo a não incorrer em uma situação de inadimplência no mercado que obstrua o acesso a novos recursos para futuras necessidades de crédito.

Por outro lado, concretizado o acesso a alguma linha de crédito rural ou pessoal, os/as assentados/as engendram estratégias diversas de poupança de recursos, que vão desde o investimento em criações e plantações (no caso, gado e eucalipto) que proporcionem um retorno seguro do dinheiro investido, até a autoimposição de certo ascetismo no consumo de bens, o qual se expressa pela maior ou menor capacidade que cada pessoa possui de lidar com seus próprios desejos e necessidades. Destarte, diante do receio em tomar crédito e não conseguir pagar, dada a instabilidade das fontes de rendas disponíveis, a importância do papel da assistência técnica rural para orientação e acompanhamento dos projetos produtivos envolvidos com a obtenção do crédito revelou-se como condição facilitadora de promoção do acesso seguro a ele. Entretanto, num contexto marcado pela ausência de assistência técnica proporcionada pelo INCRA e pela carência de mão-de-obra familiar, alguns assentados vacilam entre a necessidade e a intenção de acessar o PRONAF e o receio de pegar o crédito e não ter condições de quitá-lo.

Em relação às formas de comercialização disponíveis e acessados pelos/as agricultores/as assentados/as, segundo seus próprios relatos (cf. ARRUDA, 2017), no ano de 2015 eles ainda não acessavam os canais de comercialização institucionais abertos com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹², ambos operacionalizados pela Prefeitura

¹²Com a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e da Resolução FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, as escolas das redes públicas de educação básica passaram a usar produtos da agricultura familiar nas refeições oferecidas aos seus alunos. Agora, no mínimo 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento

Municipal de São Carlos. Conforme apontado anteriormente, uma das primeiras dificuldades encontradas pelos/as agricultores do Assentamento Santa Helena para comercialização dos produtos agrícolas gerados no assentamento referiu-se à deficiências em relação às condições necessárias e suficientes para a realização plena do cultivo de hortaliças e grãos, manifestadas de forma diferenciada e desigual nos distintos lotes. Isto, por sua vez, incorreu na instabilidade da provisão de alimentos em escala comercial possibilitado pelo trabalho agrícola e na consequente insegurança dos agricultores para o estabelecimento de contratos de venda, públicos e privados.

No ano de 2016, a partir do início do trabalho de intermediação entre assentamento e poder público municipal realizado pela filha de uma assentada e seu esposo, ambos formados como agrônomos pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o grupo de oito famílias de agricultores orgânicos aglutinados em torno da Organização de Controle Social ali constituída passou a estabelecer e aumentar, gradativamente, sua participação nas vendas para os programas de compras públicas anteriormente citados. Entretanto, percebemos que esta ampliação da participação dos produtores orgânicos do assentamento nas receitas geradas não se deu de forma igualitária, sendo que os/as agricultores e agricultoras que possuem idade mais avançada e/ou possuem menores condições de suprirem as deficiências de água para irrigação e de mão de obra (elementos que podem ou não atuar de forma cumulativa) foram proporcionalmente menos beneficiados pelo recebimento dos valores obtidos com as vendas públicas.

Neste contexto, alguns/mas agricultores e agricultoras decidiram não arriscar o estabelecimento de tais contratos (em termos da quantidade e diversidade de produtos comercializados por meio deles), ação decorrente justamente dos limites impostos pelas condições produtivas existentes em seus lotes familiares e pelo receio de rescisão contratual do projeto de venda de todo grupo em caso do não cumprimento do cronograma de entrega dos produtos previsto no acordo firmado com os órgãos públicos. Assim sendo, quanto menor a participação dos/as agricultores/as em relação às vendas públicas institucionais, maior a necessidade de diversificação dos canais de comercialização por eles/as acessados a fim de que consigam escoar o excedente de produção e obter uma renda com o trabalho agrícola que seja minimamente suficiente para reprodução da família. Ainda assim, esta é uma condição desejável mesmo para aqueles/as assentados/as que auferem maiores receitas com os programas de compras governamentais, dada a inconveniência de

da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural com dispensa de licitação. Em 2010, o orçamento mínimo do FNDE destinado exclusivamente à compra desses produtos é de R\$900 milhões” (BRASIL, s/d, p. 02).

depende de uma única forma de comercialização sujeita à aprovação política e destinação de parte do orçamento federal para sua viabilização, não se apresentando, no médio e longo prazo, como um canal de venda totalmente seguro.

Como outras opções para comercialização de seus produtos, além das entregas de alimentos previstas nos contratos públicos, aparecem de forma destacada a participação de alguns/mas produtores/as em feiras livres da agricultura familiar, a venda direta realizada por meio de um sistema de entregas de cestas de hortifrúteis do próprio assentamento a consumidores/as fidelizados/as, a vendagem in loco nos lotes de trabalho, o atendimento de encomendas avulsas realizadas por vizinhos/as ou colegas de trabalho de familiares que residem na cidade, e também o comércio estabelecido com pequenos varejistas do setor de orgânicos. Da mesma forma que as condições produtivas de cada lote interferem em sua capacidade de comercialização e geração de renda por meio do trabalho agrícola, a diferenciação entre os/as agricultores/as em relação à disponibilidade de meios de transportes para realização de entregas e feiras também se constitui num diferencial entre aqueles/as que podem ou não suprir tal necessidade, viabilizando ou não a efetivação dos canais de comércio disponíveis.

Assim, este conjunto de distinções presentes e manifestadas no cotidiano de trabalho e de vida na terra dos sujeitos da pesquisa engendram entre eles/as, no interior da consecução de suas estratégias de comercialização, aprendizados relacionados à solidariedade com que realizam uma série de práticas de colaboração e ajuda mútua, tais como: a realização da venda dos produtos daqueles que não possuem meio de transporte para participar das feiras, a disponibilização de parte da produção agrícola excedente (por meio de doação, troca, consignação, participação percentual na venda) para aqueles/as com maiores dificuldades de produção, ou ainda a cobertura de entregas previstas em contrato que, em caso de problemas produtivos diversos (pragas, frio, muita chuva, baixo desenvolvimento da planta), não poderão ser realizadas pelo/a agricultor ou agricultora responsável.

Deste modo, em meio às relações de tensão estabelecidas com a economia de mercado no que tange as formas possíveis de reprodução social da vida no campo, os/as assentados/as permanecem aprendendo a lutar, simultaneamente, contra a necessidade de obtenção e a favor da possibilidade de usufruto do dinheiro, na medida em que tal recurso pode permitir o desenvolvimento e a consolidação da vida no meio rural sem afetar essencialmente suas visões de mundo, as quais valorizam e significam positivamente as relações de trabalho na terra, a possibilidade do consumo de alimentos sem veneno e a saúde e bem estar de suas famílias, condição finalmente obtida após anos de batalha.

“DEVOLVER SAÚDE PRA TERRA”

A gente espera que muitos, muitos produtores comecem a plantar orgânico. Porque, antigamente, quase não tinha câncer. Antigamente não existia essas facilidades que tem hoje que não precisam sair. Tem esses produtos que você passa em cima da planta, ele mata o mato e a planta fica ali. Quer coisa melhor? É difícil produzir orgânico? É! É uma batalha que você tem ali. É sacrificado, mas é prazeroso, porque você sabe que está produzindo coisas boas pra quem vai consumir. [...] A gente planta flores, pra atrair os insetos. Dá pra fazer. O custo está na mão de obra. Os insumos e compostos que você usa, são bem mais baratos que o adubo, mas é um processo demorado, longo, que vale a pena. Plantar flores e árvores pra *devolver saúde pra terra*. Além da vantagem dos filhos e netos crescer ali, sabendo que não pode fazer queimada, usar veneno. É isso (Informação Verbal – Entrevista VI).

A construção da categoria “*devolver saúde pra terra*” pretende designar a intencionalidade presente nas práticas agrícolas empenhadas pelos sujeitos de nossa pesquisa, os/as quais escolheram promover em cada um de seus lotes no Assentamento Santa Helena um modo de plantio orgânico, sem utilização de agrotóxicos e adubos químicos sintéticos. Até o momento, enfatizamos as significações propostas pelos/as assentados/as sobre a experiência educativa do trabalho na roça em relação ao papel cumprido por ele para obtenção de parte do sustento direto das famílias, engendrando tanto material como simbolicamente a valorização desta forma de reprodução social característica do meio rural.

Neste momento, o que designamos enquanto luta pela terra vai adquirir um sentido mais amplo, o qual não se restringirá à batalha pelo direito de obtenção ou sustentação de um pedaço de chão cujo manejo possibilitará o alimento posto à mesa da própria família, mas remeterá simultaneamente ao zelo empreendido a partir do cuidado amoroso com a terra, compreendida enquanto bem natural indispensável tanto para produção agrícola quanto para a reprodução da vida da fauna e da flora terrestre, e não apenas como mero fator de produção e especulação financeira. Devolver a saúde para terra assinala, igualmente, a responsabilização dos/as agricultores/as em relação à saúde de *outrem*, manifestada pela preocupação, compromisso e gosto com que produzem os alimentos que serão comercializados para consumidores diversos, além de sua família. Indicam, com isso, uma compreensão da vida e do trabalho do campo na qual saúde da terra e saúde das pessoas possuem mesma dimensão, de forma integrada e interdependente. Destarte, conforme depreendemos dos depoimentos recolhidos e transcritos a seguir, boa parte desta forma de relacionar-se com a terra de trabalho foi apreendida e significada pelos aprendizados decorridos das experiências de roça

vivenciadas na infância, a partir do modo tradicional com que pais e avós realizaram, no passado, o manejo agrícola no campo:

A decisão é essa que eu tomei. Falei que nós nascemos no campo. Onde nós nascemos e criemos no estado da Bahia, não existia produtos químicos. Fomos criados nos alimentos saudáveis. Então, nós pensamos que poderíamos viver como a gente foi criado. Lá da Bahia, fui criado com lavoura boa, sem veneno. Então, você nasceu e criou comendo coisa saudável. Não era bom que continuássemos assim? (Informação Verbal – Entrevista VI).

A realização da coivara¹³ e a implantação das lavouras brancas sem a utilização de veneno, adubos sintéticos, maquinários e outros implementos agrícolas, remetem a práticas realizadas em tempos anteriores à intensificação do processo de modernização da base técnica dos meios de produção agrícolas, concretizado no campo brasileiro desde a década de 1950. Tal processo difundiu, por meio da expansão e institucionalização do serviço de assistência técnica e extensão rural no país, um modelo de agricultura baseado no aumento da produtividade em detrimento da intensividade da mão-de-obra, processo que ensejou a mudança de concepções e práticas de manejo tradicionalmente utilizadas por agricultores e agricultoras e estimulou a aquisição de insumos industriais nos sistemas produtivos do campo, utilizados num primeiro momento especialmente nas lavouras permanentes, mas que logo se expandiu para os demais tipos de cultivo agrícola.

Para a maior parte dos/as agricultores/as entrevistados/as, o regresso a terra após anos dedicados a trabalhos temporários no campo e na cidade possibilitou a recuperação de certas práticas agrícolas tradicionais que, atualmente, a partir da conjuntura histórica de progressivo questionamento em relação à utilização desmedida de agrotóxicos e adubos sintéticos¹⁴, bem como aos impactos ecológicos e para a saúde humana verificados nas últimas décadas (erosão e a perda da fertilidade dos solos, destruição florestal, dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade, contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, dos alimentos e dos seres humanos), se investem de outras nomenclaturas e novas significações¹⁵. Para outros/as assentados/as, entretanto, a possibilidade de

¹³O termo ‘coivara’, de origem indígena, significa empilhar e tornar a queimar troncos e galhos não consumidos em uma primeira queima. Populações tradicionais – indígenas e não indígenas – de regiões tropicais do planeta ainda adotam o chamado cultivo de coivara, também conhecido como ‘cultivo de corte e queima’. O sistema é encontrado hoje em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil, na Amazônia e em áreas de mata atlântica” (NEVES et al, 2012, p. 26).

¹⁴Na última década, o Brasil expandiu em 190% o mercado de agrotóxicos, o que colocou o País em primeiro lugar no ranking mundial de consumo desde 2008. Dez empresas controlam mais de 70% desse mercado no País. Somente na safra de 2010 e 2011, foram consumidas 936 mil toneladas de agrotóxicos” (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 519). Para outras informações sobre o tema, ver também o trabalho de Mazzoleni; Nogueira (2006).

¹⁵O termo agricultura orgânica é utilizado de forma generalizada nos principais países do mundo. Mencionado em

realização de um plantio orgânico não se encontrava disponível em seus horizontes de escolha antes da chegada ao assentamento, dada a experiência pregressa de manejo agrícola essencialmente ligada à utilização habitual e indiscriminada de agrotóxicos, e visto o desconhecimento das consequências de tal procedimento para a saúde humana e ambiental:

Veio os cursos, veio os orgânicos. Porque a gente nem imaginava que poderia tira alguma coisa sem o adubo químico e sem o veneno. Eu já fui intoxicado com veneno. Já lidei com vários tipos de pragas na lavoura, no café, algodão, amendoim. E nem o veneno químico dava conta. Quando falaram do orgânico eu não conhecia. Quando falaram que era um produto que não vai nada químico, não põe adubo químico, não põe veneno, é tudo com matéria orgânica, eu pensei: “Isso aí não existe.” (risada) Porque eu venho do plantio convencional. Fui criado vivendo com a bomba de pulverizador nas costas. Pulverizava de dia e de tarde. O café, pra ferrugem, pra um monte de coisa. Aí perguntaram se eu queria fazer o curso, eu falei: “Fazer eu quero”. Conhecer tudo que é para as melhorias, eu quero fazer. Aí no decorrer do curso que fui tendo os conhecimentos, foi fazendo sentido. Aí falei: “Eu creio que dá certo. Desse jeito tem sentido”. E fomos adquirindo conhecimento, aprendendo. Fomos mexendo. Aí no final do curso, minha ideia já era outra. “Pelo menos vamos tentar mexer com orgânicos”. Aí comecei a fazer, aprendendo os produtos naturais. Fomos fazendo os primeiros canteiros, fomos tendo bons resultados. Plantando alface, almeirão, coisas que não dão muita praga. Depois fomos tentando outras coisas (Informação Verbal – Entrevista II).

Os cursos de formação técnica para a produção orgânica de alimentos oferecidos aos agricultores/as do Assentamento Santa Helena por agentes sociais diversos ao longo de sua história desempenharam um papel fundamental em relação à decisão e à viabilidade da implantação do cultivo orgânico em seus lotes de trabalho. Assim sendo, aparecem de forma destacada na fala dos sujeitos de pesquisa a realização, em 2013, do curso de Olericultura Orgânica e do Programa de Certificação de Agricultura Orgânica, ambos implementados pelo SENAR/SP em parceria com o MAPA.

De outra maneira, a formação de nível superior em agronomia conquistada

documentos oficiais de organismos internacionais (ONU, UNCTAD, FAO), é também encontrado na legislação brasileira, desde a Instrução Normativa Nº 7, 17/05/1999, consolidando-se com a recente Lei 10.831, de 23/12/2003. [...] Não obstante, o avanço do sistema orgânico propriamente dito ocorreu no Brasil a partir de 1992. Hoje, o termo agricultura orgânica possui uma conotação nova e mais abrangente. Nesta condição, a expressão ‘agricultura orgânica’ abrange todas as demais definições que atentem para o problema de desenvolver a agricultura de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta” (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006, p. 269).

pela filha de uma assentada por meio do PRONERA possibilitou uma troca de conhecimento intergeracional entre pais agricultores/as e filha agrônoma que permitiu, assim como a realização de outros cursos de capacitação e formação profissional, aprendizados fundamentais no tocante à aspectos técnicos da produção agrícola em sistema orgânico, como também a conscientização em relação às consequências malélicas para a saúde humana e para o meio ambiente do uso indiscriminado de agrotóxicos. Entre o conhecimento tradicional e o científico, a problematização de tais elementos esteve significativamente presente na intencionalidade primordial para efetivação das primeiras tentativas de plantio orgânico dos/as agricultores/as, o que por sua vez atendeu em parte as exigências normativas relativas aos critérios para o manejo da terra em assentamentos da modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

Ainda que a indisponibilidade de recursos financeiros tenha sido, em alguns casos, um elemento de promoção inicial de um plantio sem a utilização de insumos industriais convencionais, dada a precariedade das condições de reprodução da vida vivenciadas no início do processo de constituição do PDS, o cuidado com o próprio corpo, o zelo com o bem-estar da família e de outrem, e a preocupação com a saúde da terra foram se constituindo enquanto princípios orientadores das ações de manejo e trabalho agrícola desempenhado pelos/as assentados/as em seus lotes, processo que se deu a partir tanto do resgate dos aprendizados experienciados anteriormente no campo quanto da incorporação de novos saberes adquiridos com a vivência no assentamento rural.

Entretanto, as dificuldades ainda presentes em relação à possibilidade de traduzir tais princípios em ações produtivas viáveis nos indica que são necessários requisitos que vão além da firmeza de intenção dos/as agricultores/as em suas práticas agrícolas: requerem, além de condições de infraestrutura e investimento adequadas, acompanhamento e orientação técnica por parte das agências de assistência técnica e extensão rural contratadas pelo INCRA. Entretanto, segundo Gonçalves (2015):

Nos assentamentos rurais de reforma agrária, as discussões sobre a precariedade e os limites dos recursos para a assistência técnica não são novas. Entretanto, os problemas relativos a este tipo de serviço tornaram-se mais complexos à medida que as questões ambientais passaram a ser incorporadas aos projetos de assentamentos rurais. Simplesmente, não há profissionais qualificados em quantidade e qualidade suficiente para cobrir a demanda requerida pelos processos de transição agroecológicos; além disso, é preciso considerar que cada agroecossistema tem suas especificidades e isto exige investimentos de médio e longo prazo, algo que, infelizmente, não faz parte dos editais de ATER publicados pelo INCRA (p. 176).

Considerando e problematizando tais dificuldades, os/as assentados/as buscam criar e colocar em prática diariamente estratégias de manejo e aprendizados que visam superar a ausência de suporte técnico para o cultivo orgânico, descobrindo formas de lidar com a terra esgotada pelos anos de exploração monocultora e rentista com base na própria experiência reflexiva que constitui o cotidiano de trabalho:

E foi muito difícil, porque pegamos uma terra que foi muito judiada. Demoramos muito tempo pra corrigir essa terra. Pegamos uma terra que foi zerada. Agora, tudo que você planta nela dá. Dá uma diferença muito grande. Mas, no início, você plantava uma planta, principalmente as plantas de folha larga. Porque a cana é de folha estreita, então passavam coisas pra não nascer planta de folha larga. Então, você plantava e nem nascer nascia. Muita coisa que eles passavam na terra de coisas químicas. Praticamente, só depois de 7, 8 anos que percebemos que a terra deu uma melhorada. Que a gente foi ver dar alguma coisinha. Mas vencemos. Vencemos, estamos aí. Graças a Deus (Informação Verbal – Entrevista II).

Vai aprendendo um pouco. Devagarinho vai ver se não dá pra fazer um plantio grande, faz um pequeno. Pra aprender a lidar com o solo do local. Às vezes, o milho por exemplo, é acostumado com um solo do outro estado, ali plantava bem. Aí vem aqui, não precisa corrigir tanto a terra. É um aprendizado. A gente nunca para de aprender. O plantio, todo dia você está aprendendo com a planta. Não tem como a pessoa pensar que já sabe tudo. Porque muda o solo, muda a estação. Uma propriedade como essa, de 3 alqueires, a parte de lá o solo é assim, na parte de cá e outra. Lá uma planta não foi bem aceita, aqui foi. O tipo de semente. Tudo isso (Informação Verbal – Entrevista VII).

A partir da confrontação das experiências pregressas com a realidade atual vivenciada no assentamento, ocorrida no bojo da construção cotidiana de suas compreensões acerca do modo como se manifestam as relações objetivas e subjetivas entre trabalho agrícola e natureza, os/as agricultores/as assentados/as aprenderam a significar o trabalho na roça e a temporalidade envolvida nesta relação prático-produtiva de provimento do sustento por seu intermédio, assim como os atributos valorizados para a permanência e persistência das pessoas no campo. Deste modo, ainda que reconheçam nos aprendizados do passado uma condição facilitadora para lidar com experiência presente (marcada pelas adversidades e tensões existentes para a constituição e consolidação de um assentamento agrário no seio do processo de produção e reprodução social capitalista brasileiro), os/as agricultores/as puderam perceber em suas experiências o caráter perene dos pro-

cessos educativos gerados a partir das práticas agrícolas com as quais manejam a terra de trabalho, nos indicando o que vem aprendendo nestes tempos de assentamento: a prudência do plantio em menor escala como estratégia de reconhecimento das características do solo e dos vegetais, a importância da perseverança para realização de trabalhos que frutificarão apenas no médio ou longo prazo, a valorização da sensibilidade inerente ao sentimento de amor com que cuidam da terra, a noção de que tudo na natureza tem seu espaço, seu tempo, sua precisão.

Por fim, a satisfação de fazer o que se sabe e o que se gosta de fazer, mesmo consciente do pouco retorno financeiro gerado em relação ao trabalho árduo realizado, se expressa por sua vez no cuidado com que os/as assentados/as empenham o cultivo, a colheita e comercialização de seus produtos agrícolas, visto que, conforme entendem o exercício do trabalho na roça, “não é só vender e ganhar um troquinho lá. É a vida do outro que interessa. O que interessa é a vida do outro” (Informação Verbal – Entrevista VI).

CONSIDERAÇÕES

Por meio da análise fenomenológica de dados empíricos, buscamos neste artigo fornecer elementos interpretativos relacionados às tensões vivenciadas nos últimos anos desta década pelos/as agricultores/as orgânicos/as do Assentamento “Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena”, implantado em 2005 no município da São Carlos/SP, no que tange às formas de trabalho engendradas no assentamento, às relações comerciais e financeiras estabelecidas pelos agricultores/as em seu cotidiano de vida e também à forma com que significam o manejo orgânico da terra. Ao longo do texto, argumentamos que a valorização da terra como meio de vida apresenta-se no presente como força motriz das práticas sociais vivenciadas pelos/as agricultores/as que buscam consolidar-se, no referido assentamento, enquanto produtores de alimentos orgânicos, livre da presença de agrotóxicos e outros componentes sintéticos que minam gradativamente a saúde da terra e das pessoas.

Forjado no decorrer de vidas inteiras dedicadas à luta, tal princípio não se encontra alheio aos dilemas e contradições decorrentes da condição de agricultor/a assentado/a no país do agronegócio. Assim, enquanto prática social geradora de processos educativos, a luta pela terra como meio de vida encontra sua expressão final no processo continuado de recriação de constrangimentos que em parte caracteriza a condição camponesa presente no PDS Santa Helena e também em outros assentamentos rurais contemporâneos.

Conforme propomos, entre a significação de tal fenômeno e suas possibilidades de superação, entre a realidade vivida e a realidade sonhada pelos sujeitos

assentados, vai se constituindo historicamente a condição camponesa no Brasil. Revela, a seu modo, o imbricamento existente entre a prática da luta pela terra como meio de vida e o processo de educação humana, manifestando a indissociabilidade entre a experiência humana de significação do mundo cultural e constituição de identidades, e os sentidos e as direções objetivas assumidas pelos processos sociais que constituem historicamente nossa realidade objetiva comum. Considerando que tal realidade pode ser compreendida de modos diversos pelos indivíduos, desde as relações intersubjetivas que permeiam tal entendimento, o ato de se educar com a luta pela terra se configura como próprio a cada pessoa, ainda que seja um processo de criação tão individual quanto social.

Destarte, reconhecendo o caráter inacabado da construção histórica, encontramos nas intencionalidades presentes no envolvimento desta população marginalizada em processos de resistência e disputa pela posse da terra, seja em seu desejo de permanência ou de regresso a ela, elementos essenciais para compreensão dos modos de manifestação do fenômeno da luta pela terra no país, tendo na organização coletiva dos movimentos reivindicatórios em prol da reforma agrária uma de suas formas de expressão contemporâneas mais importantes. Constituem-se, assim, experiências de luta intrinsecamente costuradas com as diferentes trajetórias de vida dos sujeitos do campo, engendrando a ocorrência de processos educativos que, para além das distintas realidades de ação e dominação vivenciadas, são capazes de gerar e instituir identidades, valores e atitudes que lhes são comuns.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, T.P. de. **Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional de agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena de São Carlos-SP**. Dissertação (Mestrado) -- Universidade de Araraquara, Araraquara, 2017.

BRANDÃO, C. R.. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria n. 21, de 27 de março de 2014**. Alterada pela Portaria n. 33, de 15 de maio de 2014, publicada no DOU n. 91, de 15 de maio de 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sites/da/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PORTARIA_MDA_21_DAP_-_ALTERADA_33_-_22.05.2014.pdf. Acesso: 15 de novembro de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa**

de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. 2010. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf. Acesso: 21 de novembro de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Cartilha Alimentação Escolar e Agricultura Familiar.** Brasília: FNDE/MEC, sem data. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/5169-cartilha-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-e-agricultura-familiar>. Acesso: 21 de novembro de 2018.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C. O final de um ciclo? Reflexões sobre assentamentos rurais no Estado de São Paulo. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012.

GARNICA, A. V. M. S. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997.

GONÇALVES, J. C. **Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento.** Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LEOPOLDO E SILVA, F. Descontrole do tempo histórico e banalização da experiência. In: NOVAES, A. (Org.) **Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo.** São Paulo: SESC - Agir, 2008, p. 149-162.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G.S.C.de. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, 2018.

MAZZOLENI, E. M.; NOGUEIRA, J. M.. Agricultura orgânica: característica básica do seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, 2006.

NEVES, W. A et al. Coivara: cultivo itinerante na floresta tropical. **Ciência Hoje**, v. 50, 2012.

OLIVEIRA, M. W. de. Et al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisas em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M. W. de; SOUSA, F. R. (Org.). **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação.** São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014, p. 29-46.



Revisitando o espaço rural Brasileiro: um debate em torno da questão agrária

Fernando Henrique Ferreira de Oliveira¹
Carlos Alberto Feliciano²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar e discutir as transformações no espaço rural brasileiro a partir da questão agrária. Entendemos a questão agrária como um elemento estruturante das relações no campo, que incorpora a estrutura fundiária, a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras. Inicialmente buscamos revisitar a trajetória do rural brasileiro, priorizando o processo de modernização conservadora e desigual da agricultura e o debate em torno da questão agrária. Para a realização desse artigo associamos leituras sobre a questão agrária brasileira que contemplassem as transformações no espaço rural brasileiro. Assim, pode-se observar que a modernização da agricultura implementada pelo Estado brasileiro possibilitou mudanças na estrutura produtiva agrícola, mas não se alterou a estrutura agrária, ainda caracterizada pela manutenção das desigualdades e da alta concentração de terra.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço rural. Modernização da Agricultura. Questão agrária.

REVISITING THE BRAZILIAN RURAL AREA: A DEBATE ABOUT THE AGRARIAN QUESTION

ABSTRACT: This article aims to analyze and discuss the transformations in the Brazilian rural space from the agrarian question. We understand the agrarian issue as a structuring element of relations in the field, which incorporates the land structure, possession, property, use and use of land. Initially, we sought to revisit the trajectory of the Brazilian rural, prioritizing the process of conservative and uneven modernization of agriculture and the debate around the agrarian issue. For the realization of this article, we associated readings on the Brazilian agrarian question that contemplated the transformations in the Brazilian rural space. Thus, it can be seen that the modernization of agriculture implemented by the Brazilian State has enabled changes in the agricultural productive structure, but the agrarian structure has not changed, still characterized by the maintenance of inequalities and the high concentration of land.

Keywords: Rural area. Modernization of agriculture. Agrarian question.

¹ Doutorando em Geografia (FCT/UNESP), Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (UNIARA). E-mail: fer_henrique15@hotmail.com.

² Docentes nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/PP e Programa de pós-graduação em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe - UNESP. E-mail: cacafeliciano@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca revisitar momentos da formação do espaço rural brasileiro apresentando alguns elementos que compõem o debate em torno da modernização da agricultura e do debate da questão agrária. Nesse texto, entendemos a questão agrária como um conceito trivial para compreender a relação entre a estrutura fundiária e os conflitos no campo, decorrentes da concentração da terra, para também explicar “como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STÉDILE, 2005, p. 15).

O texto está dividido em duas seções, mais introdução e conclusão. Na primeira seção debatemos a trajetória da modernização agrícola brasileira, buscando entender o papel do Estado nesse processo. Apresentamos algumas medidas utilizadas pelo Estado, como o caso do crédito rural, instrumento que possibilitou transformar a base técnica e modernizar a agricultura brasileira no período. Também discutimos as discontinuidades entre as mudanças na estrutura produtiva agrícola e a manutenção das desigualdades na estrutura agrária, marcada pelo alto índice de concentração de terras.

Na segunda seção nos dedicamos a compreender os elementos constitutivos da questão agrária brasileira. Nela abordamos as mudanças e as múltiplas concepções sobre reforma agrária à luz do processo de modernização e posteriormente com o advento da Constituição Federal de 1988 e do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. Também debatemos sobre questões relativas a política de assentamentos no Brasil, sobre as perspectivas e os impasses desse processo.

TRAJETÓRIA DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

As décadas de 1960 e 1970 marcam um período de grandes transformações em relação ao espaço rural, especificamente na dinâmica agrícola, com impactos diretos na agricultura brasileira. Devido ao grau de atraso do modelo agrícola, o governo adotou uma série de medidas visando alterar e modernizar a agricultura brasileira. Nesse sentido, o Estado desenvolveu estratégias de privilegiamento na política agrícola, implementando ações de planejamento para o setor a fim de transformar e modernizar a estrutura agrária brasileira.

Em relação a essas mudanças no meio rural brasileiro, Gonçalves Neto (1997) destaca o intenso processo de urbanização que muda a dinâmica populacional do país de rural para urbano, além do:

crescimento acentuado do comércio exterior, notadamente a partir da década segunda metade dos anos 60, a alteração na base técnica da produção rural, com ampla absorção de capital, e a definição de um sistema nacional de crédito rural, que motiva e sustenta o processo de modernização do

setor agrário (GONÇALVES NETO, 1997, p.141).

Esse processo de incentivo a alteração da estrutura produtiva agrícola foi desempenhado a partir de ações no âmbito do Estado brasileiro, que planejou e executou essas mudanças através do privilegiamento na política agrícola. Desse modo, o Estado assumiu um papel de agente ativo no que diz respeito ao desenvolvimento do setor rural no conjunto da economia brasileira, através de sua ação planejadora, centralizando as decisões e determinando o ritmo de expansão do capital. Conforme aponta o autor, o Estado esteve presente de forma ativa nas diversas etapas da atividade produtiva: planejamento, produção, fiscalização, determinação de preços, estocagem, circulação e comercialização dos produtos, exportações, etc (GONÇALVES NETO, 1997).

Ao analisar o significado do planejamento rural em relação a política agrícola nas décadas de 1960 a 1980 Gonçalves Neto (1997) apresenta algumas estratégias utilizadas pelo Estado para alterar tecnicamente a estrutura agrícola brasileira. Entre as principais estratégias o autor destaca o desenvolvimento da “Política de Garantia de Preços Mínimos”, a implementação do “seguro agropecuário”, o estabelecimento da “pesquisa agropecuária”, com destaque a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o desenvolvimento da “assistência técnica e a extensão rural”, a implementação do “uso dos insumos modernos” e da “tributação do setor agropecuário”.

Do ponto de vista do planejamento para o setor agrícola o Estado brasileiro atrelou o setor ao processo de desenvolvimento econômico, não permitindo que ele fosse um obstáculo para a economia. Para atingir esses objetivos o Estado investiu os recursos na criação de institutos de pesquisa e de assistência técnica, desenvolveu-se um sistema nacional de crédito rural que incentivou os produtores a utilizar técnicas e insumos modernos, que permitiu a integração da agricultura ao circuito industrial.

A política setorial implementada pelo Estado é composta de medidas compensatórias para o desenvolvimento da agricultura, já que o planejamento nacional deixava o setor em plano secundário em relação a tomada de decisões, localizado no espaço urbano. Nesse período, a cidade era compreendida explicitamente como o centro de comando e irradiação da modernidade, enquanto o campo era visto como uma periferia caudatória, subordinada a cidade (GONÇALVES NETO, 1997). Sendo assim, entre tantas medidas políticas organizadas pelo Estado brasileiro nas décadas de 60 e 70, o planejamento agropecuário nasce como uma estratégia de incentivo ao desenvolvimento do setor.

Inicialmente o Estado investiu na política comercial no esforço de criar um projeto industrializante, que gerasse divisas para estimular e sustentar esse

processo. A substituição de importações foi uma estratégia importante para consolidação da modernização da agricultura.

De acordo com Gonçalves Neto (1997) o processo de modernização e industrialização da agricultura toma verdadeiro ímpeto a partir da segunda metade da década de 1960 em que o Estado desenvolve e amplia o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que surge como um financiamento da produção agrícola e se torna o principal condutor de todo o processo de modernização. A década de 60 se materializa com o projeto modernizador financiado pelo Estado, com aumento de recursos destinado ao setor agropecuário. Ao longo do período houve aumento no número de contratos do crédito subsidiado, nas três linhas: investimento, custeio e comercialização.

O processo de modernização da agricultura brasileira buscou estimular melhorias em relação a infraestrutura, aquisição de maquinários e processos de comercialização da produção. Esse processo pautou-se a partir da matriz tecnológica da Revolução Verde, baseado na disseminação do uso de insumos e maquinários agrícolas. Portanto, o processo de modernização da estrutura agrícola visava superar o modelo de produção tradicional através da alteração técnica da base produtiva. Esse pacote tecnológico permitiu a transferência de recursos da agricultura para o setor urbano-industrial, mas também se beneficiou de uma série de subsídios (insumos químicos, fertilizantes e aquisição de máquinas e incrementos), mas por outro lado, também promoveu a dependência do setor agrícola em relação ao mercado internacional.

É necessário ressaltar que esse conjunto de subsídios não atingiu de forma homogênea todos os produtores e regiões do país, apenas privilegiou os sujeitos que tinham mais acesso ao crédito e utilizavam da tecnologia moderna, normalmente representada pelos grandes proprietários e empresários rurais. A política de crédito rural também não atingiu completamente os objetivos definidos, pois conforme aponta Gonçalves Neto (1997) os recursos ficaram concentrados nas mãos de um pequeno número de produtores. Em relação a distribuição dos recursos por região, percebe-se que o crédito também ficou concentrado nas regiões mais capitalizadas do país.

Essas estratégias políticas e econômicas se delineiam na criação das linhas de crédito para a agricultura, a política de preços mínimos, o seguro agropecuária, assistência técnica e extensão rural, investimento em pesquisa agropecuária e condições especiais no seguro agropecuário, todos associados ao pacote de modernização. Todas essas medidas estavam atreladas ao projeto modernizador implementado pelo estado e associado aos interesses do setor industrial.

De modo geral, o Estado consegue transformar a agricultura brasileira, mas

não em sua totalidade, se caracterizando como um processo de modernização desigual (GONÇALVES NETO, 1997). Pois, o desenvolvimento do setor alterou a base técnica da estrutura produtiva agrícola, mas sem alterar os elementos da estrutura agrária, como a questão da concentração da terra. Apesar de tantas transformações no campo brasileiro, também, evidenciamos que a modernização não atingiu de forma completa as regiões menos desenvolvidas e os produtores rurais menos capitalizados.

Delgado (2012) mostra que os anos 1980 e 1990 são demarcados por fatos significativos e políticas conjunturais, no sentido de desmontar o projeto de modernização conservadora da era militar, sem contudo, estruturar condições econômicas e políticas para construir uma nova estratégia de desenvolvimento para a agricultura brasileira. O autor define esse período como uma transição entre dois projetos de economia política: “o da modernização conservadora da era militar”, 1965-1985 e o da “economia do agronegócio”, vigente a partir dos anos 2000 (DELGADO, 2012).

O autor faz uma análise do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira desde a modernização conservadora até a reestruturação da economia do agronegócio, percorrendo os períodos de expansão e crise desse setor. Para qualificar sua análise Delgado (2012) apresenta dois elementos significativos no início e final da década de 1980 que demonstrarão a exaustão do modelo de crescimento econômico construído durante a ditadura militar no Brasil: a crise cambial de 1982 e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

De acordo com o autor, a crise cambial de 1982 leva o sistema a improvisar saídas conjunturais para tentar reorganizar o sistema econômico, essas medidas conjunturais marcou o período do “ajustamento constrangido”. Já a promulgação da Constituição de 1988, transformou as condições políticas e jurídicas que norteavam as políticas agrícolas e agrárias do regime militar. Esses dois fatos alteram a estratégia econômica utilizada pelo Estado na época. Com a crise fiscal de 1999 há uma retomada da estratégia de expansão constrangida, mas baseada na economia do agronegócio (DELGADO, 2012).

Finalizamos essa seção evidenciando como o crédito agrícola subsidiado se tornou um instrumento fundamental para a modernização do setor agro brasileiro. Delgado (1985) e Gonçalves Neto (1997) mostram que a questão agrária nas décadas de 1960 a 1980 se pautou a partir do modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro e das políticas implementadas pelo governo brasileiro para estimular o desenvolvimento do setor agropecuário.

QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: CICLOS, RUPTURAS E PERSPECTIVAS

A questão agrária discutida nesse texto aparece como uma questão estruturante das múltiplas dimensões da estrutura fundiária e dos conflitos por terra e território materializados no campo brasileiro. Entendemos a importância de compreender as raízes históricas dos conflitos por terra, mas também acompanhar a contemporaneidade da questão agrária brasileira, que atualmente se apresenta como um fundamento de legitimidade dos movimentos sociais (SAUER, 2017). Portanto, para entender a questão agrária no Brasil é necessário retomar os elementos da formação da estrutura fundiária – marcada pela concentração da propriedade da terra –, além da gênese e evolução das lutas pela terra e por reforma agrária no país.

Delgado entende a questão agrária e reforma agrária como conceitos interdependentes, mas autônomos. Ambos se reportam à estrutura agrária de um país ou região (DELGADO, 2017). A questão agrária é vista como uma leitura de problematização da estrutura da propriedade, posse e uso da terra. A reforma agrária engloba uma proposta política de reforma da estrutura agrária. “Podem não coincidir no tempo histórico determinado a relação original da questão agrária e da reforma agrária, relativamente a natureza contemporânea dos problemas centrais da estrutura agrária (DELGADO, 2017, p. 21)

Stédile (2005) demonstra que existem diversas leituras em relação ao conceito de questão agrária. A questão agrária pode ser interpretada de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da sociedade brasileira. Desse modo, entende-se a “questão agrária como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária de um determinado país.

De acordo com Martins (2006) a questão agrária pode ser lida e interpretada como uma questão essencialmente histórica, tendo sua própria materialidade, que não é tempo de governo. Por isso, entende-se que a questão agrária não está relacionada apenas à estrutura fundiária, mas envolve um conjunto de dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais que se materializam na agricultura familiar, nos problemas da fome, da exclusão e da precarização das relações de trabalho vivenciadas no âmbito do espaço rural brasileiro.

Existem múltiplas e diferentes leituras de como se desenvolveu a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira. No entanto, os estudos acerca da realidade agrária brasileira são recentes. O tema da questão agrária entra em evidência a partir da década de 1960, devido à necessidade política e sociológica dos partidos políticos (STÉDILE, 2005).

Delgado (1997) reconstrói o cenário em torno do debate da questão agrária brasileira na sua configuração contemporânea, abordando o contexto histórico e político e as múltiplas concepções sobre a questão agrária em cada período. O

autor mostra que a questão agrária no Brasil surge a partir das demandas por reforma agrária sendo objeto de disputa no âmbito do debate político por diversas instituições, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), os setores reformistas ligados a Igreja Católica, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e os economistas mais conservadores.

A tese do PCB apresentavam o viés marxista com um dos seus principais pensadores, Caio Prado Jr, que em suas análises questionava as relações fundiárias desiguais e a ausência de uma legislação trabalhista que protegesse as relações de trabalho no meio rural, destacando a tese de privilegiamento da defesa da legislação trabalhista.

Por outro lado, a tese de Alberto Passos observava o latifúndio brasileiro como uma espécie de feudalismo agrário, cuja transformação se daria não pelo capitalismo, mas pela política de reforma agrária.

A tese da CEPAL protagonizada por Celso Furtado, se preocupa com o problema da oferta de alimentos para as cidades e indústrias, se configurando como um problema estrutural do campo brasileiro, que justificaria a mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo, sem efetivamente conceber uma reforma agrária.

O pensamento católico, influenciado pela Doutrina Social da Igreja Católica se preocupava com a realidade agrária brasileira, caracterizada concentração de terra, injustiça e exclusão social. Delgado (2005) aponta que esse pensamento teve grande influência na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, além da conceituação do direito de propriedade fundiária, oferecendo legitimidade a questão da função social da terra.

O pensamento conservador, protagonizado por Delfim Neto, vai contra a ideia de uma rigidez na oferta agrícola, propondo uma inconsistência em termos do debate da questão agrária na época. Tal tese desconsiderava a estrutura fundiária e as relações de trabalho como um problema econômico relevante, tendo em vista que a agricultura estaria cumprindo o seu papel no desenvolvimento econômico. Esse pensamento preconizava a realização do processo de modernização agrícola sem a existência de um projeto de reforma agrária.

De modo geral, entendemos que a questão agrária pode se materializar além da questão da estrutura produtiva, através de um viés político, que compreenda os conflitos, as lutas e as resistências dos povos que vivem no campo.

Durante a ditadura militar a pauta da reforma agrária praticamente desapareceu, dando lugar a políticas de modernização do campo, como o caso do crédito rural. Nesse período há um aprofundamento das relações técnicas entre a agricultura e a indústria com o setor externo, sob forte incentivo do Estado (DELGADO,

2005). A partir dessa postura adotada pelo Estado brasileiro incorporou-se o pacote tecnológico da Revolução Verde, considerados na época como sinônimo de modernidade, além do aprofundar as relações de crédito na agricultura.

Nos anos 1980, durante a transição democrática, a questão agrária entra em cena através da organização dos movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária. Nesse contexto surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a reorganização da Conferência Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), além do fortalecimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além do surgimento de ONGs em apoio a essas lutas.

Do ponto de vista político o tema da reforma agrária reaparece por meio da discussão do I Plano Nacional da Reforma Agrária (1985-88) sob um novo ordenamento constitucional, com a inclusão de seus princípios na Constituição Federal de 1988, no qual se insere a função social da propriedade fundiária. A Constituição de 1988 é um marco político pois passou a considerar a diversidade de sujeitos de direitos que vivem nas zonas rurais, além de posteriormente oficializar a universalização do direito da aposentadoria rural, política distributiva importante para a composição da renda da população rural e a manutenção das famílias no campo.

Delgado (1997) escreve que no período posterior a Constituição de 1988, houve avanços de direitos sociais, incluindo direitos agrários, afirmando assim o compromisso com a igualdade, rompendo com o constrangimento no campo econômico, que manteve as situações de desigualdade social no Brasil.

Os anos 1990 marca o reconhecimento da categoria agricultura familiar por sua importância econômica e social, no que diz respeito a implementação de políticas públicas voltadas ao espaço rural. Em 1995/96 cria-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo a primeira política de apoio a agricultura de pequena escala (SARON et al., 2017).

Ao debater a questão agrária na atualidade, Delgado (2012; 2017) situa os temas da questão agrária e da reforma agrária no campo conceitual da estrutura da propriedade e uso da terra em dado contexto histórico. A partir dessa premissa, o autor evidencia a relação direta da questão agrária e reforma agrária com a estrutura agrária. Ao caracterizar esse conjunto de elementos na atualidade o autor propõe demonstrar como se materializa o Cerne da Questão Agrária Atual, entendido como:

uma tendência muito forte da economia política de mercado em tratar a terra como se fora “uma mercadoria como outra qualquer”, não obstante a norma fundiária geral no direito constitucional que afirma explicitamente

o contrário (DELGADO, 2017, p. 14).

Delgado defende a necessidade de discutir a questão agrária a partir de elementos inerentes do seu período histórico. É importante compreender que há condições históricas distintas entre os anos 1960, o período pós-redemocratização e na atualidade (DELGADO, 2017).

O conceito chave é o de estrutura agrária, no sentido jurídico e socioeconômico – dos direitos de propriedade posse e uso da terra”. A estrutura desses direitos (compreendida como o regime fundiário em vigor) que configura as relações sociais relativas à propriedade, posse e uso da terra (DELGADO, 2017, p. 15).

Ao questionar a situação da questão agrária atual Delgado (2017) pressupõe duas mudanças significativas e contraditórias em relação à estrutura agrária brasileira atual:

I – mudança conceitual forma do direito de propriedade fundiária rural, configurada desde a Constituição de 1988 pelos critérios expressos de sua função social e ambiental legitimadora (Art. 5, XXIII, combinado com o Art. 186); acrescida das salvaguardas aos direitos territoriais dos povos indígenas (Art. 231) e ainda das comunidades quilombolas (ADCT – Art. 68). II – um novo ciclo de economia política, claramente configurado nos anos 2000, mediante reestruturação de uma economia política do agronegócio, com expressa estratégia de captura da renda e de riqueza fundiária, segundo critérios estritos da completa “mercadorização” dos espaços territoriais (DELGADO, 2017, p. 17).

De acordo com Delgado (2005; 2012; 2017) existem evidências de uma hegemonia política da economia do agronegócio com tendência à concentração fundiária como estratégia de acumulação capitalista. Delgado aponta elementos de uma reestruturação do projeto de modernização da agricultura nos anos 2000.

Esse projeto articulado externamente pela “reprimarização” do comércio exterior brasileiro organiza-se internamente como pacto de poder entre as cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, sob a forma de uma hegemonia política, contando com forte aparato ideológico (mídias, academia, burocracia) de certa forma dispensável durante o regime militar. Conta também com uma sólida bancada ruralista, que era também dispensável no período dos governos militares (DELGADO, 2017, p. 19).

Há nesse contexto uma tendência de mercadorização da natureza, tendo na terra uma “mercadoria como outra qualquer”. Para Delgado (2017, p. 20), o cerne da reforma agrária define-se como a “desmercadorização” da terra, assim como o cerne da política do Estado do bem-estar é a “desmercadorização” do trabalho humano.

A partir disso, Delgado (2017, p. 20) ressalta que no caso da reforma agrária brasileira, se não houver “mudança do regime de propriedade mercantil (Art. 186 C.F.), não se muda a estrutura agrária, ao contrário, conduz-se o Programa de Assentamentos ou para a mercadorização ou para a desativação”.

Nesse sentido, “temos, portanto, o impasse da questão agrária recriado nos anos 2000, sob vigência de uma reforma agrária, residual, caminhando para a desativação ou para regulação pelo mercado de terras, dominado pelo capital financeiro” (DELGADO, 2017, p. 22)

Contudo, a reforma agrária sempre foi um tema polêmico, não só pela defesa ou rejeição do modelo, como também pela polissemia e multivocidade que marcaram a construção e a trajetória dessa bandeira política (BARONE; FERRANTE, 2017).

Para concluir, acreditamos que a reforma agrária é uma das saídas viáveis para a resolução dos problemas agrários no Brasil, possibilitando as famílias a acessar a terra com condições básicas para sua permanência e produção.

A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

Os assentamentos rurais no Brasil configuram-se como resultado da política de reforma agrária materializada a partir da pressão e da luta dos camponeses, de agricultores familiares e de trabalhadores rurais sem terra em busca do direito à terra e de uma sociedade mais justa. Segundo Bergamasco e Norder:

O termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 8).

Ao discutir sobre os impasses da reforma agrária no Brasil do início do século XXI, Barone e Ferrante (2017) mostram que há diversas possibilidades de uma ressignificação da reforma agrária, devido à multiplicidade de sujeitos e organizações que lutam por terra, território e cidadania, a diversidade cultural e uma nova relação com o meio ambiente, proposto por paradigmas mais sustentáveis,

como a agroecologia. Portanto, essa reconfiguração se dá

nessa busca/ disputa por espaços de mais participação cidadã, inclusão socioeconômica e sustentabilidade no meio rural, numa escala territorial (portanto, circunscrevendo territórios) que ultrapassa em muito o recorte formalmente expresso pela dicotomia rural-urbano (BARONE; FERRANTE, 2017, p. 25).

Ao fazer uma análise qualitativa desse processo, os autores entendem a reforma agrária a partir do seu sentido polissêmico, sendo vista como uma luta social, como projeto/utopia e como uma política pública. Por meio de um acompanhamento contínuo e sistemático da realidade social dos assentamentos de algumas regiões do Estado de São Paulo, os autores compreendem essa evolução a partir da categoria analítica de “trama de tensões sociais” materializadas por relações complexas e singulares entre os atores (assentados; trabalhadores rurais) e as agências que se configuram em torno da política pública.

Tal trama se constitui historicamente pelo confronto dos agentes e das agências que se (dis)põem num campo específico, qual seja, o campo sociopolítico gerado a partir das distintas demandas por reforma agrária no país (BARONE; FERRANTE, 2017, p. 26).

Para entender esses impasses os autores discutem a reforma agrária e a política de assentamentos rurais a partir de três grandes ciclos, no contexto do período democrático, evidenciando três picos, que corresponde a momentos de intensificação e refluxo de assentamentos. De acordo com os dados apresentados no texto, o primeiro ciclo tem início em 1986, em que há um salto no número de famílias assentadas. Este ciclo vai até o ano de 1994 (perpassando pelos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994).

O segundo ciclo corresponde aos mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) em que há um crescimento do número de movimentos dos sem-terra e atinge o máximo em 1997, quando entra em desaceleração até o ano de 2003, primeiro ano do governo Lula.

A intensa mobilização dos trabalhadores rurais marca o período, assim como a pressão internacional advinda do impacto das chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás (ambas no Estado do Pará). Em resposta às pressões, mesmo que em meio à oposição de parcela dos movimentos de luta pela terra (principalmente o MST), o governo federal assenta cerca de 400 mil

famílias no período (BARONE; FERRANTE, 2017, p. 28)

Baseando-se em dados da Rede DATALUTA os autores mostram que no terceiro ciclo, correspondente ao período do governo Lula (2003-2010), foram assentadas cerca de 300 mil famílias sem-terra.

partindo de um patamar relativamente baixo (23 mil assentados em 2003), o governo assenta um número crescente de famílias nos anos entre 2004 e 2006 (sendo o pico em 2005, com 79 mil assentados, seguido de 74 mil, em 2006) - o que corresponde ao primeiro mandato de Lula. No seu segundo governo, no entanto, o ritmo de assentamento cai bastante, repetindo a performance do segundo governo FHC e definindo um viés de baixa que se mantém até os anos iniciais do governo Dilma (2011-2014) (BARONE; FERRANTE, 2017, p. 28).

Buscando compreender os baixos índices de distribuição de terras para fins de reforma agrária no país, Barone e Ferrante (2017) se baseiam na hipótese de que estamos no final de um ciclo. Uma das possíveis explicações para a queda do número de famílias assentadas seria o alinhamento político e a estreita relação entre os movimentos sociais e o governo federal. Também é apontado o fato de o Brasil ter passado por uma conjuntura econômica favorável no período com forte incremento do emprego e renda.

A partir desse alinhamento dos movimentos sociais com o governo Lula, constata-se um processo de desmobilização da luta pela terra e pela reforma agrária no período (BARONE; FERRANTE, 2017). De acordo com os autores a hipótese do fim de ciclo da reforma agrária se configura a partir do contexto social, político e econômico da gestão Lula (2003-2010) em que a diminuição do número de assentamentos e de famílias está relacionada:

a combinação do baixo nível de desemprego, incremento da renda das classes trabalhadoras e um governo – o do PT – com uma grande capacidade de interlocução e de hegemonia sobre os movimentos e organizações de trabalhadores rurais consolidou uma tendência de diminuição da pressão por novos assentamentos (BARONE; FERRANTE, p. 33).

Desse modo os autores buscam refletir sobre a questão de a reforma agrária ser, no atual quadro histórico que o Brasil atravessa, avanço ou retrocesso (BARONE; FERRANTE, 2017). Por isso, justifica-se a necessidade de se reavaliar as dimensões da questão agrária presentes no “Brasil moderno”, tendo em vista que

Essa dúvida pode ser compreendida como constitutiva da ambiguidade que caracteriza a modernização (processo socioeconômico) e a modernidade (processo sociocultural) brasileiras. Temos que a modernização da agricultura no país deve ser reavaliada posto que, ainda no Século XXI, incorpora – às vezes como fator central do processo de valorização do capital – práticas extremamente perversas e regressivas (devastação ambiental, trabalho forçado, expropriações violentas etc.), próprias de um processo de acumulação primitiva que na realidade brasileira, não é apenas um estágio inicial do capitalismo (uma acumulação originária, delimitada cronologicamente pelo limiar da industrialização e/ou da acumulação capitalista stricto sensu), mas um elemento estrutural (e estruturante) das relações de produção notadamente (mas não exclusivamente) no setor primário da economia brasileira (BARONE; FERRANTE, 2017, p. 34)

Os autores avaliam a modernidade brasileira como anômala e confusa, tendo em vista que apesar do padrão de agricultura se apresentar como moderno, ele ainda se utiliza de práticas típicas da acumulação primitiva, como a devastação da natureza, trabalho forçado e expropriação. Os mesmos agentes que se dizem “modernos” lançam mão de políticas regressivas, aliando-se aos setores mais atrasados da sociedade brasileira. Ainda, citando Martins (2000) “seria nas fissuras da ordem patrimonial brasileira que se insinuaria a modernidade no Brasil”. Desse modo, “a reforma agrária carrega, dado essa anomalia frente à modernidade clássica, essa ambiguidade de ser passado e futuro” (BARONE; FERRANTE, 2017, p. 35).

Nesse contexto de desmobilização das lutas por terra, território e reforma agrária os autores reconhecem a importância das ações de novos sujeitos (povos indígenas, comunidades quilombolas, posseiros e ribeirinhos etc.) que estão protagonizando as lutas no campo brasileiro.

Porto-Gonçalves et al. (2015) evidenciam o crescimento de mobilizações de outros segmentos sociais – além de trabalhadores rurais sem-terra – na luta por terra e território no Brasil contemporâneo. Entendem-se as questões indígena e quilombola como paralelas e interligadas a questão agrária, haja vista que elas se dão em áreas que o agronegócio tem interesse de se territorializar.

Portanto, além dos trabalhadores sem-terra, outros personagens entram em cena na luta pela terra do século XXI, como os indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Desse modo, “a luta pela terra (e por uma ressignificada reforma agrária) parece que continua transformando sem-terra em indígenas e indígenas em sem-terras” (BARONE; FERRANTE, 2017, p. 37).

Há nesse contexto um processo de recriação e manutenção de agriculturas

alternativas, de transições agroecológica, significando um caminho para o desenvolvimento de unidades produtivas relacionadas a valorização da segurança e seguridade alimentar. Outro elemento verificado pelos autores é que “na interface desses dois elementos (luta pela terra e agriculturas alternativas) desenvolve-se atualmente uma luta por uma reforma agrária periurbana – juntamente com a questão agrária e urbana” (BARONE; FERRANTE, 2017, p. 38). Há experiências de luta e de assentamentos nas regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo, brechas para alternativas como a agricultura urbana e agroecologia. A reforma agrária também ganha novo significado no contexto dos assentamentos PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), modelos difundidos no contexto da região Amazônica, mas recriados em outros territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores discutidos nesse texto mostram o quanto a política agrícola esteve condicionada pela estrutura produtiva, em que o processo de modernização conservadora alterou a base técnica mas, sem transformar a estrutura agrária. Nesse período, a agricultura brasileira esteve em um ciclo de modernização técnica e de crescimento. Essa modernização conservadora teve como principal instrumento o crédito rural, que associado a outras medidas implementadas pelo Estado, tinham como objetivo aumentar a produtividade da terra e modernizar o espaço rural brasileiro.

Ao discutir as questões relativas ao desenvolvimento do campo brasileiro, percebe-se que mesmo com as mudanças decorrentes do processo de modernização agrícola, muita coisa não se alterou em relação a questão agrária, mantendo ainda a alta desigualdade na estrutura fundiária do país.

Em relação a política fundiária recente vimos que a Constituição Federal de 1988 se define como um marco histórico e social, pois trouxe avanços no campo dos direitos, inclusive do direito agrário, ao incluir o princípio da função social da propriedade fundiária, conceito herdado do antigo Estatuto da Terra de 1964. Na função social da propriedade fundiária de 1988 entram os critérios do aproveitamento racional e adequado, a preservação ambiental e o bem-estar nas relações de trabalho, compondo assim indicadores de exploração econômica, ambientais e de relações de trabalho.

Apesar de todo avanço na legislação agrária por meio da Constituição de 1988, Delgado (1997) destaca a condição de frouxidão da política fundiária por meio do Estado, no que diz respeito a sua execução que se afasta das regras do direito da propriedade. Há um distanciamento das políticas executadas pelo Estado em face dos princípios do direito que conferem a legitimidade do direito de propriedade

no Brasil. Portanto, há uma descontinuidade entre o princípio jurídico (da função social de propriedade) e o prático político do Estado, caracterizando-se por uma frouxidão da política fundiária, no que diz respeito a sua execução concreta que se afasta das regras do direito de propriedade (DELGADO, 1997).

Não existe um consenso no que diz respeito a reforma agrária no país, há os que acreditam que não tem mais sentido prático numa política de reforma agrária e outros que acreditam que a reforma agrária pode ser um modelo transformados da sociedade. Há uma polissemia de sentidos e interpretações, que englobam uma diversidade de sujeitos e de lutas que se materializam na estrutura social brasileira, marcada pela concentração de terras e excludente processo de desigualdade social.

REFERÊNCIAS

BARONE, Luís Antônio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Reforma agrária no século XXI: bloqueios e perspectivas. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 22 – 39.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. Coleção Primeiros Passos. Brasiliense, São Paulo, 1996.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e Agricultura no Brasil**. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/ UNICAMP, 1985.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agonegócios: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. **Caderno de Conflitos no Campo** 2015. Goiânia: CPT, 2015.

SAUER, Sérgio. Movimentos e organizações sociais no Brasil rural contemporâneo: questões e desafios. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 367-396.

SARON, F. A.; NEVES NETO, C. C.; HESPANHOL, A. N. As dificuldades de implementação dos programas de apoio à agricultura familiar no Brasil. **Boletim de Geografia**. Maringá, V. 35, Nº 1, p. 1-16, 2017.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: o Debate Tradicional: 1500-1960**. São Paulo. Editora Expressão Popular: 2005. p. 15 – 31.



Socioeconomia e Gestão florestal no Projeto de Assentamento Moju I e II, Pará, Brasil

Antonio José Mota Bentes¹
Raimunda Nonata Monteiro²
Thiago Almeida Vieira³

RESUMO: Os assentamentos representam importantes territórios ocupados por agricultores familiares. Na Amazônia, dadas especificidades culturais, geográficas, de infraestrutura e ambientes, a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental dos projetos de assentamentos apresenta características próprias em relação a outras regiões do país. A floresta nos projetos de assentamentos convencionais, como um bem familiar e não coletivo, pode representar um importante ecossistema a partir de seu uso sustentável, em prol da subsistência e qualidade de vida das famílias assentadas. Assim, este artigo objetiva analisar o perfil socioeconômico dos assentados e a gestão florestal no Projeto de Assentamento Moju I e II, municípios de Placas e Mojuí dos Campos, Oeste do Pará, Brasil. A insegurança das famílias nos lotes, somada à ausência de políticas públicas que promovam a floresta como um componente de desenvolvimento sustentável do assentamento, denota que a Reforma Agrária tenha se concentrado mais na colonização de novas terras em detrimento de outras medidas equitativas.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária. Recursos Florestais. Conservação Florestal. Amazônia.

SOCIOECONOMY AND FOREST MANAGEMENT IN MOJU I AND II SETTLEMENT PROJECT, PARÁ, BRAZIL

ABSTRACT: Settlements represent important territories occupied by family farmers. In the Amazonia, given cultural, geographical, infrastructure and environmental specificities, the economic, social, cultural and environmental sustainability of Settlement Projects has its own characteristics in relation to other regions of the country. The forest in conventional settlement projects, as a family and not a collective good, can represent an important ecosystem based on its sustainable use, for the subsistence and quality of life of settled families. Thus, this article aims to analyze the socioeconomic profile of settlers and forest management in the Moju I and II Settlement Project, municipalities of Placa and Mojuí dos Campos, Western Pará, Brazil. The insecurity of families in the plots, coupled with the absence of public policies that promote the forest as a component of sustainable development in the settlement, denotes that Agrarian Reform has focused more on the colonization of new lands to the detriment of other equitable measures.

KEYWORDS: Land Reform. Forest Resources. Forest Conservation. Amazonia.

¹Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida pela Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: antoniononai@gmail.com

²Pós-doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade de Coimbra. E-mail: monteiro.raimunda@gmail.com

³Doutor em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: thiago.vieira@ufopa.edu.br

INTRODUÇÃO

Na Amazônia brasileira, os assentamentos representam importantes territórios ocupados por agricultores familiares, não sendo apenas um espaço de produção rural, mas também territórios de afirmação identitária e de reprodução social.

Historicamente, a criação dessas áreas é fruto da pressão da sociedade civil organizada como reação à alta concentração fundiária promovida pela modernização capitalista agrária no Brasil, a partir dos anos 1950. Na região Amazônica, a maior receptora dos fluxos de camponeses desterritorializados do Centro-Sul e Nordeste do Brasil, a demanda por terra foi intensificada a partir da década de 1970, com a chegada de grandes levas de migrantes atraídos para os projetos de colonização, Grandes Projetos hidrelétricos e de mineração ou, simplesmente, em busca de terra para trabalhar (BECKER, 1985; BECKER, MACHADO, 1982).

Importante observar que os desequilíbrios na distribuição da terra no Brasil e seus reflexos na concentração e desordem fundiária na Amazônia é consequência do projeto autoritário de ocupação da Amazônia, promovido pelos governos militares sob o argumento de defender a soberania nacional e povoar a região, num projeto implantado de forma autoritária (IANNI, 1981).

A partir dos anos 1980, como reflexo da abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, os contingentes de agricultores assentados informalmente e as gerações subsequentes dos que possuíam terra se configuraram em demanda de reforma agrária. Como resultado da falência do processo de colonização na região, na Transamazônica surgiu o movimento pela sobrevivência nesse território ocupado por camponeses oriundos de diferentes regiões do país e que passaram a lutar por uma reforma agrária de verdade (PORRO; PORRO; ASSUNÇÃO, 2016). A concentração fundiária nas áreas de acesso mais fácil na Amazônia, tornava o acesso a terra pelos pequenos agricultores impeditivo. A partir dos anos 1990, conforme avançava a ocupação dos estados da Amazônia Legal, novas levas de famílias sem terra migraram para a Amazônia (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004), em busca de terra em torno das grandes rodovias federais abertas durante os governos militares (BR-230, BR-163, BR-364 e BR-319 todas na Amazônia).

São essas dinâmicas agrárias, articuladas nacionalmente que se transformaram em força política para que o governo federal promulgasse o Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituindo o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989” (INCRA, 2019), que dava sequência à política federal de 1966, que pelo Decreto nº 59.456, instituiu o Plano Nacional de Reforma Agrária. E mais tarde, em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que ficaria responsável pela execução

desta política.

A Reforma Agrária tomava tal vulto que foi criado o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad), controverso, pois ainda era concebido no âmbito de governos autoritários e o projeto agrário era privilegiar a grande empresa rural. Durante os anos 1990 e primeira década dos anos 2000, a tensão em torno da questão agrária levou à reformulação de políticas, instituições e instrumentos. Nesse período, a demanda por redistribuição da terra persistiu e a principal tensão entre organizações sociais dos pequenos agricultores sem terra foi em torno de metas de assentamento, efetividade de instrumentos, taxas de desmatamento entre pequenos e grandes proprietários e pela regularização fundiária (ALENCAR et al, 2016) .

Apesar de se constituírem de uma pauta histórica de reivindicação dos movimentos sociais e terem integrado as políticas governamentais de ocupação da região, a maioria dos assentamentos não alcançou até hoje seu estágio final de consolidação da regularização fundiária e sua emancipação. A baixa governança, a ausência de planejamentos integrados às realidades locais e socioambientais que caracterizam o processo histórico de ocupação da Amazônia repercutem também na política de reforma agrária. A sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária na Amazônia são mais exigentes que em outras regiões do país, dadas especificidades culturais, geográficas, de infraestrutura e ambientais (BRASIL, 2005; ALENCAR et al, 2016; SOARES, 2017).

As distintas realidades locais em diversas regiões da Amazônia levaram as organizações sociais a proporem modalidades diferenciadas de projetos de assentamento na Amazônia, considerando a necessidade de produção agrícola e uso sustentável das florestas. São os PDSs (Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis), PAF (Projetos de Assentamentos Florestais), as Resexs (Reservas Extrativistas) e PAEXs – Projetos de Assentamentos Extrativistas que se tornaram assentamentos de reforma agrária, na medida em que a política nacional se aproximou mais das demandas amazônicas e da sociodiversidade de suas populações rurais.

Os sistemas de produção agropecuária dos assentados, em geral se baseiam em tecnologias de uso da terra desenvolvidos no sistemas de corte e queima da floresta, com baixa produtividade do trabalho agrícola e ausência de tecnificação para o beneficiamento dos produtos para obtenção maior de renda. Esses fatores contribuem historicamente para que a maioria dos assentados de reforma agrária reproduzam uma matriz de produção com baixa remuneração financeira do trabalho. Este processo ocorre, sobretudo porque o acesso à terra se dá sem as condições necessárias e adequadas à realidade amazônica para gerar renda ao assentado

(SOARES, 2017); e porque a falta de assistência técnica torna limitado o alcance de produtividade aos esforços empreendidos na unidade familiar (ALENCAR et al, 2016). Isso explica a exploração predatória dos recursos naturais, com ênfase na floresta, revelando a intensidade do desmatamento nessas áreas (VENTURIERI et al, 2004), que também pode ser fruto do processo de expulsão de seus territórios originais e sendo assentados em áreas menores do que os exigidos pela lógica de seu sistema de produção. Por outro lado, esses agricultores são responsáveis por grande parte do fornecimento de alimentos dos brasileiros. Assim, estas áreas são também territórios importantes para a socioeconomia da população assentada na Amazônia.

Chega-se à segunda década deste século com cerca de 730 mil propriedades menores que 100 hectares ocupando uma área de aproximadamente 13,3 milhões de hectares, que seriam responsáveis por 15% da perda total de cobertura florestal na Amazônia (PACHECO, 2009). Há cerca de quatro anos na Amazônia, os 3.589 projetos de assentamentos somavam 41,8 milhões de hectares, ou seja 8% da Amazônia Legal, representando 81% da área de reforma agrária do país (ALENCAR et al, 2016). O impacto social desses assentamentos é muito elevado, com empregos rurais que envolvem milhões de pessoas.

No Oeste do Pará, até 2010, os assentamentos representavam aproximadamente 97,8 mil km² de áreas com florestas e rios, envolvendo várias modalidades, dentre elas, os Projetos de Assentamentos convencionais (PAs) (IPAM, 2011). Até 2010 haviam sido implementados um total de 216 projetos com uma capacidade para distribuição de terras para 108,3 mil famílias. É nesse contexto que o PA Moju I e II representa uma importante área de reforma agrária, por ser o maior assentamento da região Oeste do Pará na sua modalidade (IPAM, 2011).

O PA Moju I e II foi criado na primeira metade da década de 1990, por força da ocupação espontânea de agricultores familiares sem-terra, oriundos principalmente de outros estados brasileiros, como do Nordeste, ou vindos da falência da mineração aurífera na região do Alto Rio Tapajós, no final da década de 1980 (COOPVAG, 2009). Oficialmente, a sua criação deu-se pela Portaria nº. 087, de 18/11/1996, publicado no Diário Oficial da União (DOU). A denominação do PA Moju I e II se originou do rio de mesmo nome que corta a área em toda a sua extensão e também pelo do referido assentamento ter sido implantado em duas fases.

Em face do exposto, este artigo objetiva analisar o perfil socioeconômico dos assentados e a gestão florestal na área estudada. O propósito desta análise é trazer elementos que ajudem a entender a socioeconomia e o processo de construção das percepções, tanto no que se refere à gestão florestal, como também aos elementos

relacionados à qualidade de vida na perspectiva histórica dos atores envolvidos. Entender esses elementos é o principal desafio deste estudo.

GESTÃO FLORESTAL EM ASSENTAMENTOS

O assentamento, por ser um espaço de encontro entre culturas, constitui-se em um ambiente de reprodução social que realimenta uma perspectiva histórica de sujeitos políticos que são, por essência, complexos e estão materializados nas famílias localizadas em suas parcelas e lotes. Desse modo, a gestão florestal é um processo assimétrico de ambientes e atores que caracterizam os territórios da reforma agrária e os tornam um campo de forças políticas que impulsionam o seu desenvolvimento a partir de diferentes formas de gestão e cujo processo é dinâmico (SAUER, 2005).

Do ponto de vista institucional, a gestão florestal em assentamentos deve ser vista como um processo de cogestão, a partir do envolvimento dos diferentes atores em um ambiente de parcerias, em torno de uma concepção da floresta como um bem comunitário ou coletivo. Neste aspecto, a parceria institucional é uma condição chave que compõe a estratégia de governança ambiental para o estabelecimento do uso sustentável dos recursos naturais. O processo de gestão materializa-se no esforço de cooperação entre indivíduos e instituições (ESPADA, 2015). Esta valorização das parcerias tem sido desenvolvida de forma efetiva em Unidades de Conservação na Amazônia, como a Floresta Nacional do Tapajós (ESPADA; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2019; ESPADA; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2017). Nos projetos de assentamento, os enfoques de cogestão materializam-se de forma diferente, a partir de um contexto sociopolítico, onde indivíduos e instituições se adaptam ao ambiente que se encontra em construção.

Um outro olhar para a gestão florestal se dá sob uma perspectiva econômica e ambiental, cuja base de sustentação fundamenta-se na ideia da conservação dos recursos florestais para o uso sustentável. Assim, a floresta representa uma oportunidade de uso real, sendo a conservação o elemento que sustenta a estratégia de gestão e une diversos sujeitos em torno do manejo florestal sustentável.

Desta forma, a gestão florestal desenvolve-se sob a responsabilidade de uma comunidade local ou um grupo social mais amplo, que estabelece direitos e compromissos de longo prazo com a floresta e se organiza para dar suporte à sua manutenção a partir de objetivos sociais, econômicos e ambientais que conservam uma paisagem ecológica e cultural, produzindo uma diversidade de produtos para consumo e para o mercado (AMARAL; AMARAL NETO, 2005).

De acordo com Venturieri et al (2004), a ocupação e exploração desordenada de terras na região amazônica são processos que têm se estabelecidos há décadas,

caracterizados pela falta de governança e de planejamento. Sem a regularização fundiária, a apropriação desordenada da terra tem resultado na exploração predatória dos recursos naturais, sendo que a estrutura e a dinâmica da apropriação fundiária desordenada justificam ainda a intensidade e amplitude do desmatamento.

Entendemos que a gestão florestal é um componente importante para garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros nos Projetos de Assentamentos de reforma agrária na Amazônia Brasileira. Nesse contexto, o manejo florestal comunitário é um componente integral do gerenciamento e do uso sustentável da floresta na Amazônia brasileira (HUMPHRIES et al, 2012).

O manejo florestal comunitário, como estratégia de gestão da floresta e alternativa ao desmatamento, surgiu como modelo coletivo nos anos de 1980 (SCHERR et al, 2004; AMARAL; AMARAL NETO, 2005; BRAY; MERINO-PÉREZ; BARRY, 2005). E como tal esteve ligado à preocupação e aos trabalhos globais de proteção às florestas tropicais naturais contra o desmatamento e a degradação, para reduzir a pobreza e a desigualdade nas áreas rurais, e levar uma assistência de desenvolvimento mais relevante e justa para as comunidades (CHARNLEY, POE, 2007).

Experiências da Ásia, África e América Central podem servir de referência para a construção de novos modelos de gestão florestal nos assentamentos da Amazônia, estabelecidos com base em uma concepção que vai além da exploração madeireira em si e abrange outras dimensões da sustentabilidade.

Na Bacia do Congo na África, por exemplo, cerca de 20 milhões de hectares de florestas são exploradas de acordo com os planos de manejo, com base em um sistema florestal de redução da intensidade da exploração, incorporando na estratégia o pagamento de serviços ambientais de REED+ como forma de compensação pelo esforço de gestão (ROSSI et al, 2017). No Brasil, a floresta somente tem conseguido ter valor pelo potencial madeireiro existente em taxas de alta intensidade de exploração, cerca de 30m³/ha.

Na Índia, após anos históricos de negação do direito das comunidades de usarem os recursos florestais a seu favor, em 2006, por meio da criação da Lei dos Direitos da Floresta, as comunidades passaram a exercer um papel prioritário na gestão das florestas. Essa mudança na concepção da gestão florestal estabeleceu não somente o uso prioritário da floresta pelas comunidades, mas também atribuiu responsabilidades na conservação florestal e da biodiversidade pelos atores envolvidos (LAWRY et al, 2012). Essa é uma experiência que traz à tona a discussão sobre o direito à propriedade e ao uso sustentável dos recursos naturais.

A experiência vivida na Guatemala, no que concerne à questão da gestão e da

degradação florestal, levantou discussões interessantes em torno de soluções para os problemas semelhantes vivenciados no Brasil. O uso da reserva florestal se deu por um processo de planejamento participativo e criação de zonas de proteção, de entorno e áreas de uso múltiplo dos recursos florestais. Nos projetos de assentamentos na Amazônia, a reserva legal é a área de floresta para uso múltiplo, mas este componente do território não se consolida por falta de planejamento. Embora as experiências na América latina tenham uma realidade diferente e uma diversidade de arranjos sociais, institucionais, políticos e econômicos; esses contextos ajudam a refletir sobre os principais avanços e desafios nos diferentes níveis e realidades da gestão florestal no Brasil (AMARAL; AMARAL NETO, 2005).

No Brasil, o uso sustentável da floresta nos projetos de assentamentos é regulado pela Instrução Normativa nº 05, de 11 de Dezembro de 2006 do Ministério do Meio Ambiente–MMA e pela Instrução Normativa nº 65 de 27/12/2010/INCRA. Neste caso, o desenvolvimento florestal poderá se efetivar a partir de duas categorias de manejo florestal, quanto à intensidade de exploração para a produção de madeira: 1) o manejo de baixa intensidade, sem uso de maquinários “pesados” e com intensidade de corte de 10m³/ha, e 2) o manejo pleno, com uso de maquinários “pesados” e intensidade de corte de 30 m³/ha. Para o PMFS pleno, o ciclo de corte inicial é no mínimo de 25 anos e no máximo de 35 anos. Já para o PMFS de baixa intensidade o ciclo de corte é de, no mínimo, 10 anos (BRASIL, 2006).

Com base em um estudo de viabilidade do Manejo Florestal Pleno e de Baixa intensidade realizado no PA Moju I e II, Santos (2016) concluiu que as referidas categorias apresentaram viabilidade econômica, mas devem ser levadas em consideração as peculiaridades de cada uma delas. Segundo este autor, o manejo florestal pleno proporciona um melhor retorno financeiro, porém é uma abordagem que requer a utilização de maquinário pesado e mão de obra especializada.

Quanto ao manejo florestal de baixa intensidade, apresenta agregação de maior valor à madeira, com baixa intensidade de colheita (10m³/ha), embora com um menor retorno financeiro (SANTOS, 2016). Por outro lado, apresenta um impacto social maior e positivo, em razão de não utilizar máquinas pesadas, e com o tempo possui uma tendência para a absorção de mão de obra local com mais facilidade, por conta do menor grau de especialização que é exigido.

O manejo da floresta tem representado um processo longo e burocrático (CARNEIRO et al, 2011; COSTA; ALVES; CRUZ, 2011). Esta situação tem contribuído diretamente para a extração ilegal da floresta que ocorre à revelia do órgão fundiário e ambiental, mas com provável conhecimento das famílias. Por não representar uma fonte de renda contínua, a floresta acaba não sendo um componente

do planejamento estratégico da família em relação à geração de renda.

Assim, as atividades econômicas predominantes nos assentamentos são aquelas relacionadas à agropecuária, desenvolvidas no sistema de corte e queima. Porro, Porro e Assunção (2016) mostraram que camponeses na Transamazônica mesmo em projetos de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), com regras diferenciadas dos assentamentos convencionais, persistem com sua tradicional roça de corte-e-queima, mesmo diante das atuais restrições legais e do próprio ecossistema em suas atuais condições.

Somado a isto, as atividades de uso da terra baseadas nas culturas de ciclo curto predominam, e a extração madeireira é intensa nos assentamentos, as atividades de manejo legalmente licenciadas são poucas devido a vários fatores, dentre os quais se destacam: a inexistência de regularização fundiária dos lotes, a falta de assistência técnica, a demora do licenciamento, a dificuldade de acesso a crédito e a grilagem de terras para desmatamento em detrimento da floresta em pé (GOMES et al, 2012; IPAM, 2015).

Assim, é de suma importância o estudo e entendimento da dinâmica de uso da floresta em assentamentos, pois de acordo com Ávila et al (2019) isto permitirá a busca e implementação de um modelo mais sustentável, o qual seja capaz de conciliar a conservação da floresta e ainda melhorar a condição de vida dos assentados - bem como reduzir conflitos e pobreza rural.

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PA MOJU I E II

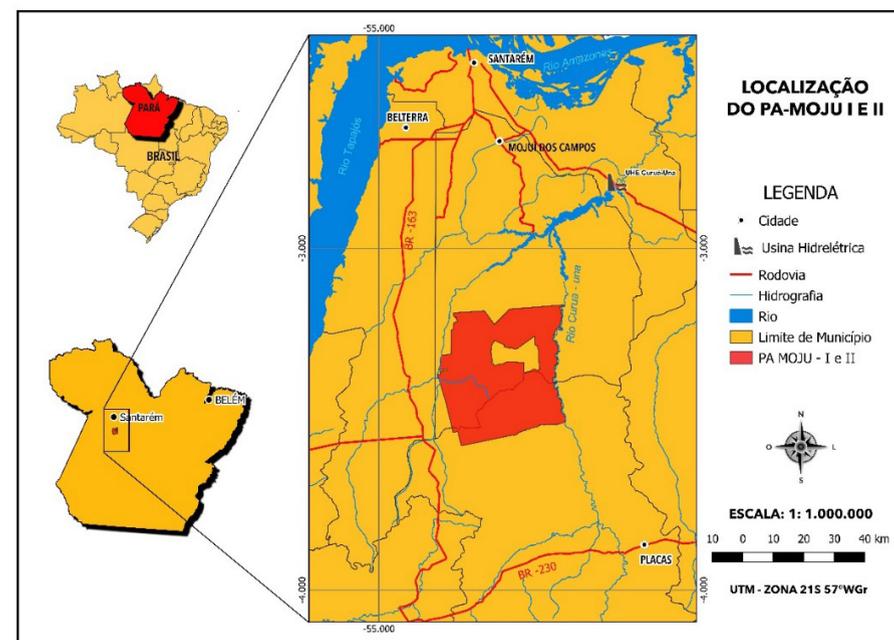
O projeto de assentamento PA Moju I e II (Figura 1), objeto deste estudo, integra a segunda fase do processo de reforma agrária no Brasil. Trata-se de uma modalidade de assentamento implementada a partir da década de 1990, que consistia na formação de um território com agrovila centralizada em um ponto estratégico no entorno das parcelas onde as famílias eram assentadas.

Esta configuração territorial possibilitaria às famílias o acesso facilitado às políticas públicas relacionadas à saúde, educação, saneamento básico, energia e lazer. Todavia, esse modelo fundiário entrou em decadência por duas razões: as agrovilas não receberam as estruturas de benefícios sociais prometidos pela reforma agrária; e a localização distante das áreas de trabalho fez com que as famílias não se sentissem estimuladas a morar nesse centro urbanizado do projeto de assentamento, enfrentando as dificuldades de acesso e transporte para o escoamento da produção. Apesar disso, as famílias, mesmo com pouca estrutura, estabeleceram-se em seus lotes, onde hoje vivem e desenvolvem suas atividades.

O PA Moju I e II se insere nesse contexto amazônico da reforma agrária. No entanto, apesar dos avanços e conquistas em relação ao ordenamento territorial e

à implementação de políticas públicas, a maioria das famílias ainda não consegue acessar os benefícios da reforma agrária. Dentre as principais dificuldades que geram tal situação destacam-se: a falta de regularização ambiental e fundiária; dificuldade de acesso à assistência técnica e extensão rural; carência de incentivos para a promoção de alternativas produtivas sustentáveis; supressão de novas áreas de floresta para a intensificação da produção agropecuária; além de falta de incentivo para o manejo florestal sustentável e gestão florestal (IPAM, 2011).

Figura 1- Localização da área de estudo, Projeto de Assentamento Moju I e II, Estado do Pará, Brasil.



Fonte: Adaptado INCRA/COOPERVAG/PDA (2009).

CAMINHOS METODOLÓGICOS

As análises aqui apresentadas foram desenvolvidas a partir de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos em pesquisa de campo para levantar informações sobre gestão florestal no PA Moju I e II, obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, envolvendo uma amostra de 137 famílias, representando cerca de 10% da população total do assentamento.

O projeto que originou este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), sendo aprovado

pelo Parecer nº 2.659.043. Aos entrevistados foi garantido o anonimato, tendo sido realizada a entrevista somente após a anuência e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido por cada um deles.

Os dados secundários foram produzidos por instituições de assistência técnica, pesquisa e gestão da reforma agrária que atuam na região, a exemplo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a Cooperativa de Assistência Técnica (COOPERVAG) e a Superintendência Regional do Incra/SR-30.

As informações foram extraídas do Sistema de Informações do Projeto Assentamentos Sustentáveis (SIMPAS), desenvolvido pelo IPAM para monitoramento da execução do Projeto “Assentamentos Sustentáveis na Amazônia” (PAS).

A extração dos dados brutos do referido sistema permitiu a análise dos resultados por meio de gráficos, quadros e mapas. As informações foram organizadas em temas socioeconômicos (escolaridade, idade, origem, moradia, transporte, acesso à água, energia); situação fundiária; atividades produtivas (cultivos anuais e perenes, pecuária, criação de pequenos e médios animais, atividades florestais madeireiras e não-madeireiras); participação e organização social.

A análise estatística descritiva foi utilizada para tratar os dados, de modo que foram elaborados gráficos e tabelas que permitiram a caracterização da socioeconomia e da gestão florestal no assentamento estudado. Como parte da análise de dados primários, obtidos em trabalho de campo, utilizamos trechos das falas dos assentados para ilustrar alguns cenários sobre o assentamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

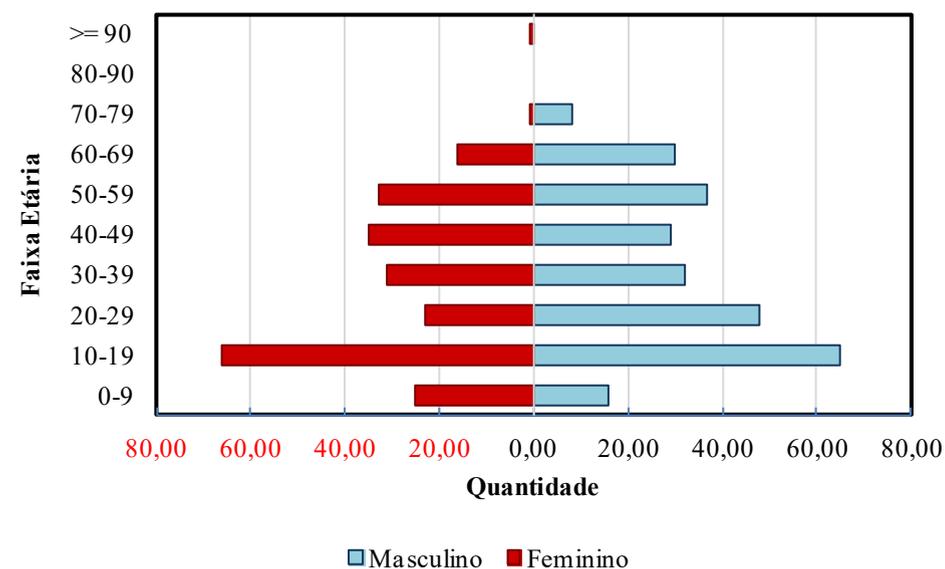
O PA Moju I e II é considerado um dos maiores assentamentos nessa modalidade, na região Oeste do Pará, e possui capacidade para assentar 1.590 famílias com uma área em torno de 150.000 ha. É composto atualmente por 31 comunidades e 33 Associações Comunitárias, e uma população aproximada de 6.000 pessoas. Os núcleos familiares não são considerados grandes, sendo compostos por um filho apenas (28,2%), por dois filhos (25,9%), por três filhos (23,5%), por quatro filhos (11,8%) e por cinco filhos (10,6%).

Cerca de 87,3% dos lotes no PA Moju I e II possuem tamanho de 100 hectares, e somente 9,3% das famílias estão em lotes maiores que 100 hectares, e menor que 50 hectares apenas 3,4% das famílias. Ressaltamos que as parcelas dos projetos de assentamento não deveriam ser superiores a 100 hectares, sendo que alguns lotes são maiores que essa medida por razões técnicas e por conta da situação em que se encontram em relação à geografia e localização do assentamento na região.

A maioria da população do assentamento encontra-se na faixa etária entre 10 a 19 anos e a menor a partir dos 70 anos (Gráfico 1). Isto mostra que muitos jo-

vens ainda residem no assentamento. Os problemas sociais existentes, sobretudo aqueles relacionados à falta de estrutura de saúde, educação e melhores condições para as atividades produtivas acabam contribuindo para a saída dos jovens que decidem trocar o assentamento pela cidade até com apoio das famílias em busca de condições melhores para estudo e formação profissional, principalmente a partir dos 20 anos de idade.

Gráfico 1 - Pirâmide populacional dos assentados do Projeto de Assentamento Moju I e II, Pará, Brasil.



Fonte: Adaptado de IPAM (2017).

Estudos também apontam que o êxodo rural juvenil reflete certo grau de insatisfação tanto do jovem como de sua família em relação às condições difíceis da vivência no campo, por falta de projetos e de oportunidades que sejam indutores de processos inclusivos para a juventude (SANTOS, 2009). Castro (2005) destaca que a migração juvenil dos assentamentos é uma consequência das mudanças econômicas e sociais que se processaram no mundo agrário.

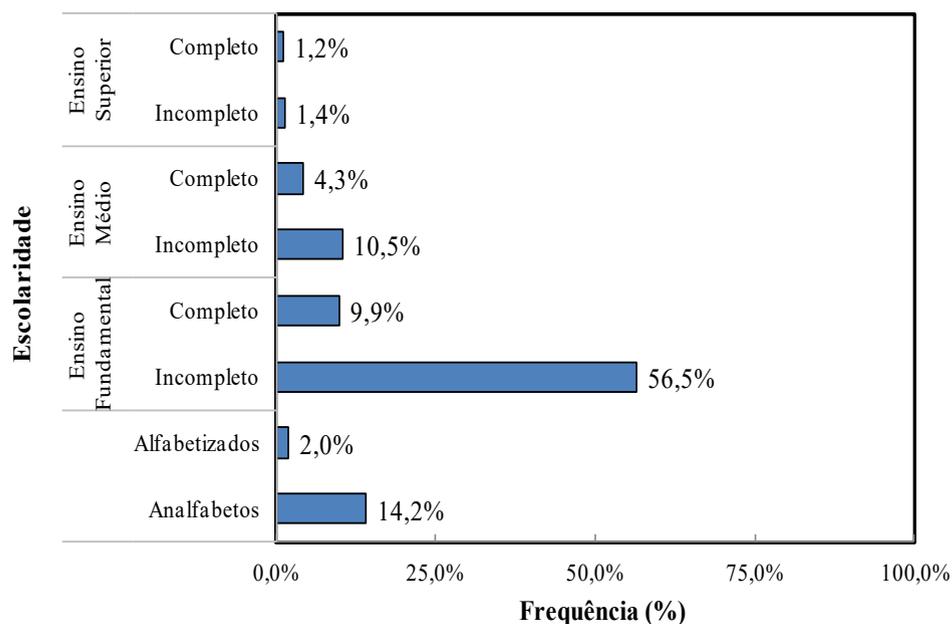
A manutenção do jovem no campo pode ocorrer se forem criadas condições para que eles permaneçam na atividade produtiva, desenvolvendo-se o espaço rural, respeitadas as particularidades de cada território (CELLA; QUEDA; FERRANTE, 2019).

A população masculina é de 53,2% e a feminina 46,8%. Esses dados do PA Moju I e II refletem a tendência de ocupação da Amazônia em sua primeira fase, capitaneada por grandes investimentos federais, através da abertura de estradas como BR-163 (Santarém-Cuiabá) e BR-230 (Transamazônica), dos incentivos fiscais e dos grandes projetos de exploração mineral.

Esse modelo de ocupação promoveu o deslocamento de grandes contingentes populacionais de várias regiões brasileiras, notadamente do Nordeste. A maioria dos migrantes eram homens que vieram em busca do Eldorado, uma vez não concretizado o sonho, esses indivíduos acabaram indo ocupar as terras destinadas pela reforma agrária (ALVES et al, 2010). Hoje, no PA Moju I e II, muito lotes são ocupados por homens solteiros e que não conseguiram constituir família.

O grau de instrução das famílias assentadas no PA Moju I e II é muito baixo, sendo que a grande maioria dos adultos (56,5%) possui apenas o ensino fundamental incompleto e somente 9,9% o completaram (Gráfico 2). Destaca-se que cerca de 14% dos assentados adultos são analfabetos.

Gráfico 2 - Escolaridades de assentados no projeto de assentamento Moju I e II, Pará, Brasil.

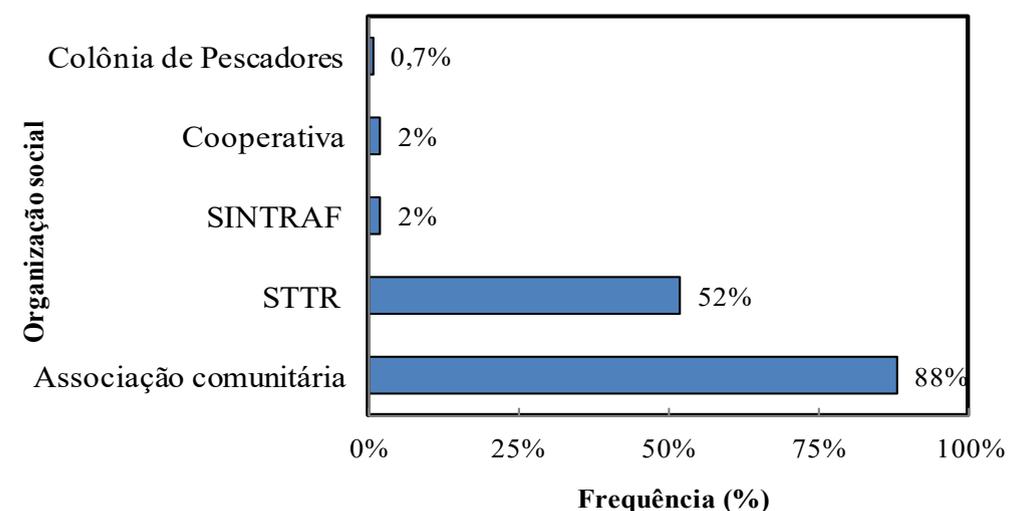


Fonte: adaptado de Ipam (2017).

Embora não seja um fator que determine o desenvolvimento socioeconômico do assentamento, a baixa escolaridade presente nas famílias reflete de certa forma o abandono a que estão submetidas às famílias nos assentamentos (IPAM, 2017).

O assentamento organiza-se em torno do Associativismo e do sindicalismo rural (Gráfico 3), em cujo processo as comunidades são representadas por meio de Associações próprias, por Delegacias Sindicais ligadas aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mojuí dos Campos e de Placas, e por uma Central de Associações em regime Federativo de representação coletiva do Assentamento.

Gráfico 3- Participação dos assentados em organizações sociais, Projeto de Assentamento Moju I e II, estado do Pará, Brasil.



Fonte: adaptado de Ipam (2017).

Embora o associativismo juntamente com o sindicalismo sejam as formas predominantes de organização do assentamento, percebe-se que há, mesmo que numa escala menor, uma diversidade de modalidades presentes nas comunidades. Além disso, tal estrutura organizacional torna o assentamento, nesta modalidade, diferente no contexto dos demais na região, uma vez que não é comum os projetos de assentamentos convencionais (PA) organizarem-se em estruturas de gestão coletivas. Instrumento de gestão coletiva é típico dos Assentamentos diferenciados ou coletivos como os Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), dentre outros. No PA Moju I e II, além das

Associações Comunitárias que fazem a gestão local, o assentamento possui uma Central de Associações (CAAREAPA) que exerce o papel de uma coordenação geral do território.

O número maior de assentados envolvidos no associativismo do que no sindicalismo se dá em razão do incentivo à participação das famílias nas organizações associativas para acesso às políticas de reforma agrária, sobretudo os créditos iniciais de fomento à permanência na terra e os produtivos para fortalecimento da renda. As políticas de reforma agrária são geralmente aplicadas com apoio das Associações e o acesso ao crédito segue o mesmo critério, na maioria dos casos. Daí o reflexo de uma maior participação no associativismo, do que no sindicalismo.

Neste tocante, Neves (2013) mostra que esta “impositiva interdependência política” pode gerar problemas de falta autonomia e de independência política destas associações, vez que o associativismo não pode ser apresentado como instrumento universalizável de agregação ao engajamento político e à ação coletiva. Esta situação pode ocorrer quando a organização do assentado estabelece como estratégia de atuação política restrita aos benefícios das políticas públicas de reforma agrária, ficando estas a mercê dos interesses de órgãos e governos. Além de serem instrumentos de intermediação para a execução de políticas nos assentamentos, as Associações devem exercer o seu papel de representação política dos interesses dos assentados.

Esta representação política exercida pela organização social no assentamento, deve incorporar o desejo das famílias pela geração de renda e manutenção da estrutura necessária para a promoção da qualidade de vida, como os sistemas de captação e distribuição de água potável, acesso à energia e estradas para o escoamento da produção (MILAGRES; MOURA; FERREIRA NETO, 2014). Por estarem mais próximas dos assentados, as organizações locais exercem o papel da luta pela aplicação das políticas de reforma agrária, e por isto são também em última instância, espaço de poder e disputa políticas internas e externamente, por serem reconhecidas e legitimadas no papel de representação dos anseios coletivos do assentamento.

No que tange à titulação definitiva do lote, que corresponde ao estágio final da regularização fundiária nos assentamentos convencionais, observamos que poucas famílias assentadas já receberam o título definitivo de suas áreas. O recebimento deste documento, como documentação da terra, consagra o estágio da emancipação fundiária, finalizando a responsabilidade do Incra na execução de políticas públicas no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, que inclui o acesso ao crédito fomento e produtivo, habitação, políticas sociais de educação e saúde, bem como a infraestrutura de estradas, captação de água com rede de distribuição

e energia.

Na visão oficial, a emancipação fundiária é um ato administrativo, como afirmam os documentos internos do Incra, a saber:

O assentamento é considerado emancipado, após ter participado das diversas políticas públicas de apoio, e ter conseguido encontrar seu caminho de desenvolvimento econômico estando consolidado e apto a integrar-se a vida do município em que está implantado. A emancipação se dá por ato do INCRA, observadas as determinações legais e regulamentares. A esta nova condição do assentamento dá-se o nome de emancipado ou em processo de desenvolvimento econômico (INCRA, 2008, p. 02).

A emancipação dos núcleos de colonização já havia sido mencionado na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, em seu artigo 68 e 69:

Art. 68. A emancipação do núcleo ocorrerá quando este tiver condições de vida autônoma, e será declarada por ato do órgão competente, observados os preceitos legais e regulamentares.

Art. 69. O custo operacional do núcleo de colonização será progressivamente transferido aos proprietários das parcelas, através de cooperativas ou outras entidades que os congreguem. O prazo para essa transferência, nunca superior a cinco anos [...] (BRASIL, 1964, p. 23).

A titulação e emancipação passaram a ter um novo regulamento a partir da sanção da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Para Pinto Neto e Silva (2018), tratam-se de novos mecanismos criados para facilitar a titulação individual e antecipação de emancipação dos assentamentos, mas que deixam os lotes disponíveis para serem transacionados no mercado de terras.

Para os assentados, a emancipação possui um significado para além de um ato administrativo. Como afirma Sauer (2005), a emancipação pretendida no assentamento não se refere apenas à independência dos órgãos e programas, mas no grau de organização e capacidade de mobilização social e política das famílias assentadas. A emancipação, portanto, não se restringe a um estágio de supressão de direitos pelo fim da relação com o Estado, mas da consolidação de “sujeitos de suas próprias biografias”.

Apesar da criação do PA Moju I e II ter ocorrido oficialmente a partir de 1996, a ocupação da área já havia iniciado pelo menos dez anos antes. Da população que

ocupou a área há cerca de trinta anos, apenas 2,2% continuam na área, estando há mais de 25 anos, e partir do período da criação, apenas cerca de 9,5% (Tabela 1).

Tabela 1 - Tempo de permanência das famílias no Projeto de Assentamento Moju I e II, estado do Pará, Brasil.

Tempo de permanência	Frequência (%)
Até 5 anos	40,9
De 5 a 10 anos	27,7
De 10 a 15 anos	19,7
De 15 a 20 anos	7,3
De 20 a 25 anos	2,2
Mais de 25 anos	2,2

Fonte: Adaptado IPAM (2017).

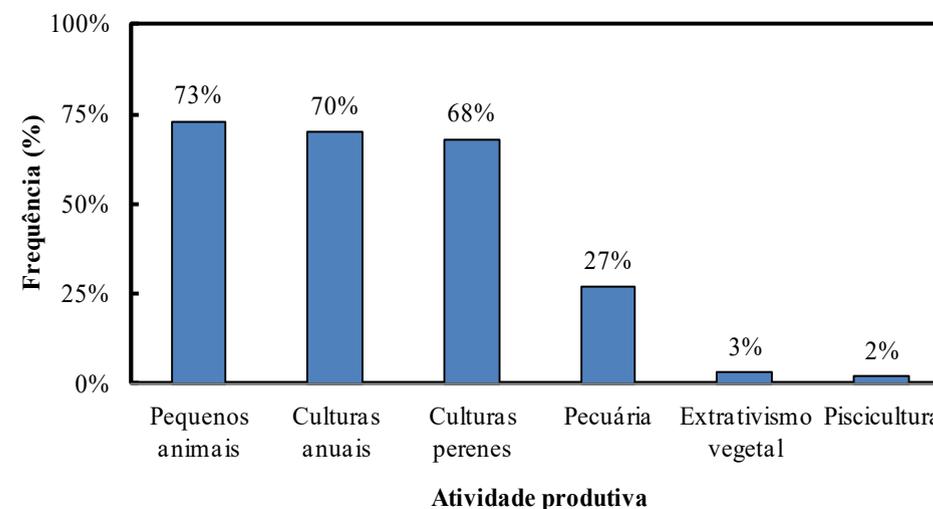
De acordo com a Tabela 1, os dados revelam um alto grau de instabilidade que ocorre no assentamento em relação à permanência das famílias em seus lotes. Cerca de 68% da população assentada têm no máximo dez anos de permanência na parcela, isto é, chegaram ao lote mais de vinte anos depois da criação oficial do assentamento.

Essa situação reflete uma insegurança fundiária a que são submetidas as famílias nos assentamentos da reforma agrária na Amazônia brasileira. Este cenário interfere nos processos produtivos, na relação com a gestão e uso da floresta, no desmatamento e na qualidade de vida como indicador de sucesso da reforma agrária na Amazônia.

Dependendo do potencial florestal de valor econômico que a família encontra no lote, seja por ter recebido a destinação do Incra ou por processos informais de compra e venda que ocorrem no assentamento, a floresta poderá ganhar valor como componente de desenvolvimento territorial, seja como fonte de renda (por meio do manejo florestal) no curto prazo, ou como reserva de longo prazo.

No que diz respeito às principais atividades desenvolvidas nos lotes no período de 2013 a 2016, destacam-se: pequenos animais (73%) e as culturas anuais (70%). A floresta tem pouca representatividade no desenvolvimento da economia via lote (3%) (Gráfico 4). De acordo com os assentados, esta pouca contribuição que as famílias obtêm da floresta se dá pelo estoque madeireiro comprometido para madeireiros ou porque não é uma atividade de vocação da família (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Diversidade das atividades produtivas dos assentados do Projeto de Assentamento Moju I e II, Pará, Brasil.



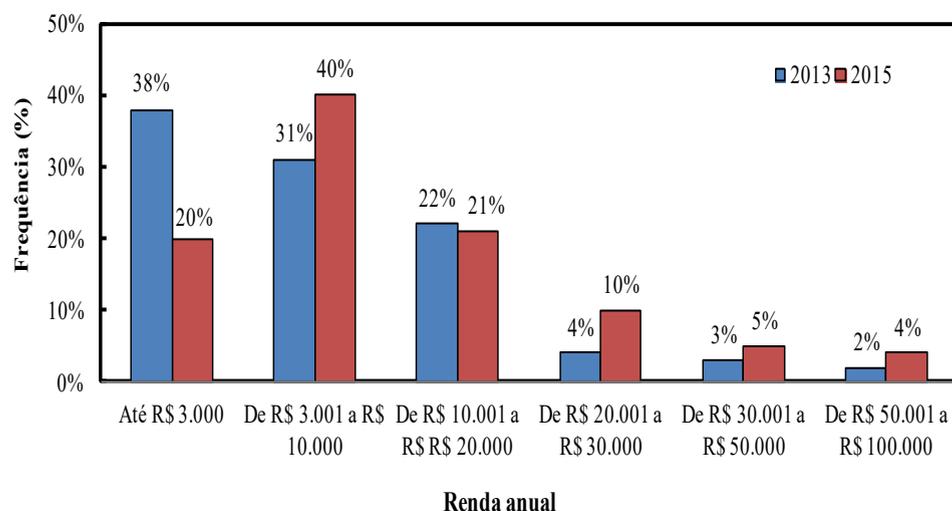
Fonte: adaptado de Ipam (2017).

Na criação de pequenos animais, destacam-se a criação de galinha, pato, carneiro e porco. Nos cultivos de culturas anuais estão: a mandioca, como a atividade de maior representatividade na geração de renda entre as famílias, seguido de milho, arroz e feijão. No cultivo de culturas perenes, destacam-se o cultivo de pimenta do reino, açaí, cacau, cupuaçu e banana. E na pecuária predomina a criação para corte e, em menor escala, a pecuária leiteira e de recria.

Até 2015, em termos de ocupação de áreas no assentamento, a pecuária ocupa 63,5% das áreas dos lotes; 21,9% com o cultivo de culturas anuais e 14,6% para a produção de culturas perenes (IPAM, 2015). Nas culturas anuais, 42,1% do esforço é para o cultivo de mandioca destinada à produção de farinha e outros derivados; sendo 25,4% para milho; 17,1% para arroz; e 15,4% para feijão. Nas perenes, o maior esforço de produção é para o cultivo de pimenta do reino (58,1%), seguido do cultivo de cacau (12%), depois açaí (11,1%), cupuaçu (10,3%) e banana (8,5%).

Outra análise importante em relação ao perfil socioeconômico dos assentados do PA Moju I e II refere-se à composição da renda. O Gráfico 5 apresenta um agrupamento da renda, por faixa de rendimento bruto, utilizando um levantamento realizado pelo Ipam (2017), durante a implementação de um projeto de assistência técnica junto a 150 famílias no período de 2013 a 2016.

Gráfico 5 - Composição da renda anual pelas famílias no Projeto de Assentamento Moju I e II, Pará, Brasil.



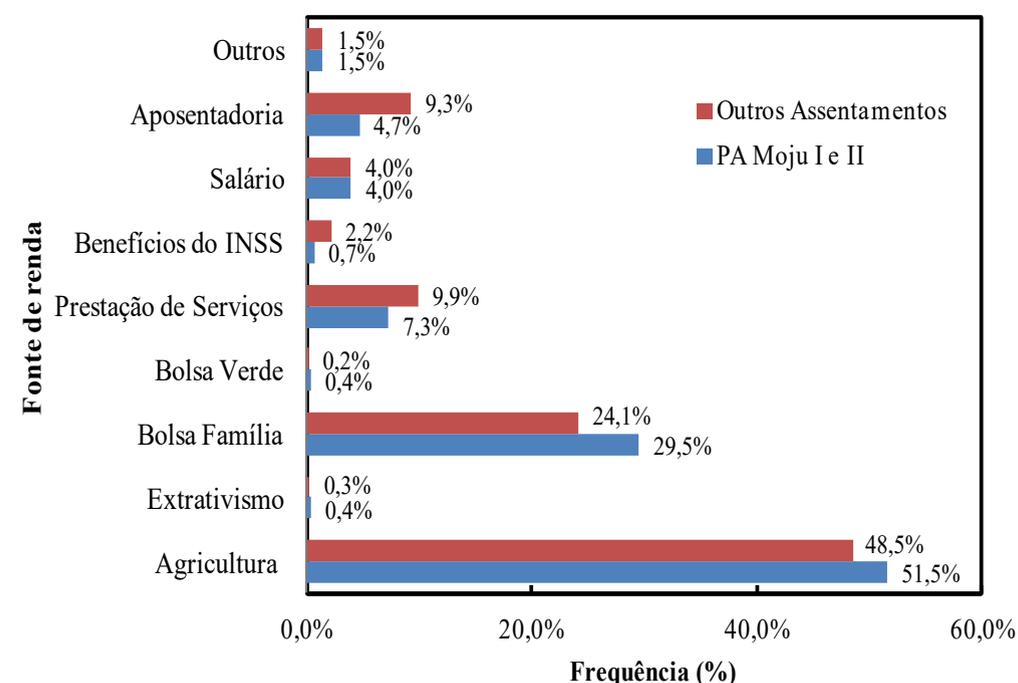
Fonte: adaptado de Ipam (2017).

O gráfico apresenta uma análise de dados referente ao ano (*Trata-se de dado de 2013 a 2015.*) base de 2013 a 2015, fazendo um comparativo da renda nesse período. Na avaliação realizada, na faixa de até R\$ 3.000,00 ao ano encontram-se 20% das famílias, representando uma renda média mensal de até 25% de um salário mínimo brasileiro de 2019. Entre as famílias que ganham em média até R\$ 10.000,00 ao ano encontram-se 40% dos moradores, o que representa uma renda mensal de até 83,5% do atual salário mínimo. Apenas 5% das famílias possuem ganho anual médio de até R\$ 50.000,00, podendo representar um rendimento médio em torno de até 4,2 salários mínimos por mês.

Outra análise foi feita estabelecendo uma comparação das fontes de composição da renda obtida pelas famílias no PA Moju I e II com as de outros assentamentos de reforma agrária na região (Gráfico 6).

Observamos que 51,5% das fontes que compõem a renda das famílias no PA Moju I e II advém das atividades produtivas, considerando aqui a renda com a produção florestal que representa 0,4% e a renda obtida com culturas anuais, pe-renes, pecuária e pequenos animais que atingem o percentual de 51,5%. As demais atividades que geram renda somam juntas cerca de 48,1%, incluindo o bolsa família, prestação de serviços, aposentadorias e outras formas de assalariamento.

Gráfico 6-Fontes de renda de assentados do Projeto de Assentamento Moju I e II e de outros assentamentos na região Oeste do Pará, Brasil.



Fonte: adaptado de Ipam (2017).

Comparada aos demais assentamentos, a renda obtida das atividades produtivas no PA Moju I e II (51,6%) é maior que nos demais assentamentos da região Oeste do Pará, que possuem renda média em torno de 48,6%. O assentamento é o maior produtor de pimenta do reino na região, e essa atividade apresenta rendimento bastante significativo em relação às demais atividades. A baixa renda oriunda das atividades florestais demonstra a pouca importância que esta representa do ponto de vista econômico na vida das famílias assentadas. De um lado, essa situação ocorre porque os assentados não possuem conhecimento para fazer o uso sustentável, por falta de assistência técnica e de uma política de valorização da florestal. De outro lado, as parcelas estão degradadas pela exploração ilegal, e por conta disso não compõem a estratégia de desenvolvimento, nem do assentamento e nem do lote.

Na infraestrutura do assentamento, o acesso à água tratada beneficia cerca de 60,6% das famílias assentadas, sendo que 39,4% consomem água sem nenhuma forma de tratamento. Em relação ao acesso à energia elétrica, 59,1% das famílias já possuem algum tipo de acesso, 40,9% ainda não conseguem ter alguma forma

de energia em seus lotes. Entre as famílias que possuem energia, o acesso é feito pela rede elétrica de motor gerador a diesel ou gasolina (14,3%) e as demais estão interligadas à rede de energia do programa “Luz para todos” (85,7%).

O acesso à infraestrutura é fundamental para dar garantia e segurança de permanência na terra. A qualidade do assentamento para a permanência com dignidade do sujeito no campo dialoga com diversos fatores, mas a questão da infraestrutura é vital para a qualidade de vida das famílias e do futuro de seus filhos. É inconcebível um assentamento que não possui acesso à água potável, energia, estrada e serviços básicos de saúde e educação. Sem essas condições, o assentamento não se viabiliza. Como afirmam Costanza et al (2007), as políticas públicas devem servir para criar oportunidades e promover a qualidade de vida para as pessoas.

GESTÃO FLORESTAL NO ASSENTAMENTO PA MOJU I E II

A maior demanda por madeira na Amazônia advém de florestas de pequenos agricultores de diferentes áreas: povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas. (AMARAL, AMARAL NETO, 2005). Nesse contexto, os assentamentos da reforma agrária representam uma importante parcela de floresta, que pode integrar uma estratégia de uso sustentável e tornar-se um componente do desenvolvimento da Unidade Familiar nas diferentes modalidades de assentamentos na Amazônia.

Há autores que concordam que o uso sustentável da floresta para fins econômicos e sociais seja uma estratégia importante na conservação das florestas tropicais (ZARIN, 2005). Outros, por sua vez, indicam que há deficiências ao longo do tempo em relação à sustentabilidade ecológica das florestas que sofrem ação de manejo (FONSECA et al, 2005; KELLER et al, 2005).

Questões como ciclo de corte, regeneração e impactos socioeconômicos são temáticas que estão no centro do debate sobre a viabilidade do manejo florestal a longo prazo e colocam-se como desafios à investigação científica nos próximos anos. Por outro lado, embora reconheçam que existem limitações e riscos de sustentabilidade, como já frisado, pesquisadores argumentam como positiva a viabilidade do manejo florestal comunitário, como uma alternativa de conservação da floresta e não como um negócio (HUMPHRIES et al, 2012).

O entendimento do uso dos lotes pode refletir no consumo dos recursos florestais na área do assentamento. A Tabela 2 mostra como se dividem os lotes com relação às áreas de Reserva Legal e às Áreas de Preservação Permanente (APP).

Tabela 2 - Caracterização socioambiental e fundiária do Projeto de Assentamento Moju I e II, Pará, Brasil.

Descrição	Total (em ha)
Área média das parcelas	100
Área total registrada	152.686,06
Área total medida	142.338,66
Área de Preservação Permanente requerida pela lei	2.255,97
Área de Preservação Permanente efetivamente preservada	1.694,84
Área de Reserva Legal efetiva	124.057,39
Área de Reserva Legal prevista na lei	113.695,07
Área desmatada até 2016	23.974
Área em regeneração	6.692

Fonte: Simpás (2017).

Entre a área requerida pela lei (Código Florestal, Lei 12.651/2012) para preservação permanente e a área efetivamente preservada de APP, há cerca de 25% de áreas a serem efetivadas no assentamento. Essa é uma questão que não tem sido tratada com frequência e devida atenção, deixando-se à deriva a responsabilidade do órgão fundiário em seu cumprimento. Nesse sentido, a Figura 2 mostra o nível de desmatamento de APP dentro PA Moju I e II e a sua distribuição nos lotes das famílias. Nota-se que o desmatamento de APP se localiza, em maior intensidade a Oeste, isto é, áreas mais próximas da BR-163, e as menos desmatadas localizadas a Leste na área mais isolada do assentamento, onde a dificuldade de acesso é maior.

Apesar da extensão territorial, o PA Moju I e II está com a sua capacidade esgotada. Em média 49,7% dos lotes possuem entre quatro a mais de cinco moradores e 50,3% até três moradores. Em relação ao uso e cobertura do solo, até 2016, cerca de 23.974 hectares haviam sido desmatados (16,8%) para atividades agropecuárias, sendo que 110.908 hectares de floresta (77,9%) permaneciam sob a forma de reserva legal ou ativo florestal e 6.692 hectares (4,7%) em processo de regeneração e ainda 764,66 hectares foram degradados (0,5%) (SIMPAS, 2017).

Figura 2- Situação de áreas de preservação permanente com desmatamento igual ou maior a 50% no Projeto de Assentamento Moju I e II, Pará, Brasil.

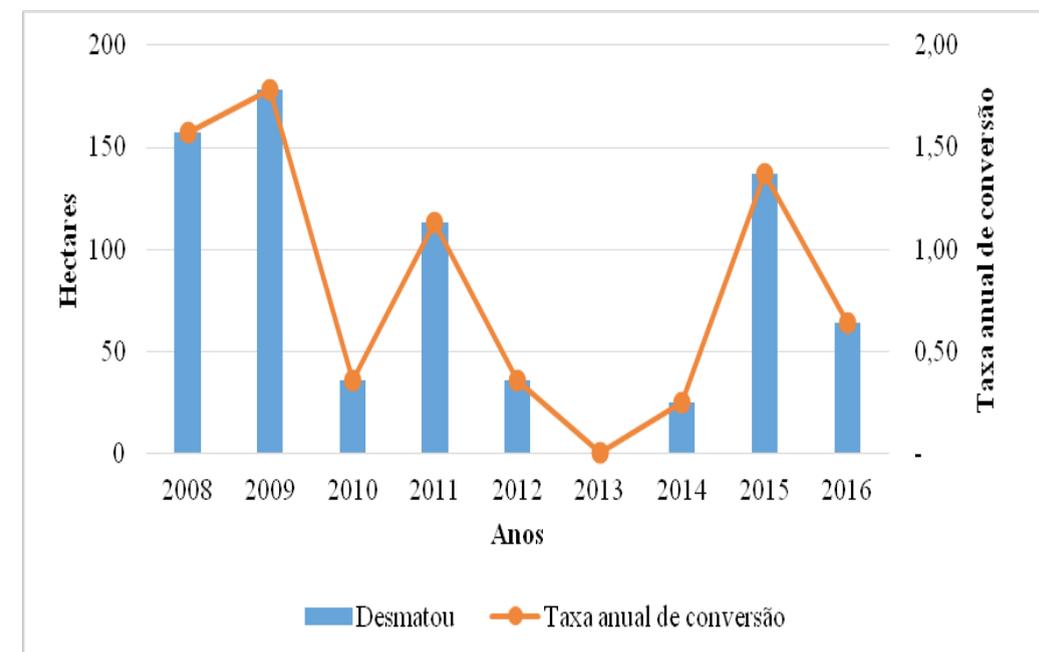


Fonte: Simpás (2017).

O desmatamento no assentamento obedece às necessidades das atividades econômicas ligadas à agropecuária e de pressão externa de produtores do agro-negócio interessados na área. Entre 2008 e 2016, no PA Moju I e II a taxa anual de conversão da floresta variou de acordo essa dinâmica (Gráfico 7). Além disso, nas regiões do Baixo Amazonas e Tapajós, o desmatamento é um dos maiores problemas ambientais da atualidade, e também o principal crime ambiental (AZEVEDO; VIEIRA, 2018).

Observa-se que os picos de desmatamento obedecem a um processo que está associado, principalmente, as atividades de agropecuária que vem sendo desenvolvidas ao longo do tempo no Assentamento e pela rotatividade das famílias na parcela. A medida que a família não permanece no lote, a cada entrada de uma nova família na parcela, novos desmatamentos são executados, vez que não possuem assistência técnica e nem tecnologia para o uso das áreas já abertas.

Gráfico 7- Desmatamento anual entre os anos de 2008 a 2016 e taxa de conversão anual no Projeto de Assentamento Moju I e II, Pará, Brasil.



Fonte: Ipam (2017).

Embora não haja uma tendência definida nas taxas de desmatamento, este processo vem ocorrendo sistematicamente dentro do assentamento estudado, mostrando a ausência de uma estratégia de gestão florestal integrada envolvendo os órgãos fundiário e ambientais, da mesma forma na implementação de políticas públicas que promovam e fomentem a floresta como um bem de uso sustentável. (É ausência, conforme entrevistas realizadas nos órgãos e que não é objeto deste artigo)

Atualmente, o PA Moju I e II encontra-se mais uma vez em uma nova fase, baseada em um outro processo de mudanças e transformações a partir de um cenário de saída das famílias de suas parcelas, com esvaziamento das agrovilas, chegada de novas famílias e novamente o surgimento de uma tendência de atividades produtivas mais voltadas para a pecuária.

Em pesquisa realizada em 2018, entrevistando algumas lideranças, foi possível identificar depoimentos que retratam bem este novo cenário como afirma uma delas:

“Olha, hoje a situação do PA Moju I e II, em termos de lote e invasão está muito complicado. Porque hoje dentro das comunidades já tem lote seguido

assim de 5 a 6 lotes em nome de uma só pessoa. Quer dizer, a pessoa chega aqui compra um lote, daí vai comprando o outro do lado, e quando a pessoa não quer vender do lado, assim mesmo eles vendem e compram outro lá na frente. Porque eu conheço gente aqui dentro que tem seis(6) lotes seguido em nome de uma só pessoa, em vários lugares e em todo o PA Moju, inclusive na Comunidade Rainha da Floresta e na Comunidade Santo Antonio onde a situação é mais complicada. A maioria das famílias que está chegando no assentamento são de outras regiões, só que é assim, a maioria deles está morando, só que estão morando e fazendo a pecuária. Eles fazem o desmatamento da capoeira, plantam o capim, fazem a cerca e estão criando gado. Inclusive hoje, 40% do PA Moju I e II está virando pecuária. Não é soja, nem milho e nem feijão, é só pecuária, mas não sei se é visando mais na frente, mas agora é pecuária (Assentado, 31/01/2018).

No PA Moju I e II, a gestão da floresta vem sendo feita predominantemente em parceria com uma empresa ou madeireiro individual que atua na região. Esse processo é realizado por contrato que não tem fortalecido a governança no assentamento, assim como não tem transferido nenhum tipo de tecnologia ou conhecimento às famílias envolvidas. Em grande parte, essa situação ocorre por falta de uma política pública de desenvolvimento florestal nos assentamentos que inclua capacitação específica para a atividade florestal, acesso a políticas de crédito e assistência técnica aos assentados para que possam ser os protagonistas da gestão florestal em seu lote.

Apesar dos avanços na relação entre empresas e comunidades e ou empresas e assentados, este processo ainda ocorre na maioria das vezes em um ambiente de pouco retorno tecnológico e de consolidação da autonomia e capacidade das comunidades e dos assentados em fazer a gestão da floresta (LIMA et al, 2003; ESPADA, 2009; PINTO; AMARAL; AMARAL NETO, 2011). Sem o alcance de uma relação com ganhos equitativos entre os envolvidos, não é possível falar de sustentabilidade socioeconômica numa realidade onde a floresta gera benefícios para alguns em detrimento da maioria.

O órgão fundiário, por sua vez, segundo os assentados, tem atuado muito mais impedindo o andamento dos processos de manejo da floresta, do que orientando para que a atividade possa ser melhor desenvolvida. Como o assentamento não está emancipado, o detentor da área ainda permanece sendo o Incra, que atua sempre como concedente, por meio de um processo de anuência que precisa ser dado a quem quer fazer o manejo da floresta. O descontentamento dos assentados sobre a gestão do órgão em relação à floresta é evidenciado na fala de um dos assentados:

“Eu vejo o Incra, na história deles, na conversa deles, que é fácil a gente

preservar a floresta. Agora, como já falei de preservar, a gente não tem parceiro, na verdade a gente não tem mesmo, porque o Incra joga a gente no assentamento, deixa a gente aqui de qualquer jeito, não dá a documentação necessária pra que a gente possa preservar, e isso não é culpa nossa, eu ponho a culpa no Incra. Na minha visão eu vejo que o Incra é culpado nessa história, não dá condições técnicas, não nos orienta, eles exigem a lei, mas eles não estão lá orientando, até porque eles não vão no assentamento, só vão quando a gente protocola um documento exigindo a visita deles e outras coisas, se não for assim não vão, e quando a gente pede um documento ainda não dão, ficam empurrando a gente com a barriga, eles não cumprem com o papel deles” (Assentado 3, 04/05/2018).

Nos projetos de assentamento não emancipados, as famílias precisam de anuência do Incra para implementar projetos de manejo florestal. Em princípio, a emissão de anuência deveria ser um processo simples, mas na prática tem demorado o suficiente para que muitos assentados desistam e entreguem suas florestas para gestão de madeireiros clandestinos que fazem a extração de forma ilegal.

Nesse sentido, destaca-se experiência de três comunidades do PA Moju I e II, iniciada em meados de 2013 para buscar o licenciamento da atividade florestal, cujo pedido de anuência junto ao Incra foi protocolado no final de 2015, mas até o início de 2018 não havia nenhuma posição do órgão em relação à liberação do pedido.

De acordo com Pinto, Amaral e Amaral Neto (2011), o assentamento é uma modalidade de floresta pública que pode representar uma boa perspectiva para o estabelecimento de formas sustentáveis de uso dos recursos florestais na Amazônia. Por outro lado, o assentamento também é um grande desafio, porque, em geral, falta assistência técnica em prol de sustentabilidade econômica e ambiental das atividades; e quase não há apoio governamental que possibilite o uso dos diversos recursos florestais disponíveis nas Unidades Familiares. Além disso, os recursos financeiros são escassos e não há conhecimento técnico para o desenvolvimento do manejo florestal. Esta realidade impõe uma série de dificuldades, o que acaba levando o uso da terra a contribuir para o aumento das taxas de desmatamento, o que inviabiliza que se melhorem as condições de vida dos assentados pela reforma agrária.

Para quem já possui a titulação definitiva da terra, este processo se torna mais fácil porque o processo de licenciamento não passa mais pela anuência do órgão fundiário, e sim diretamente pelo órgão licenciador, ou seja, pela Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS).

Na modalidade de projeto de assentamento, as florestas não são comunitárias. No PA Moju I e II, por exemplo, o processo de gestão ocorre de maneira familiar com o suporte de uma organização coletiva, que geralmente é uma associação,

e com relações de parcerias envolvendo empresas madeireiras, organizações não governamentais de assessoria e ATER e os órgãos fundiário e ambiental.

Embora, do ponto de vista legal não exista nenhuma exigência que obrigue o assentado a fazer parte de uma associação para poder realizar suas atividades produtivas em assentamentos nos quais as famílias ainda não conseguiram a condição de emancipadas, a relação coletiva com o órgão fundiário torna-se uma estratégia de pressão para a emissão de documentos de autorização (anuência) e fundiários (CCU, CCIR) exigidos pelo órgão licenciador do manejo florestal.

O MANEJO FLORESTAL E O PA MOJU I E II

Nas experiências de manejo florestal no PA Moju I e II, apesar de ter havido um esforço de enquadramento técnico e legal na categoria “manejo florestal comunitário”, na prática o que tem prevalecido é a ideia de “floresta familiar”, em cujo processo, o projeto de manejo para o licenciamento é apresentado de forma coletiva, envolvendo vários lotes familiares, formando uma Unidade de Manejo para efeito de enquadramento na categoria “comunitário”. Assim, constatamos que o que de fato acontece é uma unidade de manejo fragmentada em cada lote familiar envolvido.

Historicamente o PA Moju I e II é o berço, na região Oeste do Pará, da gestão florestal em parceria com empresas madeireiras. Este processo que tem sido denominado “relação empresa-comunidade” surgiu da falta de atendimento pelo governo das demandas sociais em relação à infraestrutura de acesso como estradas e vicinais, energia, escolas e postos de atendimento à saúde.

Geralmente, estas demandas se tornam parte da negociação com as empresas no arcabouço do contrato, que é construído com a participação da Associação e sua diretoria, em cujo processo, na maioria das vezes, as famílias não possuem nenhuma participação, apenas recebem os recursos financeiros advindos da venda da madeira dos lotes. O manejo florestal é uma atividade econômica permitida nos assentamentos e os acordos podem ser legítimos se forem construídos com a participação efetiva das famílias interessadas na atividade florestal, mas da forma como vêm sendo concebido e desenvolvido tem proporcionado poucos benefícios para a população assentada.

Os acordos se caracterizam por uma relação assimétrica, cujos benefícios resultantes do uso da floresta não ocorrem com a mesma proporcionalidade em termos de mudança na melhoria da qualidade de vida das duas partes envolvidas (PINTO; AMARAL; AMARAL NETO, 2011).

A parceria empresa e comunidade no desenvolvimento da atividade florestal no assentamento só não consegue promover o bem-estar das famílias, porque

trabalha com a inversão de responsabilidade e em modelos baseados nas relações paternalistas que reduzem a autonomia e o poder de barganha das comunidades. Ao invés de as famílias assumirem responsabilidade sobre a gestão de suas florestas com apoio das Associações, é a empresa que se coloca como sujeito político deste processo. Ao invés da relação ser Empresa versus Comunidade, a mudança para um processo de co-responsabilidade exigiria que a relação fosse Comunidade versus Empresa (SOUZA; SA; SCHONS, 2013).

Segundo Medina et al (2009), a governança para o manejo florestal na Amazônia é fundamental para garantir o desenvolvimento rural sustentável, mas este processo não pode ser caracterizado pela imposição de pacotes técnico-gerenciais definido por especialistas ou terceiros. Sem a participação efetiva das comunidades e de seu empoderamento, por meio do engajamento em atividades legais, a sua viabilidade torna-se impossível.

Embora Medina et al (2009) apresentem dois principais modelos de gestão da floresta por pequenos produtores e comunidades tradicionais na Amazônia, a parceria empresa e comunidade e a gestão comunitária com apoio de ONGs e agências governamentais, não se trata de uma análise reducionista polarizada entre uma ou outra abordagem, mas de encontrar pontos de equilíbrios que possibilitem que o uso sustentável da floresta se desenvolva sob condições justas, para a melhoria da qualidade de vida dos detentores desses recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se de um lado a reforma agrária faz parte das preocupações sobre o desmatamento na Amazônia, por outro ela representa uma oportunidade de solução para a pobreza e as desigualdades históricas na distribuição da terra no Brasil. No entanto, os modelos de reforma agrária com gestão sustentável das propriedades ainda precisam de planejamento, assessoramento técnico, acesso a tecnologias de manejo dos recursos e apoio para a diversificação dos produtos que oferecem aos mercados. Nenhuma família se sustenta do manejo florestal com apenas 100 hectares, e em escala os assentamentos que praticam o manejo não se sustentam apenas com o uso da madeira. Portanto, a economia dos assentados deve ser planejada para a eficiência dos sistemas agrícolas em consonância com o uso múltiplo das florestas.

O uso da floresta deve estar para além da visão meramente econômica de extração da madeira enquanto recurso de valor econômico no curto prazo ou de produtos não madeireiros. Além de que a gestão florestal, enquanto processo, deve ocorrer considerando o uso múltiplo da floresta, bem como a diversidade de possibilidades que ela oferece.

Numa perspectiva socioeconômica, a gestão florestal é resultado de um conjunto de situações forjadas nas trajetórias das famílias, nas condições institucionais em que são assentadas e na pressão do mercado por produtos madeireiros que são a forma mais imediata de gerar renda. Isso influencia a percepção dos assentados, pois diz respeito às necessidades de sobrevivência nas propriedades. Nem sempre este processo ocorre a partir de uma perspectiva ambiental com base na conservação e/ou preservação, mas também a partir de uma lógica econômica, baseada na geração de renda e na melhoria das condições de vida como resultados práticos.

Apesar das dificuldades para a consolidação dos Projetos de Assentamentos na Amazônia e da tendência histórica do êxodo rural, um grande contingente de jovens ainda permanece no campo. O PA Moju I e II é um exemplo dessa realidade. Uma das características deste assentamento na região Oeste do Para é a presença marcante de jovens nos lotes. Esta é uma realidade que traz à tona a preocupação no que concerne à implementação de políticas públicas básicas como o acesso à educação.

Além disso, no PA Moju I e II há um predomínio de famílias que estão assentadas entre 5 a 10 anos, o que pode demonstrar certa instabilidade da permanência. A alta rotatividade do assentado na parcela tem vários fatores de causa, mas pode se tornar um entrave para a consolidação do assentamento e sua emancipação. Ademais, essa realidade afeta diretamente a continuidade da gestão florestal.

A maioria da população assentada ainda possui renda mensal inferior a um salário mínimo do Brasil. As condições econômicas de sobrevivência são também fatores que têm relação com a gestão florestal, seja para a adoção de estratégia de conservação ou não.

As atividades produtivas de subsistência e renda são, em sua maioria, desenvolvidas no sistema de corte e de queima da floresta. O manejo florestal é inexpressivo, predominando a exploração madeireira ilegal, que influencia, em última instância, na fragilização da gestão florestal pelos assentados e reproduz um sistema socioeconômico que não garante a sustentabilidade ambiental do assentamento.

Apesar das deficiências demonstradas na gestão das florestas nos projetos de assentamento, é evidenciado que elas ainda representam um importante potencial de recursos que podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios da reforma agrária na Amazônia.

No PA Moju I e II, o maior volume de áreas degradadas encontra-se localizado às proximidades da BR-163, na parte Oeste do assentamento. É nessa parte do assentamento onde ocorre também o maior passivo em relação ao desmatamento das áreas de preservação permanente. Isto mostra-se de forma preocupante, ocorrendo principalmente em decorrência da falta de fiscalização, vez que são áreas de fácil acesso.

A gestão florestal deve se realizar amparada nos conceitos de manejo florestal sustentável, sobretudo os de caráter comunitário e/ou familiar. Esta gestão possui avanços, mas ainda apresenta enormes desafios para a sua consolidação. Obstáculos como: a pressão do mercado de terras, a falta de regularização fundiária, a dificuldade de acesso a crédito, a pouca oferta e a fragilidade dos programas de assistência técnica florestal, além da burocracia e o tempo longo para aprovação de planos de manejo florestal comunitário, ausência de uma política clara de valorização e conservação das florestas nos assentamentos e escala de produção da florestal comunitária são alguns dos desafios a serem vencidos, tanto por parte dos assentados como dos órgãos gestores, seja fundiário ou ambiental.

A gestão florestal não é uma mera relação de uso com a floresta para atividades econômicas, mas a soma integrada das dimensões que fazem parte do desafio de garantir a sustentabilidade, para que os benefícios produzidos possam ser usufruídos pelas gerações presentes e futuras. Portanto, faz-se necessário que a gestão da floresta não seja vista somente para produção de matéria-prima, mas pensada para integrar políticas públicas, envolvendo diferentes sujeitos sociais, principalmente os assentados, numa perspectiva de uso múltiplo dos recursos, cuja intensidade de manejo não comprometa o fornecimento de serviços ambientais vitais, e que estes possibilitem a geração de benefícios, inclusive econômicos.

A insegurança das famílias no lote somado a ausência de políticas públicas que promovam a floresta como um componente de desenvolvimento sustentável do assentamento, faz com que a Reforma Agrária tenha se tornado um mero processo de distribuição de terras sem a promoção da qualidade de vida das famílias.

Embora os projetos de assentamentos não possuam estruturas de governança concebidas desde a sua criação, configuram-se como territórios importantes para o desenvolvimento local. Um grande potencial de organização social existe nessas áreas, tendo o associativismo como a principal forma, mas com pouco poder de participação no planejamento e implementação das políticas de reforma agrária.

Importante frisar que o atual contexto político brasileiro não favorece o aperfeiçoamento da relação entre órgãos gestores, assentados e mercados, o que poderia se constituir em uma lógica de gestão para a sustentabilidade e permanência dos assentados em suas áreas com base em sistemas de governança. A emancipação fundiária foi tornada mais complexa e as políticas públicas (saúde, educação, infraestrutura, etc.) precarizadas com a redução dos investimentos a partir da Emenda Constitucional 95, que congela por vinte anos os investimentos governamentais.

A gestão florestal, enquanto dimensão do desenvolvimento sustentável nos territórios da reforma agrária na Amazônia, se dá por diferentes lógicas que,

embora sejam semelhantes em seus objetivos, diferenciam-se nas ênfases e nos elementos que a constituem, operando em realidades em que os ambientes e atores sociais estão imersos em relações assimétricas de poder. Por isso, é uma estratégia de longo prazo, intensiva em acompanhamento e gestão para a formação de capacidades internas nos assentamentos de reforma agrária, em que a eficiência dessa atividade deve ser combinada com a eficiência de todo o sistema de produção da propriedade e do coletivo de assentados.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A.; PEREIRA, C.; CASTRO, I.; CARDOSO, A.; SOUZA, L.; COSTA, R.; BENTES, A. J.; STELLA, O.; AZEVEDO, A.; GOMES, J.; NOVAES, R. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades**. Brasília: Ipam, 2016. 111p.

ALVES, P. A.; AMARAL, S.; ESCADA, M. I. S.; MONTEIRO, A. M. V. Explorando as relações entre a dinâmica demográfica, estrutura econômica e mudanças no uso e cobertura da terra no Sul do Pará: lições para o distrito florestal sustentável da BR-163. **GEOGRAFIA**, v. 35, n. 1, p. 165-182, 2010.

AMARAL, P.; AMARAL NETO, M. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina**. Belém: IEB; IMAZON, 2005. 84p.

ÁVILA, S. R. S. A.; ÁVILA, M.; BERNARDI, J. V. E.; COUTO JÚNIOR, A. F. Estudo exploratório sobre dinâmica do desmatamento em assentamentos localizados no território portal da Amazônia. **Retratos de Assentamentos**, v.22, n.1, p. 139-152, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.330

AZEVEDO, A. S. C.; VIEIRA, T. A. Análise dos crimes ambientais registrados nas regiões do Baixo Amazonas e Tapajós, Pará, no período de 2012 a 2015. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 46, p. 254-275, 2018. DOI: 10.5380/dma.v46i0.54483.

BECKER, B. K. Os deserdados da terra: migrações e conflitos na Amazônia. **Ciência Hoje**, v. 3, n. 17, p. 24-32, 1985.

BECKER, B. K.; MACHADO, L. O. Relações de Trabalho e Mobilidade na

Amazônia Brasileira: uma contribuição. **Boletim Carioca de Geografia**, v. 32, n. 17-18, p. 26-50, 1982.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1964.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento Agrário/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa MMA nº 5, de 11 de dezembro de 2006**. Brasília: MMA, 2006.

BRAY, D. B.; MERINO-PÉREZ, L.; BARRY, D. **The Community Forests of Mexico: Managing for sustainable landscapes**. Austin: University of Texas Press, 2005. 390p.

CARNEIRO, M.; AMARAL NETO, M.; MIRANDA, K.; SABLAYROLLES, P. Políticas públicas e os desafios para consolidação do MFCF em assentamentos e unidades de conservação na Amazônia brasileira. In: CRUZ, H. S. (Edit.) **Relação empresa/comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar: uma contribuição do projeto Floresta em Pé**. Belém: Ibama, 2011. p.285-307.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO E. M. R.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. Atores Sociais na Fronteira Mais Avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio. **Papers do NAEA**, n. 180, 2004.

CELLA, D.; QUEDA, O.; FERRANTE, V. L. S. B. A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 69-91, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.333

CHARNLEY, S.; POE, M. R. Community Forestry in Theory and Practice: Where Are We Now? **Annu. Rev. Anthropol.**, v. 37, p.301-336, 2007. DOI: 10.1146/annurev.anthro.35.081705.123143

COOPVAG. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA – Projeto de Assentamento PA Moju I e II**. INCRA: Santarém, 2009.

COSTA, S. R.; ALVES, C. G.; CRUZ, H. S. Análise das diretrizes técnicas e aspectos institucionais no âmbito do licenciamento das atividades florestais para viabilidade do Manejo Florestal Comunitário e Familiar. In: CRUZ, H. S. (Edit.) **Relação empresa/comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar: uma contribuição do projeto Floresta em Pé**. Belém: Ibama, 2011. p.255-284.

COSTANZA, R.; FISHER, B.; ALI, S.; BER, C.; BOND, L.; BOUMANS, R.; DANIGELIS, N. L.; DICKINSON, J.; ELLIOTT, C.; FARLEY, J.; GAYER, D. E.; GLENN, L. M.; HUDSPETH, T.; MAHONEY, D.; MCCAHERILL, L.; REED, B. M. B.; RIZVI, S. A. T.; RIZZO, D.; SIMPATICO, T.; SNAPP, R. Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being. **Ecologic Economics**, v. 6, p. 267-276, 2007. DOI: 10.1016/j.ecolecon.2006.02.023

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Logging Community-Based Forests in the Amazon: An Analysis of External Influences, Multi-Partner Governance, and Resilience. **Forests**, v. 10, n.6, p. 461-484, 2019. DOI: 10.3390/f10060461

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; ROCHA, G. M.; VASCONCELLOS, A. M. A. Manejo florestal comunitário em parceria na Amazônia brasileira: o caso da Flona do Tapajós. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, p. 342-371, 2017.

ESPADA, A. L. V. **Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para o manejo florestal comunitário na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Tapajós**. 2015. 151f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém. 2015.

ESPADA, A. L. V. **Motivações e estratégias do manejo florestal em assentamentos rurais: realidades na BR-163 e BR-230 no estado do Pará**. São Paulo: USP, 2009.

FONSECA, G. A. B.; BRUNER, A.; MITTERMEIER, R. A.; ALGER, K.; GAS-

CON, C.; RICE, R. E. Desafiando o fim da natureza. In: ZARIN, D. J.; ALVALAPATI, J. R. R.; PUTZ, F. E.; SCHMINK, M. (Orgs). **As Florestas Produtivas nos Neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** São Paulo: Editora Peirópolis; Brasília: IEB, 2005. pp. 367-390.

GOMES, C. V. et al. **Oportunidades de apoio as atividades produtivas sustentáveis na Amazônia: Subsídios para debate**. Brasília: GIZ, 2012. 30p.

HUMPHRIES, S.; HOLMES, T. P.; KAINER, K.; KOURY, C. G. G.; CRUZ, E.; ROCHA, R. M. Are community-based forest enterprises in the tropics financially viable? Case studies from the Brazilian Amazon. **Ecological Economics**, v. 77, p. 62-73, 2012. DOI: 10.1016/j.ecolecon.2011.10.018

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Disponível em: http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/texto-1-a-ditadura-do-grande-capital-ianni-o/at_download/file, Acessado em: 04 de out de 2019.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **História da Reforma Agrária**. Brasília: Incra, 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>, acessado em: 08 de out de 2019.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O Incra e o assentamento**. Brasília: Incra, 2008. 13p. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf, acessado em: 03 de out de 2019.

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Os desafios do manejo florestal comunitário. **Informativo de Projeto de Assentamentos Sustentáveis na Amazônia - Infopas**, n. 7, jan. 2017.

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Conferência dos Movimentos Sociais do Campo para Elaboração de Propostas para o Desenvolvimento Sustentável em Assentamento de Reforma Agrária da Amazônia Brasileira/Documento Base dos Movimentos Sociais do Oeste do Pará (Área de Abrangência da SR-30-INCRA-Santarém)**. Santarém: Ipam, 2015.

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Assentamentos Suste-**

ntáveis na Amazônia: O desafio da transição da produção familiar de fronteira para uma economia de baixo carbono. Brasília-DF: IPAM, 2011.

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia:** o desafio da transição da produção familiar de fronteira para uma economia de baixo carbono. Brasília: IPAM, 2012.

KELLER, M.; ASNER, G. P.; SILVA, N.; PALACE, M. A Sustentabilidade da exploração seletiva de madeira nas florestas da Amazônia brasileira: os balanços de carbono e o sensoriamento remoto como ferramenta para avaliar os efeitos da exploração madeireira. In: ZARIN, D. J.; ALAVALAPATI, J. R. R.; PUTZ, F. E.; SCHMINK, M. (OrgS). **As Florestas Produtivas nos Neotrópicos:** conservação por meio do manejo sustentável? São Paulo: Editora Peirópolis; Brasília: IEB, 2005. pp.67-94.

LAWRY, S.; MCLAIN, R.; SWALLOW, B.; BIEDENWEG, K. **Devolution of forest rights and sustainable forest management.** Volume 2: case studies. Property rights and resource governance project (PRRGP). Washington, DC: U.S. Agency for International Development, 2012. (Report). 127p.

LIMA E.; LEITE, A. A.; NEPSTAD, D.; KALIF, K.; AZEVEDO-RAMOS, C.; PEREIRA, C.; ALENCAR, A.; SILVA JUNIOR, U. L.; MERRY F. **Florestas Familiares:** Um pacto sócio-ambiental entre a indústria madeireira e a agricultura familiar na Amazônia. Belém: IPAM, 2003. 70p.

MEDINA, G.; POKORNY, B.; CAMPBELL, B. Community forest management for timber extraction in the Amazon frontier? **International Forestry Review**, v. 11, n.3, p. 408-420, 2009. DOI: 10.1505/ifor.11.3.408

MILAGRES, C.; MOURA, R. A.; FERREIRA NETO, J. A. O uso e manejo dos recursos naturais na Amazônia Brasileira: a organização social e produtiva do PDS. **Mundo Agrário**, v. 15, n. 28, ago. 2014.

NEVES, D. P. Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n.1, p. 15-42, 2013. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2013.v16i1.128

PACHECO, P. Agrarian reform in the Brazilian Amazon: its implications for land distribution and deforestation. **World Development**, v. 37, n. 8, p. 1337-1347, 2009. DOI: 10.1016/j.worlddev.2008.08.019

PINTO NETO, G. M.; SILVA, D. M. Lei nº 13.465/2017: análises e reflexões sobre os seus impactos na política de reforma agrária brasileira. **Campo Jurídico**, v. 6, n. 1, p. 1-20, 2018.

PINTO, A.; AMARAL, P.; AMARAL NETO, M. **Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010.** Belém: IMAZON; Brasília: IEB, 2011.

PORRO, N. M.; PORRO, R. ASSUNÇÃO, H. N. Roças e Florestas em Assentamentos Ambientalmente Diferenciados na Amazônia: Reflexões para uma Agroecologia no PDS Virola Jatobá. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 2, p. 188-214, 2016.

ROSSI, V.; CLAEYS, F.; BASTIN, D.; GOURLET-FLEURY, S.; GUIZOL, P.; EBA'ATYI, R.; SONWA, D. J.; LESCUYER, G.; PICARD, N. Could REDD+ mechanisms induce logging companies to reduce forest degradation in Central Africa? **Journal of Forest Economics**, v. 29, p. 107-117, 2017. DOI: 10.1016/j.jfe.2017.10.001

SANTOS, A. C. T. **Juventude Rural e permanência no campo:** um estudo de caso sobre juventude do assentamento rural Flor do Mucuri. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2009.

SANTOS, L. E. **Manejo Florestal Pleno e de Baixa intensidade no Projeto de Assentamento Moju I e II, Pará, Brasil:** Estudo de viabilidade econômica. Santarém: Ufopa/Coomflona, 2016. (Relatório).

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, C. G.; SPAROVEK, G. **Assentamentos em debate.** Brasília: NEAD, 2005.

SCHERR, S. J.; WHITE, A.; KAIMOWITZ, D. **A New agenda For Forest Conservation and Poverty Reduction:** Making Markets Work for Low-Income Producers. Washington: Forest Trends, 2004.

SIMPAS - Sistema de Informação Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia. **O desafio da produção familiar em uma economia de baixo carbono.** Brasília: IPAM, 2017. Disponível em: <http://www.pas-simpas.org.br/>

SOARES, M. P. **Assentamentos Rurais Sustentáveis na Amazônia.** 2017. 141 f. Dissertação (Direito Ambiental) - Universidade do Estado Amazonas, Manaus, 2017.

SOUZA, B. R. G.; SA, E. P.; SCHONS, S. Z. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia:** Uma nova visão sobre a relação entre Comunidades e Empresas. Santarém: Ipam, 2013.

VENTURIERI, A. et al. **Dinâmica territorial da frente de ocupação de São Félix do Xingu-Iriri:** Subsídios para o desenho de políticas emergenciais de contenção do desmatamento. Belém: MPEG, 2004.

ZARIN, D. Florestas Produtivas Neotropicais: conceitos e realidades. In: ZARIN, D. J.; ALAVALAPATI, J. R. R.; PUTZ, F. E.; SCHMINK, M. (Orgs.). **As Florestas Produtivas nos Neotrópicos:** conservação por meio do manejo sustentável? São Paulo: Editora Peirópolis; Brasília: IEB, 2005.



Ecologia humana no MST: os saberes-fazeres em forma de resistência em um assentamento agrário na Amazônia Brasileira

Lucas Ramos de Matos¹
Ricardo Gilson da Costa Silva²
Julien Marius Reis Thévenin³
William Kennedy do Amaral Souza⁴

RESUMO: O estudo analisa o relacionamento entre o biofísico e o social no contexto de vida de camponesas e camponeses de assentamentos da “reforma agrária” do MST na Amazônia brasileira. Neste caso, utilizamos como referência o assentamento Margarida Alves, que é composto originalmente por 258 famílias, distribuídas em cerca de onze mil hectares com parcelas de aproximadamente 24 hectares por família, localizado na região central de Rondônia. A metodologia parte da combinação *had hoc* de metodologias quantitativas seguidas de metodologias qualitativas adaptadas do método de “*contextualização progressiva*”, que por sua vez estabelece procedimentos progressivamente mais amplos ou densos para analisar interações homem-ambiente. O estudo traz a agrobiodiversidade de ecossistemas, que tem representado uma rica diversidade genética, resultado de um acervo de conhecimento diversificado que tem garantido a manutenção de um *pool gênico* através da promoção e da conservação da biodiversidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Ecologia Humana. Relação homem-natureza. MST. Amazônia.

HUMAN ECOLOGY IN THE MST: KNOW-HOW IN THE FORM OF RESISTANCE IN AN AGRARIAN SETTLEMENT IN THE BRAZILIAN AMAZON

ABSTRACT: The study analyzes the relationship between the biophysicist and the social in the context of the life of peasants and peasants in MST “agrarian reform” settlements in the Brazilian Amazon. In this case, we used the Margarida Alves settlement as a reference, which is originally composed of 258 families, spread over approximately eleven thousand hectares with plots of approximately 24 hectares per family, located in the central region of Rondônia. The methodology starts from the *had hoc* combination of quantitative methodologies followed by qualitative methodologies adapted from the “*progressive contextualization*” method, which in turn establishes progressively broader or denser procedures for analyzing human-environment interactions. The study brings about the agrobiodiversity of ecosystems, which has represented a rich genetic diversity, the result of a diverse collection of knowledge that has guaranteed the maintenance of a gene pool through the promotion and conservation of local biodiversity.

¹Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: lucas_matos.com@hotmail.com.

²Docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Doutor em Geografia Humana (USP). Coordenador do GTGA/UNIR. E-mail: rgilson@unir.br

³Docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Pós-doutorando no Programa e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – PNPd/CAPES. E-mail: julienreis@gmail.com.

⁴Docente do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: william.souza@ifro.edu.br.

KEYWORDS: Human ecology. Man-nature relationship. MST. Amazon.

INTRODUÇÃO

A luta pela terra representa o cerne da questão agrária no Brasil e nos remete a questões que vão além da conquista da propriedade. O pressionamento pelo acesso à terra e as condições contemporâneas geraram importantes movimentos sociais como a Via Campesina, com articulação de camponesas e camponeses de 182 organizações enraizadas em mais de 80 países de todos os continentes; e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que é formado por milhares de famílias na luta pela terra ou nos/pelos territórios já consolidados. O MST é uma matriz de pensamento e ação popular herdeira do levante dos primeiros povos indígenas, quilombolas e, sobretudo, das Ligas Camponesas que surgiram na contramão da dominação/exploração (política, cristã e militar) nas fazes mercantil, coronelista e Militar. Oficialmente, o MST surgiu em 1984 com os objetivos de lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais. Hoje, o lema “Lutar! Construir reforma agrária popular!” afirma a preocupação do movimento com as questões das populações do campo e da cidade no contexto do avanço da retórica neoliberal autoritária como movimento globalizado. O entendimento do MST é de que o adjetivo popular sintetiza os desafios e o papel do movimento na luta pela terra, nos territórios já conquistados, por justiça ambiental e soberania alimentar, contra a privatização daquilo que é público (sobretudo os recursos naturais, ambientais e genéticos), formando uma agenda para o meio rural e urbano que corresponde ao novo período histórico de hegemonia do sistema mundo moderno-colonial patriarcal em forma de *agribusiness* – versão da agricultura tecnicista-desenvolvimentista norte-americana – também chamado de agronegócio.

No Brasil, o período conhecido como “modernização conservadora” foi marcado por um modelo agrário concentrador, permitindo que a “modernização agrícola”, que excluía as pequenas propriedades, se consolidasse cada vez mais. Mais tarde, o apoio das ciências duras, sobretudo a agronomia, deu suporte às pesquisas genéticas e edafoclimáticas que, aliado às políticas de acesso aos subsídios estatais, possibilitou a consolidação da agenda desenvolvimentista dos militares. Para dar um exemplo, a EMBRAPA⁵, aliada ao apoio político, desde a década de 1970,

⁵Ver em Cunha (2008). O autor traz o papel de instituições públicas (como é o caso da EMBRAPA) e programas estatais (como é o caso do POLONORTE e POLONOROESTE) no desenvolvimento econômico no estado de Mato Grosso. Não obstante, não é de hoje que a visão econômica da EMBRAPA está voltada de modo estratégico ao modelo de agricultura tecnicista-desenvolvimentista. Isto ficou evidente por exemplo com as pesquisas edafoclimáticas no Serrado e na Amazônia de interesse do agronegócio de grãos. Hoje, os intelectuais orgânicos da EMBRAPA têm saído em defesa da homogeneidade do conceito de agricultura. A homogeneidade do chamado sistema agro se dá ao pretender se apropriar, de modo hegemônico, de outras formas alternativas de agricultura praticada por comunidades camponesas diversas ao modelo de agricultura baseado no agronegócio. Os termos “agronegócio de base familiar”, “o futuro é agro”, por sua vez, são evidências que demonstra uma tentativa explícita de “desconstruir o maniqueísmo político e ideológico entre a

tem desenvolvido pesquisas de interesse (privado) do modelo hegemônico de agricultura empiricamente chamado de agronegócio, consolidando os processos de reorganização produtiva no sistema mundo moderno-colonial patriarcal e a ideologia do processo econômico.

Na Amazônia brasileira, sobretudo no estado de Rondônia, marcado majoritariamente pelas narrativas daqueles que na história quase sempre vencem, a trajetória da pistolagem e da grilagem (a judicial e a dos “lobos solitários⁶”), quase sempre praticadas por agentes públicos, silenciada nas diversas instâncias política e jurídica (terra de falsos doutores) da sociedade, fez/faz com que os milicianos da terra e da madeira ampliassem de forma gradual suas *cotas de poder*, beneficiando diretamente grupos econômicos ligados à rapinagem praticada por milícias e agentes públicos. Por outro lado, as/os Sem Terra, ‘largados às traças’⁷, também nos estudos acadêmicos (pouco se sabe sobre o relacionamento das camponesas e camponeses do MST, os modos de vida, os desafios enfrentados para a proteção dos territórios e da natureza no contexto amazônico), que pouco tem se preocupado com as formas de adaptabilidade humana nos ecossistemas (MORÁN, 1990), as variadas formas de resistência e os saberes diversos e cosmologias dessa importante parcela da sociedade (como ocorre em outras intervenções em comunidades tradicionais na Amazônia), sob várias formas de preconceitos, formam uma densidade de prioridades que se manifesta na luta pela/na terra, pelo/nos territórios e pela/na natureza entre outras pautas, tão necessárias no contexto de vida e resistência de comunidades, um pouco mais visibilizadas.

A partir da perspectiva da conquista da terra, os assentamentos se constituem em uma dinâmica de coletividade que está relacionada a uma visão globalizada

agricultura camponesa e o agronegócio”, atrelando (submetendo) o futuro da agricultura camponesa ao desenvolvimento da pesquisa agropecuária e aos novos arranjos institucionais em que “todos os agricultores, cedo ou tarde, têm de se inserir”. A EMBRAPA, por sua vez, para além das pesquisas agropecuárias, edafoclimáticas, genéticas e produção vegetal, desenvolve um papel fundamental na retórica do pensamento orgânico neoliberal. Entretanto, há uma questão fundamental em que a retórica neoliberal cai por terra. A agricultura camponesa acumula saberes populares amparados em cosmologias de mundo e modos de vida que forma uma narrativa que contrapõe naturalmente os conceitos hegemônicos de uma agricultura tecnicista-desenvolvimentista. Kolher e Negrão, (2018), analisam a retórica dos movimentos sociais contemporâneos através de dimensões espirituais, verificadas no nexo entre as práticas e vertentes homeopáticas e agroecológicas. Os autores demonstram que o discurso neoliberal recicla conceitos marxistas para impor sua hegemonia, e que os movimentos sociais contemporâneos têm construído uma outra narrativa baseada em valores não materialistas, desenvolvendo uma agricultura biodinâmica e em fluxos de energia, amparadas por uma dimensão espiritual.

⁶Aquele que faz “justiça” com as próprias mãos. É muito comum na Amazônia o assassinato de lideranças comunitárias e defensores do meio ambiente por aqueles que se sentem prejudicados pelo ativismo social e ambiental em defesa dos territórios da natureza. O caso do seringueiro, sindicalista, ativista ambiental, símbolo da luta pela preservação da Amazônia, Chico Mendes, é o assassinato mais conhecido envolvendo defensores do meio ambiente. O assassinato de ativistas como Chico Mendes e irmã Dorothy Stang traz o perfil de rapinagem no entorno dos recursos naturais na Amazônia.

⁷Canção cantada pela dupla de sertanejos Zé Neto e Cristiano. A canção narra a ‘história’ de um (a) apaixonado (a) que ao ser rejeitado (a) pela pessoa amada afoga suas magoas na bebida enquanto está sem a companhia de seu amado (a). A expressão “largado às traças”, por sua vez, permite várias conotações e apropriações semânticas ou metafóricas.

de transformação da sociedade com um novo direcionamento que procura, entre outros, a soberania alimentar dos povos e a sustentabilidade da vida por meio de um ecologismo que acreditamos estar baseado em uma relação *biocêntrica* de natureza, expresso nos territórios material e imaterial do MST. O território material é onde o MST projeta suas ações por meio de atores locais (as cooperativas) no diálogo e no pleiteio de benfeitorias e políticas públicas com outros agentes, visando a organicidade dos modos de produção nos assentamentos conquistados. O território imaterial, por sua vez, está na mística do MST (COELHO, 2014; MOSCAL, 2017). É onde as camponesas e camponeses manifestam o sincretismo de suas cosmovisões de mundo, que tem a natureza como um bem comum que transcende a visão de natureza como mercadoria do mundo coisificado, fragmentado e desigual. Neste sentido, argumentamos neste texto que os movimentos sociais contemporâneos têm protagonizado um processo de consolidação da territorialização de uma nova *racionalidade ambiental* baseada na construção de valores (não materialistas) culturais e simbólicos, onde a sustentabilidade da vida está em primeiro lugar.

Através de uma abordagem *ad hoc* de métodos quantitativos seguidos de métodos qualitativos, dentro dos campos inter-tras-multidisciplinares que a ecologia humana possibilita, tentaremos demonstrar que, mesmo com um processo de *ruptura* na prática de agricultura diversificada, a exemplo dos cultivos de café (*Coffea spp.*), cacau (*Theobroma cacao*), arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), milho (*Zea mays*), abóbora (*Cucurbitaceae*), entre outros, cuja produção atual é marcada majoritariamente pela pecuária leiteira de pequena escala (ARAÚJO, 2015; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2016), há uma diferenciação nas vertentes ecológicas e representações sociais de ambiente localmente amparadas por uma relação *biocêntrica* de natureza que se expressa por meio das ciências dos saberes populares e cosmologias, que ao se apropriar, respeita as manifestações de vida material e simbólica na natureza, resultando em uma ecologia baseada no manifesto ecológico, no ecodesenvolvimento, no afeto pela terra, nas coletividades humanas e na reivindicação da/na natureza e dos/nos territórios. Esta que surge das categorias esquecidas pela *racionalidade econômica* (LEFF, 2009) e pelos modelos interpretativos dominantes; uma ecologia da *alma*, do *espírito* e das *subjetividades* humana (MARQUES, 2012; MARQUES, 2016), representada pela composição da biodiversidade genética de ecossistemas locais, pela resiliência ecológica e social, pela confecção empírica da paisagem e pela conservação de *pool gênicos*, resultado das relações biofísicas e sociais no ambiente das camponesas e camponeses do MST no Bioma Amazônia.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A unidade *lócus* deste estudo está localizada na região central do estado de Rondônia. O assentamento Margarida Alves está aglutinado nas adjacências de 5 municípios do estado (Nova União, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Urupá e Teixeiraópolis), em que, por consequência de transformações geográficas de um modelo de agricultura capitalista, é representada de modo hegemônico pela pecuária leiteira. O Projeto de assentamento Margarida Alves, juntamente com outros dois assentamentos próximos (Palmares e Padre Ezequiel), territórios de luta do MST, representa mais de 20 anos de trajetória em diversas formas de articulação por autonomia e soberania, sobretudo na produção de alimentos e no cuidado com a diversidade biológica dos ecossistemas. O assentamento Margarida Alves foi criado em 1997 após a desapropriação das fazendas Fisher (Firasa) e Aninga, cujo tamanho ultrapassava os 22 mil hectares. Originalmente foram assentadas 258 famílias em lotes de 24 hectares, em média. O Padre Ezequiel também foi criado na mesma época do Margarida Alves. Juntos, os três Projetos de Assentamento possuem cerca de mil famílias assentadas em cerca de 30 mil hectares. O ecossistema local é composto por pastagens, fragmentos de florestas virgens e em formação secundária. Existe também as áreas destinadas as organicidades sociais e religiosas (festas, missas e celebrações aos domingos, reuniões e jogos de futebol). Estas são áreas de aproximadamente 8 hectares de florestas localizadas no centro das glebas, aos quais são construídas ao redor estruturas como igrejas, campos de futebol, estruturas para realização de festas e reuniões.

Na questão metodológica, optamos por uma combinação *had hoc* de métodos quantitativos seguidos de métodos qualitativos, sendo uma adaptação do método de “*contextualização progressiva*” (VAYDA, 1983), que por sua vez estabelece contextos progressivamente mais amplos ou densos da pesquisa para analisar interações homem-natureza a partir de racionalidades e conhecimentos de contextos no sentido de sistematizar elementos inusitados do estudo, à medida que o pesquisador, para entender as forças que contribuem para o fenômeno, partindo primeiramente da formulação de questões mais amplas, posiciona-se em atividades, locais, pessoas e ocasiões específicas, optando pela combinação de métodos (técnicas) quantitativos seguidos de métodos (técnicas) qualitativos, assumindo o papel fundamental de inserir tais ocasiões locais e específicas dentro de um complexo de causas e efeitos. Esta abordagem está ancorada aos campos metodológico e conceitual dos ecologistas humanos e ecologistas políticos e se concentra em estabelecer um debate intenso entre Ciências Sociais e Ciências Naturais no sentido de produzir “uma ciência verdadeiramente ecológica”, que focaliza o relacionamento dinâmico entre o biofísico e o social, que por sua vez requer mudanças

na prática científica.

Nesse sentido, aproveitamos esta abordagem em imersão no assentamento, optando pela adoção de abordagens qualitativas e quantitativas. A abordagem quantitativa envolveu alocação no assentamento, nas unidades de produção familiar, nas reuniões, assembleias, além da participação no XXIX Encontro Estadual do MST de Rondônia, que ocorreu entre os dias 31 de fevereiro e 02 de março de 2019 no assentamento Palmares, próximo ao Margarida Alves. Na questão qualitativa, optamos pelo diálogo (conversa formal e informal), entrevistas semiestruturadas, aliada à observação participante. Os dados apresentados reúnem resultados obtidos em duas abordagens a campo no assentamento em diferentes ocasiões (2015/2019). É neste sentido que enfatizamos o significado prático de “*contextualizar progressivamente*”, quando optamos por esperar o inesperado.

O PERFIL DAS CAMPONESAS E CAMPONESES

Segundo Carvalho (2005) há uma diversidade de agricultoras e agricultores familiares ou famílias camponesas, já que este termo engloba desde os proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas, os povos das florestas, os povos ribeirinhos, indígenas e quilombolas, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros e açazeiros, as quebradeiras de coco babaçu, os arrendatários não capitalistas, os caboclos e colonizadores e os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

Cabe lembrar que o termo agricultura familiar, além de estratégico, não obstante, é recente no espaço rural, pois antes eram chamados de “colonos”, “da roça”, entre muitos que não citaremos aqui, pois não é interesse marginalizar essa classe como tanto foi, há pouco tempo. Todos esses sinônimos usados refletiam em estigmas, tais como atrasados, burros, pobres ou outros, como “bicho do mato”. De tanto ouvirem tais argumentos, os próprios já se identificavam assim perante a sociedade urbana que muito pouco deu valor a tal classe (REDIN; FIALHO, 2010).

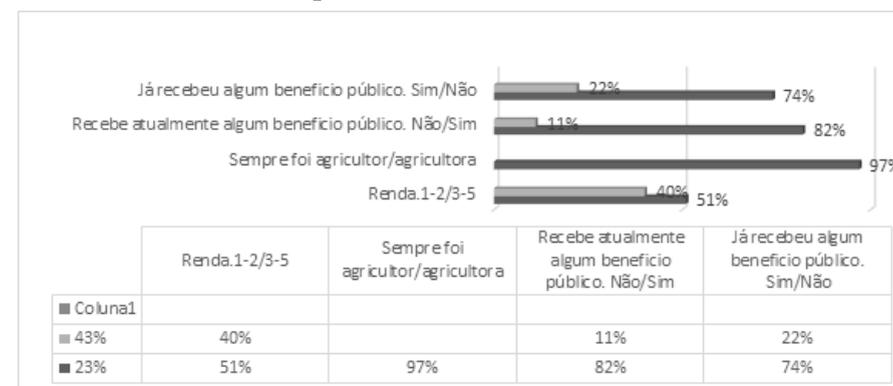
Deve-se lembrar que ser agricultor familiar não tem nenhuma conotação de superioridade em relação aos não familiares. Trata-se apenas de diferenciar uma categoria que baseia sua produção no uso preferencial da mão de obra familiar e que exerce a gestão do empreendimento de forma direta, presencial, por meio de algum dos familiares envolvidos na produção. Os não familiares, distintamente, usam trabalho assalariado, o que é positivo porque gera emprego, mas fazem a gestão do empreendimento por meio de administradores, de longe (GUANZIROLI et al., 2012).

Já o conceito de camponês, além de histórico, parece ser o mais adequado, pois não se trata apenas de um termo que designa o perfil de produção, na quantidade

de hectares, e sim, uma categoria histórica que protagoniza as dinâmicas sociais de classe no campo em todas as regiões do planeta. Para Bernstein (2011), é mais adequado restringir os termos camponês ou campesinato aos usos analíticos, ao passo que o camponês é um sujeito ator nas transformações sociais das relações, tanto históricas quanto contemporâneas, nos processos de mudança agrária e nas dinâmicas de classe.

Em relação ao Margarida Alves, quanto a idade, 22 % dos participantes do estudo têm de 36-40 anos e 43 % de 46-50. Em relação a renda familiar, 51 % apresenta de um a dois e 40 % de três a cinco salários mínimos. As propriedades são de aproximadamente 24 hectares. 97 % afirmam que sempre foram agricultores e/ou agricultoras. De acordo com a Lei da Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, determinando que a área máxima é de quatro módulos fiscais, todos os pesquisados são de categorias familiares (Brasil, 2006). Da atuação do Estado, 82 % afirmam não receber atualmente nenhum benefício e 11 % recebem dinheiro de algum benefício do Estado. Nesse sentido, 74 % afirmam já terem sido contemplados com algum programa público e 22 % dizem que não (Gráfico 1).

Gráfico 1 – o perfil socioeconômico das famílias.



Fonte: dados coletados (2015). Organização dos autores, 2020.

O fator renda é um elemento que se destacou significativamente, de acordo com a pesquisa. O fato de 40% das famílias apresentarem renda mensal acima de três salários mínimos (muitos igual ou superior a cinco salários mínimos) demonstra, primeiramente, o desempenho econômico de um projeto social, se observarmos os pilares básicos da sustentabilidade (econômico, social e ambiental). O estudo de Araújo (2015) e Araújo e Oliveira (2015) revela essa mudança econômica que

pode relacionar-se com mudanças no padrão produtivo.

Outro fator importante é que o desempenho econômico é também parte contraditória inserida no contexto da globalização econômica. A localização do assentamento nos permite entender que a agricultura local está cada vez mais condicionada aos fluxos da agricultura globalizada.

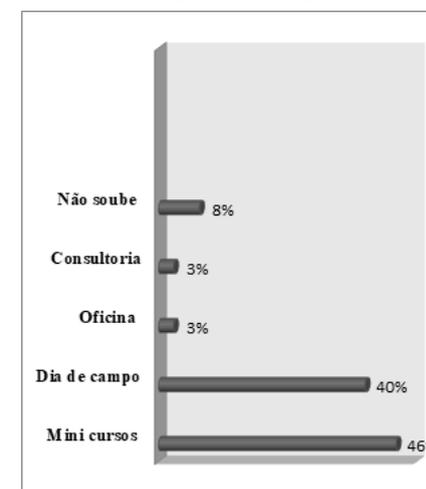
A agricultura globalizada tem impactado todas as regiões do planeta. Na Amazônia brasileira, onde se concentra a mais alta biodiversidade nos ecossistemas, que ainda detêm diversas formas vida e manifestações culturais e de adaptabilidade humana nos ecossistemas (MORÁN, 1990), tem experimentado um processo significativo de mudanças nas dinâmicas dos usos múltiplos da terra. O expressar das diversas formas de resistência através de vertentes alternativas nos territórios das comunidades diversas na Amazônia tem sido fragmentada por um modelo de desenvolvimento econômico autoritário que tem condicionado as coesões endógenas aos fluxos da agricultura global (COSTA SILVA, 2010). Para dar um exemplo, muitas dessas comunidades estão aglutinadas a grandes e medias propriedades, que por sua vez se constituem na força motor da pecuária leiteira ou de corte, e são impulsionadas por transformações econômicas. Este é o caso do Margarida Alves e de outros dois assentamentos próximos (Padre Ezequiel e Palmares), que pode ser verificado de forma sucinta a partir da geopolítica que forma a cartografia social da parte central do estado de Rondônia: frente aos assentamentos estão aglutinadas medias e grandes propriedades (resultado do PIC de Ouro Preto) que por sua vez se constituem a formação da bacia leiteira de Ouro Preto do Oeste, aliado aos investimentos de empresas do ramos alimentício, a exemplo dos grupos JBS-Friboi, Irmão Gonçalves, Italc, Ouro Minas, Monte Verde, Tradição entre outros, que por sua vez projeta suas ações na região e nas comunidades locais, modificando os modos de produção marcados pela diversidade de plantios e práticas alternativas variadas.

DA ATUAÇÃO DO ESTADO: UM CHOQUE ENTRE VISÕES DE MUNDO

Em relação ao acesso às políticas públicas verifica-se um descompasso entre o modo de vida e a visão econômica localmente imposta e a postura dos agentes públicos, sobretudo no que se refere a extensão rural. Os gráficos 2 e 3, de maneira indissociável, demonstram, de um lado, os anseios das camponesas e camponeses e a desídia dos atores locais, em contraponto. Quando procurou-se saber sobre a preferência de possíveis atividades que mais se adequam com a carência local nota-se que 40% preferem dia de campo e 46% optam por minicursos (Gráfico 2), ressaltando que querem sempre aprender e aperfeiçoar suas atividades. Curioso notar que quando se trata de visita técnica de algum agente nas propriedades, até

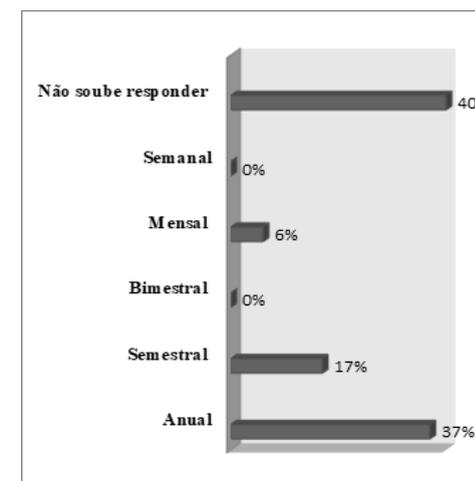
então, 40 % não souberam responder, provavelmente por não se lembrarem desta ocorrência. 17% afirmam receber visitas duas vezes por ano e outros 37 % dizem que já ocorreu uma vez no ano.

Gráfico 2 - Preferência das assentadas e assentados em relação às atividades de extensão que melhor combina com a realidade local, de acordo com as necessidades vistas pelos camponeses.



Fonte: dados coletados (2015). Organização dos autores, 2020.

Gráfico 3 – frequência de visitas técnicas nas propriedades.



Fonte: dados coletados (2015). Organização dos autores, 2020.

De acordo Fonseca (1985), a extensão rural surgiu a partir da necessidade de movimentar a economia e fazer com que as famílias camponesas saíssem da condição de atraso. Ainda segundo o autor, seu objetivo era possibilitar que a produção camponesa entrasse no ritmo e na dinâmica do mercado, pois no momento acreditava-se que suas técnicas de produção eram atrasadas e seu problema maior era sua “incompetência” por falta de orientação.

Embora sendo integrantes de uma cooperativa, com uma conjuntura fortemente estruturada sentido a temas ambientais, houve unanimidade em transferir a responsabilidade somente ao Estado e a agentes de extensão local. Neste caso, como afirma as famílias, de acordo com o seu modo de ver, é necessário analisar novas formas de produção para que adotem na cooperativa junto aos associados. A falta de apoio de outros atores nas ações pleiteadas por meio da cooperativa local parece ser uma das principais dificuldades para o avanço dos projetos.

Um estudo realizado por Kohler et al., (2011), mostrou que há um descompasso entre a visão econômica de agentes em contraponto com as aspirações locais, aliado ausência do Estado no grupo de atores locais, regionais, nacionais e internacionais. Para os autores há um fracasso no modelo de produção regional, o que, aliado a outras questões, contribuiu de forma substancial na ocasião da falência da Associação dos Produtores Alternativos – APA que era o principal ator do desenvolvimento sustentável local, considerado muitas vezes vitrine de sustentabilidade em comunidades diversas na Amazônia. O que demonstramos neste texto é que, as assentadas e assentados procuraram outras formas de desenvolver seus ecossistemas longe do que propõe os modelos elaborados para o atendimento de grandes e médias propriedades e empresas do ramo alimentício que procuram o conforto animal esverdeando as pastagens com espécies exóticas, como as SAFs com eucaliptos, também chamados pelo MST de “desertos verdes”.

A falência da APA ilustra a divergência entre duas interpretações, a dos produtores e a das instituições. O que, na perspectiva institucional, foi um fracasso, por não ter conseguido levar adiante um projeto com grandes chances de sucesso econômico, pode ser interpretado de forma distinta pelos produtores locais. O que ponderamos neste artigo é que, possivelmente, os produtores estivessem interessados em aprender a manejar as SAFs, no intuito de colocá-las a serviço da sua visão de mundo, mas não estavam preparados para tornarem-se uma vitrine do desenvolvimento sustentável da Amazônia, conforme planejado por algumas instituições (KOLHER, et al., 2011, p.330).

A falência da APA traz não apenas uma divergência de visões de mundo entre

instituições e camponesas e camponeses, mas, sobretudo, um erro conceitual, no caso da atuação no assentamento Margarida Alves, ao passo que se incentivou a prática do extrativismo sustentável de florestas (por exemplo) à camponesas e camponeses com modos de vida voltados quase sempre às práticas de agricultura agroecológica baseada no plantio e manejo de espécies variadas, o que ficou evidente em dois planos de manejo florestal comunitário imposto às famílias (um pleiteado pela APA em 2002 e outro realizado entre 2014 a 2017, dirigido pela COOMEAFES, IBAMA e SEDAM), posteriormente fracassados pela falta de interesse pela maioria das famílias, sendo motivo de conflitos entre as mesmas. Há também uma relação de desconfiança necessária por parte do MST em um modelo de produção que transcendesse uma economia moral e local à um modelo de produção baseado em escalas regionais, nacionais e globais, que foi uma ousada aposta da APA.

Outra coisa que se pode colocar em xeque é o preconceito que quase sempre se configura em relação aos Sem Terra. A falta de atenção das instituições públicas com os assentamentos agrários, demonstra o perfil de agricultura que se buscou ao longo dos anos por meio de ofensivas que sempre visaram inibir o protagonismo das camponesas e camponeses do MST, que tem na produção agroecológica a principal retórica à uma visão da natureza em forma de mercadoria. Não obstante, não é novidade que a criminalização generalizada desta importante parcela da sociedade tem afetado a vida de muitas famílias em luta pela terra e na terra. Também não é novidade que o Estado procurou, ao longo dos anos, de forma desigual e combinada, uma densidade de prioridades que sempre esteve alinhadas aos interesses do agronegócio.

COOPERATIVISMO E CONSTRUÇÃO DE REDES: AS COLETIVIDADES HUMANAS E A FORMAÇÃO DE MOVIMENTOS ALTERNATIVOS

Para elencar as ações na base de cooperação, foi criada a Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços (COOMEAFES), que já está em atividade há quinze anos, com a missão de fortalecer a gestão ambiental e organizar a produção e o pleito de políticas públicas. Como uma dentre as várias conquistas pleiteadas no coletivo, as famílias contam com um viveiro de mudas (figura 1), o qual está em atividade há mais de dois anos. O viveiro visa atender as demandas locais e regionais por espécies múltiplas do Bioma Amazônia e exóticas. Apesar da carência de recursos, o projeto tem demonstrado seu lado positivo do ponto de vista ecológico. O viveiro tem visado reforçar os agroecossistemas locais de modo mais planejado, por meio de um plano de manejo estratégico, disponibilizando mudas e sementes de múltiplas espécies para as famílias diversificarem os agroecossistemas dentro dos seguintes objetivos

ainda não consolidados: plantar espécies frutíferas com finalidades ecológicas; plantar espécies com finalidades de saúde e segurança alimentar; plantar espécies de uso medicinal; plantar espécies fertilizadoras do solo, como as leguminosas; disponibilizar sementes naturalmente selecionadas de espécies de importância ecológica, medicinal e alimentícias; incentivar os agricultores e agricultoras familiares; estimular a prática agroecológica local; proporcionar uma alimentação saudável através do consumo de frutos; promover o equilíbrio ambiental através da restauração da biodiversidade e enriquecimento de ecossistemas locais; encontrar parcerias para ampliação e divulgação do projeto; ampliar o viveiro de mudas com diversas espécies.

Figura 1 - Viveiro de mudas “Margarida Alves”.



Fonte: Acervo dos autores, 2020.

A cooperação nos assentamentos do MST pode ser entendida como uma alternativa de concretizar a proposta de organicidade do território material onde o movimento tem demonstrado a sua importância social no contexto da produção de alimentos saudáveis e diversificados para as populações das cidades. Para o MST, a cooperação faz parte de um processo pedagógico que permite que as famílias rompam com o individualismo e passem a acreditar na ação da força conjunta da produção por meio da divisão social do trabalho e da conquista de políticas públicas. As práticas de cooperação ocorrem desde a luta nos acampamentos aos assentamentos conquistados. Uma delas é o mutirão, prática muito comum nos assentamentos. Geralmente, os mutirões são organizados para a

construção de escolas, igrejas, para o roçado, ou até mesmo para a construção de uma ponte quando a gestão pública local não cumpre suas obrigações. No assentamento Margarida Alves, os mutirões acontecem geralmente quando um assentado ou assentada passa por enfermidade e fica impossibilitado de cumprir suas atividades laborais. Para o MST essas são formas primárias de cooperação, pois as principais formas de cooperação estão voltadas para a organização na produção, para o acesso ao crédito, e na comercialização dos produtos. Os motivos para cooperar possuem razões econômicas, que vão do incremento da renda, obtenção de crédito, aumento da produtividade e desenvolvimento das agroindústrias. As razões sociais e políticas envolvem o acesso a moradia digna e infraestrutura nos assentamentos e participação nas lutas vinculadas às necessidades específicas e imediatas na realidade local. Existem também as razões ambientais, que estão na preocupação com a produção de alimentos saudáveis para a sociedade. As famílias aprendem, divulgam e articulam ideias para preservar o meio ambiente, produzindo alimentos saudáveis, evitando o uso de monoculturas e agrotóxicos.

Os sistemas cooperativistas e as agroindústrias são exemplos de atividades em que há maiores possibilidades de se atingir a produção sustentável, devido ao modo como os envolvidos se relacionam com o ambiente onde estão inseridos. Para Fornazier e Waquil (2011), as cooperativas são alternativas importantes para inserir as famílias nos mercados, porém enfrentam grandes dificuldades com a falta de políticas públicas. A cooperação permite um ganho maior de escala, além de reduzir os custos operacionais, bem como um maior acompanhamento da produção através da assistência técnica.

Na visão de Portocarrero (2006), o sistema cooperativista brasileiro é um grande exemplo de boas práticas que resultam em produção segura, mas é importante delegar o dever de promover, fomentar e orientar as famílias e, ao mesmo tempo, para estabelecer parceria com os outros elos da cadeia (fornecedores de insumos, agroindústrias, redes de distribuição) para garantir a justa remuneração aos produtores pelo processo de qualidade levado a cabo nas pequenas propriedades, garantindo que as matérias-primas sejam processadas de forma a assegurar a continuidade do processo de certificação e que nos pontos de venda os produtos sejam cuidados da mesma forma.

BIODIVERSIDADE DE SISTEMAS SILVIPASTORIS: CAMPONESAS E CAMPONESES PROMOVENDO O EQUILÍBRIO AMBIENTAL

Na figura A, à esquerda, bosque em meio à pastagem com diversas espécies arbóreas de fins madeireiro, de sombreamento e de frutos, planejado de modo empírico. Na figura B, à direita: animais descansando em sombreamento de uma

mangueira plantada em meio à pastagem para fins de sombreamento e produção de frutos para os animais e as famílias (Figura 2).

Figura 2 - Exemplo de sistema silvipastoril em propriedade familiar no assentamento Margarida Alves, Nova União, Rondônia.



Fonte: Acervo dos autores, 2020.

A busca por sistemas de produção sustentáveis sugere a integração entre os componentes pecuária e floresta, e se coloca como uma importante estratégia para a geração de renda na agricultura camponesa. O Sistema Silvipastoril – SSP, por exemplo, ao agrupar os elementos gado, árvore e pastagem, consegue proporcionar bons resultados em termos de diversificação da produção, respeito ao ambiente, aumento da produtividade e ganho econômico. O uso da arborização da pastagem permite que as culturas de animais sejam desenvolvidas de modo mais dinâmico, aliando o ponto de vista econômico ao ponto de vista ecológico, com rentabilidade na comercialização de produtos e derivados, agregando valor às pequenas propriedades, além do paisagismo, permitindo o ecoturismo.

Estudos da Embrapa (2003) mostram que os SSP despontam como alternativa promissora, por serem mais diversificados e potencialmente mais produtivos e sustentáveis que os sistemas pecuários tradicionais. A adoção deste modelo de produção como alternativa ecológica, social e econômica em pequenas propriedades familiares pode ser consideravelmente viável devido a sua capacidade de se obter ganhos diversificados, mesmo em áreas com pouca extensão e por permitir vários benefícios dentro do seu sistema de cultivo. Dentre as principais características deste sistema destaca-se o manejo rotacionado, que possibilita o uso da pastagem

de modo que não venha ocasionar diversos fatores de degradação da área, além de ser um grande aliado na recuperação de áreas degradadas, e de proporcionar maior disponibilidade de sombreamento, o que influencia positivamente o comportamento e a produção.

Nesta mesma concepção, Falesi (2012) afirma que pesquisas têm demonstrado que criar animais em ambiente de conforto e bem-estar pode refletir diretamente na melhora de seu desempenho produtivo e reprodutivo. Percebe-se que desse modo minimizam-se os efeitos prejudiciais do clima sobre os animais, amenizando o estresse calórico produzido pelas variações climáticas. Além das vantagens econômicas que também ganham destaque nesta premissa, já que as árvores utilizadas podem ser de espécies madeireiras, servindo para a venda ou ao uso na propriedade; frutíferas, que servem de alimentação para os animais e pessoas dependendo das espécies utilizadas. Estão também as espécies de leguminosas que têm sua importância na fixação do nitrogênio no solo, aumentando a capacidade nutricional e, se for necessário, a recuperação da pastagem.

Para Zanette e Grunge (2011), o SSP deve ser tratado de maneira holística, pois são sistemas multifuncionais, onde existe a possibilidade de intensificar a produção pelo manejo integrado dos recursos naturais, evitando sua degradação. Além de recuperar sua capacidade produtiva, também podem fornecer alimento para pessoas e para o gado, madeira, lenha, postes e mourões, frutos e castanhas, resinas, pasto apícola, entre outros produtos. Com o intuito de associar esforços para que os agricultores familiares cultivem culturas anuais e também desenvolvam a bovinocultura de forma sustentável é que se propõe a implantação e avaliação do processo de pastagens em consórcio com espécies florestais, visando promover assim um equilíbrio ambiental através de técnicas de cultivo das pastagens sem a utilização de produtos químicos ou fogo (SILVA, et al., 2010).

SSP é uma modalidade de sistema agroflorestal, que consiste na associação de árvores, pastagem e animais em uma mesma área (SILVA, 2012). É um sistema de produção onde ocorre a interação entre espécies florestais com plantas forrageiras herbáceas ou rasteiras e animais, constituindo uma das formas de sistemas produtivos que estão relacionados à exploração em uma mesma área com mais de uma espécie vegetal e ou animal, de forma integrada. Os SSP são opções de sistemas de produção relativamente novos, que estão em evolução no mundo todo e no Brasil têm avançado em todas as regiões (SOUZA, et al., 2007). O principal objetivo do SSP é o manejo adequado dos recursos que podem ser potencializados pelas árvores, de modo a se obter benefícios para sistemas pecuários baseados em pastagens (PUPO, 1995).

O uso sustentável da propriedade depende da integração de árvores, pastos e

animais mediante a combinação da capacidade do componente arbóreo de proteger o solo e melhorar a fertilidade com a capacidade das pastagens para controlar a erosão do solo e o acúmulo da matéria orgânica, produzindo impactos ambientais positivos, proporcionando condições atmosféricas favoráveis aos animais (GARCIA e ANDRADE, 2001). O SSP é benéfico ao meio ambiente e pode ser amplamente difundido como forma de melhoria da relação entre pecuária e meio ambiente (SILVA, et al., 2014).

A adoção do SSP em uma área proporciona inúmeros efeitos que podem gerar benefícios ao sistema, pois interagem diretamente com os fatores de produção da biomassa das áreas (GUARIENTI, 2012). Os SSP são alternativas que contribuem com a sustentabilidade das pastagens, e ampliam as oportunidades de exploração de múltiplos produtos vegetais e animais como madeira, carne e leite. A imersão de árvores em meio à pastagem resulta em incremento da diversidade de espécies; influencia na disponibilidade de nutrientes, água e na física do solo; alteração na incidência da luz sobre as espécies em sub-bosque; e influencia a incidência de fatores climáticos como geadas e ventos (SOUZA, et al., 2007). Além disso, tem como base o uso de plantas herbáceas e arbóreas lenhosas, fornecendo forragem e sombreamento para os animais (CHACÓN, et al., 2006).

O SSP pode ser considerado como a distribuição e a densidade espacial de espécies arbóreas, herbáceas e arbustivas em meio à pastagem, planejada ou não. O SSP pode ser usado em bosques, que é quando um fragmento de floresta rala é deixado de modo espontâneo, geralmente em local estratégico como as nascentes; aleatório, quando algumas espécies deixadas de modo espontâneo estão distribuídas aleatoriamente em meio à pastagem; ou planejado, quando as espécies são escolhidas, distribuídas e manejadas de modo estratégico, com auxílio técnico.

Na Amazônia ocidental, a adoção de SSP tem se constituído em uma importante ferramenta de sustentabilidade em propriedades de agricultura camponesa. Um estudo realizado por Silva (2012) em propriedades de agricultura familiar nos municípios de Ji-Paraná, Jaru, Presidente Médici, Nova União (em assentamento do MST), Cacoal, Mirante da Serra e Theobroma, RO, com diversas espécies de diferentes grupos ecológicos (pioneiras, secundárias e clímax) demonstrou que a implantação de SSP em pequenas propriedades reflete positivamente nos parâmetros social e ambiental. Com o plantio das árvores em meio à pastagem, foi observada uma mudança de comportamento dos camponeses e a implantação do SSP como tecnologia para melhorar as condições ambientais e sociais em sistemas de produção de leite teve um impacto positivo considerando os indicadores avaliados (SILVA, 2012).

SABERES, SABORES E PAISAGENS: AS MARGARIDAS E A ARTE DE PLANEJAR OS QUINTAIS AGROFLORESTAIS

A figura a seguir (Figura 3) traz a estrutura, a paisagem, a biodiversidade e os usos de quintais agroflorestais no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia. No sentido horário, começando pelo alto à esquerda: assentada e seu filho coletando frutos de cupuaçu em exemplo de quintal agroflorestal; criadouro de porcos construído embaixo de uma mangueira, em meio ao quintal agroflorestal; cacaeiro com frutos em meio ao quintal agroflorestal; duas espécies florísticas ornamentais enfeitando o quintal agroflorestal; horta com diversas espécies vegetais para fins de consumo e uso medicinal, compondo o quintal agroflorestal.

Figura 3 – Exemplo de quintal agroflorestal no PA Margarida Alves em Nova União, Rondônia.



Fonte: acervo dos autores, 2020.

Os quintais agroflorestais são áreas ao redor das residências compostas por diversas espécies botânicas de finalidades variadas, nos quais se mantém o cultivo

de plantas medicinais, alimentícias e florísticas, incluindo as PANC (Plantas Alimentícias não Convencionais), aliado a presença de animais domésticos e exóticos. Os quintais agroflorestais são importantes alternativas de reservatórios da biodiversidade local, restauração ecológica, equilíbrio ambiental e conservação de espécies e *pool gênicos*, além de se destacar na garantia de alimentos saudáveis, no armazenamento de sementes naturalmente selecionadas (as sementes crioulas em especial), contribuindo para a garantia, a segurança e a soberania alimentar de povos tradicionais amazônicos.

Na Amazônia brasileira, apesar de pouco investigados, os quintais agroflorestais são uma das formas mais comuns nas tradições que envolvem os usos múltiplos da terra por povos e comunidades diversas. Os quintais agroflorestais são importantes alternativas de baixo custo para a conservação da biodiversidade (FLORENTINO *et al.*, 2006), os cultivos são voltados a produção de frutos, hortaliças e plantas medicinais para o uso somente das famílias locais (NETO *et al.*, 2004), sendo que em alguns casos os excedentes dessa produção são comercializados, a exemplo do cacau, da banana, da laranja, do limão, da manga. Mas essa produção é destinada, sobretudo, à garantia da segurança alimentar das famílias adotantes (VIEIRA, 2013; ROCHA GARCIA *et al.*, 2015) e para a garantia de alimentos diversificados nos períodos secos e chuvosos. Os quintais agroflorestais são organizados de modo majoritário por iniciativa das mulheres como um espaço que exerce funções sociais, ecológicas, culturais e econômicas (OLIVEIRA, 2009). Nesses espaços é muito comum que as mulheres manejam seus quintais, onde é também um espaço de afeto com as ervas medicinais, as flores, as frutíferas, as hortaliças e os animais domésticos (ou não) que frequentam e desfrutam desses espaços.

A participação feminina nos espaços rurais tem contribuído para as diversidades produtivas em diferentes regiões do Brasil (TAVARES *et al.*, 2016). Essa participação tem demonstrado um caráter construtivo nas relações de gênero e empoderamento político, econômico e cultural, mediadas, não poucas vezes, por movimentos sociais ou em projetos de cooperação entre mulheres (NEVES; MEDEIROS, 2013).

A construção histórica do MST é composta por pouca participação feminina na ocupação de espaços de liderança, sobretudo no papel de militância nas comunidades, que ainda são representados majoritariamente por figuras masculinas. As mulheres participam nas mobilizações, nos debates, nos espaços de formação, mas ainda continuam sem expressão nos espaços ainda dominados por homens. Hoje, a narrativa construída pelos movimentos feministas tem garantido o estabelecimento de agendas pautadas nas reivindicações das interseccionalidades construídas pelos movimentos feministas pós-modernos,

hoje introduzindo as múltiplas dimensões identitárias e os desafios das múltiplas e simultâneas opressões (SILVA; NASCIMENTO SILVA, 2014).

O MST, por sua vez, tem demonstrado uma mudança de postura em relação a um movimento hegemonicamente masculino e heterossexual, reconhecendo a contribuição das correntes feministas para as transformações da sociedade. Com frequência, a pluralidade das pautas dos coletivos LGBTs e das mulheres Sem Terra tem marcado de forma extraordinária as lutas feministas na construção da liberdade sexual, contra a LGBTfobia e a violência contra as mulheres e LGBTs nos espaços orgânicos, nos assentamentos e acampamentos e, sobretudo, nas diversas instâncias da sociedade hegemonicamente machista, homofóbica, racista e leiga.

No assentamento Margarida Alves, a renda concentrada sob a “autoridade” masculina é o principal fator que marca a desigualdade de gênero e tem afetado, sobretudo, as mulheres jovens. Os jovens, geralmente, para fugir da desigualdade da renda da terra, vendem sua força de trabalho a grandes e médios proprietários aglutinados ao assentamento ou migram de forma temporária para diversas regiões rurais na Amazônia a procura de trabalho. Já no caso das jovens, até mesmo a liberdade que tem as figuras masculinas de saírem a procura de trabalho ou estudo fora do assentamento (há casos raríssimos e honrosos), muitas vezes é privada pela visão machista que predomina na maioria das famílias. Os cuidados com a casa, com os animais, com o terreiro, com as planas, e com a horta, fica então atribuídos às mulheres; estas que plantam as flores, as ervas medicinais, as frutíferas, as hortaliças, tratam das galinhas, dos cachorros e dos porcos, regam as plantas no terreiro, na varanda da casa e na horta, colhem frutos, ervas e temperos diariamente.

BIODIVERSIDADE GENÉTICA E OS USOS MÚLTIPLOS DOS AGROECOSSISTEMAS LOCAIS

O Quadro 1 traz a biodiversidade genética dos quintais agroflorestais do PA Margarida Alves, o agroecossistema em que as espécies são encontradas (Agroflorestal (QA) e Sistema Silvipastoril (SSP) e os diferentes usos das espécies 1

Ao todo foram catalogados 97 táxons, entre espécies madeireiras, frutíferas, florísticas, exóticas e endêmicas. Há uma importância fundamental atribuída às espécies selecionadas de forma criteriosa pelos camponeses e camponesas, seja pelo sombreamento para os animais, ou pela disponibilidade de alimento para as famílias e para os animais da natureza como os macacos prego (*Sapajus*), que se alimentam dos frutos do mamão nativo, da manga, do jambo e da jaca.

As palmeiras babaçu, tucumã, buriti e bacuri também são importantes para o sombreamento e para a alimentação de animais da natureza como os macacos e

os ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*), muito comuns na região. As palmeiras também são bastante aproveitadas pelas famílias para alimentação própria e dos animais. Com a massa do fruto é feito o “pó do babaçu”, que além do consumo das famílias, é utilizado na homeopatia animal⁸ como suplemento alimentar para aumentar a produtividade do leite. Também foram encontradas leguminosas frutíferas como a baguinha preta, orelha de macaco, tamburi e ingá, que são consumidos por pacas (*Cuniculus paca*), papagaios (*Amazona*), araras vermelhas, amarelas (*Ara chloropterus*), espécies comuns na região. As leguminosas também são deixadas para fins de uso madeireiro futuramente e para produção de frutos e sombra para o gado leiteiro.

Verifica-se uma diversidade de indivíduos, a exemplo de castanha, pinho cuiabano, ipê, itaúba, mamica de porca, garrote, cedro rosa, copaíba e óleo basto. Espécies de frutíferas exóticas também são muito comuns. As espécies são plantadas geralmente perto dos quintais das casas, e posteriormente deixadas, tornam-se, além do sombreamento, importantíssimas fornecedoras de frutos aos animais (figura 2 B).

Quadro 1 – Levantamento fitossociológico nas propriedades familiares no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	AGRO ECOSSISTEMA	USO/SERVIÇO AMBIENTAL
Gergelim	Sesamum indicum	QA	CF
Almeirão	Cichoriumintybus tybus	QA	CF
Acerola	Malpighia emarginata	QA	CF
Quiabo	Abelmoschusesculentus	QA	CF
Coentro	Coriandrum sativum	QA	CF
Salsa	Petroselinum crispum	QA	CF
Alecrim	Rosmarinus officinalis	QA	CF
Manjericão	Ocimum basilicum	QA	CF
Mentruz	Dysphania ambrosioides	QA	UM
Batata-doce	Ipomoea batatas	QA	CF
Urucu	Bixa orellana	QA	CF
Açafrão-da-terra	Curcuma longa	QA	CF
Gengibre	Zingiber officinale	QA	UM

⁸Suplemento alimentar feito com o pó do babaçu e outras substâncias. Esta prática chama-se multimistura. É uma prática que está longe de ser considerada homeopática, mas as assentadas e assentados assim a chama. Por parte das camponesas e camponeses é uma tentativa de aproximar-se das práticas orgânicas na criação de bovinos.

Quadro 1 – Levantamento fitossociológico nas propriedades familiares no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia (cont.)

Orquídea	Orchidaceae	QA	UO
Rosa-rubra	Rosa gálica	QA	UO
Samambaia	Nephrolepis exaltata	QA	UO
Feijão andu	Cajanus cajan	QA	CF
Feijão de corda	Vigna unguiculata	QA	CF
Pequi	Caryocar brasiliense	QA	CF
Mexerica	Citrus reticulata	QA	CF
Pimenta malagueta	Capsicum frutescens ‘Malagueta’	QA	CF
Pimentão	Capsicum annum Group	QA	CF
Ciriguela	Spondias purpúrea	QA/SSP	CF/SA
Rúcula	Eruca vesicaria ssp. Sativa	QA	CF
Pupunha	Bactris gasipaes	QA	CF
Abóbora	Cucurbita	QA	CF
Nim	Azadirachta indica	QA/SSP	SA/UM
Maracujá	Passiflora edulis	QA	CF
Pimenta do reino	Piper nigrum	QA	CF
Cupuaçu	Theobroma grandiflorum	QA	CF
Capim-limão	Cymbopogon citratus	QA	UM
Erva-cidreira	Melissa officinalis	QA	UM
Cebolinha	Allium fistulosum	QA	CF
Boldo	Peumus boldus	QA	UM
Hortelã	Mentha	QA	CF
Mamão	Carica papaya	QA	CF
Inhame	Dioscorea villosa	QA	CF
Mandioca	Manihot esculenta	QA	CF
Maxixe	Cucumis anguria	QA	CF
Pepino	Cucumis sativus	QA	CF
Teca	Tectona grandis	SSP	SA
Jaboticaba	Plinia cauliflora	QA	CF
Chuchu	Sechium edule	QA	CF
Tomate	Solanum lycopersicum	QA	CF
Couve	Brassica oleracea	QA	CF
Abacaxi	Ananas comosus	QA	CF

Quadro 1 – Levantamento fitossociológico nas propriedades familiares no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia (cont.).

Alface	Lactuca sativa	QA	CF
Caju	Anacardium occidentale	QA	CF
Coqueiro	Cocos nucifera	QA	CF
Banana	Musa	QA	CF
Cacau	Theobroma cacao	QA	CF
Baginha-cheirosa	Stryphnodendron uianense (AUBL.)	SSP	SA
Tucumã	Astrocaryum aculeatum	SSP	SA/CF
Buriti	Mauritia flexuosa	SSP	SA/CF
Araçá-boi	Eugenia stipitata	QA	CF
Castanheira	Bertholletia excelsa H.B.K	SSP	SA
Mamica de porca	Zanthoxylum rhoifolium Lam	SSP	SA
Ipê	Handroanthus	SSP	SA
Cedro-rosa	Cedrela fissilis	SSP	SA
Babaçu	Attalea speciosa	SSP	SA/CF/UM
Bacuri	Scheelea phalerata (Mart. ex Spreng	SSP	SA
Pinho cuiabano/Bandararra	Schizolobium parahyba var. amazonicum (Huber ex. Ducke) Barneby.)	SSP	SA
Tamburi/timburé	Enterolobium torisiliquum (Vell)	SSP	SA
Itaúba	Mezilaurus itauba	SSP	SA
Ingá	Inga edulis Mart	SSP	SA
Garrote	Bagassa guianensis Aubl.	SSP	SA
Pintadinho	Drymophila squamata	SSP	SA
Paineira/Barriguda	Ceiba speciosa	SSP	SA
Cajá-manga	Spondias dulcis	QA	CF
Cajá-do-mato	Spondias mombin	SSP	SA
Embaúba	Cecropia	SSP	SA
Jatobá	Hymenaea courbaril	SSP	SA/CF/UM
Fruta-pão	Artocarpus altilis	QA	CF
Goiabeira	Psidium guajava	QA/SSP	SA/CF
Jenipapo	Genipa americana	SSP/QA	SA/CF/UM
Biribazeiro	Rollinia deliciosa	QA	CF

Limão	Citrus × limon	QA	CF/UM
Laranja	Citrus X sinensis	QA	CF
Jambo	Syzygium jambos	QA	CF
Jaca	Artocarpus heterophyllus	QA	CF
Figueira-do-mato	Ficus glabra Vell	SSP	SA
Abacate	Persea americana	QA/SSP	CF/SA
Mangueira	Mangifera indica	QA/SSP	CF/SA
Acácia-amarela	Vachellia farnesiana	QA	UO
Crista-de-galo	Celosia argentea	QA	UO
Beijos	Impatiens glandulifera	QA	UO
Lustrosa	Bougainvillea	QA	UO
Jiló	Gilo Group	QA	CF

Fonte: dados coletados (2019). Organização dos autores, 2020.

O ECOLOGISMO DOS POBRES NO MST: A TERRITORIALIZAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL

No Brasil, a agricultura camponesa tem se destacado cada vez mais no contexto de produção agroecológica. Surgiu a partir da ocupação de imigrantes europeus e africanos tendo como principais premissas o trabalho familiar, o uso de áreas pequenas, a produção para o autoconsumo, o mercado interno e local, a produção diversificada, e a produção de alimentos sem o uso intenso de agrotóxicos, representando um modo de produção que garante a soberania alimentar da agricultura camponesa. A agricultura camponesa representa um modo de ser e de viver que tem centralidade na reprodução social da família, e a sua contradição interna se dá entre a capacidade de trabalho disponível da família e as necessidades de consumo, gerando assim uma lógica econômica própria, uma especificidade camponesa que permitiu sua longevidade através dos séculos.

A agricultura camponesa tem se destacado como o perfil de produção mais sustentável através de vertentes agroecológicas em agroecossistemas diversificados. Amparada por premissas que diferem o campesinato, a agricultura de base familiar se propaga por meio de requisitos como as estratégias de gestão agroecológica, a gestão ambiental, o uso de áreas pequenas, a adoção de máquinas leves, o abastecimento popular, a mão de obra familiar e o cultivo de sementes naturalmente selecionadas (sementes crioulas) e, sobretudo, do cuidado com aqueles que consomem os produtos oriundos do campesinato. Apesar de desestimulada, impedida e inibida, a agricultura camponesa cresce constantemente, destacando-se pela produção de alimentos saudáveis, cultivados em um modelo que agrega valor e respeito ao ambiente e a humanidade.

Na visão do MST, a agricultura camponesa está em função da sustentabilidade da vida, sendo chave para garantia da soberania alimentar do povo brasileiro. Apesar das vantagens, a agricultura de base familiar ainda enfrenta grandes dificuldades, pois o avanço do latifúndio se dá sobre o retrocesso do campesinato, por “ser estrangulado”, por falta de subsídios e influência política, sendo assim bloqueado, impedido, reprimido e inibido, enquanto o latifúndio é estimulado, apoiado, financiado, protegido e defendido por multinacionais e influência política.

É de longa data que as práticas ecológicas vêm sendo discutidas no MST junto às camponesas e camponeses. Estes que atuam no sentido de preservar a vida, e, conseqüentemente, têm cuidado do ambiente. Quando as famílias lutam por terra, moradia, escola, energia, água, sementes, crédito agrícola, entre outros, estas pautas constituem-se também em luta a favor do meio ambiente. A terra, aliás, é um bem sagrado, como assim diz o senhor Luiz ao autor em conversa sobre seu apego a sua pequena propriedade de 4 hectares: *é que aqui nois é igual minhoca (...)* nois gosta é da terra. É o que traz também a canção do camponês cantor e compositor rondoniense Zé Pinto quando narra o ciclo de produção e reprodução que a terra é capaz de gerar: *“A chuva cai sobre a natureza, a planta cresce gerando a riqueza, e o trabalhador luta com certeza pra não faltar o pão sobre a nossa mesa. A terra guarda a raiz da planta que gera o pão a madeira que dá o cabo da enxada e do violão”*. Outra canção mostra o modelo de desenvolvimento defendido pelas camponesas e camponeses do MST frente os impérios alimentares do capital moderno-colonial patriarcal, onde a democratização da terra é a principal via para as transformações na sociedade: *“Queremos que abrace esta terra por ela quem sente paixão quem põe com carinho a semente pra alimentar a Nação. A ordem é ninguém passar fome Progresso é o povo feliz A Reforma Agrária é a volta do agricultor à raiz”*. O camponês, pesquisador e poeta Ademar Bogo traz o foco das estratégias de luta pela terra e na terra e a organização do trabalho no MST, cujo a terra ampara o modelo produtivo do movimento como contraposição ao modelo capitalista em forma de agronegócio: *“Quando chegar na terra Lembre que ainda não tem liberdade Este é o primeiro passo que estamos dando nesta sociedade Só a terra não liberta Este é o alerta Aumenta a ansiedade Isto virá no dia que com ousadia ganhar a cidade”*. Voltando ao camponês compositor rondoniense Zé Pinto, para melhor ilustrar o território imaterial do MST, a canção “Assim já ninguém chora mais” traz a conversão dos latifúndios marcados pelo pé do boi à função social da terra, historicamente negada no país dominado pelas elites agrárias: *“E assim já ninguém chora mais ninguém tira o pão de ninguém chão onde pisava o boi é feijão e arroz, capim já não convém.”*

Porto-Gonçalves (2005, p.28) traz a territorialidade das camponesas e campo-

neses do MST como populações “detentoras de um acervo de conhecimento diversificado, um dos mais ricos patrimônios da humanidade, e habitam os maiores acervos de biodiversidade, posto que são áreas que ficam a salvo das monoculturas e sua pobre diversidade genética típicas das agriculturas capitalistas.”

Uma nova configuração da questão agrária está em curso e novas questões têm se apresentado ao debate, como é o caso dos organismos laboratorialmente modificados. Trata-se de um tema estratégico para todos os envolvidos nas lutas emancipatórias, sobretudo no campo. Afinal, este tema não pode ser resumido ao debate acerca da poluição do ambiente, em si mesmo importante. É um tema rigorosamente vital para todos os que se colocam numa perspectiva emancipatória e, assim, é muito mais do que um tema controvertido. O envolvimento do MST e da Via Campesina nesse tema torna-os estratégico, e não só para si mesmos, mas para toda a humanidade. A natureza volta a adquirir centralidade no debate do devir histórico e, com isso, traz para o centro da cena uma série de sujeitos sociais que acreditávamos estarem fadados à extinção e que emergem dos campos, dos cerrados, das florestas, dos mangues e dos povos que teceram suas matrizes de racionalidade com esses ambientes. Aliás, essas populações são hoje detentoras de um acervo de conhecimento diversificado, um dos mais ricos patrimônios da humanidade, e habitam os maiores acervos de biodiversidade, posto que são áreas que ficaram a salvo das monoculturas e sua pobre diversidade genética típicas da agricultura capitalista. Assim, a questão agrária não só se urbaniza como se mundializa e, assim, faz sentido uma internacional camponesa, como a Via Campesina, da qual o MST é um dos principais protagonistas. Há, assim, uma linha que aproxima tanto a Monsanto ao McDonald como, contraditoriamente, os agricultores franceses ao MST, aos camponeses e indígenas hondurenhos, aos zapatistas, aos cocaleros, aos mapuche, aos indígenas equatorianos, mexicanos, aos piqueteros, aos sem-tetos... (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.28).

Esse diálogo horizontal é o que se vê na relação das populações Sem Terra com a natureza, que transcende a simples forma materialista de resistência quando o capital moderno-colonial patriarcal (também chamado de agronegócio das *commodities*) tenta impor sua hegemonia na relação capital nacional-globalizado autoritário, onde as camponesas e camponeses demonstram (não somente), seja através do bojo da insatisfação com a degradação ambiental, da preocupação com os que consomem seus produtos, ou simplesmente no apego à terra e aos múltiplos usos e significados que ela possui; estes que respeitam a presença de outros seres (até mesmo os imaginários) e considera a diversidade da vida,

constituindo sua ecologia com rico acervo de biodiversidade, em sintonia com a presença humana, típico da agricultura camponesa. As camponesas e camponeses ainda procuram promover parcerias com entidades ambientais para exigência de políticas públicas de apoio a proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais nos assentamentos (OLIVEIRA, 2008), como é o caso do Manejo Florestal Comunitário da Reserva Legal em Bloco conquistado e gerido de modo coletivo no assentamento Margarida Alves, que possibilitou um incremento de renda distribuída às famílias camponesas (MATOS, 2018; MATOS, 2019).

O campesinato do MST é composto por jovens, crianças, homens e mulheres camponesas e camponeses os quais formam os territórios material e imaterial do MST. Além da democratização da terra que massacra os menos favorecidos em um crime que “comemora” cinco séculos, silenciado nas diversas instâncias da sociedade, aqueles que compõem o MST apostam na preservação ambiental através de boas práticas, as quais têm na agroecologia uma base de formação ecológica, social, política e cultural no sentido da emancipação humana, destacada na figura de homens, mulheres, das crianças sem-terrinhas e da juventude que lutam pelo acesso à terra para as famílias que estão na condição desumana de Sem Terra embaixo da lona preta (...), recuperando a autonomia por meio da educação no campo e das escolas do campo (típicos das tradições anarquistas), por justiça ambiental, por uma sociedade intercultural baseada na política da alteridade, pelo fortalecimento da cultura popular camponesa, pelas religiosidades e a mística (que demonstra formas também não materialistas de oposição ao capital moderno-colonial patriarcal), pelas mulheres do campo e da cidade e seus direitos historicamente negados, pelos coletivos LGBTs e mulheres Sem Terra (demonstrando as múltiplas e simultâneas opressões do patriarcado e, atualmente, a oposição à ideologia sexista dominante que no Brasil tem partido da vã filosofia reacionária) do campo e da cidade, por uma agricultura sustentável, por um mundo sem exploração humana; pela sustentabilidade da vida no planeta Terra.

Já nos é sabido que a construção de uma identidade coletiva é facilitada quando existe um contramodelo. A maneira como as camponesas e camponeses constroem seus territórios materiais e imateriais nos espaços onde vivem mostra que é possível ampliar o formato de produzir mesmo dentro das dependências dos discursos político, da ideologia do processo econômico, das hegemonias localmente impostas. As reivindicações do MST sempre defendem uma agricultura sustentável, baseada na matriz tecnológica dos agroecossistemas. As vertentes ecológicas se caracterizam como alternativa de estímulo à incorporação de boas ações das camponesas e camponeses agroecológicos nos assentamentos do MST. Tendo em vista que a agroecologia, que é o tema ecológico central nos territórios

do MST, deve ser interpretada de maneira holística, pressupondo o manejo ecológico dos recursos ambientais e se configurando na matriz sociocultural latino-americano, que se empenha em desmistificar o ódio contra estes que lutam pela democratização da terra e pela soberania alimentar dos povos; tal ódio que assume formas de dominação histórica sob as cercas do pseudoargumento de um discurso de desenvolvimento considerado político e científico (GUZMÁN; MOLINA, 2013), que tem nos impedido de compreender e reverter nossa própria realidade.

É de vital importância que o estímulo às boas práticas, se configurando também a partir de uma visão holística e na ecologia de saberes, seja incorporado em um processo de transição agroecológica que desconsidere o preconceito que se tem com os modos de vida do campesinato, uma vez que esta deve ter o caráter de promover a formação inicial, qualificada e contínua das famílias na gestão ambiental de seus territórios, suas identidades e seus saberes populares e cosmologias que pautam a produção da vida material e simbólica do cotidiano, e o diálogo de saberes (LEFF, 2015), à luz de racionalidades híbridas para um pensamento alternativo que possibilite uma ruptura com modelos interpretativos baseados unicamente no pensamento hegemônico das ciências duras (FLORIANI, 2013), na imposição cultural do mundo cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e do capitalismo em sua atual fórmula moderno-colonial patriarcal, que tem na consolidação da *racionalidade econômica* a imposição necessária de um “desenvolvimento sustentável” baseado nas atuais formas de dominação/exploração.

A agroecologia desenvolvida nos assentamentos, por sua vez, baseia-se na produção em agroecossistemas diversos, sendo que o objetivo é promover equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, água e outros elementos coexistentes. A agroecologia engloba orientações que vão desde controle de pragas, aumento de resiliência a correção de doenças ou problemas do solo. Os resultados dos ecossistemas de base agroecológica se despontam na disponibilidade de cobertura vegetal para a proteção do solo, produção constante de alimentos saudáveis em grande variedade, conservação dos recursos hídricos pela disponibilidade vegetativa e cobertura, manejo adequado dos recursos produtivos, reciclagem de nutrientes e produção de biomassa, controle biológico de pragas e garantia de produção sem o uso de insumos químicos que possam degradar o ambiente (ALTIERI, 2004). Esse é o caso das camponesas e camponeses do assentamento Margarida Alves expressos nas mais variadas especificidades como representação de uma agricultura biodinâmica e em fluxos de energia (KOHLEK; NEGRÃO, 2018), mesmo quando as grades da racionalidade dominante impõem suas hegemonias, e às vezes os prendem, como traz o estudo de Kohler e Negrão (2018), em uma análise centrada no ecodiscurso, mostrando que essas especificidades no

caso do assentamento Margarida Alves demonstram que são também pautadas na construção de formas quase sempre não materialistas de enfrentamento ao discurso neoliberal. Reforçando nossa tese.

The eco-centered discourse of Margarida Alves' leaders and homeopathy/agroecology practitioners shows a strong convergence, not only with peasant's world protest, but also with natives and traditional populations' movements. This moral and ethical discourse is structured as an antithesis to agribusiness' logic, by rejecting the hegemonic "common sense" and creating a new terminology (KOHLENER; NEGRÃO, 2018, p. 15).

É possível perceber que há mais do que um discurso *ecocentrado*. Há discurso moral e ético que procura renúncia e oposição sistemática à *racionalidade econômica* (LEFF, 2009), instaurada por meio do "desenvolvimento sustentável" como atual forma de dominação/exploração. Há uma ecologia baseada na resistência agroecológica, que pode ser demonstrada por meio das vertentes homeopáticas e agroecológicas, localmente impulsionadas por uma ciência amparada nos saberes populares e nas práticas espirituais, demonstrando uma ecologia baseada em uma relação *biocêntrica* e reivindicatória. A homeopatia é praticada, inclusive, com vista ao cuidado dos animais criados. São feitos, por exemplo, por muitas famílias, os suplementos alimentares como o pó do coco da palmeira babaçu, retirada das palmeiras deixadas nas pastagens, geralmente para estes fins.

Aliás, este fenômeno ainda não foi estudado pelo ponto de vista da atuação hegemônica do Estado e do capital moderno-colonial patriarcal globalizado. Este que, por sua vez, é fragmentador dos espaços do campesinato, ao passo que altera coerências endógenas e condiciona aos fluxos globais (SILVA, 2010). Nesse sentido, é possível que esta ruptura apontada em intervenções anteriores (ARAÚJO, 2015; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2016), no caso do assentamento Margarida Alves, além de não ser ocasionada por decisão autônoma, nem mesmo dentro da organicidade local, também não mudou o modo de relacionamento "amigável" com a natureza.

O caso do assentamento Margarida Alves mostra que é de vital importância reconhecer que existe outro modelo de agricultura que não a dos moldes da pecuária extensiva na Amazônia, sobretudo no estado de Rondônia. O fato da ocorrência da arborização das pastagens ocorrer de modo empírico, ou até mesmo plantado ao acaso ou planejado com técnicas agronômicas, como ocorre nas propriedades, demonstra uma sensibilidade ambiental que se expressa, por exemplo, quando uma assentada ou assentado planta uma espécie frutífera com o objetivo de alimentar, além do gado, outros animais como os macacos e os pássaros, ou quando uma frutífera nativa é deixada ao acaso com intuito de

alimentar o gado e outros animais. Essa relação demonstra uma diferenciação nas práticas e representações sociais do meio ambiente. O caso dos agroecossistemas formados a partir dos conhecimentos das camponesas e camponeses do assentamento Margarida Alves mostra que o conceito de sistemas agroflorestais, em especial os SSP e os quintais agroflorestais, não pode ser restringido apenas aos modelos interpretativos elaborados no âmbito das ciências duras em parceria com as grandes propriedades e multinacionais que manifestam preocupação com o conforto animal e o discurso verde.

É possível perceber que as camponesas e camponeses incentivam, divulgam e articulam experiências que mostram ser possível ampliar este formato de produzir e de se relacionar com o ambiente, mesmo diante das hegemonias localmente impulsionadas por forças exógenas, como é o caso da diferenciação que defendemos a partir da *ruptura* encontrada nas abordagens de Araújo (2015) e Araújo e Oliveira (2016). Nossa abordagem mostra que mesmo posicionados nas fronteiras do capitalismo produtivista-tecnicista-desenvolvimentista, as camponesas e camponeses do assentamento Margarida Alves dão continuidade com seus saberes populares e cosmovisões de mundo como forma de resistência e de lembrar sua existência e importância fundamental na sociedade marcada por um modelo econômico autoritário, afirmando a validade do que já foi defendido há muitos anos pelas próprias camponesas e camponeses no pensar e nas ações de mérito empírico: "Ocupar, Resistir, Produzir" (1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a "*primavera silenciosa*" de Rachel Carson (1962), que nos fez acordar para o sentido das flores e para as manifestações da vida material e simbólica silenciadas pela *racionalidade econômica* dominante quando traz ao mundo os problemas sociais e ecológicos do uso dos DDT, houve uma necessidade de compreender interações da sociedade com a natureza nas suas complexas dimensões de interdependência para entender o espírito de uma ecologia que, como nos diz o grande ecologista humano brasileiro Juracy Marques, perceba que existe gente nos ecossistemas e que há uma necessidade de estudar suas relações com o meio biofísico.

Há uma necessidade de estabelecer condições para um diálogo horizontal de conhecimentos como nos aponta Edgar Morin (1982) em "*Ciência com consciência*", e esse diálogo chama-se ecologia social. Esta que parte da ideia de que toda experiência social produz e reproduz conhecimento, como bem nos ensina Boaventura de Souza Santos, e que os saberes inferiores, próprios de seres inferiores, crença dos modelos interpretativos dominantes que, além do impacto nas práticas sociais de dominação através de relações desiguais de saber-poder, demonstrou-se um grande equívoco a ser superado no âmbito dos paradigmas emergentes, como

aponta a coerência teórico-política do pensamento do ecologista político Enrique Leff quando nos convida para o diálogo de saberes.

A Via Campesina assume a função de articular internacionalmente esse diálogo horizontal baseado na economia moral, na solidariedade camponesa, na pressão por reforma agrária, na sustentabilidade da agricultura camponesa, na proteção da biodiversidade e dos recursos ambientais, naturais e genéticos através do paradigma da soberania alimentar e, na pauta mais recente: as múltiplas e simultâneas dimensões identitárias do gênero. O MST é o mais atuante movimento brasileiro que tem disseminado temáticas diversas em uma narrativa de luta singular de resistência ao capitalismo moderno-colonial patriarcal em sua estrutura global que, mais que um modo de produção, é um regime cultural e civilizatório.

No assentamento Margarida Alves pode-se observar que os saberes-fazer populares amparam a vertente dos agroecossistemas locais e outras especificidades, como a homeopatia⁹ animal e humana, possibilitando a manutenção de uma diversidade biológica guardada, planejada e mantida por camponesas e camponeses ao longo de anos através de uma relação de apego aos múltiplos significados da terra através do cultivo de diversificadas espécies. Algumas inclusive são armazenadas e cultivadas há décadas, a exemplo das variedades de feijão andu/guandu, preto, rosa, de abóbora, do milho de paiol, entre outras espécies, muitas desconhecidas pelas ciências. O caso em epígrafe mostra uma diferenciação nas práticas ecológicas desenvolvidas no assentamento, resultado de uma relação *biocêntrica* de natureza, onde o homem está inserido não como administrador, mas como parte integrante do ecossistema. Estas práticas e vertentes estão amparadas não poucas vezes nos saberes populares e em cosmovisões de mundo das camponesas e camponeses do MST no amplo mapa do desmatamento na Amazônia brasileira marcada pelo pé do boi.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Rio Grande do Sul: Ed.UFRGS, 2004.

ARAÚJO, M. E. B. de. **A Vida e a Produção no Assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia**. 2015. Dissertação (Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Ron-

⁹ Prática vinculada a paróquia de Ouro Preto do Oeste. A homeopatia popular em Rondônia começou em 1987 e foi iniciada pela diocese de Ji-Paraná, cujo a Igreja católica é a grande difusora da prática nos assentamentos. A maioria das famílias utilizam a homeopatia para o tratamento de problemas de saúde. Grande parte também opta por misturar sal mineral, pó de babaçu, alho, cascas de ovos e plantas com aditivos homeopáticos para o uso dos animais.

dônia.

OLIVEIRA, G. J. De. Trabalho e futuro para os assentados do PA Margarida Alves em Nova União - RO: continuidades e rupturas pela ótica do programa DURAMAZ. **Revista Presença Geográfica**, v. 3, n. 2, 2016.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Unesp, p.171, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, DF. 2006.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. [1962]. UFSCar, 1995.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidade e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CHACÓN, E.; BALDIZÁN, A.; ARRIOJAS, L. Metodologias para el estudio de sistemas agrosilvopastoriles (fundamentos teóricos). In: I Simposio sobre silvopastoreo em Venezuela, **Anais...** Universidad Rómulo Gallegos, San Juan de Los Morros, Venezuela, 2006.

COELHO, F. **A alma do MST? a prática da mística e a luta pela terra**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

CUNHA, O. E. **Expansão da soja em Mato Grosso e desenvolvimento econômico no período de 1995 a 2005**. Dissertação de mestrado em agronegócios, Universidade Federal de Mato Grosso. UFMT, Cuiabá, 2008.

EMBRAPA. Sugestões para Implantação do Sistema Silvopastoris: In: **Documentos 84**. Rio Branco-AC: 2003.

FALESÍ, Í. C. et.al. **Sistema Silvopastoril Sustentável com Ovinos em Pastejo Rotacionado Intensivo**. Encontro Internacional da Pecuária da Amazônia. Belém-PA: AMAZONPEC, 2008.

FERNANDES, B. M. **O MST e as Reformas Agrárias do Brasil**. Universidade

Estadual Paulista (UNESP). Ano IX N° 24, 2008.

FLORENTINO, A. T. N.; ARAÚJO, E. L. de; ALBUQUERQUE, U. P. de. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil. **Acta Bot. Bras**, 21(1), 37-47, 2007.

FLORIANI, D. **Crítica da razão ambiental**: Pensamento e Ação para a Sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2013.

FONSECA, M. T. L. da. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FORNAZIER, A.; WAQUIL, P. D. A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense. In: COLÓQUIO: Agricultura familiar e desenvolvimento rural, 3, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

GARCIA, R.; ANDRADE, C.M.S. Sistemas silvipastoris na Região Sudeste. In: CARVALHO, M. M.; ALVIM, M. J.; CARNEIRO, J. C. (Ed.). **Sistemas agroflorestais pecuários**: opções de sustentabilidade para áreas tropicais e subtropicais. Juiz de Fora: Embrapa-CNPGL; FAO, p.173-187, 2001.

REDIN, E.; FIALHO, M. A. V. **Política agrícola brasileira**: uma análise histórica da inserção da agricultura familiar. Santa Maria: UFSM, 2010.

ROCHA GARCIA, B. N; T. A. VIEIRA; F. A. OLIVEIRA. **Quintais agroflorestais e segurança alimentar em uma comunidade rural na Amazônia Oriental**. Rev. Fac. Agron. Vol. 114 (Núm. Esp. 1), 2015.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 351-370, June 2012.

GUARIENTI, S.A. **biomassa nos sistemas de produção silvipastoril, pastagem e floresta homogênea**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Centro. Guarapuava-PR, 2012.

GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

KOHLER, F.; NEGRÃO, M. P. The homeopathy/agroecology nexus: a discourse-centered analysis in a Brazilian agrarian settlement. **Dialectical Anthropology**, v. 42, p. 1-15, 2018.

LEFF, E. Political Ecology: a Latin American Perspective. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 29-64, dez. 2015.

MATOS, L. R. de. Avaliação socioambiental do Manejo Florestal Comunitário no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia. **Revista Presença Geográfica**. 02, 2018.

MATOS, L. R. de. Manejo Florestal Comunitário como alternativa de sustentabilidade: o caso do assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia. In: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. (Org.). **A Geografia na Contemporaneidade**. 3ed. Ponta Grossa - Paraná - Brasil: Atena Editora, v. 3, p. 45-57, 2019.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Bertrand, 1882.

MORÁN, E. **A Ecologia Humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

MARQUES, J. **Ecologia do espírito**. 1 ed. Petrolina/PE, 2016.

_____ **Ecologia da alma**. Petrolina: Franciscana, 2012.

MOSCAL, J. dos S. **Sentimentos da luta**: música e mística no movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Tese (doutorado) em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 283, 2017.

NASCIMENTO SILVA, M. das G. S.; SILVA, J. M. **Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico**. Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial, Ponta Grossa/PR, Toda Palavra, 2014.

NETO, R. M. R. *et al.* Os quintais agroflorestais do assentamento rural Rio da Areia, município de Teixeira Soares, pr. **CERNE**, Universidade Federal de Lavras, vol. 10, n. 1, janeiro-junho, pp. 125-135, 2004.

EVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, p.431, 3013.

OLIVEIRA, C. A. de. Quintais agroflorestais: mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão. **Agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 33-35, 2009.

OLIVEIRA, J. C. A. **Meio ambiente e educação ambiental no MST**: representações sociais no Assentamento 10 de Abril no Município do Crato-CE. 2008. 167f. 2008. 167f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2008.

PORTOCARRERO, M. A. O cooperativismo e o associativismo como suporte à Produção Integrada no Brasil. In: **Anais do Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas**. Vitória: 2006.

PORTO-GONCALVES, C. W. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. In: OSAL: Observatório Social de América Latina: **CLACSO**, 2005.

PUPO, N. I. H. **Manual de pastagens e forrageiras**: formação, conservação e utilização. Campinas: Instituto de Ensino Agrícola, 1995.

SILVA, A. A.; SALMAN, A. K. D; GUERRA, S. G. M. Pastagens em conversão agroecológica para sistema silvipastoril. In: **30º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul. Construindo um futuro sustentável e sólido**. Corumbá: 2010.

SILVA, A. de A. **Sistema Silvipastoril como alternativa de manejo sustentável de pastagem para produção de leite na Região Central do estado de Rondônia**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. UNIR, Porto Velho/RO - 2012.

SILVA, R. G. C. **Dinâmicas territoriais em Rondônia**: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010. Tese (Doutorado) em Geografia, USP, São Paulo, Brasil 2010.

SOUZA, L. F. *et. al.* Produtividade e valor nutritivo da *Brachiaria brizantha* cv. Marandu em um sistema silvipastoril. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v.59, p.1029-1037, 2007.

TAVARES, J.; COSTA, J. **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

VAYDA, A. P. Progressive Contextualization: Methods for Research in Human Ecology. **Human Ecology**, v. 11, n. 3, p. 265-281, 1983.

VIEIRA, T. A.; ROSA, L. dos S; SANTOS, M. M. de L. S. Condições socioeconômicas para o manejo de quintais agroflorestais em Bonito, Pará. **Revista Brasileira de Ciências Agrárias**, Universidade Federal Rural de Pernambuco, vol. 8, n. 3, p. 458-463, 2013.

ZANETTE, P. M.; GRUNGE, M. G. **Sistema Silvipastoril como Alternativa para a Produção de Bovinos de Corte**. Faculdade de Ciências Biológicas e de Saúde da Universidade Tuiuti do Paraná. Guarapuava: 2007.

VOZES SEM TERRA. **Arte em movimento**. As Imagens e as Vozes da Desposessão: A Luta pela Terra e a Cultura Emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Disponível em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-5.php?rd=LANDANDR542&ng=p&th=49&sc=1&se=0>. Acesso em 24/11/2019.



Condição ambiental das áreas de reserva legal dos assentamentos rurais da microrregião geográfica de Andradina - SP

Diego Oliveira da Paz¹

Regina Maria Monteiro de Castilho²

Antonio Lázaro Sant'Ana³

RESUMO: Neste artigo discute-se os possíveis impactos benéficos da Política de Reforma Agrária na Microrregião Geográfica de Andradina a partir da perspectiva ambiental. Considerou-se como universo da pesquisa as áreas destinadas para Reserva Legal (RL) de assentamentos nessa região, analisando um total de 38 áreas, com base em coleta de dados espaciais de imagens de satélites e de mapas dos assentamentos (cedidos pelo INCRA), que permitiram a obtenção da porcentagem de cobertura florestal e o Índice de Circularidade (IC) das RL e dos Fragmentos de Vegetação Existentes. Os dados obtidos apontam que 73% das áreas de RL possuem cobertura de vegetação nativa e o dimensionamento destas áreas apresentam um IC no valor médio de 0,63, o que confere valores médios para estabilidade frente ao efeito de borda em sua vizinhança. Quando se considera os fragmentos florestais existentes dentro das RL o valor de IC cai para 0,53, denotando a necessidade de ações para o restabelecimento e conservação da vegetação nativa. Constatou-se que o INCRA ao realizar o parcelamento do solo, de modo geral, adotou medidas adequadas para preservação dos fragmentos florestais mediante a condição física dos imóveis rurais no momento da criação dos assentamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Fragmentos Florestais. Índice de Circularidade. Preservação Ambiental. Projetos de Reforma Agrária

ENVIRONMENTAL CONDITION OF THE LEGAL RESERVE AREAS OF RURAL SETTLEMENTS IN THE GEOGRAPHIC MICROREGION OF ANDRADINA - SP

ABSTRACT: This article discusses the possible beneficial impacts of the Agrarian Reform Policy on the Andradina Geographic Microregion (SP) from an environmental perspective. The universe of research considered the areas destined for Legal Reserve (LR) of rural settlements in the study region, analyzing a total of 38 areas, based on spatial data collection from satellite images and settlement maps (provided by INCRA), which allowed obtaining the percentage of forest cover and the Circularity Index (CI) of the LR and Existing Vegetation Fragments. The data obtained show that 73% of the LR areas have native vegetation cover and the sizing of these areas has a CI of 0.63, which gives average values for stability against the edge effect in its proximity. When considering forest fragments within the LR, the CI value decrease to 0.53, indicating the need for actions for the restoration and conservation of native vegetation. It was found that INCRA, when performing the subdivision of the rural settlements, generally adopted adequate action for the preservation of forest fragments through the physical condition of the rural properties at the time of the creation of the settlements.

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agronomia (FEIS/UNESP). E-mail: diegooliveiradapaz@hotmail.com

²Doutora no Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Sistemas de Produção, da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira/Unesp. E-mail: regina.castilho@unesp.br

³Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Sistemas de Produção, da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira/Unesp. E-mail: lazaro.sant@unesp.br

KEYWORDS: Forest Fragment Analysis. Circularity Index. Environmental preservation. Agrarian Reform Projects.

INTRODUÇÃO

O aparecimento de problemas sociais, econômicos e ambientais no campo estão intrinsecamente ligados aos sistemas convencionais de produção agropecuária, em razão de seus impactos ambientais, como a degradação solo, poluição e assoreamento dos rios, a destruição da vegetação nativa, a perda da biodiversidade, além da contaminação de alimentos (SILVA et al., 2017). Assim, o modo de exploração convencional da agropecuária resultou em progressiva alienação dos recursos naturais para o ser humano, para que este torne possível sua sobrevivência no planeta.

Neste contexto a Reforma Agrária é uma medida que visa estabelecer justiça no acesso à terra e aos demais recursos naturais, e deve ser coerente com as demais dimensões do desenvolvimento rural sustentável. A partir de programas que dão suporte ao desenvolvimento das famílias dos assentamentos, estas podem superar a pobreza e terem a possibilidade de melhores condições de vida (BRASIL, 2018).

A Reforma Agrária, como política de governo desenvolvida pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e atualmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem objetivos centrados no desenvolvimento rural sustentável, o que inclui as questões sociais e econômicas que atingem seu público beneficiário e as comunidades do entorno dos assentamentos, e as questões ambientais que estão inseridas no processo de implantação de um determinado projeto de assentamento em uma localidade.

Entende-se como projeto de assentamento um imóvel rural que foi alvo do processo de desapropriação em razão do não cumprimento de sua função social, conforme estabelecido pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), com a inserção de famílias que irão residir e explorar a área em parcelas individuais. Assim, uma propriedade que era mal explorada por apenas uma família ou grupo econômico, passa a dar abrigo e fonte de renda para um número expressivo famílias.

Este processo altera o regime de exploração do solo de forma drástica, em razão do número e da diversidade de atividades produtivas que serão desenvolvidas, embora tenham como característica serem de baixo impacto ambiental.

O baixo impacto, em um primeiro momento, se dá pelo fato de que existe um aporte reduzido de capital financeiro para a realização das atividades produtivas, que por consequência resulta em menor número de atividades mecanizadas, dando maior espaço para a utilização de atividades manuais e com tração animal.

O uso de agroquímicos também é menor e atividades como a capina são mais comuns do que a aplicação de herbicidas para o controle de plantas espontâneas. Essa situação se estende também para as demais práticas de manejo dos sistemas produtivos dos estabelecimentos.

Como consequência das características dos sistemas de produção dos agricultores familiares adota-se a hipótese de que nos assentamentos rurais têm ocorrido um menor nível de perturbação antrópica⁴, em relação às grandes áreas exploradas de forma convencional, o que também deverá ocorrer nas vizinhanças das explorações como nas áreas de proteção ambiental⁵.

Mesmo em região em que a exclusão da floresta nativa ainda é frequente, Avila et al. (2020) ao estudar possíveis correlações entre os assentamentos rurais e o desmatamento no estado do Mato Grosso, constatou que os projetos de reforma agrária contribuem de forma muito pequena para esse processo, quando comparados com as demais ocupações dos imóveis rurais. Feistauer et al. (2017) também observou condições semelhantes ao fazer o uso de indicadores ambientais estabelecido pela legislação vigente em propriedades rurais familiares na região amazônica, tendo a preservação dos remanescentes florestais presentes na totalidade dos imóveis estudados.

Considera-se que a implantação de um projeto de assentamento rural tem potencial para promover uma melhora significativa nos processos conservação e restauração da vegetação nativa em áreas de preservação. Mas para que isso de fato ocorra, é necessário que em seu planejamento se tenha uma concepção de mitigação dos impactos ambientais trazidos pela comunidade beneficiária, tendo a Proposta de Parcelamento⁶ um papel significativo nessa tarefa.

O INCRA estabelece que o parcelamento deva ter um caráter participativo entre a comunidade e os técnicos, porém esse processo é norteado por coeficientes técnicos, tendo os beneficiários mais um papel consultivo e parcial, para pequenos ajustes em um mapa de parcelamento praticamente pronto. Embora este fato não justifique ocupações irregulares das RL e APP, contribui para que muitas famílias não sintam estas áreas como algo que lhes pertence e que está sob sua responsabilidade conservar. Dentre os coeficientes técnicos há os estabelecidos pela Lei nº12.651, de 25 de maio de 2012, “Novo Código Florestal”, que determina que no mínimo 20% da área total do imóvel seja destinada para Reserva Legal e às

⁴Perturbação Antrópica - entende-se como qualquer desequilíbrio ou alteração causado pela ação humana em um determinado ambiente.

⁵Área de Proteção Ambiental - consideramos para este estudo as áreas destinadas para reserva legal e área de preservação permanente, ocupadas ou não por fragmentos de vegetação nativa que são delimitadas pela lei 12651 de 25 de Maio de 2012 -Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012a).

⁶Proposta de Parcelamento - proposta técnica de divisão do solo do imóvel que está se tornando assentamento, o qual determina a locação de estradas, áreas coletivas, lotes individuais, áreas de proteção ambiental e afins.

Áreas de Preservação Permanente (APP), que tem suas dimensões estabelecidas conforme a largura dos corpos hídricos existentes dentro do imóvel. Por fim, as áreas de lotes individuais, estradas e áreas coletivas devem se encaixar em mosaico, juntamente com as áreas de proteção ambiental.

A ações de reforma agrária foram mais intensas, nas últimas décadas no Brasil em regiões com altos índices de concentração fundiária e com movimentos sociais mais fortemente organizados. No estado de São Paulo, além da região do Pontal do Paranapanema, a Microrregião Geográfica (MRG) de Andradina foi palco dessa importante política pública, especialmente a partir da década de 2000. A referida MRG é composta por 11 municípios⁷ e está localizada no noroeste do estado.

O histórico desta região é marcado pela ocupação do seu território por latifúndios voltados para atividades extrativas e pecuárias, além dos especuladores de terra, o que resultou em um alto índice de concentração fundiária, pois, embora em grande número, as pequenas propriedades ocupam um baixo percentual de área do território, enquanto poucos latifúndios ocupam a maior parte (HESPANHOL, COSTA; ESPIRITO SANTO, 2003). Como resultado desse processo ocorreu a eliminação sistemática da vegetação natural, substituída por pastagens exploradas de forma extensiva.

Já na década de 1990 o avanço do complexo agroindustrial da cultura da cana-de-açúcar transformou a paisagem regional, ocupando áreas que estavam subutilizadas pelos pecuaristas. Todo esse processo acabou constituindo uma nova paisagem que se traduzia como um mosaico entre lavoura da cana e pastagem.

Na contramão desse processo histórico as ações dos movimentos sociais e do governo federal tornaram a região de Andradina em um dos principais alvos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no estado de São Paulo nas últimas décadas. No período compreendido entre os anos de 2003 a 2013, foram criados 32 projetos de assentamentos rurais dos 38 existentes. Este processo gerou mudanças na estrutura fundiária, ao assentar 2.832 famílias em oito dos 11 municípios que compõem a Microrregião, conforme compilação dos dados presentes no Site do INCRA⁸.

Mediante essa concentração de ações da Política de Reforma Agrária na MRG de Andradina, investigar o real impacto ambiental dos assentamentos rurais reveste-se de grande importância. As ferramentas para obtenção de coeficientes técnicos para realizar interpretações estão na área do conhecimento conhecida como Ecologia de Paisagens. Nesta área do conhecimento, o estudo de unidades que compõe a paisagem e a interação entre estas é um dos enfoques centrais, com

⁷Os municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Andradina são: Andradina, Ilha Solteira, Pereira Barreto, Castilho, Itapura, Sud Mennucci, Suzanápolis, Mirandópolis, Guaraçaí, Murutinga do Sul e Nova Independência.

⁸Sala da Cidadania - Site que permite a consulta pública da relação dos beneficiários dos programas de reforma agrária (BRASIL, 2019).

binado com a análise da estrutura dos processos ecológicos (METZGER, 2001).

As ferramentas de sensoriamento remoto são grandes aliadas na interpretação das paisagens, pois o uso de imagens de satélites possibilita análises em grandes escalas, dando possibilidade de estudos a nível regional.

Existem diferentes níveis de perturbação que um fragmento florestal pode sofrer em relação aos seus confrontantes, o que se denomina de efeito de borda. A suscetibilidade aos efeitos dessa perturbação e está ligado ao seu formato, sendo que fragmentos com formatos mais próximos dos circulares são menos suscetíveis e os com formatos mais longilíneos são mais sensíveis ao efeito de borda (LOURENÇA, SILVA; SALES, 2014)

Para estimar esse nível de fragilidade em relação ao efeito de borda de um fragmento florestal podemos usar o Índice de Circularidade (IC), também conhecido como fator de forma, que é uma razão entre o perímetro e a área, assim podendo estratificar quais áreas necessitam de atenção prioritária para implantação de ações de conservação e mitigação de impactos ambientais advindos de áreas vizinhas. A teoria de biogeografia de ilhas de MacArthur e Wilson (1967), estabelece a base teórica para conceito do IC, afirmando que quanto menor a relação perímetro/área de um determinado remanescente de floresta melhor é para a conservação.

Nesse contexto, o objetivo do presente estudo foi analisar a condição ambiental das áreas destinadas para Reserva Legal dos assentamentos existentes na MRG de Andradina (SP), analisando o percentual de cobertura florestal e o IC das áreas destinadas para RL e dos fragmentos florestais existentes nas mesmas.

METODOLOGIA

O primeiro passo metodológico foi a definição da paisagem a ser analisada que é a Microrregião Geográfica de Andradina (apresentada na introdução) em razão da grande concentração de ações da política de reforma agrária nas últimas décadas, o que despertou o interesse de verificar os impactos ambientais da implantação dos assentamentos nos imóveis rurais reformados.

Segundo passo foi propor como unidade de análise as áreas de assentamentos rurais (que estão sobre a tutela administrativa do INCRA) e suas áreas de Reserva Legal, buscando compreender se uma política pública com viés de combater a concentração fundiária resultou ou não em efeitos benéficos na estabilidade de fragmentos florestais que integram a paisagem regional.

De acordo com a classificação de ecossistemas adotada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a região estudada está inserida na área de abrangência do Bioma Mata Atlântica, ratificado pelo Mapa de Vegetação do Brasil que caracteriza esta mesma área como vegetação de

Floresta Estacional Semidecidual (BRASIL, 1993).

A Floresta Estacional Semidecidual, que tem suas peculiaridades moldadas pelo clima local, com períodos de secas, quando parte significativa das folhas das árvores caem como estratégia de conservação de água, o que dá um grande contraste com outras fisionomias florestais (BRASIL, 2012b).

Na paisagem local é possível observar que atualmente pouco resta de vegetação nativa em contraste com o total de áreas da paisagem da MRG estudada, estando concentrada em fragmentos isolados ao longo das redes de drenagem e/ou em áreas demarcadas de reserva legal dos imóveis rurais.

Essa condição da existência da vegetação nativa também se repete dentro das áreas que se tornaram assentamentos rurais, logo o objeto direto de estudo são as áreas destinadas para RL e os fragmentos florestais existentes dentro dessas áreas nos assentamentos.

O estudo considerou as áreas de Reserva Legal de maior expressão, em relação a área total, dentro de cada assentamento. No total foram selecionadas para análise 38 áreas, sendo uma por assentamento. Obteve-se dados sobre a localização geográfica, perímetro, área e cobertura florestal.

A obtenção dos dados espaciais foi realizada com o uso mapas georreferenciados com a proposta de parcelamento de solo das áreas dos assentamentos, obtidos junto a Divisão de Obtenção de Assentamentos da Superintendência do INCRA em São Paulo. Os mapas foram entregues em versão digital (formato dwg) passíveis de serem analisados e processados pelo software AutoCAD em suas diversas versões (a versão utilizada foi a LT[®], de 2014).

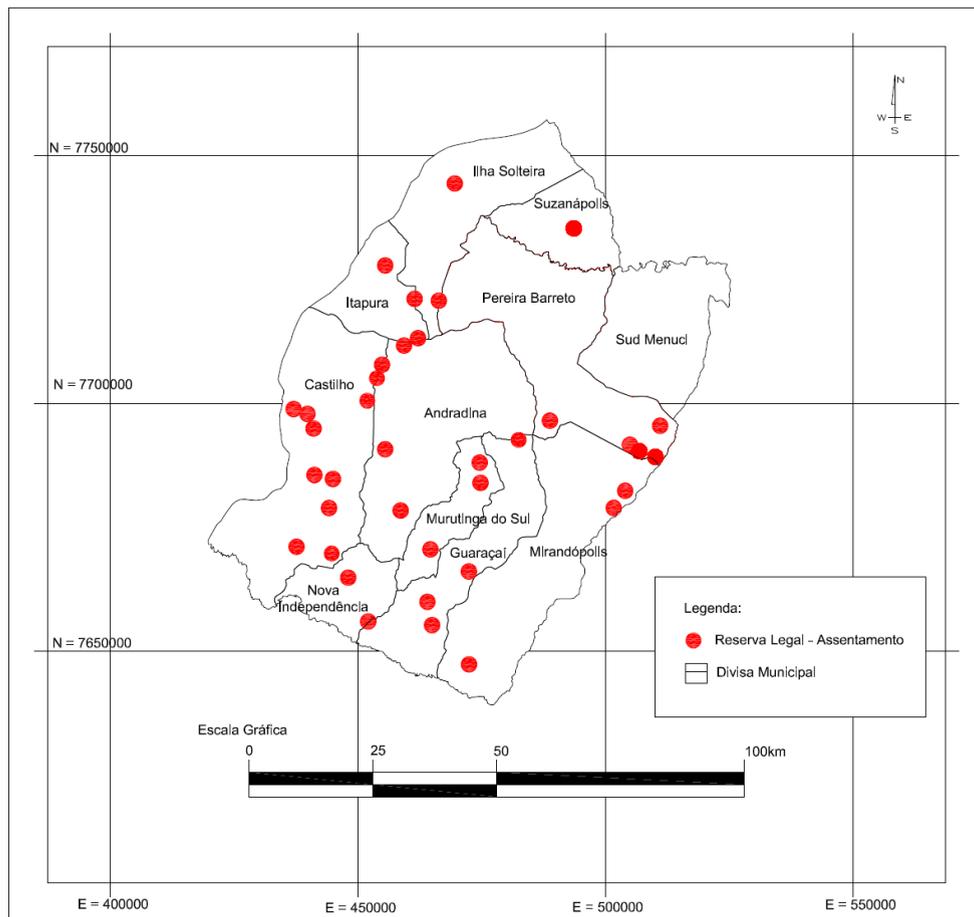
Já para gerar as informações sobre a cobertura florestal das áreas de RL, foram utilizadas imagens de satélite obtidas por meio do software Google Earth Pro, que foram processadas como imagens “raster” nos arquivos digitais dos mapas dos assentamentos. Este procedimento possibilitou que as áreas com cobertura florestal fossem vetorizadas com uso da ferramenta POLYLINE, do software AutoCad, construindo um polígono representativo da vegetação com informações de localização espacial, perímetro e área.

A escolha das imagens do Google Earth se deve à boa resolução espacial para trabalhos de mapeamento, como já observado por Moreira et al. (2014), ao realizar estudos de levantamento de sensoriamento remoto em lavouras de café e estabeleceram estas imagens como base para mapeamento de áreas cafeeiras. Essa condição de acurácia e precisão é fundamental para delimitação de áreas.

Os assentamentos que tiveram seus fragmentos de vegetação analisados foram aqueles que estavam inseridos em municípios que pertencem a Microrregião Geográfica de Andradina, sendo que apenas o município de Sud Menuci não pos-

sui assentamento implantado em seu território. As amostras estão espalhadas de forma representar o território como um todo, situação esta que pode ser observada na Figura 01.

Figura 01 - Croqui da Microrregião Geográfica de Andradina, com escala gráfica, limites municipais e posições das RL analisadas.



Fonte: Próprios autores, 2019 - elaborado a partir de imagem de satélite do Google Earth e Shapefiles do IBGE e Mapas dos Assentamentos cedidos pelo INCRA.

Foram realizadas duas formas de análises das áreas de RL, a primeira foi a porcentagem da cobertura florestal, em que foi comparado os dados de área total da RL com a cobertura de florestal dentro da mesma. E a segunda foi o Índice de Circularidade (IC) das áreas de RL, este índice estabelece um parâmetro de avaliação

para fragilidade dos fragmentos de vegetação em relação ao seu formato conforme apresentado

O IC dá compreensão sobre as características de alongamento e circularidade de uma área, sendo expresso pela equação (I).

$$IC = (2\sqrt{\pi A})/P \quad (I)$$

onde,

IC = Índice de Circularidade

A = Área do fragmento

P = Perímetro do fragmento

Fonte: (LOURENÇO, SILVA ; SALES, 2014)

O Índice de Circularidade possui valores no intervalo de 0 a 1. Viana e Pinheiro (1998) estabeleceram que os fragmentos de vegetação que possuem o índice com valores próximos a 1 tem formato mais próximo do tipo circular, o que é ideal para a estabilidade e a conservação da vegetação, pois estão menos expostos ao efeito de borda em função do seu formato. Assim temos que os valores de índices superior a 0,8 indicam fragmentos florestais arredondados e quando os valores estão baixo de 0,6 os fragmentos têm um formato mais alongado, o que aponta, potencialmente, para uma maior fragilidade e suscetibilidade a processos de degradação.

De posse dos dados extraídos das imagens de satélites e dos mapas dos assentamentos, foi construído um banco de dados, no qual foi estabelecida uma classificação das áreas com maiores demandas para recuperação da vegetação nativa e dos fragmentos de vegetação mais sensíveis ao efeito de borda em razão do seu formato.

Por se tratar de um território relativamente extenso, os dados serão inicialmente apresentados por município, para posteriormente realizarmos inferências da Microrregião como um todo. Os dados apresentados referem-se aos imóveis rurais reformados da Microrregião estudada em relação a sua área total, área destinada para reserva legal e a porcentagem de cobertura florestal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As áreas de RL analisadas no presente estudo representam 43% do total de áreas existentes nos Assentamentos Rurais criados pelo Programa de Reforma Agrária na Microrregião Geográfica de Andradina. Cada assentamento existente dentro do território analisado tem sua área de RL amostrado e em casos em que estas áreas eram mais de uma área contínua, optou-se pela de maior expressão em relação a área e cobertura florestal. Foram computados o percentual de cobertura por

vegetação nativa e Índice de Circularidade (IC) dessas áreas, visando a obtenção de coeficientes técnicos para se determinar o grau fragilidade potencial dos fragmentos de vegetação, em relação ao efeito de borda, dentro dos assentamentos da região.

Nos 688.814,9000 hectares que compõe a MRG de Andradina estão as 38 áreas de assentamentos que são objeto do estudo e que compreendem um total de 54.738,9113 hectares, representando, aproximadamente, 8% do território.

Ao analisar a condição dos assentamentos no que tange as exigências do atual código florestal constatou-se que nem todos atendem à exigência em relação ao computo de áreas destinada para compor a RL. Porém quando se considera todos os imóveis dentro da Microrregião e realiza-se um balanço das áreas, constata-se o atendimento da lei e até um pequeno excedente de área. Em função de que a legislação vigente possibilita a compensação de área de RL em outros imóveis, podemos afirmar que o INCRA possui um saldo positivo.

Em contraposição à condição satisfatória do computo de áreas destinadas para RL tem-se a questão da conservação. Estima-se que aproximadamente 27% das áreas não possuem cobertura florestal e estão ocupadas por forrageiras exóticas e, em muitos casos, sendo utilizadas para o pastoreio de rebanho bovino ou cultivos agrícolas. Portanto o montante de 3.076,67 hectares de reserva legal demanda ações para o reestabelecimento da vegetação nativa.

Em relação ao IC das áreas destinadas para Reserva Legal, temos que o valor médio do índice na região é de aproximadamente 0,6314, evidenciando que o planejamento e a elaboração do parcelamento das áreas dos assentamentos estabeleceram uma condição média de circularidade das RL, necessitando atenção para condição de preservação destas áreas e seus confrontantes.

Ao buscar compreender porque não foram estabelecidas áreas de RL com formatos mais circulares, analisou-se os mapas dos assentamentos. Observou-se que a maioria das RL estão conectadas com as áreas de drenagem dos imóveis rurais, buscando reforçar a proteção dos recursos hídricos em conjunto com as áreas de APP. Portanto o formato destas áreas em parte foi influenciado, possivelmente, pela opção de estabelecer uma conexão com as APP e corpos hídricos existentes nos imóveis.

Outro aspecto observado na análise dos mapas de parcelamento dos assentamentos é que o posicionamento das RL também está correlacionado com a presença de vegetação nativa preexistente à criação dos assentamentos. Esse tipo de vegetação, de forma geral, são fragmentos remanescentes da eliminação da vegetação nativa e estão estágio inicial e médio de regeneração, pois sofreram grandes perturbações resultantes das atividades produtivas realizadas nos imóveis, como acesso do gado no interior da área, degradação por derivas de agrotóxicos,

exposição do solo no seu entorno e outras ações antrópica impactantes.

Ao analisar a paisagem do território com suas divisões municipais observa-se que as áreas com maior cobertura florestal em RL estão em quatro municípios: Suzanápolis (100%), Murutinga do Sul (95%), Guaraçaí (89%) e Ilha Solteira (78%), Já a área com menor cobertura florestal situa-se no município de Nova Independência. Quanto ao Índice de Circularidade, quase todas as áreas possuem valores de IC maiores que 0,6, com exceção das áreas dos assentamentos do município de Andradina que apresentaram valor médio de 0,4510 que são as que possuem RL com formato mais alongado, por consequência são mais susceptíveis ao efeito de borda (Tabela 01).

Tabela 01 - Relação da Média de Porcentagem de Cobertura Florestal (PCF) e Índice de Circularidade (IC) das áreas de Reserva Legal (RL) dos assentamentos na Microrregião de Andradina, Ilha Solteira (SP), 2019.

Município	PCF das RL	IC das RL
Andradina	56%	0,4510
Castilho	48%	0,6262
Guaraçaí	89%	0,6708
Ilha Solteira	78%	0,7263
Itapura	40%	0,6292
Mirandópolis	69%	0,6041
Murutinga do Sul	95%	0,6041
Nova Independência	16%	0,9485
Pereira Barreto	61%	0,6235
Suzanápolis	100%	0,6611

Fonte: Próprios autores, 2019.

Quando voltamos atenção para os fragmentos de vegetação analisados vemos que a média dos valores de IC é 0,5382. Do total de fragmentos florestais amostrados 50% possuem valores baixo de 0,6 de IC, o que aponta para uma condição de formato mais longilíneo. Essa situação chama atenção, em razão do formato dos fragmentos estabelecer uma condição de maior fragilidade a possíveis perturbações em seu interior advinda de seus confrontantes.

As Tabelas 02, 03 e 04 apresentam os assentamentos com fragmentos florestais com valores acima de 0,8 (fragmentos circulares), com valores entre 0,8 a 0,6 (fragmentos medianamente circulares) e com valores abaixo de 0,6 (fragmentos

alongados), respectivamente.

Tabela 02 - Índice de Circularidade (IC) dos Fragmentos de Vegetação (FV) dos assentamentos pesquisados, que possuem formato mais arredondado (acima de 0,8), 2019.

Assentamento	Município	Coord. UTM do quadrante de Localização dos FV analisados - Datum Sad 69	IC
Terra é Vida	Pereira Barreto	488232 E, 7697444 N; 490092 E, 7695484 N	0,8846
Aroeira	Guaraçaí	462771 E, 7660797 N; 464751 E, 7658316 N	0,8831
Arizona	Andradina	455219 E, 7689512 N; 455756 E, 7688978 N	0,8657
Santa Cristina	Murutinga do Sul	475979 E, 7684138 N; 477062 E, 7683553 N	0,8285
Esmeralda	Pereira Barreto	503943 E, 7692702 N; 506021 E, 7690521 N	0,8228
Zumbi dos Palmares	Itapura	460798 E, 7722041 N; 462208 E, 7720688 N	0,8113
Primavera II	Mirandópolis	500837 E, 7679543 N; 502961 E, 7677409 N	0,8038

Fonte: Próprios autores, 2019.

Tabela 03 - Índice de Circularidade (IC) dos Fragmentos de Vegetação (FV) dos assentamentos pesquisados, que possuem formato intermediário entre alongado e circular (entre 0,8 e 0,6), 2019.

Assentamento	Município	Coord. UTM do quadrante de Localização dos FV analisados - Datum Sad 69	IC
Dois Irmãos	Murutinga do Sul	464173 E, 7671156 N; 465130 E, 7668962 N	0,7812
São José II	Guaraçaí	463019 E, 7656312 N; 466295 E, 7654118 N	0,7664
Santa Isabel	Castilho	438640 E, 7692863 N; 440913 E, 7690803 N	0,6742
Estrela da Ilha	Ilha Solteira	468790 E, 7744682 N; 470341 E, 7743651 N	0,6646
Frei Pedro	Pereira Barreto	507671 E, 7695165 N; 509396 E, 7691960 N	0,6396
Pendengo	Castilho	434049 E, 7674344 N; 440222 E, 7668571 N	0,6230
Timboré	Andradina	458753 E, 7712320 N; 460563 E, 7707742 N	0,6214
Santa Luzia	Guaraçaí	479766 E, 7695009 N; 480980 E, 7693973 N	0,6015

Fonte: Próprios autores, 2019.

Tabela 04 - Índice de Circularidade (IC) dos Fragmentos de Vegetação (FV) dos assentamentos pesquisados, que possuem alongado (abaixo de 0,6), 2019.

Assentamento	Município	Coord. UTM do quadrante de Localização dos FV analisados - Datum Sad 69	IC
União da Vitória	Suzanápolis	492792 E, 7736961 N; 495803 E, 7733326 N	0,5924
Celso Furtado	Castilho	437386 E, 7699780 N; 440740 E, 7696691 N	0,5864
Florestan Fernandes	Mirandópolis	471662 E, 7648368 N; 472989 E, 7644009 N	0,5345
Esperança de Luz	Castilho	444170 E, 7670093 N; 444520 E, 7669686 N	0,4987
Nova Vila	Guaraçaí	450252 E, 7656460 N; 454111 E, 7653555 N	0,4603
Rosely Nunes	Itapura	460665 E, 7713380 N; 462055 E, 7713380 N	0,4384
Eldorado dos Carajás	Pereira Barreto	509962 E, 7696605 N; 510965 E, 7695591 N	0,4093
Moinho	Guaraçaí	471082 E, 7666936 N; 473012 E, 7665296 N	0,4056
Terra Livre	Castilho	443463 E, 7685596 N; 445132 E, 7681714 N	0,3974
Santa Maria da Lagoa	Ilha Solteira	465213 E, 7721434 N; 467415 E, 7719982 N	0,3892
Anhumas	Castilho	449530 E, 7707247 N; 450694 E, 7705873 N	0,3479
Cafeira	Castilho	439227 E, 7687755 N; 443099 E, 7684407 N	0,2930
Pousada Alegre	Nova Independência	465213 E, 7721434 N; 467415 E, 7719982 N	0,2926
São Lucas	Mirandópolis	502254 E, 7683473 N; 504916 E, 7680980 N	0,2643
Orlando Molina	Murutinga do Sul	472576 E, 7689587 N; 476807 E, 7685890 N	0,2614
Josué de Castro	Andradina	45875 E, 7712320 N; 460563 E, 7707742 N	0,2487
Cachoeira	Itapura	453976 E, 7729831 N; 457269 E, 7726345 N	0,2180
São Sebastião	Andradina	456666 E, 7680327 N; 460817 E, 7675032 N	0,1885
Rio Paraná	Castilho	435250 E, 7701017 N; 438665 E, 7694863 N	0,1788

Fonte: Próprios autores, 2019.

A título de ilustração, apresenta-se na Figura 2 o croqui de duas áreas de Reserva Legal com diferentes percentuais de cobertura florestal e Índice de Circularidade (IC). Em Pereira Barreto a área situa-se no Assentamento Terra e Vida e apresenta cobertura florestal de 85%, com IC de aproximadamente 0,88, portanto um valor considerado alto; enquanto em Castilho, a área que situa-se no Assentamento Celso Furtado possui 74% de cobertura florestal e IC de aproximadamente 0,59, um valor situado na faixa considerada baixa, de maior risco.

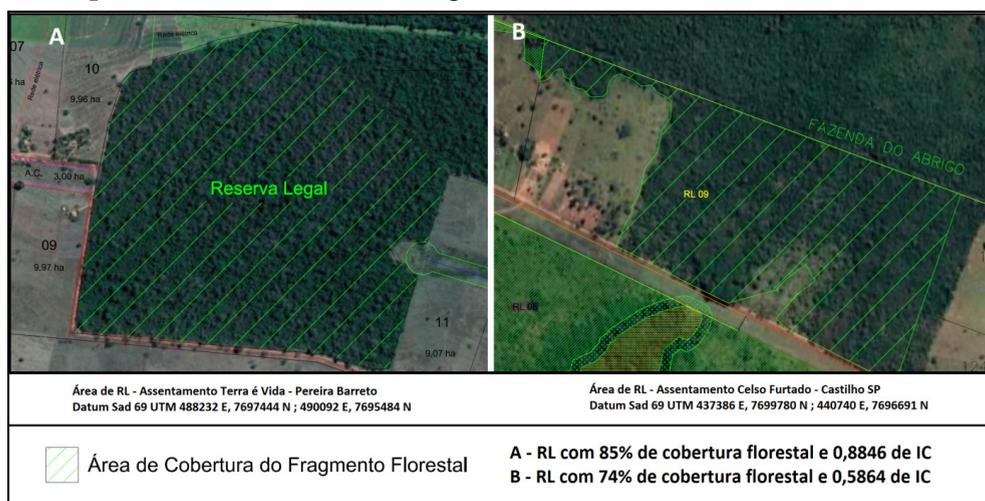
Ressalta-se que os Assentamentos Olga Benário (Pereira Barreto), Nossa Senhora Aparecida II (Castilho) e São Joaquim (Castilho), apesar de fazerem parte da região de estudo não constam nas tabelas com apresentação do IC do

Fragmento de Vegetação, pois estes estão desprovidos de vegetação nativa na RL. Segundo informações da antiga equipe técnica que prestava os serviços de ATER na região, essas áreas possuem processos de ocupação irregular e algumas pessoas realizam exploração agropecuária nestas áreas.

A situação da ocupação irregular de RL não é uma exclusividade dos assentamentos acima citados, pois ocorre com certa frequência em grande parte dos assentamentos da região estudada, especialmente em áreas de proteção ambiental desprovidas vegetação natural.

A concepção de que essas áreas dos assentamentos são ociosas e devem ser exploradas é recorrente entre os beneficiários do programa de Reforma Agrária e comumente observado pelos agentes de ATER quando tentam dialogar com as comunidades sobre as questões ambientais. Uma das causas desse problema relaciona-se ao processo de parcelamento do assentamento, pois, na maioria das vezes, as famílias não conseguem se organizar para exigir do Incra uma participação mais efetiva, como protagonistas no processo de decisão, e a comunidade acaba não se apropriando da real função e significado das áreas destinadas para RL, o que gera conflitos posteriores quanto a destinação das mesmas.

Figura 02 - Croqui resultante do processamento conjunto das Imagens de Satélite com os arquivos dos mapas de parcelamento dos assentamentos, na obtenção dos dados espaciais das áreas de RL e Fragmentos Florestais existentes em seu interior.



Fonte: Próprios autores, 2019.

Outra questão que também provoca a ocupação das áreas de RL é a condição material dos produtores familiares. O caminho para acesso à terra impõe um

processo empobrecimento dos membros da comunidade que irá constituir o assentamento, pois envolve, frequentemente, anos de luta em acampamentos precários. Desprovidas de capital financeiro, as famílias possuem poucas opções tecnológicas para maximizar o desenvolvimento de suas atividades produtivas executadas dentro da parcela individual que lhes foi atribuída. Assim, acabam por adotar práticas extensivas ou mesmo predatórias como estratégia de sobrevivência, como é o caso da exploração econômica das áreas de reserva legal.

Esse problema constitui um importante tema a ser tratado, quando se pretende dar início a um processo de recuperação ambiental em um assentamento, principalmente do ponto de vista dos assentados. Norder e Ursi (2018) ao estudarem a percepção social sobre a gestão ambiental em assentamentos do norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema destacam que a compreensão destas questões se torna um instrumento para o envolvimento e participação dos atores locais, que são fundamentais para a efetivação das ações conservacionistas.

Os dados apresentados neste trabalho servem como diagnóstico inicial para um planejamento de ações de recuperação ambiental dos assentamentos. De modo geral observou-se que o planejamento do parcelamento solo realizado pelo INCRA adotou as melhores opções técnicas possíveis para estabelecer a conservação dos recursos naturais nas áreas reformadas. Também constatou-se que na maioria dos assentamentos estudados o dimensionamento das áreas de RL contribuíram para formação de corredores ecológicos, se conectando com outras áreas de preservação externas aos assentamentos possibilitando o fluxo de fauna e flora dentro da paisagem da região. Assim pode-se afirmar que a política pública de instalação dos projetos de assentamentos rurais gerou benefícios para conservação dos fragmentos florestais existentes na MRG de Andradina.

Whitaker (2009), em seus estudos afirmou que heterogeneidade de cultivos agrícolas presentes nas áreas exploradas pelos assentados se diferenciam das exploradas pelo agronegócio, que tem por característica principal a homogeneização de cultivos em extensas áreas. Essa heterogeneidade presente nos mosaicos de produção da agricultura familiar, ainda segundo a referida autora, cria condições mais favoráveis aos cuidados com meio ambiente, portanto, considerando que a implantação de projetos de assentamento tende a beneficiar ambientalmente os territórios em que estão inseridos.

Mais recentemente Sirami et al. (2019) observou os efeitos benéficos para diversidade biológica em paisagens agrícolas que possuem alta heterogeneidade de cultivos agrícolas ao longo de seus territórios, em comparação com áreas onde a atividade agrícola é homogênea. Essa conclusão reforça o potencial das políticas de implantação de assentamentos rurais como forma de promover a conservação da biodiversidade e a manutenção de áreas de proteção ambiental.

Mediante aos dados apresentados fica claro a contribuição da implantação dos assentamentos em relação à conservação dos recursos naturais, quando observamos o contexto da Microrregião Geográfica de Andradina. Porém, é necessário ainda entender melhor a percepção do atores sociais envolvidos nesse processo (assentados, os ocupantes de das RL, agentes de ATER e gestores governamentais), assim como realizar uma comparação entre os níveis de perturbação antrópica das áreas de assentamentos rurais e as áreas exploradas pelo agronegócio nos fragmentos florestais na referida Microrregião, aspectos que serão abordados em pesquisa em desenvolvimento pelo primeiro autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma geral os dados obtidos indicam que a implantação dos assentamentos rurais na MRG de Andradina contribuiu para a manutenção das áreas de Reserva Legal, mas o estudo aponta para necessidade de ações de conservação e recuperação ambiental, especialmente nos assentamentos com baixo Índice de Circularidade de seus fragmentos florestais.

A análise indicou que a condição de fragilidade dos fragmentos florestais não está relacionada diretamente com possíveis equívocos no planejamento e elaboração das propostas de parcelamento do solo dos assentamentos realizada pelo INCRA. Essa condição está atrelada à condição física dos imóveis rurais reformados, pois ao analisar os mapas de parcelamento constata-se que, na maioria dos casos, as áreas de RL foram dispostas em função de fragmentos florestais preexistentes à criação dos assentamentos e também como forma de aumentar a proteção dos corpos hídricos existentes junto as Áreas de Proteção Permanente (APPs), além de propiciar a formação de corredores ecológicos.

Um grande problema constatado foi que parte das áreas destinadas para RL quando não cobertas por vegetação nativa estão sendo ocupadas e/ou exploradas seja por membros da comunidade ou por indivíduos externos à mesma. Essa condição resulta na impossibilidade do avanço do crescimento dos fragmentos florestais, sendo necessárias, inicialmente, medidas de caráter educativo junto à comunidade e ações coercitivas para combater a persistência dessas atividades deliberadamente irregulares de membros internos e externos aos assentamentos.

REFERÊNCIAS

AVILA, S. R. S. A. de et al. Correlação entre assentamentos e desmatamento: um estudo das dependências entre variáveis em 32 projetos de assentamentos atendidos no Projeto RADIS. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá (Pr),

v. 13, n. 3, p. 883-896, 2020.

BRASIL. Código Florestal. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapa de Vegetação do Brasil**, Rio de Janeiro, 2ª edição 1993. Esc. 1:1.000.000.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira: Sistema fitogeográfico Inventário das formações florestais e campestres Técnicas e manejo de coleções botânicas Procedimentos para mapeamentos**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. 274 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

BRASIL. **Reforma Agrária**. 2018. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/reforma-agraria>. Acesso em: 01 mai. 2018. [corrigir]

BRASIL. Incra. Ministério da Agricultura. **Sala da Cidadania**: Consulta pública. 2019. Disponível em: <http://saladacidadania.incra.gov.br/Beneficiario/Consulta-Publica>. Acesso em: 01 out. 2019.

FEISTAUER, D. *et al.* Uso de indicadores baseados na legislação ambiental brasileira para análise de propriedades rurais familiares da Amazônia. **Ciênc. Florest.**, Santa Maria, v. 27, n.1, p. 249-262, 2017.

HESPAHOL, A. N., COSTA, V. M. H. de M., ESPÍRITO SANTO, C. R. Os assentamentos e os reassentamentos rurais na região de Andradina - SP. In: BERGAMASCO, S. M.M. P. P.; AUBRÈE, M., FERRANTE, V. L. S. B. (Orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara: Ed. UNIARA; CAPINAS: Ed. FEAGRI : Ed. UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2003.

MAC ARTHUR, R. H.; WILSON, E. O. The theory of island biogeography. Princeton: Princeton University Press, 1967. 224 p.

METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, [s.l.], v. 1, n. 1-2, p.1-9, 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1676-06032001000100006>.

MOREIRA, M. A. *et al.* **Uso de imagens do Google Earth capturadas através do software stitch map e do TM/Landsat-5 para mapeamento de lavouras cafeeiras** – nova abordagem metodológica. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.0481

NORDER, L. A.; URSI, M. V. Percepção social sobre gestão ambiental em assentamentos rurais no norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.229-250, 27 set. 2018. Retratos de Assentamentos. <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2018.v21i1.290>.

SILVA, A. M. R. C. et al. A legislação ambiental aplicada aos produtores rurais. **Retratos de Assentamentos**, [s.l.], v. 20, n. 1, p.111-139, 1 jun. 2017. Retratos de Assentamentos. <http://dx.doi.org/10.25059/25272594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.232>.

SIRAMI, C. et al. Increasing crop heterogeneity enhances multitrophic diversity across agricultural regions. **Proceedings Of The National Academy Of Sciences**, [s.l.], v. 116, n. 33, p.16442-16447, 29 jul. 2019. Proceedings of the National Academy of Sciences. <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.1906419116>.

VIANA, V. M.; PINHEIRO, L. A. V. Conservação da biodiversidade em fragmentos florestais. **Série Técnica IPEF**, Piracicaba, v.12, n.32, p. 25-42, 1998.

WHITAKER, Dulce C. A. Reforma Agrária e o Meio Ambiente: preconceitos contra o rural. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 12, p.33-46, 2009. Semestral.



Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico - SP

Regina Aparecida Leite de Camargo¹
 Matheus Ferreira Bocca²
 Otávio Luis Almeida³
 Luís Rodrigo Ribon Pinotti⁴
 Artur Pizarro Micheletto⁵

RESUMO: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituiu o primeiro aparato legal para a aquisição governamental de gêneros alimentícios da agricultura familiar por instrumento outro que as licitações públicas. A modalidade do PAA que mais beneficia os assentados da reforma agrária, e também a mais alinhada com a dupla finalidade do programa de fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar, é a Compra com Doação Simultânea. Mas essa, como outras de suas linhas de atuação, vem sofrendo com a diminuição de recursos e aumento de exigências administrativas e burocráticas desde o ano de 2013. O presente artigo apresenta dados recentes sobre o PAA e os efeitos das mudanças do programa no assentamento Córrego Rico, comparando entrevistas realizadas com os participantes do programa no final de 2015 e em agosto de 2019. Apesar de não ter sido possível identificar um aumento da insegurança alimentar entre os entrevistados, medida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), os resultados demonstraram que a dificuldade de acessar mercados institucionais por esse instrumento de política pública diminuiu a diversidade de cultivos, o que afeta a alimentação das famílias e sua capacidade de reprodução como agricultores familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Agricultura Familiar. Insegurança Alimentar. Diversificação Da Produção.

WHY TO PLANT? THE EFFECTS OF PAA EMPTYING IN THE CÓRREGO RICO/SP SETTLEMENT

ABSTRACT: The Food Acquisition Program (PAA) instituted the first legal tool for governmental acquisition of family farming products by an instrument other than the public procurement. The PAA modality that most benefits agrarian reform settlers and is best aligned with the program dual purpose of strengthening family farming and promoting food security is the Purchase with Simultaneous Donation. However, this, like others of the program lines of action, suffers from the decrease of resources and increase of administrative and bureaucratic requirements since 2013. This paper presents recent data on the PAA and the effects of the program changes on the Córrego Rico settlement area, comparing interviews with program participants

¹Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária Departamento de Economia, Administração e Educação Políticas Públicas para a agricultura familiar, agroecologia, extensão rural, educação ambiental. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: regina.camargo@unesp.br

²Engenheiro Agrônomo Autônomo. E-mail: matheusfbocca@agronomo.eng.br

³Dicente de Engenharia Agrônoma – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: otavioluisalmeida93@gmail.com

⁴Dicente de Engenharia Agrônoma – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: lrrpinotti@gmail.com

⁵Graduando em Técnico em Agropecuária Colégio Técnico Agrícola "José Bonifácio"/UNESP. E-mail: arturmicheletto@gmail.com

the end of 2015 and August 2019. Although it was not possible to identify an increase in food insecurity among families interviewed, measured by the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), the results showed that the difficulty of accessing institutional markets through this public policy instrument decreased crop diversity, which the consequent effect on household diets and their ability to reproduce themselves as family farmers.

KEYWORDS: Family farming. Food insecurity. Public policies. Production diversification.

INTRODUÇÃO

Políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural e mercados direcionadas especificamente para o público que compõe a agricultura familiar representam o reconhecimento de sua importância como agente econômico, categoria social e ator político. A recente diminuição de recursos para esses programas sinaliza não apenas a postura da atual administração federal, mal disfarçada sob a bandeira de “uma só agricultura”, como o enfraquecimento dos movimentos sociais e instâncias representativas dos diferentes segmentos que podem ser agrupados no leque de possibilidades que o conceito de agricultura familiar abriga. À exceção do movimento indígena, que mais tem se destacado na luta por seus direitos e sofrido as consequências das políticas e medidas do governo federal e administrações estaduais.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei 10.696 e Decreto 4.772, ambos de 2003, instituiu o primeiro aparato legal para a aquisição governamental de gêneros alimentícios da agricultura familiar por instrumento outro que as licitações públicas regidas pela Lei 8.666. De caráter intersetorial e interministerial, o programa busca atender antigas demandas dos movimentos sociais e velhas dívidas com a agricultura familiar, entre elas sua menor participação na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O PAA nasceu no bojo do Programa Fome Zero, para complementar a distribuição de renda expandida pelo Programa Bolsa Família no início do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (CAMARGO, et al, 2013). Além de garantir novas possibilidades de mercado para o produtor familiar, o programa tem, como um de seus objetivos principais, a promoção da segurança alimentar e nutricional para as famílias produtoras e aquelas em vulnerabilidade social, receptoras dos alimentos distribuídos pelo PAA na sua linha de atuação Compra com Doação Simultânea (GRISA et al, 2011; HESPANHOL, 2013).

Mas apesar do seu comprovado impacto econômico e social, nas áreas onde sua implementação foi mais efetiva, o PAA passa por um processo de esvaziamento

que teve início em 2013 e acirrou-se a partir de 2016. Esse esvaziamento ocorre em três frentes distintas mas complementares: a redução drástica dos recursos destinados ao programa; sua criminalização através da operação “Agro-fantasma” e o aumento da burocracia e exigências para a aprovação e condução dos projetos.

Com a diminuição do acesso a mercados institucionais via PAA, resta indagar se os ganhos do programa em diversificação da produção e alimentação e maior segurança alimentar e nutricional para as famílias produtoras permanecem, ou se essas famílias voltaram à mesma situação de vulnerabilidade e restrição das possibilidades de escoamento da produção anteriores ao programa.

Esse trabalho retoma os resultados encontrados em vinte e uma entrevistas realizadas no assentamento Córrego Rico, parte de uma pesquisa nos anos de 2015 e 2016 com 144 famílias assentadas de quatorze áreas de assentamento, onde foram avaliadas a participação no PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a segurança alimentar das famílias pela aplicação da EBIA. Das vinte e uma famílias originalmente entrevistadas no Córrego Rico, dezoito foram novamente visitadas em agosto de 2019. Dentre as três famílias que não foram entrevistadas, uma havia deixado o assentamento e duas pouco estavam produzindo no momento da pesquisa por motivo de doença na família e dedicação a outras atividades. A seguir são recuperadas algumas das principais características do PAA enquanto um programa inovador na arena das políticas públicas, as principais modificações no programa desde 2013 e as consequências para os assentados do Córrego Rico do seu progressivo esvaziamento.

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UM EXEMPLO DE INOVAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Os programas de políticas públicas específicos para a agricultura familiar já foram bastante estudados por autores de diferentes áreas disciplinares (GRISA 2009, GRISA; PORTO, 2015; HESPANHOL, 2013; DELGADO, 2013; SABOURIN, 2014). O embrião desses programas é normalmente reportado ao ano de 1996, data da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mas Mattei (2015) chama atenção para a criação, em 1994, do seu antecessor, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), cujo nome ainda não havia incorporado a terminologia “agricultor familiar”, adotada a partir de 1996. Na mesma linha encontrava-se o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor do Nordeste (PAPP), implantado nos estados da região nordeste no início da década de 1990, com recursos do Banco Mundial (SOARES, 1996).

Apesar das diferenças em abrangência, arranjos institucionais, formas de governança e alguns objetivos específicos ou mesmo gerais, esses programas

têm em comum o reconhecimento da necessidade de medidas específicas para a agricultura familiar, que aumentem suas possibilidades de reprodução e fortaleçam sua capacidade produtiva e mercadológica.

São programas que trazem inovações em políticas públicas, definidas por Farah (2008) como capazes de responder a novos problemas emergentes ou dar respostas novas e eficazes para antigas questões, como o negligenciamento histórico da agricultura familiar no Brasil. Parte dessa inovação diz respeito à transferência de recursos e competências para os entes federativos, possibilitada pela Constituição de 1988, que garante maior participação social na formulação e implementação de políticas públicas. Para Farah (2006), a inovação em políticas públicas pode se dar por produto ou por processo. A inovação por produto relaciona-se com o próprio conteúdo de uma política, quem é beneficiado e quais são seus objetivos.

Nesse caso, a inovação implica na democratização do acesso a essa política, ou seja, na inclusão de novos setores da sociedade, como no caso da participação de produtores familiares em mercados institucionais facilitada pelo PAA e PNAE. Já a inovação por processo refere-se à como a política é implementada, quem são os atores e aparatos administrativos envolvidos. A inovação, nesse caso, recai sobre os processos decisórios e a forma de gestão e provisionamento dos serviços públicos, incluindo novos atores no planejamento e gestão da política. No caso do PAA, a inovação por processo aparece na formação de um Grupo Gestor atuando em diferentes níveis administrativos, com caráter intersetorial e, na esfera da administração federal, também interministerial. E ainda na participação de representantes das organizações de produtores em conselhos municipais e estaduais.

Peter Spink (2006), ao discorrer sobre o Programa Gestão Pública e Cidadania, elenca os elementos necessários para que uma iniciativa em gestão pública seja considerada uma inovação:

Ser um novo programa ou um conjunto de novas atividades de um programa existente, que represente mudança significativa, em qualidade ou quantidade, nas práticas anteriormente adotadas para a temática em foco.

Nesse caso, considerando-se o duplo objetivo principal do PAA - fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar (DELGADO, 2013), trata-se de um programa novo, mas inserido em uma política mais ampla de combate à fome e que, em princípio, deveria também complementar a política de crédito diferenciado implantada em 1996 com o Pronaf. Ainda que programas anteriores, como o PAPP, investissem na diversificação da produção e maior

inserção da agricultura familiar no mercado, o que traria benefícios para a renda e conseqüentemente para a alimentação das famílias contempladas; não estabeleciam uma relação afirmativa entre a capacidade produtiva da agricultura familiar, numericamente comprovada nos censos agropecuários de 1996, 2006 e 2017, e o suprimento alimentar das próprias famílias produtoras e da população urbana em vulnerabilidade social.

• Ser replicável em outras regiões

A difusão de políticas públicas para a agricultura familiar para outros países, sejam da América Latina e Caribe (SABOURIN; CRISA, 2018) ou africanos, como no caso do PAA África (CASTRO, 2018) demonstra que, feitas as devidas adaptações regionais, o conceito norteador do programa apresenta replicabilidade suficiente para despertar o interesse da administração pública e instituições de outros países ou organismos internacionais. No Brasil, a disseminação do programa pelas regiões do país ocorreu de forma desigual ao longo dos anos e nas suas diferentes modalidades, como será visto nesse trabalho. No estado de São Paulo, sua importância sempre foi maior em municípios com áreas de assentamento (CAMARGO et al, 2013)

• Expandir o diálogo entre sociedade e agências públicas e também a qualidade da prática política e institucional

A participação no PAA demandou, da maioria das cooperativas e associações, uma aproximação com funcionários da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão público até então distante da agricultura familiar. É a Conab que gerencia a PGPM e, através de seus instrumentos novos e antigos, divulga o preço mínimo de uma lista de produtos não perecíveis e mantém os estoques reguladores do país. O PAA também aproximou os produtores de prefeituras municipais e entidades locais, principalmente as das redes socioassistenciais. Essa aproximação, e principalmente o fornecimento de alimentos, permitiu o maior reconhecimento das organizações e agricultores familiares, principalmente em casos em que a inclusão social é mais difícil, como acontece com as áreas de assentamento.

• Promover o desenvolvimento responsável, com utilização de recursos locais e/ou nacionais e adoção de práticas endógenas e auto sustentáveis.

Embora a compra de produtos orgânicos pelo PAA não seja tão expressiva quanto o seu potencial de fortalecer a agroecologia e agricultura orgânica (GALINDO et al, 2014), o fato do programa propor pagar 30% a mais por esse tipo de produto em relação ao convencional, deveria estimular os agricultores a adotarem sistemas de produção que sigam o princípio da coprodução com a natureza (PLOEG, 2008). A produção sustentável faz parte dos princípios do programa, embora o mesmo não especifique maneiras complementares de atingi-la.

O caráter interministerial e intersetorial do PAA reforça sua característica de política pública inovadora, bem como a pluralidade do Grupo Gestor e dos gestores executores locais. Segundo Grisa (2009) e Almeida e Ferrante (2009), o potencial de formador de capital social do PAA manifesta-se sobretudo na modalidade Compra com Doação Simultânea, por movimentar uma ampla rede de atores sociais no âmbito local.

Para Porto et al (2014, p.39), o programa inova em quatro frentes complementares: determinou “recursos e metodologia específica para compras públicas de alimentos oriundos da agricultura familiar”; promoveu a “relação direta entre governo e sociedade civil para a aquisição de alimentos por parte do Estado; definiu preços “coerentes e adequados às especificidades regionais e locais” e instituiu “uma gestão compartilhada entre seis ministérios, assegurando interinstitucionalidade”.

Apesar das recentes mudanças ministeriais, o PAA continua funcionando em seis modalidades, com recursos do Ministério da Cidadania, antigo MDS, e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Conab. No Quadro 1 encontram-se os limites de recursos que um produtor individual ou uma organização da agricultura familiar pode acessar em cada modalidade atualmente.

A linha Apoio à Formação de Estoques trata-se na verdade de uma operação de financiamento da comercialização, semelhante ao instrumento EGF (Empréstimo do Governo Federal) da PGPM.

A modalidade Compra com Doação Simultânea pode, atualmente, ser executada através de um Termo de Adesão firmado entre o Ministério da Cidadania e a administração de estados e municípios; situação em que o produtor fornecedor dos estados e municípios que aderiram ao programa recebem pelos produtos entregues diretamente do Ministério da Cidadania, através de cartão bancário próprio. Ou via um termo de cooperação do Ministério da Cidadania com a Conab, em cujo caso só podem participar associações e cooperativas com DAP Jurídica, e o pagamento é realizado pela Conab, com recursos repassados pelo Ministério. O PAA Doação Simultânea permite o pagamento de até 30% a mais para produtos orgânicos, como acima mencionado. Os produtos são entregues diretamente para as entidades beneficiadas da rede socioassistencial.

Na modalidade Compra Direta, os produtos são adquiridos pela Conab com recursos do Ministério da Cidadania e depois repassados para entidades da rede socioassistencial ou filantrópicas de ensino. Essa modalidade corresponde ao instrumento Aquisição do Governo Federal (AGF) da PGPM.

Pela modalidade Aquisição de Sementes, a Conab adquire as sementes de organizações com DAP Jurídica e as repassa para órgão parceiros como o INCRA, FUNAI, Instituto Chico Mendes, Fundação Cultural Palmares, secretarias estaduais

da agricultura e entidades de assistência técnica e extensão rural.

Através do PAA Compras Institucionais, os estados, municípios e órgãos federais da administração pública direta e indireta podem efetuar a compra de produtos da agricultura familiar através do instrumento Chamada Pública, dispensando-se o procedimento licitatório regulado pela Lei 8.666/93. É a modalidade que permite maior volume de venda da agricultura familiar pelo PAA, já que o limite por produtor portador de DAP é de R\$ 20.000,00/ano por órgão comprador, podendo o mesmo participar de mais de uma Chamada Pública nessa modalidade e também de outras linhas do PAA no ano. Essa é a linha que tem movimentado mais recursos atualmente, como será visto em seguida.

O uso do instrumento Chamada Pública para as compras públicas, com dispensa do procedimento licitatório, é uma inovação importante do programa, adotada também em 2009 para as compras de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelo PNAE. Essa dispensa se justifica pelo objetivo desses programas, de promover a agricultura familiar e a soberania alimentar, em detrimento da compra pelo menor preço promovida na licitação pública. Está, portanto, alinhada com o objetivo expresso do PAA de “incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda” (BRASIL, 2019).

Quadro 1 – Diferença entre limites das diferentes modalidades do PAA em vigor em 2019.

Modalidade	Órgão executor	Limite por DAP	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Compra com Doação Simultânea (CDS)	- Ministério da Cidadania/Estados e municípios	RS 6.000,00	R\$ 2,0 milhões
	- Ministério da Cidadania/Conab	R\$ 8.000,00	
Apoio à Formação de Estoques (CPR Estoques)	- Conab	R\$ 8.000,00/ano	R\$ 1,5 milhões/ano
Compra direta da agricultura familiar (CDAF)	- Conab	R\$ 8.000,00/ano	R\$ 500.000,00
Incentivo à produção e consumo de leite	- Ministério da Cidadania/estados da SUDENE	R\$ 9.000,00/ano	
Aquisição de sementes	- Conab		R\$ 6,0 milhões/ano
Compra institucional	- Estados, municípios e órgãos federais da administração pública direta e indireta	R\$ 20.000,00/ano/órgão comprador	R\$ 6,0 milhões/ano/órgão comprador

Fonte: Organizado pelos autores com dados do Ministério da Cidadania. Brasil, 2019.

O ESVAZIAMENTO DO PAA

Como argumentado na introdução desse trabalho, o PAA passa por um esvaziamento que pode ser identificado em três frentes: diminuição dos recursos; reflexos do processo de criminalização pela Operação Agro-fantasma, conduzida pela Polícia Federal em 2013 e maior burocratização do programa, associada a uma disputa mais acirrada pelos recursos por parte das organizações da agricultura familiar.

Para Valadares e Souza (2015), o lançamento do Programa Brasil sem Miséria em 2010 reforçou o papel do PAA como promotor da inclusão produtiva dos produtores familiares menos capitalizados ou em situação de extrema miséria. Porém, no final de 2012 e início de 2013, mudanças institucionais e normativas diminuíram o protagonismo da Conab no programa e passaram a privilegiar os

termos de adesão firmados entre o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com estados e municípios. Essas mudanças explicam o aumento de recursos disponibilizados em 2012 e sua queda brusca em 2013.

Mas segundo Sales (2017), a diminuição dos recursos em 2013 foi também consequência do processo de criminalização sofrido pelo PAA a partir de 2011, quando a Polícia Federal iniciou investigações de desvios de verbas públicas na operacionalização do programa. As investigações atingiram quatorze municípios do estado do Paraná e resultaram em oito ações penais, com expedição de mandados de prisão de agricultores e funcionários da Conab. Ainda que posteriormente todos os acusados da Operação Agro-fantasma tenham sido absolvidos, uma vez que ficou comprovado que as irregularidades administrativas encontradas não se caracterizavam em ato de delito contra os cofres públicos, os agricultores continuaram a ser vistos como suspeitos e algumas associações e cooperativas tiveram o quadro de associados drasticamente reduzido. Dentro da Conab, a operação acarretou maior rigor e inflexibilização nos projetos e produtos entregues. Para Valadares e Souza (2015, p. 7) “A necessidade de aperfeiçoar e padronizar os controles administrativos determinou à Conab aplicar um freio de arrumação em suas ações no PAA”. O próprio site da Conab afirma que “Nos últimos anos, a sistemática de distribuição dos recursos orçamentários/financeiros destinados à execução da modalidade CDS foi reavaliada, principalmente devido à exigência de maior controle e eficiência nos critérios do programa” (CONAB, 2019).

É possível argumentar que o endurecimento das normas da Conab fere alguns princípios de troca, de reciprocidade e de relações de vizinhança e parentesco inerentes às sociedades camponesas. Nesse sentido, Triches e Grisa (2015, p. 10) alegam que “[...] nem sempre se corrompem regras por má fé do gestor público ou do agricultor familiar, mas pela necessidade de fazer valer a finalidade da Política e de ajustá-la aos contextos locais”. No caso da Operação Agro-fantasma, o que foi apontado como irregularidade era, na maioria dos casos, “estratégias organizativas, considerando as peculiaridades da agricultura e sua total dependência da natureza (TRICHES; GRISA, 2015, p. 20). A intransigência da administração pública, nesse caso, transforma-se numa retórica perversa de desqualificação de uma política pública que vai contra os padrões instituídos da ordem econômica e social, ao inovar e incorporar novos atores no cenário das compras públicas.

A redução dos recursos em 2013 atingiu todas as modalidades do programa, mas mais severamente as operacionalizadas pela Conab. No caso da linha Compra com Doação Simultânea, a mediação da Conab e do Incra junto ao público dos assentamentos da reforma agrária estimulava a formação e participação de associações e cooperativas de agricultores familiares no PAA, importante para a

inclusão dos produtores com menor capacidade produtiva (VALADARES e SOUZA, 2015).

Em 2014, os recursos do programa apresentaram uma recuperação parcial, sobretudo pelos montantes disponibilizados pelo MDS através dos Termos de Adesão firmados com estados e municípios, mas nunca voltaram aos patamares atingidos em 2012.

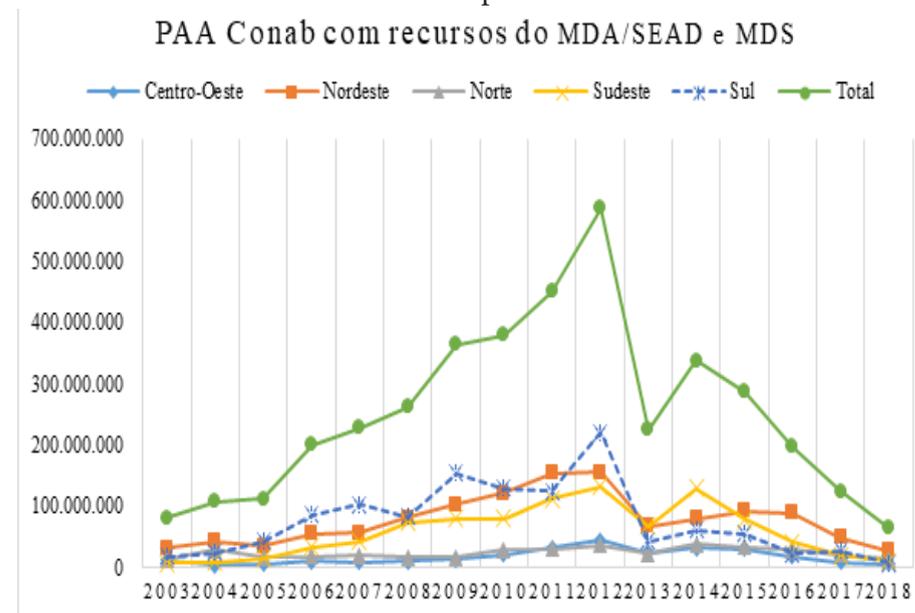
A Figura 1 ilustra a evolução dos recursos do PAA nos seus quinze anos de existência. Como pode ser observado, em 2012 o total de recursos chegou perto de 600 milhões de reais, caindo para pouco mais de R\$ 200 milhões em 2013 e não passando de R\$ 63.3 milhões em 2018. Desse total, 51,7 milhões (82%) foram repassados para a modalidade Compra com Doação Simultânea. Em relação a distribuição de recursos pelas regiões do país, o Nordeste foi a região que mais recebeu recursos desde 2015, ficando com 44% do total distribuído em 2018 (CONAB, 2019).

A região Centro-Oeste foi a menos contemplada com recursos do PAA desde o início do programa, ficando com apenas 8% dos valores em 2018. A participação da região Sul foi bastante significativa até 2013, acompanhando tendência já identificada na distribuição dos recursos do Pronaf (AQUINO; SCHNEIDER, 2015), mas em 2018 recebeu apenas 11% dos recursos do PAA. No mesmo ano, a região Norte ficou com 21% e o Sudeste com 16% dos montantes repassados pela Conab (CONAB, 2019).

Em relação a distribuição de recursos por modalidades, as figuras a seguir apresentam a variação de valores das modalidades Doação Simultânea e Formação de Estoques. A linha CDAF não recebeu recursos em 2018 e 2016, sendo também a que menos foi contemplada desde 2010.

Como pode ser comprovado nas figuras 2 e 3, as duas modalidades do PAA seguiram a tendência de aumento dos recursos em 2012 e drástica redução em 2013, com alguma recuperação em 2014 e gradativa diminuição desde então.

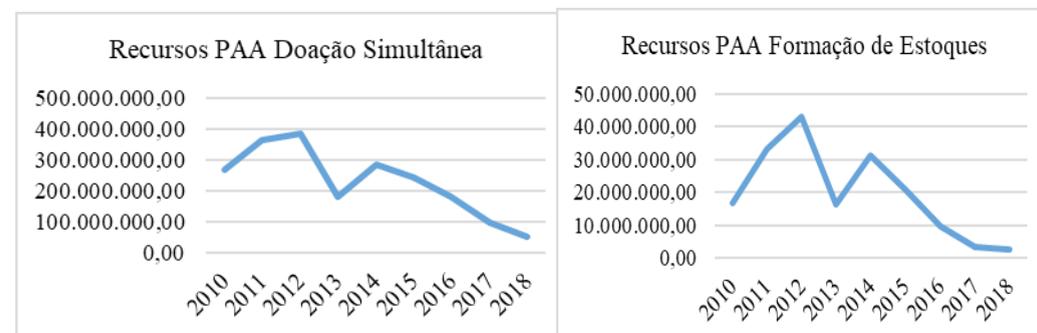
Figura 1 - Variação dos recursos do PAA entre 2003 e 2018 nas diferentes regiões do país.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Conab, 2019.

A compilação dos dados das mesmas modalidades para o estado de São Paulo resultou nas figuras 4 e 5, apresentadas a seguir:

Figuras 2 e 3 - Recursos operacionalizados pela Conab no PAA Doação Simultânea e Formação de Estoques entre 2010 e 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Conab, 2019

Figuras 4 e 5 - Recursos operacionalizados pela Conab no PAA Doação Simultânea e Formação de Estoques entre 2010 e 2018 no estado de São Paulo.



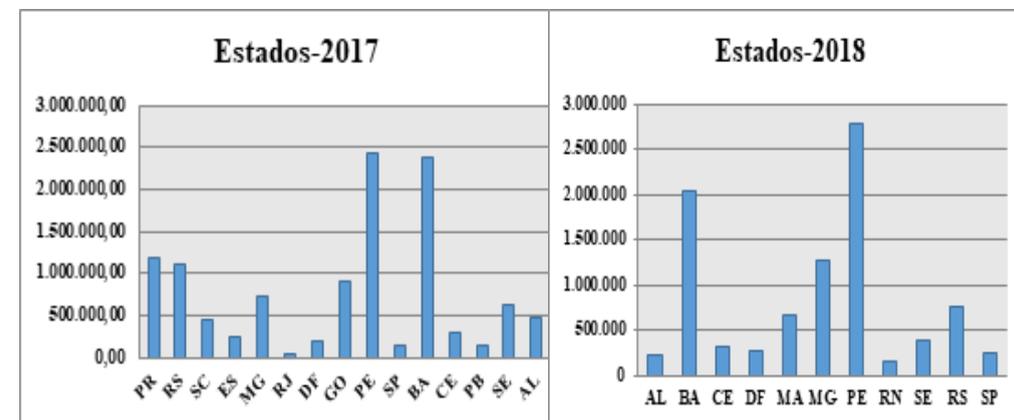
Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Conab, 2019.

No caso do estado de São Paulo, verifica-se que o maior montante de recursos da modalidade Doação Simultânea foi operacionalizado em 2014, quando foram executados 297 projetos, o maior número dentre todos os estados brasileiros, somando R\$ 95,5 milhões. A partir de então, o programa sofre uma vertiginosa queda, com pouco mais de R\$ 3,0 milhões executados em 2018. Já a modalidade Formação de Estoques praticamente não se recuperou da queda sofrida em 2013, ficando sem receber recursos nos anos 2015, 2016 e 2018.

Nos últimos anos a modalidade Compra Institucional do PAA é a que tem movimentado maior volume de recursos, pois trata-se de emprego de valores já destinados à aquisição de gêneros alimentícios por órgãos públicos, executados via Chamada Pública. Um levantamento dos produtos e estados contemplados por essas Chamadas nos anos 2017, 2018 e 2019 produziu as figuras abaixo:

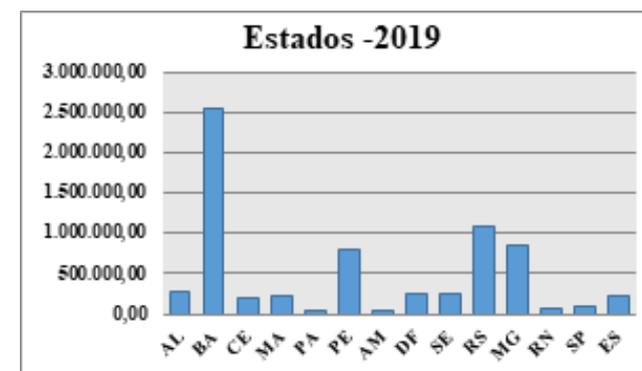
Embora os dados das figuras de 6 a 11 refiram-se as Chamadas Públicas do PAA Compra Institucional que aparecem no site da Conab, e não ao balanço das compras efetivamente realizadas, é possível perceber que os estados mais beneficiados por essa modalidade do programa foram Bahia e Pernambuco, seguidos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Maranhão. No caso do estado de São Paulo, o maior volume de pedidos ocorreu no ano de 2018, no valor de R\$ 258.214,50. Uma possível explicação para a baixa adesão do estado a essa modalidade do PAA pode ser a concorrência com o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), que também opera com compras da agricultura familiar por Chamadas Públicas.

Figuras 6 e 7 - Chamadas na modalidade Compra Institucional do PAA no ano 2017 e 2018. UF e valores.



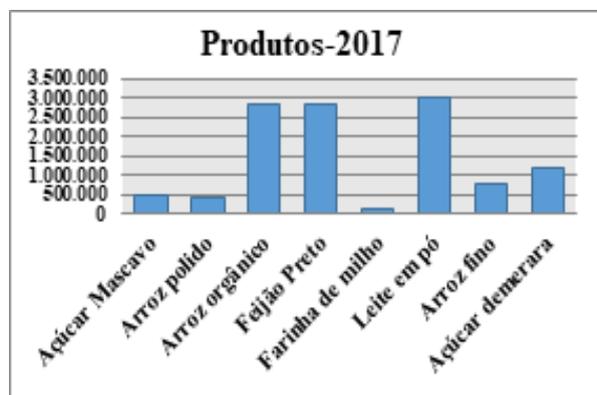
Fonte: Elaborado pelos autores. Conab. Brasil, 2019.

Figura 8 - Chamadas na modalidade Compra Institucional do PAA no ano 2019. UF e valores.



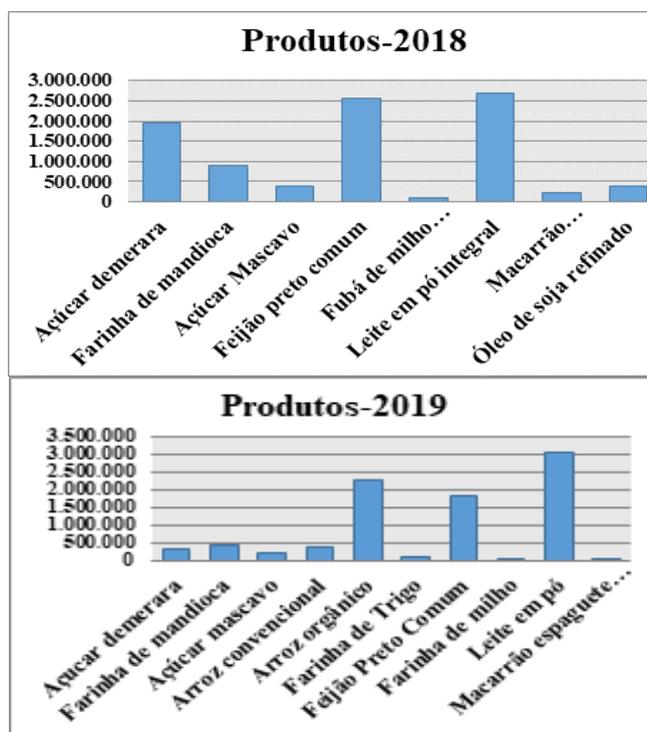
Fonte: Elaborado pelos autores. Conab. Brasil, 2019

Figura 9 - Chamadas Compra Institucional do PAA no ano 2019. Produtos e valores.



Fonte: Elaborado pelos autores. Conab. Brasil, 2019.

Figuras 10 e 11 - Chamadas na modalidade Compra Institucional do PAA no ano 2017 e 2018. Produtos e valores.



Fonte: Elaborado pelos autores. Conab. Brasil, 2019.

Em relação aos produtos que aparecem nas Chamadas, apenas o feijão preto, um dos principais produtos presentes em todas as Chamadas, e o arroz orgânico, arroz fino e arroz polido não demandam a passagem por um processo de industrialização. Os demais variam entre um processamento que pode ser feito de forma artesanal, como no caso da farinha de mandioca e de milho e o açúcar mascavo, a produtos com alto grau de processamento como o óleo de soja refinado e o macarrão espaguete ou parafuso. Ou seja, os dados das Chamadas Públicas para o PAA Compra Institucional confirmam tratar-se de uma modalidade do programa voltada para as organizações da agricultura familiar com maior capacidade de produção e processamento de seus produtos.

Como colocado, os dados apresentados acima referem-se às compras do PAA pela modalidade Compra Institucional operacionalizadas pela Conab. Mas o Ministério da Cidadania também disponibiliza em seu site as Chamadas de instituições públicas, principalmente exército, marinha e aeronáutica, para a compra de produtos perecíveis da agricultura familiar, como hortaliças, frutas, polpas, queijo e ovos (BRASIL, 2019).

No que se refere à modalidade Compra de Sementes, de 2017 à 2019, o PAA lançou Chamadas Públicas em vários estados para a compra de sementes crioulas, variedade (não híbridas) e sem especificação da variedade. Como pode ser observado no Quadro 2, apenas em 2019 e nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso as compras envolveram sementes de hortaliças, mais fáceis de serem produzidas por assentados, que normalmente possuem pouca terra. Ou seja, a modalidade Compra de Sementes, assim como a modalidade Compras Institucionais, tende a privilegiar os agricultores e organizações de agricultores familiares mais bem estruturados e com maior capacidade produtiva. Por outro lado, é interessante observar a quantidade de sementes crioulas e de variedades locais demandadas nas Chamadas, como feijão Rio Tibagi, Pitanga e Vereda, arroz Bonança ou milho Sol da Manhã. Essa tendência alinha-se com o objetivo de promoção de uma agricultura sustentável e enraizada em características territoriais. Considerando-se que as sementes são repassadas para órgãos como o INCRA, FUNAI, Instituto Chico Mendes e Fundação Cultural Palmares, ou seja, assentamentos, comunidades indígenas, extrativistas e quilombolas, o programa pode estar ajudando a manter sementes de variedades em processo de extinção, contribuindo assim para a preservação da herança genética dessas comunidades.

Quadro 2 - Chamadas Públicas do PAA para a aquisição de sementes entre 2017 e 2019.

ANO	UF	Milho Crioulo e Variedade	Caupi, Variedade e Crioulo	Feijão	Arroz Variedade e Crioulo	Sorgo Forrageiro	Abobrinha	Abóbora	Melancia	Amendoim	Gergelim	Quiabo
2017	GO	X	X		X							
	AL	X	X									
	MG	X										
2018	DF	X	X									
	MG	X										
	CE	X	X									
	AL		X		X	X						
	RS	X	X		X							
	SC	X	X									
2019	AM	X	X									
	MG	X					X	X				
	PA	X										
	PI	X	X		X							
	RS	X	X									
	MT	X	X		X			X	X	X	X	X
AL	X	X										

Fonte: Elaborado pelos autores, Brasil, Conab, 2019.

O crescente esvaziamento de uma política ao mesmo tempo agrícola, econômica e social atinge principalmente os produtores e grupos sociais mais alijados do desenvolvimento econômico do país. Como argumentam Valadares e Souza (2015), se por um lado as escolas continuaram a receber produtos produzidos localmente por agricultores familiares através do PNAE, entidades como asilos, albergues e demais da rede socioassistencial podem ter ficado descobertas. Igualmente preocupante é o efeito da redução do programa para a sobrevivência de associações e cooperativas da agricultura familiar.

Para Mattei (2018), a diminuição de recursos e aumento das exigências para o acesso ao programa faz parte de um pacote de ações agrárias em curso desde o início do governo Temer em 2016, que inclui a extinção do MDA, o esvaziamento do INCRA e dos serviços de assistência técnica e extensão rural nos assentamentos e a titulação de lotes, que abre margem para a sua venda no mercado de terras.

A estratégia adotada pelo governo federal desde 2016 tem sido a de manter o PAA, evitando o desgaste político de sua completa extinção (SOUZA, 2018), mas restringir os míseros recursos a grupos específicos.

Um exemplo da recente competição entre associações e cooperativas da agricultura familiar pelos poucos recursos do PAA é o edital lançado pela Conab para a modalidade Doação Simultânea, no segundo semestre de 2019. De um total de 138 projetos submetidos no estado de São Paulo, apenas 83 podem chegar a receber recursos que somam pouco mais de sete milhões de reais. Obtiveram maior pontuação os projetos menores, de grupos formados só por mulheres ou com alta participação feminina e com características específicas como quilombolas ou afro descendentes. Por esse edital, a associação de produtores do Córrego Rico conseguiu aprovar um projeto de R\$ 80.000,00 para um grupo formado por dez mulheres. A seguir serão apresentados dados sobre os impactos das mudanças no PAA no assentamento.

CONSEQUÊNCIAS DO ESVAZIAMENTO DO PAA NO ASSENTAMENTO CÓRREGO RICO

Localizado no município de Jaboticabal/SP, o assentamento Córrego Rico é fruto das lutas por acesso à terra após as greves dos canavieiros na região no início dos anos 1980, que culminaram com o famoso “Levante de Guariba” de 1984. O assentamento era um antigo horto florestal de 473 ha, ocupado e transformado oficialmente em assentamento pela Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) em 1998, com 47 famílias. Atualmente, vivem no assentamento perto de 60 famílias.

No ano de 2015, quando a primeira pesquisa sobre participação em programas de políticas públicas para a agricultura familiar foi realizada no assentamento, um total de 21 famílias entregavam produtos para o PAA, na modalidade Doação Simultânea. Essas entregas eram resultado de um projeto aprovado em 2014, e esse foi o último ano em que as famílias participaram do programa através da sua “Associação de Produtores da Agricultura Familiar A Terra Rica”. No total, a associação foi contemplada com três projetos do PAA a partir de 2012, sendo dois na modalidade Doação Simultânea e um complementar de Formação de Estoques.

O maior projeto contou com a participação de 39 famílias. Desde 2016 alguns produtores participam individualmente do PAA, entregando seus produtos para a prefeitura de Araraquara/SP. A pesquisa realizada em agosto de 2019 envolveu dezoito famílias, todas parte do grupo de entrevistados em 2015. Dessas, uma entregou produtos para o programa pela última vez em 2013, outra em 2015, duas em 2016, sete em 2017 e sete em 2018. Em 2019, uma produtora participou

individualmente de uma Chamada do PNAE do município de Jaboticabal e dois produtores participaram do PPAIS. Como colocado acima, no segundo semestre de 2019 foi aprovado um novo projeto, que inclui apenas dez famílias, cujas entregas ainda não haviam iniciado no momento da elaboração deste trabalho.

Os principais benefícios do PAA para os produtores familiares, conforme atestam vários estudos, a exemplo da publicação “PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos” pelo antigo MDS no ano de 2014, podem ser sumarizados numa lista de itens complementares entre si: reestruturação da produção; melhoria dos preços dos produtos da agricultura familiar na região; valorização de produtos regionais e mercados locais; incentivo ao associativismo pela formação de cooperativas e associações; aumento de renda; diversificação da produção; melhoria na alimentação da família, com maior consumo de frutas e verduras; promoção da segurança e soberania alimentar; incentivo à produção orgânica e agroecológica e formação de capital social e aumento de capacidades. Essa lista de itens será utilizada para analisar os efeitos das mudanças do programa no assentamento Córrego Rico.

REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO

Uma reestruturação da produção pode estar associada a vários fatores, como acesso a capital, alterações na composição da mão-de-obra familiar, ou na capacidade de empregar trabalhadores externos, introdução de novas tecnologias ou mudanças nos sistemas de criação e produção. A reestruturação está também fortemente atrelada a novas possibilidades de mercado, como os representados pelos programas de aquisição de alimentos. Grisa et al (2011) destacam a importância do PAA na promoção de maior diversificação da produção e Schmitt e Guimarães (2008) seu potencial como estimulador de processos de transição agroecológica. Nas pesquisas realizadas em 2015 e 2019 no assentamento Córrego Rico, os entrevistados apontaram como principal ponto positivo do PAA a garantia na venda da produção, como ilustrado na Figura 12.

A certeza do recebimento e o preço justo aparecem em menor proporção nas respostas dos entrevistados, talvez em decorrência dos atrasos de pagamento reportados, bem como das reclamações em relação ao preço de alguns produtos específicos. Os atrasos no pagamento e não poder entregar mais do que o teto estipulado pelo programa foram as principais dificuldades apontadas pelos entrevistados em 2015.

A garantia de venda da produção por um preço justo pode também estimular a permanência da mão-de-obra familiar na propriedade, principalmente os filhos. Mas nas duas pesquisas realizadas no assentamento, apenas em torno de 40% das famílias alegaram que a participação no PAA influenciava a decisão da família em permanecer no campo.

Figura 12 - Principais pontos positivos do PAA, segundo os assentados do Córrego Rico.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015 e 2019.

Quando questionados, em 2015, se a participação no PAA acarretou mudanças nas atividades produtivas, 9% dos produtores responderam que aumentaram a área plantada, 33% que diversificaram a produção e 58% reportaram ter tanto aumentado a área como diversificado a produção. Esses resultados são semelhantes aos encontrados por Hespanhol (2013) no município paulista de Dracena.

Na pesquisa realizada em 2019, para 12 (67%) dos 18 produtores entrevistados, a diminuição do acesso a mercados institucionais ocasionou uma redução da área plantada ou concentração da produção em um menor número de produtos. As hortaliças foram o principal grupo de cultivos abandonado, principalmente as mais perecíveis como as folhosas. Apenas os produtores que continuaram entregando individualmente para outros mercados institucionais (PNAE e PPAIS), reportaram aumento da área plantada e diversificação da produção. Uma das produtoras aumentou a área plantada com hortaliças, mas perdeu parte da produção por falta de compradores.

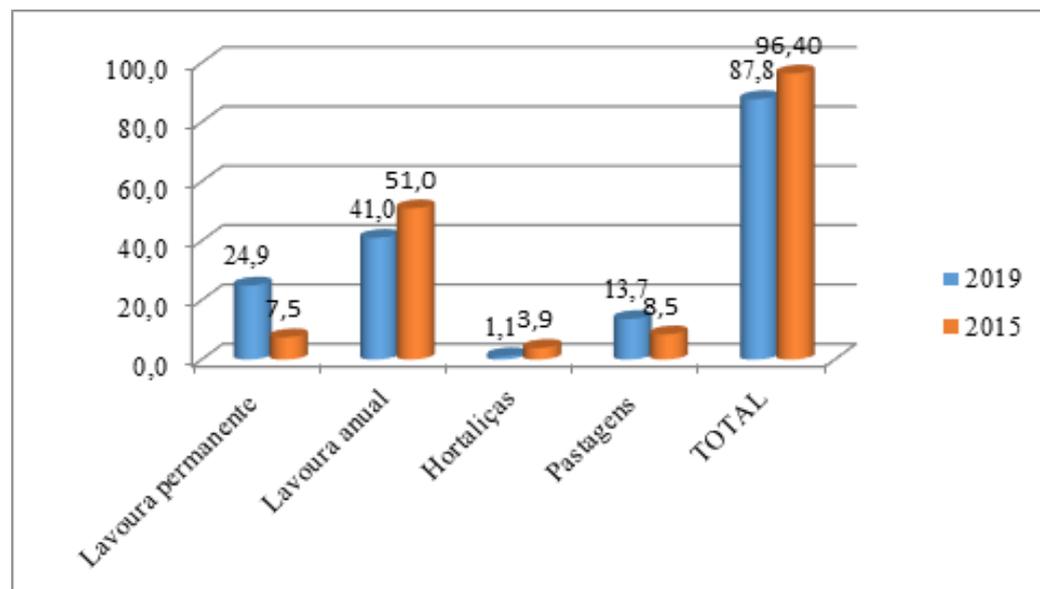
A Figura 13 apresenta os resultados das respostas dos produtores quanto à distribuição dos diferentes cultivos no lote em 2015 e 2019. Foram computadas apenas as respostas dos produtores que participaram das duas pesquisas e apenas as áreas ocupadas com lavouras permanentes, anuais, hortaliças e pastagens. As áreas de preservação permanente e as ocupadas com as casas e quintais não aparecem

no gráfico devido à dificuldade dos respondentes em precisar sua metragem.

Como pode ser observado na Figura 13, aumentou em 332% a área ocupada com lavouras permanentes, que incluem a cana-de-açúcar e o eucalipto. Por outro lado, a área com hortaliças reportada em 2019 representa apenas 28,2% da informada em 2015. Em relação às culturas anuais, aumentou a área plantada com milho para silagem, que é vendida em sacos de aproximadamente 30 kg para criadores de gado bovino do assentamento ou áreas próximas.

Em 2015, mais de 80% dos entrevistados informaram que a renda da venda para mercados institucionais possibilitou realizar melhorias no lote, como compra ou conserto de equipamentos, reformas na casa, instalação de poços, equipamentos de irrigação, cercas, etc. Em 2019, um total de 85% dos respondentes informaram que a participação em mercados institucionais ao longo dos anos possibilitou melhorias no lote incluindo, além dos itens já mencionados, a construção de granja para a criação de aves, compra de micro trator, freezer, embaladeira e automóvel. Ou seja, a garantia da venda e o incremento na receita incentivaram a reestruturação na produção e o investimento em melhorias no lote, como já registrado em outros trabalhos sobre o PAA (SAUZA, 2018, CRISA; PORTO, 2015).

Figura 13 - Ocupação das áreas agrícolas do lote em 2015 e 2019.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015 e 2019.

MELHORIA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO

Vários estudos atestam a capacidade do PAA de melhorar os preços dos produtos da agricultura familiar na região onde opera (DELGADO, 2013; MIELITZ, 2014). Com o enxugamento dos recursos do programa, esse impacto sofreu uma importante redução, o que afeta também os preços praticados por outros mercados institucionais como o PNAE e PPAIS.

Na pesquisa realizada entre os assentados do Córrego Rico em 2015, perto de 80% dos entrevistados considerava justo os preços pagos pelo programa, mas cerca da metade indicou algum produto cujo preço ficava abaixo do praticado por comerciantes locais. Além disso, para 56% dos entrevistados os atrasos no pagamento foram apontados como uma das grandes dificuldades do PAA. Em 2019, cerca de 87% dos entrevistados que participaram de algum mercado institucional nos últimos três anos consideraram justos os preços pagos, mas 53% manifestou descontentamento com o preço de algum produto específico. Esse descontentamento pode ser decorrência do fato do valor pago pelo programa ser fixo, ou seja, não sofrer as variações influenciadas por sazonalidade ou condições climáticas que afetam o mercado, principalmente no caso das hortaliças.

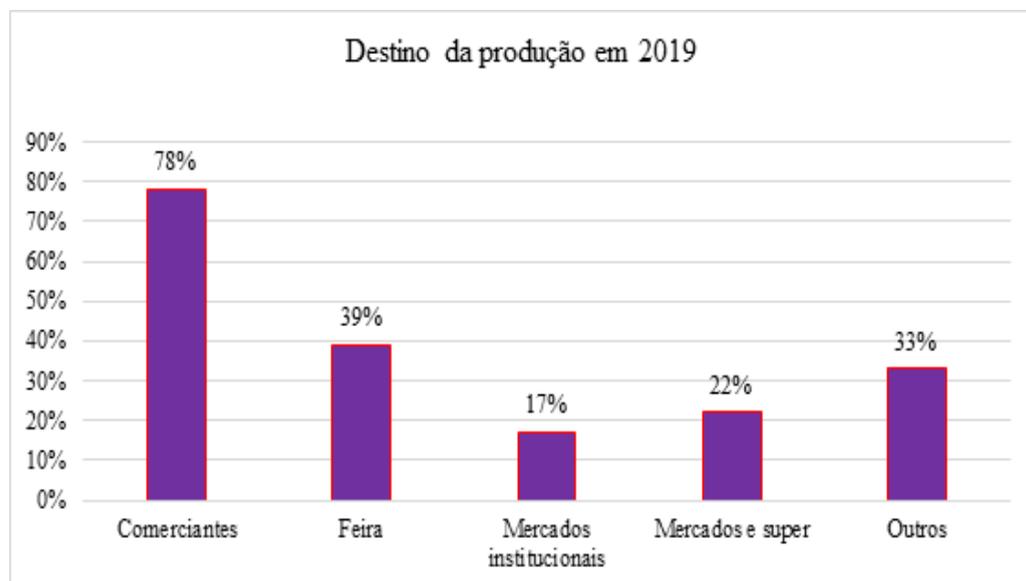
VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS E MERCADOS LOCAIS

Um dos principais benefícios do PAA para os produtores menos capitalizados, principalmente na modalidade Compra com Doação Simultânea, é o fato do programa absorver produtos que geralmente não são comercializados por questão de aceitação ou de baixo volume de produção. No assentamento Córrego Rico, a jaca produzida nos quintais de muitas casas, é um exemplo do que poderia ser chamado de mercado de ocasião, dentro de um sistema misto que combina troca mercantil com reciprocidade, típico da agricultura familiar (SABOURIN, 2014). A fruta, de comércio limitado por outras vias de mercado, ganhou valor econômico nas compras do PAA.

Na pesquisa de 2015, 63% dos produtores responderam que entregavam mais de 50% de sua produção para o PAA, e 21% deles alegaram entregar de 80 a 100% de seus produtos para o programa. Em 2019 a pergunta sobre o destino atual da produção gerou a figura abaixo.

Pelo demonstrado na Figura 14, a grande maioria dos entrevistados em 2019 indicou os comerciantes atravessadores como os principais compradores de suas mercadorias. Como já mencionado, apenas três produtores entregaram para mercados institucionais nesse ano. A resposta “Outros” inclui agroindústrias processadoras de goiaba, restaurantes e vendas no próprio lote de hortaliças e silagem de milho para consumidores diretos.

Figura 14 - Destino da produção em 2019, segundo os assentados entrevistados do Córrego Rico.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Trabalho de Porto et al (2014) atesta um aumento significativo na aquisição de produtos da biodiversidade e extrativismo pelo PAA entre 2009 e 2014, em todas as regiões do país. A revalorização de produtos regionais e tradicionais, cujo consumo ou fabricação vinham sendo abandonados (SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008), pode ser também uma forma de garantir a transmissão geracional de costumes, conhecimentos e capacidades. No Córrego Rico, um grupo de mulheres luta para obter os certificados de inspeção sanitária necessários para comercializar compotas e doces feitos a partir de produtos locais e receitas de família. No entanto, a diminuição dos recursos do PAA afeta negativamente a lista de produtos ofertados, como será visto adiante.

INCENTIVO AO ASSOCIATIVISMO PELA FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

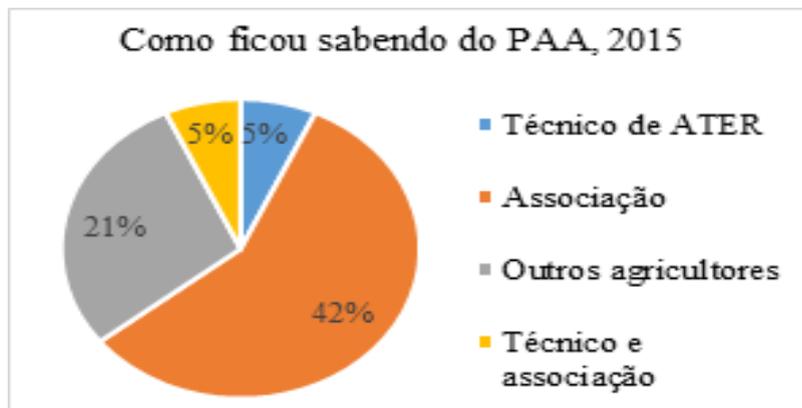
A formação de organizações formais, como associações e cooperativas, para facilitar ou permitir o acesso a programas de políticas públicas é prática corrente na agricultura familiar, incentivada pelos formuladores e gestores de tais políticas e apropriada pelos produtores como forma de garantir melhor posicionamento na disputa pelos recursos do Estado (NEVES, 2013). Os problemas decorrentes

de uma adesão não totalmente voluntária a uma forma de organização fundada na liberdade de adesão aparecem nos conflitos internos, relações personalizadas e disputas de poder entre organizações de uma mesma comunidade rural. Mas diferentes arranjos organizativos podem ser também uma estratégia de sobrevivência baseada em afinidades nem sempre evidentes ou lógicas aos olhos de interlocutores externos (OLIVEIRA; FERRANTE, 2013).

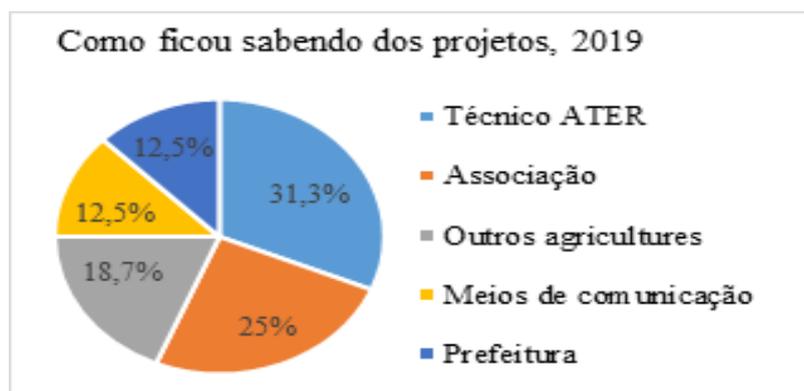
A entrega para o PAA através de uma associação ou cooperativa, no caso da operacionalização via Conab; ou individualmente, como nos casos dos termos de adesão firmados entre ministério e estados e municípios, comporta seus prós e contras. No primeiro caso, é possível listar o maior reconhecimento da organização no município, seu fortalecimento político pela capacidade de angariar projetos e também econômico, já que uma porcentagem, que pode chegar a 20% do valor dos projetos, fica para a organização. Essa é também uma forma de incluir produtores com pouca possibilidade de mobilização individual. Por outro lado, a participação individual evita o enfrentamento das disputas encontradas a miúdo no interior das organizações, e que podem inibir a adesão de todos os seus membros aos projetos.

A falta de conhecimento sobre programas de políticas públicas pode ser um entrave para a sua disseminação entre o público mais carente, como produtores isolados ou que não recebem serviços de assistência técnica e extensão rural e não pertencem a organizações formais (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014). No caso do assentamento Córrego Rico, a associação apareceu como a principal fonte de informação sobre o PAA em 2015, quando os projetos eram enviados para a Conab pela entidade (Figura 15). Mas o protagonismo da associação diminuiu a partir de 2016, quando alguns produtores passaram a entregar individualmente seus produtos para diferentes programas de acesso a mercados institucionais (Figura 16). No segundo caso, aumentou a importância de outros mediadores, como o técnico de Ater, e outros agricultores. Ou como colocam Valadares e Souza (2015, p. 13), “se no PAA Conab as associações e cooperativas são os atores principais, no PAA Estadual e Municipal os indivíduos ocupam essa posição”.

A falta de projetos para ofertar aos associados é muitas vezes apontada como a principal causa da desmotivação dos afiliados a associações e cooperativas. Programas como o PAA e PNAE impulsionaram não apenas a criação como o fortalecimento de muitas organizações da agricultura familiar (NEVES, 2013). No entanto, como alerta Xavier (2016), é preciso tomar cuidado com a dependência de recursos de programas de políticas públicas para a sobrevivência dessas organizações.

Figura 15 - Como os entrevistados ficaram sabendo do PAA em 2015.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 16 - Como os entrevistados ficaram sabendo de projetos de compras institucionais desde 2016.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

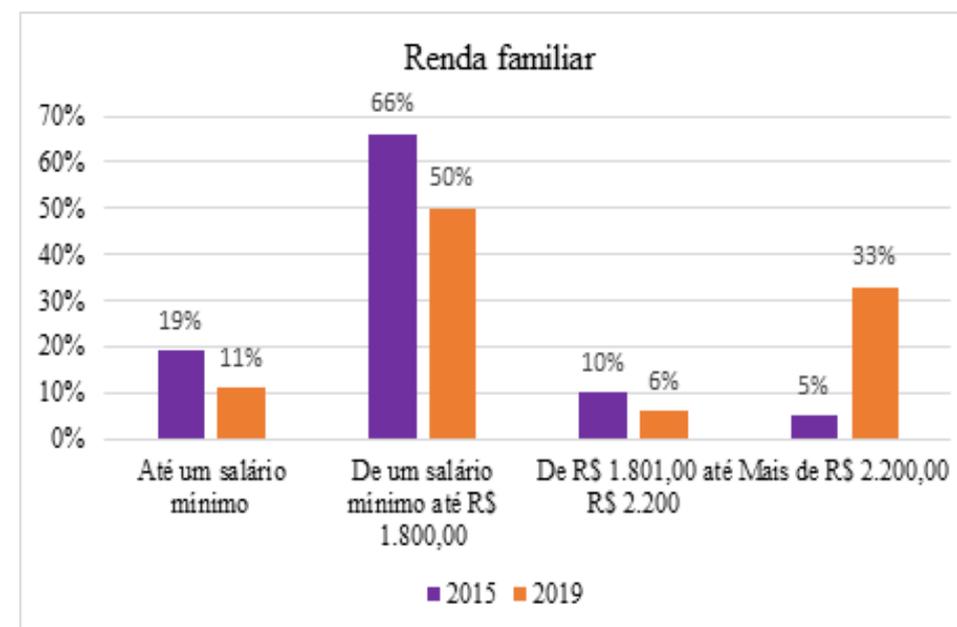
AUMENTO DE RENDA

Como na maioria das atividades econômicas, o aumento da renda na agricultura está relacionado com a diminuição dos custos de produção e aumento do volume e preço de venda dos produtos. Uma das principais vantagens do PAA, sobretudo na linha Compra com Doação Simultânea, reside justamente na possibilidade de entregar qualquer volume da produção, principalmente o excedente que os produtores tem dificuldade de comercializar por outras vias. Para Rambo et al (2016), os programas de aquisição de produtos da agricultura familiar “inovam por criarem uma demanda regular na via institucional para esse excedente de

produção comercializável, flexibilizando as exigências de qualidade extrínsecas mencionadas, embora mantendo o atributo de frescor como um fator de qualidade a ser destacado”. Os atributos que são dispensáveis não se referem à qualidade sanitária dos alimentos, mas sim a quesitos normalmente exigidos pelo mercado varejista como uniformidade, padrão, quantidade e regularidade de fornecimento.

No geral, os produtores têm dificuldade em precisar o quanto a participação em mercados institucionais aumenta a renda da família. Essa dificuldade corrobora a indivisibilidade da renda familiar nas sociedades camponesas, formada por recursos advindos de diversas fontes e complementada pelo autoconsumo (MENDRAS, 1995; WANDERLEY, 1999). Na pesquisa realizada em 2015, mais de 80% dos entrevistados informaram que a participação no PAA aumentou a renda familiar, com esse aumento chegando a 80% em alguns casos. Em 2019, dos 14 produtores que entregaram para mercados institucionais nos últimos três anos, 12 (86%) alegaram aumento de renda de até 50%.

No questionário utilizado nas duas pesquisas, a questão sobre a renda permitia a escolha de faixas de renda. Os resultados estão agrupados na Figura 17.

Figura 17- Estimativa de renda das famílias em 2015 e 2019.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015 e 2019.

Como pode ser observado na Figura 17, apesar da menor participação das famílias em mercados institucionais em 2019, diminuiu o número de entrevistados que alegaram uma renda familiar nas faixas menores¹ e aumentou de 5 para 33% o número de famílias com renda acima de R\$ 2.200,00. Uma possível explicação para a melhora na renda das famílias é o fato de que, com o aumento da idade dos responsáveis, subiu o número de famílias com pelo menos um aposentado. De fato, das dezoito famílias entrevistadas, doze (67%) contavam com esse aporte na renda. Outro dado a ser considerado é que os valores das faixas de renda não foram atualizados, ou seja, com a inflação do período é mais fácil que uma família consiga, atualmente, uma renda superior a R\$ 2.200,00.

DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

A importância do consumo para a agricultura familiar está presente nos principais estudos sobre as sociedades camponesas e modos de produção que associam trabalho, meios de produção e família (CÂNDIDO, 1987; WANDERLEY 1999; CHAYANOV, 2017). O auto consumo pode ser direto, ou seja, do próprio produto produzido, ou indireto quando, por exemplo, o milho colhido é usado para alimentar o frango que será depois consumido pela família. O consumo indireto pode estar também relacionado com a possibilidade de aquisição de maior volume ou variedade de alimentos não produzidos, em decorrência do aumento da renda pela venda da produção.

A escolha do que plantar segue, portanto, a dupla lógica do apelo mercadológico do produto e sua utilidade na alimentação da família. Essa dupla lógica faz com que muitos dos produtos cultivados pelas famílias obedeçam ao princípio da alternância (GARCIA, 1983), podendo ser direcionados para o mercado ou consumo dependendo da necessidade e das oportunidades de comercialização. Como o PAA é um programa de aquisição apenas de alimentos e sementes produzidos pela agricultura familiar, é possível afirmar que todos os produtos plantados e entregues para o programa seguem o princípio da alternância.

Os projetos de compra operacionalizados pela Conab em 2012, ano de maior volume de recursos do PAA, contemplaram 604 produtos diferentes (VALADARES; SOUZA, 2015), demonstrando a grande diversidade produtiva encontrada na agricultura familiar e a possibilidade de inclusão de produtos regionais ou de pouco valor comercial no programa. No caso do assentamento Córrego Rico, a pesquisa realizada em 2015 encontrou um total de 26 produtos entregues pelas famílias assentadas ao PAA. Desses, dezesseis são classificados como hortaliças, sete como frutas, dois como grãos e um como tubérculo.

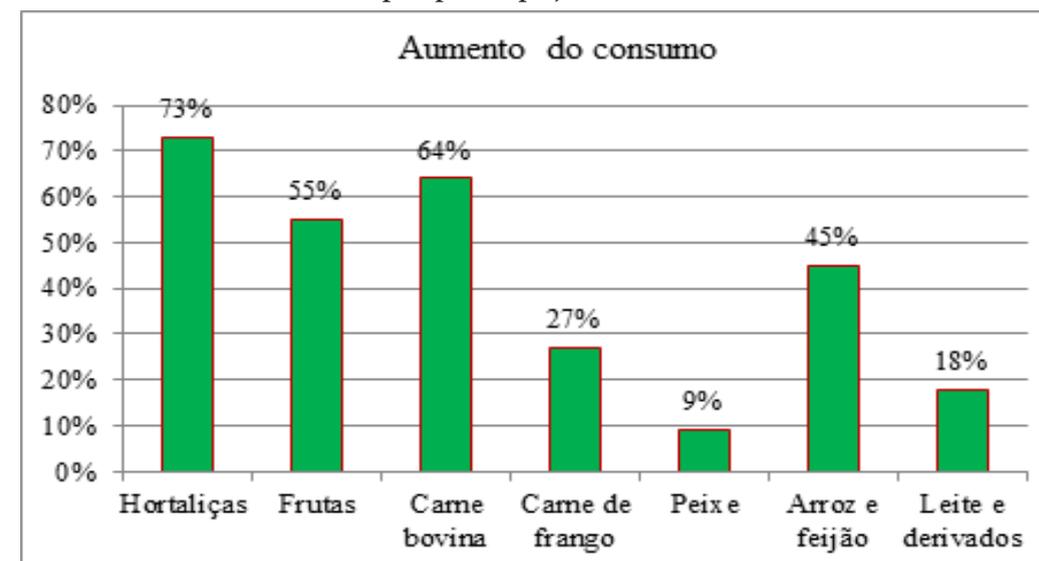
¹Salário mínimo de R\$ 998,00.

A mandioca foi o produto mais entregue para o mercado institucional, presente em 85% das entrevistas. Pelas respostas da pesquisa atual foi possível apurar que em 2017 foram entregues treze tipos de produtos para mercados institucionais, em 2018 dez tipos de produtos e em 2019 apenas sete. A diminuição na variedade de produtos coincide com a redução dos recursos do PAA e com a maior dificuldade de acesso, já que nos últimos três anos predominaram as participações individuais.

MELHORIA NA ALIMENTAÇÃO DA FAMÍLIA, COM MAIOR CONSUMO DE FRUTAS E HORTALIÇAS

Como colocado acima, os produtos entregues para o PAA seguem o princípio da alternância, podendo ser comercializados ou consumidos pela família. Quando perguntados, em 2015, se a participação no PAA modificou a alimentação da família, 50% dos entrevistados respondeu que sim. Os produtos que essas famílias passaram a consumir em maior quantidade aparecem na Figura 18. Como seria de se esperar, as hortaliças lideraram a lista.

Figura 18 - Produtos que as famílias passaram a consumir em maior quantidade após participação no PAA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Na pesquisa realizada em 2019, os entrevistados voltaram a indicar os mesmos itens como produtos alimentícios que passaram a consumir em maior quantidade quando produziam e entregavam para o PAA. Por outro lado, apontaram as

hortaliças como o grupo de alimentos que mais diminuíram o consumo na ausência do programa. Além da produção geralmente estimular o consumo de qualquer grupo de alimentos, no caso das hortaliças a grande perecibilidade da maioria dos vegetais impede o armazenamento prolongado, incentivando o seu uso pela família ou emprego na alimentação animal. Essa necessidade de consumo rápido “prá não perder”, estimula a “invenção” de novos pratos ou formas de consumir o mesmo vegetal. O excedente da produção de hortaliças é também muitas vezes doado para vizinhos e parentes, fortalecendo os laços de solidariedade e reciprocidade dentro e fora da comunidade rural.

Justamente por sua alta perecibilidade, as hortaliças são os produtos que mais sofrem substituições nas vendas para mercados institucionais. Nesse sentido, é necessário que programas federais como o PAA e PNAE, ou estaduais como o PPAIS, adotem uma postura de flexibilidade em relação a substituição do produto originalmente listado no projeto e não considerem como ilegal a troca de produtos entre os produtores participantes do mesmo projeto de venda.

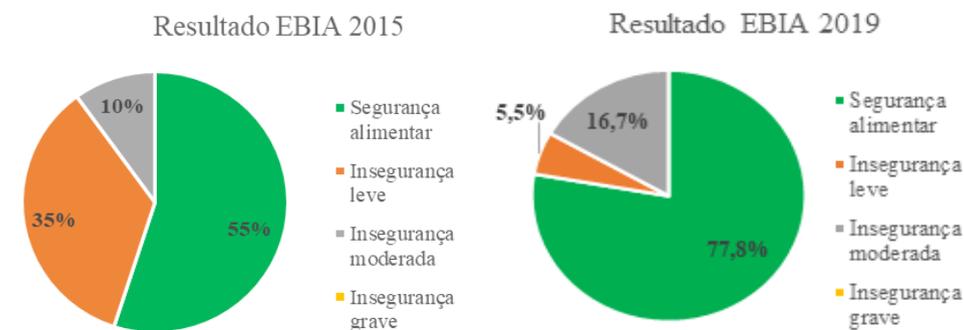
O aumento no consumo de frutas e hortaliças, muitas vezes produzidos sem o uso de agrotóxicos, tem um impacto direto na saúde e segurança alimentar e nutricional dos produtores familiares, como retratado nos estudos sobre o PAA analisados por Assis et al (2017).

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

No Brasil, a segurança alimentar da população é aferida de várias maneiras, dentre elas através da medição do seu oposto, ou seja, do número de famílias que vivem em situação de insegurança alimentar. Para tanto, é utilizada a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA), metodologia adaptada para a realidade brasileira da norte americana *Household Food Security Survey Module*, uma escala psicométrica para a medida direta da segurança ou insegurança alimentar da família (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). Pela EBIA, a insegurança alimentar pode ser classificada em leve, moderada ou grave, dependendo do número de respostas afirmativas de um questionário com quatorze perguntas. O questionário da EBIA foi aplicado nos assentados do Córrego Rico que participavam do PAA em 2015 e 2019.

Pelos resultados apresentados na Figura 19, no intervalo entre as duas pesquisas aumentou o número de famílias com segurança alimentar e diminuiu as com insegurança leve; mas aumentaram também os casos de insegurança moderada. O aumento do número de famílias com segurança alimentar pode estar associado com o aumento da renda, já discutido acima. Na pesquisa de 2015 as famílias com insegurança alimentar moderada declararam renda familiar de menos de um

Figura 19 - Presença de insegurança alimentar entre as famílias entrevistadas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015 e 2019.

salário a um salário mínimo por mês. Na pesquisa atual, as três famílias com insegurança alimentar moderada encontravam-se em três faixas de renda: menos de um salário mínimo, de um salário mínimo até R\$ 1.200,00/mês (nesse caso a principal fonte de renda era a aposentadoria do marido) e de R\$ 1.201,00 até R\$ 1.800,00/mês, caso de família pluriativa com dois filhos que exerciam trabalho não agrícola fora do assentamento. Apesar de importante para a segurança alimentar, um aumento na renda familiar não acarreta, necessariamente, melhoria na alimentação da família, como comprovam alguns estudos do efeito de programas de transferência de renda no consumo alimentar (ALMEIDA, et al, 2017).

Das famílias que apresentaram algum nível de insegurança alimentar em 2019, duas não entregavam produtos para o PAA desde 2015, uma participou do programa pela última vez em 2017 e a outra em 2018. Também é interessante observar que três das quatro famílias com insegurança alimentar em 2019 repetiram o resultado da pesquisa de 2015. A EBIA questiona não apenas se a família teve o que comer durante o dia, mas se a dieta foi considerada saudável e variada pelo respondente. Apesar de subjetiva, a questão relaciona-se com o acesso aos cinco grupos de alimentos considerados importantes para uma dieta completa. Nesse caso, a diversificação da produção e do autoconsumo propiciada pelo PAA tem papel importante na qualidade da dieta familiar (ASSIS, et al, 2017). Assentamentos rurais, mesmo quando próximos da cidade como no caso do Córrego Rico, geralmente apresentam dificuldades de transporte que impedem a ida frequente a centros de comércio, o que dificulta a aquisição de produtos perecíveis como hortaliças e frutas.

INCENTIVO À PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA

Para Schmitt e Guimarães (2008, p.8), a compra de produtos agroecológicos

da agricultura familiar por mercados institucionais, “[...] introduzem novos elementos no debate sobre o lugar dos mercados na transição para uma agricultura de base ecológica. Provocam também uma reflexão acerca do papel do Estado na reestruturação dos circuitos de produção, distribuição e consumo de alimentos com base em princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental”.

As normas do PAA preveem o pagamento de até 30% a mais para produtos orgânicos e agroecológicos, mas no caso dos assentados pesquisados no Córrego Rico, nenhum produtor recebeu esse acréscimo, embora em 2015 perto de 30% dos entrevistados se considerassem produtores orgânicos por não fazer uso de defensivos químicos. Na pesquisa de 2019, entre os oito produtores que entregaram produtos para mercados institucionais em 2018 e 2019, três alegaram que já produzem sem o uso de agroquímicos, mas não são certificados nem recebem a mais pelos produtos. Quatro responderam não ter ainda produção orgânica, mas demonstraram interesse em produzir dessa forma, principalmente pelo incremento no preço do produto, e dois afirmaram não ter interesse na produção orgânica.

A compra de produtos orgânicos ou agroecológicos com preço diferenciado pode mostrar-se lenta também em áreas de assentamento formadas como Projetos de Desenvolvimento Sustentável no estado de São Paulo (CAMARGO et al, 2016). Estudo de Galindo et al (2014) com os dados da Conab e MDS revelou que o volume de compras de orgânicos pelo PAA aumentou, passando de R\$ 6,6 milhões em 2007 para R\$ 13,2 milhões em 2012, com a região Sul liderando as compras. No entanto, vários estados não apresentaram compra alguma ou apenas em alguns anos durante o período estudado e a participação de produtos orgânicos e agroecológico não passou de 3% do valor total operacionalizado pelo programa. Os autores apontam a dificuldade em obter a certificação como o principal impedimento para a venda de orgânicos com preços diferenciados para o PAA, principalmente para produtores da biodiversidade e do extrativismo. Como colocado acima, a pesquisa no Córrego Rico também indicou a venda de produtos produzidos sem o uso de agroquímicos para mercados institucionais como convencionais, por falta de certificação.

A legislação brasileira permite a certificação por pares, que diminui seu custo em relação a certificação por auditoria, e também a formação de Organizações de Controle Social (OCSs) para a venda direta e para mercados institucionais de produtos orgânicos e agroecológicos sem o selo “Produto Orgânico Brasil” emitido pelo MAPA. Mas as medidas para facilitar a certificação não sanam a falta de profissionais habilitados para oferecer um serviço de assistência técnica e extensão rural com foco em processos de transição agroecológica. Em 2015, a falta de assistência técnica foi apontada como uma grande dificuldade para a entrega de

produtos para o PAA, por 38% dos entrevistados. Em 2019, metade dos assentados pesquisados apontou a falta de assistência técnica como uma dificuldade entre moderada e grande para a produção e participação em mercados institucionais.

FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E AUMENTO DE CAPACIDADES

A formação de um capital social, base para o acesso às esferas de mercado, administração pública e da sociedade civil frequentemente alijadas do universo da agricultura familiar, é defendida por Grisa (2009) como um dos efeitos do PAA, quando estudado a luz das teorias de Antony Bebbinton. A autora aponta também a interface do programa com o capital natural e cultural. No caso do capital natural, pelo estímulo à uma produção diversificada e seu potencial de impulsionar processos de transição agroecológica. Mas pode também fortalecer o capital cultural inerente ao campesinato e fundado no policultivo, na produção para o autoconsumo e valorização de produtos regionais, ou ainda estimular as relações de troca e solidariedade defendidas por Sabourin (2014). A formação de redes locais de produção e consumo também é destacada por Schimitt e Guimarães (2008) como um dos resultados positivos esperados do PAA, bem como a aquisição de maior habilidade para organizar a produção, interagir com representantes da administração governamental e com as regras do mercado (SCHIMITT, et al, 2014). O trabalho de Oliveira e Ferrante (2013), ao estudar outra área de assentamento, localizada na região de Ribeirão Preto do estado de São Paulo, identifica a participação no PAA como meio de ampliar as capacidades individuais e coletivas e promover o desenvolvimento da comunidade. Entre essas capacidades encontra-se uma maior habilidade para lidar com os mercados, sejam institucionais ou de outra natureza.

Para Sabourin (2014, p. 29):

Os mercados públicos com preços garantidos constituem um instrumento de política pública de articulação ou de interface entre sistemas de troca mercantil e sistemas de reciprocidade. De fato, tais políticas introduzem uma dimensão de reciprocidade e de justiça num sistema dominado pela troca capitalista como aquele dos mercados agropecuários no Brasil.

Com a diminuição dos recursos do PAA, e até mesmo sua possível extinção em governos futuros, é importante indagar que legado a participação em mercados institucionais via esse programa deixou para as comunidades e organizações de produtores familiares no sentido de participação em redes de valorização de seus produtos. No caso do assentamento Córrego Rico, a participação individual de alguns produtores na rede de fornecedores da prefeitura de Araraquara pode

ser considerado um exemplo de inserção em um mercado social construído (ALMEIDA; FERRANTE, 2009). Mas, por outro lado, o fato de nenhum produtor ter entregue para aquele município em 2019 demonstra a fragilidade e dependência das oscilações políticas desse mercado.

Apesar dos problemas enfrentados atualmente pelo PAA, é importante ressaltar o aprendizado decorrente do acesso a mercados institucionais e das negociações com várias esferas da administração pública, que ampliou o capital social e as capacidades das organizações da agricultura familiar. No caso recente da participação de um grupo de mulheres do Córrego Rico no edital da Conab de 2019 para o PAA Doação Simultânea, a aprovação do projeto só foi possível pela rede de conhecimentos da presidente da associação de produtores do assentamento, que faz parte também do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAN).

As relações pessoais são um atributo importante na construção de mercados para os agricultores familiares que, na sua grande maioria, participam de mercados imperfeitos e parciais, uma vez que limitados pelo pequeno volume de produção, dificuldades de transporte e falta de informações – que dificultam a participação em “mercados perfeitos” regidos pela livre concorrência. Ainda que muito próximos da sede do município, os assentados do Córrego Rico enfrentam problemas como a falta de veículo próprio ou carteira de motorista e a má conservação das estradas, que impedem sua maior inserção em formas diretas de comercialização, como as feiras livres e a venda de porta em porta, aumentando a dependência dos comerciantes atravessadores.

A participação conjunta em mercados institucionais, através de organizações formais e informais, desencadeia processos de “aprendizagem partilhada” (RAMBO et al, 2016 p. 123), que fortalecem os laços sociais entre os produtores e aumentam sua capacidade de negociação com outros agentes do mercado local. Mas é também importante lembrar que essa mesma interação pode criar conflitos internos que afetam relações de solidariedade naturais ou, no caso dos assentamentos rurais, construídas ao longo da luta pelo acesso à terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização da produção familiar passa pelo acesso a diferentes tipos de mercados, sejam eles institucionais, de venda direta aos consumidores ou mesmo de exportação. Quanto mais local for o mercado e mais próximo o consumidor final, mais a troca mercantil é permeada por relações de reciprocidade. Mas a inserção dos produtores menos estruturados e capitalizados em qualquer forma de mercado demanda o reconhecimento e valorização econômica do leque de possibilidades que o conceito de agricultura familiar abarca.

O Programa de Aquisição de Alimentos inovou em diversas frentes, ao propor a inserção dos produtos da agricultura familiar em mercados institucionais mediante a participação em suas diferentes modalidades. Sobretudo a linha Compra com Doação Simultânea possibilitou a valorização econômica de produtos até então marginais na produção mercantil familiar, bem como os resultantes do extrativismo e da biodiversidade. A interface com a segurança alimentar e o desenvolvimento rural e a valorização dos produtos regionais, agroecológicos e orgânicos e dos circuitos curtos de comercialização alinhavam o programa com os objetivos de desenvolvimento sustentável defendidos pela ONU.

Mas, atualmente, o PAA, que já foi uma referência de política pública no Brasil e em diversos países, encontra-se com um volume de recursos e de público demasiado reduzidos para que se cumpra seu duplo objetivo de fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. A modalidade mais acessada passou a ser a Compra Institucional, que não depende de liberação de recursos para o programa. Ainda que a modalidade, operacionalizada por Chamadas Públicas, represente um mercado interessante para produtores familiares e suas organizações, tende a privilegiar os mais bem estruturados e já inseridos em outras formas de mercado. No outro extremo, encontram-se os poucos recursos, liberados a conta gotas, para projetos de doação simultânea, atualmente voltados para grupos pequenos e específicos. Mesmo que se argumente que esses grupos representam as camadas mais marginalizadas da agricultura familiar, o número de produtores atendidos fica ainda mais aquém das necessidades e contingente de produtores familiares, diminuindo drasticamente o potencial do programa de impulsionar processos de desenvolvimento rural locais.

No intervalo de quatro anos entre as duas entrevistas realizadas no assentamento Córrego Rico (2015 e 2019), o principal efeito encontrado do esvaziamento do PAA foi a crescente desmotivação para a diversificação da produção - a área com o cultivo de hortaliças foi reduzida consideravelmente e aumentada a porção do lote ocupada com culturas perenes. A perda da produção por falta de comparadores, reportada por alguns dos entrevistados, reverbera o questionamento que dá título a esse trabalho: “plantar prá que?”. Ainda que não tenha sido possível detectar uma diminuição da segurança alimentar e da renda familiar em decorrência do esvaziamento do PAA, houve uma redução na variedade de espécies produzidas e na presença de frutas e hortaliças na dieta das famílias.

Por outro lado, na fase final da elaboração desse trabalho, foi aprovado o projeto do grupo de dez mulheres, para um edital do PAA de 2019. Essa aprovação renovou as expectativas do grupo em produzir e comercializar a produção, e foi possível observar os primeiros indícios da retomada de antigos cultivos de

hortaliças nos lotes contemplados. Essa resposta reforça a importância do acesso à mercados institucionais para a reprodução da agricultura familiar enquanto forma de produção que cumpre diversas funções no meio rural.

A pesquisa de campo também comprovou o legado de aprendizado deixado pela participação nas fases anteriores do PAA, e que pode auxiliar agricultores familiares individuais ou organizados em cooperativas e associações a lograr inserção nos programas de mercados institucionais encontrados no estado de São Paulo – PAA, PNAE e PPAIS.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. et al. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 22(2), p. 479-488, 2017.

ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. B. Programa de segurança Alimentar e Agricultores Familiares: A formação de rede de forte coesão social a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. In Anais, **47º Congresso da SOBER**, Porto Alegre, 2009.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

ASSIS, S. C. R.; PRIORI, S. E.; FRANCESCHINI, S., C. C. Impacto do Programa de aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 22(2), p. 617-626, 2017.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Inclusão produtiva rural. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/servicos/inclusao-produtiva-rural>. Acesso em 03.12.2019

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 7ª Edição, 1987.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J.G.; SILVA, D. B. P. Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar. **Revista NERA** (UNESP), v.32, p.34 - 55, 2016.

CAMARGO, R.A.L; BACCARIN, J.G; SILVA, D.B.P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**. Araraquara-SP: FCLAr/UNESP, v. 8, n. 2, 2013.

CAMARGO, R. A. L.et al. O PAA e PNAE em assentamentos PDS no norte paulista. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 1, p. 149-173, 2016.

CASTRO, C. M. Contribuições do PAA África para o processo de consolidação do PRONAE em Moçambique. FAO. Working Paper 170, junho de 2018.

CHAYANOV, A. Teoria das Cooperativas Camponesas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.

CONAB. Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2018. **Compêndio de Estudos da Conab**, v. 20. Brasília, 2019.

CONAB. **Transparência Pública do PAA**. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>. Acesso em 28/11/2019.

DELGADO, G. C. **Pesquisa de avaliação de concepção e implementação do Programa Aquisição de Alimentos – PAA**: relatório de avaliação do PAA (Síntese). Brasília: Conab; PNUD, 2013.

DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FARAH, M.F.S. Inovação e governo local no Brasil contemporâneo. In: JACOBI, P. Pinho, J. A (org). **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FARAH, M.F.S. **Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local**. Organizações e Sociedade. v 15, n.45, p.107-126, 2008.

GARCIA JR. Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**. Trabalho Familiar de Pequenos

Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALINDO, E.P; SAMBUICHI, R. H. R; OLIVEIRA, M. A. C; Compras de produtos agroecológicos e orgânicos pelo Programa de Aquisição de Alimentos. In: **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: MDS, 2014.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In **Anais**, 47º Congresso da SOBER, Porto Alegre, 2009.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GRISA, C.; PORTO, S.I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HESPAHOL R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de Segurança Alimentar para a agricultura familiar. *Revista Sociedade e Natureza*, v.25, p.469-483, 2013.

MALUF, R. S. et al. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.20, p. 2303-2312, 2015.

MATTEI, L. A Política Agrária e os Retrocessos do Governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, p. 293-307, 2018.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. *Revista Raízes*. Campina Grande, v.35, n.1, jan-jun /2015.

MENDRAS, Henri. **Les sociétés paysannes**. Paris: Éditions Gallimard, 1995.

MIELITZ, C. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In: **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: MDS,

2014.

NEVES, D. P. Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela Intervenção estatal. **Revista Retratos de Assentamentos**, v.16, n.1, p. 15-42, 2013.

OLIVEIRA, P.M.; FERRANTE, V.L.S.B. O Programa de Aquisição de Alimentos no PDS Sepé Tiarajú: bloqueios e perspectivas. **Retratos de Assentamentos**, v.16, n.1, 2013.

PLOEG, J.D.V.D. **Camponeses e impérios alimentares**: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2008.

PORTO, S.I. et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL, MDS. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: MDS, 2014.

RAMBO, J. R.; COSTA, S.M.A.L; LAFORGA, G. Aspectos inovativos presentes nas atuais políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar brasileira. **Revista Raízes**, Campina Grande, v.36, n. 2, jul-dez/2016.

SABOURIN E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela Reciprocidade e a economia solidaria. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014.

SABOURIN E.; GRISA C. (Orgs). **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

SALES, J. O. A criminalização da agricultura camponesa: o caso da operação Agro-Fantasma no Brasil. In: Anais, **XXXI Congresso ALAS**. Montevideo, 2017.

SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, p. 7-13. 2008.

SCHIMITT, C. J. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas. In: BRASIL, MDS,



Uma avaliação do PRONAF sob a ótica dos produtores rurais beneficiados no Assentamento Santa Apolônia em Mirante do Paranapanema-SP

André Junior Silva Wiezzel¹

Sandra Cristina de Oliveira²

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani³

PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS, p. 152-183, 2014.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. (1). A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar E Nutricional**, 16(2), 1-19, 2009.

SOARES, R. P. O Financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP). **Texto para Discussão 435**. Brasília, IPEA, 1996.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. vol.52, suppl.1, p.205-222, 2014.

SOUZA, J. R. M. a Política de Aquisição de Alimentos na mira do golpe. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12 n, 2, p. 664-677, 2018.

SPINK, P. A inovação na perspectiva dos inovadores. In: JACOBI, P. Pinho, J. A (org). **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 18, nº 26, p. 10-27, 2015.

VALADARES, A. A; SOUZA, M. G. P. A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): Uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. **Nota Técnica nº 21**. Brasília: IPEA, 2015.

XAVIER, M.L.B. **O Programa de Aquisição de Alimentos nas Cooperativas Catarinenses**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In TADESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

RESUMO: Atualmente, os produtores rurais assentados têm acesso, em certa medida, a um conjunto de instrumentos da política pública, dentre eles o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este, foi criado em 1996 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável e melhorar o nível de produção, de renda e de empregos dos agricultores familiares. Avaliar o efeito do programa é importante para direcionamentos futuros. Nesse cenário, o presente trabalho tem por objetivo geral avaliar o PRONAF sob a ótica dos produtores rurais beneficiados pelo programa no assentamento Santa Apolônia em Mirante do Paranapanema-SP. Para tanto, foi realizado um levantamento (survey) e utilizado um formulário como instrumento de coleta, contendo perguntas estruturadas, visando identificar e mensurar a referida avaliação. Por intermédio da estatística descritiva, foram sintetizadas as informações socioeconômicas e financeiras dos produtores rurais, bem como as avaliações sobre os processos de implantação, produto da implantação e resultado do PRONAF. E, por meio de um modelo de regressão logística, descreveu-se especificamente a chance de um produtor rural estar satisfeito com o resultado do PRONAF como uma função da avaliação geral dos processos de implantação e do produto da implantação do programa. Os resultados apontam que há satisfação com o PRONAF, contudo, os baixos preços dos produtos agropecuários, a restrição ao crédito e a falta de maior aproximação à assistência técnica têm desestimulado os produtores. Além disso, a chance de um produtor desse assentamento estar satisfeito com o resultado do programa aumenta aproximadamente duas vezes, quanto maior for a sua satisfação com o produto da implantação, não sendo significativa a etapa de implantação.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos rurais. PRONAF. Avaliação. Agricultura Familiar.

AN EVALUATION OF PRONAF FROM THE PERSPECTIVE OF RURAL PRODUCERS BENEFITED IN THE SANTA APOLÔNIA RURAL SETTLEMENT IN MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP

ABSTRACT: Settled farmers have access to some extent to a set of public policy instruments, including the National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF, as its acronym in Portuguese). The program was created in 1996 to foster sustainable development and to improve the level of production, income, and employment of family farmers. Evaluating the results of the program is important for future decisions. Thus, the present work aims to evaluate PRONAF from the perspective of rural producers benefited by PRONAF at Santa Apolônia rural settlement in Mirante do Paranapanema-SP. To this end, a survey was conducted and a form was used as a collection instrument, containing structured questions. Through descriptive statistics,

¹Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento (UNESP) E-mail: andrejunior@unoeste.br

²Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento / Faculdade de Ciências e Engenharia / UNESP. E-mail: sandra.oliveira@unesp.br.

³Docente Permanente / Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento / Faculdade de Ciências e Engenharia / UNESP E-mail: ana.lourenzani@unesp.br

the socioeconomic and financial information of the farmers was synthesized, as well as the evaluations on the implementation processes, the product of the implementation and the result of PRONAF. Through a logistic regression model, the chance of a farmer being satisfied with the PRONAF outcome as a function of the overall evaluation of the implementation processes and the product of the program implementation was specifically described. The results indicate that there is satisfaction with PRONAF, however, the low prices of agricultural products, the restriction of credit and the lack of closer relation with technical assistance have discouraged settled producers. In addition, the chance of a settlement producer being satisfied with the outcome of the program increases approximately twice as much as the satisfaction with the product of the implantation increases, and the implementation stage is not significant something old and new for the settlers, who recognize its potential for transformation of their reality and point ways for its strengthening.

KEYWORDS: Rural Settlements. PRONAF. Evaluation. Family Farming.

INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro é assunto recorrente nos telejornais e noticiários econômicos, em que, mormente, destacam as perspectivas de negócios no cenário internacional e a robustez dos indicadores econômicos desse setor, que têm contribuído de forma expressiva para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) e para a economia brasileira. Tais resultados estão relacionados à política baseada na difusão produtivista (entre 1964 e 1984), que financiou as atividades dos produtores agropecuários mais capitalizados e localizados em certas regiões geográficas do país, que experimentaram grande avanço tecnológico e elevação dos níveis de produção. Na ocasião, os investimentos em pesquisa e extensão rural foram intensificados. Em 1970 e em 1973, respectivamente, foram instituídos o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Em 1975, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), tendo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) como competência em nível estadual (NEUMANN; DALBIANCO; ZARNOTT, 2005).

À margem desse cenário da agricultura moderna, encontravam-se os produtores rurais mais desprovidos, que, entre 1948 e 1964, foram beneficiários de políticas públicas assistencialistas, ancoradas ao Crédito Rural Supervisionado (CRS), liberado a algumas famílias mediante as suas necessidades e acompanhadas de acordo com o planejamento dos técnicos em extensão rural (RODRIGUES, 1997).

Fruto das pressões sociais e do descontentamento dos produtores rurais pouco favorecidos economicamente, as políticas fundiárias começaram a se voltar para os movimentos sociais no campo ao final da década de 1950, ocasião em que ficou conhecida a palavra assentamento (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Ao final da década de 1980, as repetidas ações de grupos organizados, tal como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seguidas da reintegração de posse dos fazendeiros e de novas ocupações, culminaram no assentamento de diversas famílias em todo o Brasil.

O termo “assentamento rural”,

de uma forma genérica, pode ser definido como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assentamento rural é “um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (INCRA, 2018).

De acordo com o INCRA (2016), foram assentadas no país desde 1994 em torno de 1.346.798.000 famílias (até abril/2016), distribuídas em 9.354 assentamentos (até fevereiro/2017). No estado de São Paulo, até o ano de 2015, foram assentadas 17.336 famílias, distribuídas em 272 assentamentos, em uma área de 345.760,41 hectares (ha). O município de Mirante do Paranapanema, localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, possui 1559 famílias assentadas, distribuídas em 32.480,9 ha.

Para viabilizar a reprodução social desse grupo de trabalhadores rurais, tornou-se necessário disponibilizar crédito, visando à realização de investimentos e ao custeio das atividades agropecuárias. Para atingir o intento, o Decreto nº 1.946/96 gerou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Ao atender diferentes grupos de agricultores familiares, bem como demandas de diferentes grupos sociais, o PRONAF foi visto como um instrumento para valorização da diversidade da agricultura familiar e combate às desigualdades sociais e regionais (AQUINO; SCHNEIDER, 2011).

Desde sua criação, diversos estudos têm sido realizados a fim de identificar em

que medida os objetivos principais do programa têm sido alcançados (GUANZIROLI, 2007; ROCHA; TROCCOLI; ALBUQUERQUE, 2011; SILVA; BERNARDES, 2014; LOPES et al., 2016).

Nessa direção, a questão norteadora do presente trabalho é: Qual é a avaliação do PRONAF sob a ótica dos beneficiários do programa?

Assim, o objetivo geral é avaliar o PRONAF sob a ótica dos produtores rurais beneficiados pelo programa no Assentamento Santa Apolônia, em Mirante do Paranapanema-SP. Especificamente, são descritas as características do perfil socioeconômico desses produtores, bem como a chance de um produtor rural estar satisfeito com o resultado do PRONAF como uma função da avaliação geral dos processos de implantação e do produto da implantação do programa.

Consoante os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Mirante do Paranapanema possuía 17.059 habitantes à época do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2017). A população é predominantemente urbana (58,9%), mas com significativa parcela (41,10%) vivendo no meio rural. No que diz respeito ao tamanho das unidades de produção agropecuária (UPA), prevalecem no município as áreas entre 20 e 50 ha, que correspondem a 43,5% dos estabelecimentos, seguidos de 29,84% de UPA com área entre 10 e 20 ha (SÃO PAULO - CATI/IEA, 2008).

O assentamento Santa Apolônia é o segundo maior assentamento do município, com área de 2.657,74 ha, distribuídos em 104 lotes, tendo iniciado as suas atividades em dezembro de 1996. De acordo com os dados sociais da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP, 2017), vivem no assentamento 326 pessoas, com predominância da faixa etária entre 20 e 59 anos (53%). As crianças e os adolescentes (até 19 anos) representam 31% dessa população, e os idosos, 16%. Quanto ao gênero, 55% dos assentados são homens e 45% são mulheres. Quanto à raça, 77% de pessoas são brancas e 23% são pardas ou negras. A respeito da instrução, 94% são alfabetizados, contra 6% de analfabetos. Sobre os programas de transferência de renda ou benefícios da assistência social, contam-se 30 pessoas no assentamento na condição de beneficiários, que recebem Bolsa Família (60%), auxílio Renda Cidadã (16,67%) e os demais usufruem de assistência social continuada (23,33%).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

PRONAF: NOVAS PERSPECTIVAS AOS TRABALHADORES RURAIS

As políticas públicas tendem a surgir em decorrência de um alongado processo, e são normalmente precedidas por medidas governamentais paliativas e de reflexos mais imediatos no contexto do problema (SABOURIN, 2014). Mediante

a escassez de recursos públicos para contemplar os clamores da sociedade, Vilela (2017) argumenta que o Estado termina por atender aos grupos dotados de maior hegemonia política, *players* de um ambiente marcado por disputas entre os agentes e representantes das distintas categorias. Nesse sentido, anteriormente ao PRONAF, houve um conjunto de medidas que culminaram com a consolidação do mesmo. No caso brasileiro, a capacidade de organização da sociedade civil tem precedido às políticas públicas voltadas aos atores sociais pouco favorecidos economicamente (SABOURIN, 2014).

Para uma melhor percepção sobre a complexa questão fundiária e agrária brasileira, faz-se mister recorrer aos fatos históricos que retratam as estratégias políticas que determinaram o atual contexto, heranças de decisões políticas que remontam à época da colonização.

Durante o período em que se acentuou a industrialização, o Brasil (e outros países do mundo) experimentou um amplo processo de urbanização. Brito (2006) avalia que a migração rural-urbana explica a maior parte da urbanização ocorrida entre 1960 e 1980, e considera que as maiores cidades eram atrativas por possuírem atividades econômicas relevantes.

No entanto, migrar para a cidade não foi a solução para todos os trabalhadores rurais. Alguns não encontraram o conforto e a estabilidade que idealizaram na vida urbana. Haviam também os que pretendiam atuar como produtores rurais – especialmente a parcela da população rural “que estava sendo praticamente expulsa em larga escala para os centros urbanos” (BERGAMASCO; NORDER, 1996), que tiveram as suas terras incorporadas por grandes fazendas ou pela agroindústria. O cenário era de descontentamento, já que considerável parte dos produtores rurais descapitalizados não acessavam as linhas de crédito e outros sequer possuíam terras e, por conseguinte, trabalho, pois à medida que o capital se expande, tende a dispensar trabalho devido à evolução técnica (MARTINS, 1991).

Para mudar a realidade, foi preciso engajar lutas, pois a instabilidade financeira e familiar assolava a pobreza dos trabalhadores rurais desprovidos de terras, em virtude da necessidade de vender a mão de obra, fosse como servente de pedreiro, cortador de cana, catador de papel, camelô e outros (NASCIMENTO; LOCATEL; SANTANA, 2010). Fernandes (2004) entende que os assentamentos se tornaram realidade impulsionados pela luta promovida pelos trabalhadores rurais.

AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF

A Lei 11.326/06 trata a respeito da política nacional da agricultura familiar e sobre os empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006). A lei visa promover a sustentabilidade, o respeito à diversidade e a participação do agricultor familiar

na política nacional dessa categoria econômica. Algumas condições trazidas pela lei causam polêmica, tal como a delimitação da área para a agricultura familiar (até 4 módulos fiscais). A restrição implica em tratar sob o mesmo critério diversas particularidades da agricultura familiar, desconsiderando o contexto local/regional/cultural, implicando sobremaneira nas possibilidades de produção e de comercialização, pois termina por englobar, na mesma condição, produtores de baixa renda com outros bastante integrados ao mercado (PEDROSO, 2014).

Ao se tratar da agricultura familiar, faz-se necessário abordar acerca da sua relevância econômica e social, pois contribui na geração de alimentos, na redução da pobreza e está “vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros” (MDA, 2017).

Como citado anteriormente, visando o apoio à agricultura familiar, o PRONAF (Decreto nº. 1946/96) foi criado em 1996 em amplitude nacional, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento sustentável e melhorar o nível de produção, de renda e de empregos dos agricultores familiares (BRASIL, 1996).

É preciso sinalizar que, anteriormente ao PRONAF, já existiam políticas públicas voltadas para o pequeno produtor, embora, na prática, mais acessíveis ao médio e grande produtor agropecuário do Sul e Sudeste brasileiro, favorecendo a produção voltada para a exportação ou para a agroindústria (GRISA; SCHNEIDER, 2015). E, especificamente aos assentados da reforma agrária, foi instituído em 1985 o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), que visava auxiliá-los a obter maior produção e produtividade, ampliando as perspectivas de acesso aos mercados. Apesar de o programa ter alcançado considerável parcela do seu público-alvo, foi descontinuado e incorporado ao PRONAF (GUANZIROLLI et al., 2001). Rezende (2001) explica que a carência concedida ao mutuário do PROCERA para o pagamento da dívida e as elevadas taxas de inflação da época reduziram drasticamente os fluxos de entrada do empréstimo, afirmando que este praticamente se pagava com o mero passar do tempo, fato que induziu alguns devedores a acreditar que o empréstimo não precisaria ser pago.

Em conduta inovadora, o PRONAF assegura que a política adotada vai descentralizar as decisões, já que invoca a participação do governo das três esferas (municipal, estadual e federal), da iniciativa privada, dos produtores familiares e de seus representantes, mostrando o rompimento com as antigas políticas públicas, que colocavam a questão agrária no campo de atuação do estado.

Dessa forma, o PRONAF é considerado como a primeira política pública direcionada ao produtor familiar ancorada em modelos de gestão social, e supera o mero plano de aumento da produtividade a partir do consumo de pacotes tecnológicos. Não obstante, apresenta falhas, pois ao ser concebido, visava propiciar aos agricultores familiares o aumento da produção, do emprego e da renda. Decor-

ridas mais de duas décadas de sua implementação, não há um consenso quanto ao êxito alcançado pelo programa, sendo ressaltados a dificuldade no acesso e nos resultados do programa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, realizada no município de Mirante do Paranapanema-SP, tem natureza aplicada, cuja unidade de análise são os produtores familiares que acessaram o PRONAF no assentamento Santa Apolônia. No tocante aos objetivos, é uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, em virtude do uso da quantificação (técnicas estatísticas) tanto na coleta de dados quanto no tratamento e análise destes (MARTINS, 2010).

COLETA DE DADOS

Foi utilizado o método *survey* para obter informações dos produtores rurais do referido assentamento, por intermédio de formulário estruturado, com questões fechadas de múltipla escolha, aplicado por entrevista direta. Foi considerada uma amostragem não probabilística por conveniência, sendo desconhecida a probabilidade de seleção de um elemento da população (HAIR et al., 2009), uma vez que o enfoque foi nos produtores rurais assentados que acessaram o PRONAF a partir do ingresso no lote. A amostra é composta por 55 participantes definidos conforme as recomendações de Ringle, Silva e Bido (2014). Para calcular o tamanho mínimo da amostra, foi utilizado o *software* G*Power 3.1.7 (FAUL et al., 2009).

O instrumento de coleta (formulário) apresentou questões sobre o perfil socioeconômico do produtor rural, além de 82 assertivas (sentenças) relacionadas ao PRONAF, das quais 79 foram validadas por Rocha, Troccoli e Albuquerque (2011), em que cada uma delas está associada a um nível de satisfação. A escala é de cinco pontos (tipo *Likert*), que varia de um (muito insatisfeito) até cinco (muito satisfeito), adequada para pesquisas que usam levantamentos ou entrevistas pessoais (HAIR et al., 2010).

FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados descritivamente (tabelas e medidas descritivas), permitindo conhecer características socioeconômicas e a opinião dos assentados a respeito das etapas de *implantação*, *produto da implantação* e *resultado* do PRONAF.

A etapa de *implantação* visa avaliar os esforços necessários para acessar o PRONAF, incluindo a documentação, o trabalho orientador do técnico em extensão, o projeto e a tramitação dos documentos junto às instituições financeiras. A etapa de *produto da implantação* refere-se aos recursos obtidos por meio do PRONAF,

de acordo com os objetivos estabelecidos no projeto, e a etapa de *resultado* avalia se os recursos obtidos foram eficazes quanto à melhoria da renda, da produção e das condições de vida no assentamento rural.

No final de cada etapa, os produtores avaliaram ainda, de uma forma geral (com notas de 1 a 5), as fases de *implantação*, *produto da implantação* e *resultado* do PRONAF. Assim, com o intuito de identificar se a avaliação geral do *resultado* do PRONAF pode ser descrita como uma função da avaliação geral da *implantação* do programa e do *produto da implantação*, ajustou-se um modelo de regressão logística múltiplo aos dados.

Um modelo de regressão tem por objetivo verificar a existência de uma relação funcional entre uma variável dependente (ou resposta) e uma ou mais variáveis independentes (ou preditoras).

No modelo de regressão logística múltiplo considera-se um conjunto de variáveis independentes k , que podem ou não ser numéricas, para prever a probabilidade da variável resposta Y . O modelo é dado por:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon \quad (1)$$

onde ε são erros aleatórios desconhecidos. Pela definição de valor esperado, a média condicional para dados dicotômicos é dada por:

$$E(Y | \mathbf{X} = \mathbf{x}) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k = \pi(\mathbf{x})$$

Como, $0 \leq E(Y | \mathbf{X} = \mathbf{x}) \leq 1$ então, $0 \leq \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k \leq 1$

Para assegurar que a resposta Y seja uma probabilidade, utiliza-se uma função de ligação entre $\pi(\mathbf{x})$ e o preditor linear $\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k$. Neste caso, considerou-se a função de ligação logit, que satisfaz:

$$\ln \left\{ \frac{\pi(\mathbf{x})}{1 - \pi(\mathbf{x})} \right\} = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k \quad (2)$$

Expressando (2) em termos de preditor linear, o modelo se resume a $Y = E(Y | \mathbf{X} = \mathbf{x}) + \varepsilon$ em que, $E(Y | \mathbf{X} = \mathbf{x}) = \pi(\mathbf{x}) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k}}$.

O termo $h \left\{ \frac{\pi(\mathbf{x})}{1 - \pi(\mathbf{x})} \right\}$ em (2) é chamado de resposta média *logit*. Se $x = x_j$

tal que $chance_{(j)} = \frac{\pi(x_j)}{1 - \pi(x_j)}$ e se $x = x_j + 1$ tal que $chance_{(j+1)} = \frac{\pi(x_j + 1)}{1 - \pi(x_j + 1)}$,

então, a razão entre a chance de um evento ocorrer em um grupo ($chance_{(j+1)}$) e deste evento ocorrer em outro grupo ($chance_{(j)}$) é chamada de razão de chances (RC) e é dada por (MONTGOMERY; PECK; VINING, 2001):

$$RC = OR_j = \frac{chance_{(j+1)}}{chance_{(j)}} = e^{\beta_j}, j = 1, 2, \dots, k \quad (3)$$

Para obter as variáveis preditoras significativas em um modelo de regressão logística são realizados testes de hipóteses da existência dos parâmetros $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k$. Assim, se a probabilidade de significância obtida por meio dos dados amostrais (p -valor) for menor ou igual ao nível de significância α estabelecido no teste, rejeita-se a hipótese nula ($\beta_i = 0$), e conclui-se que a variável independente X_i associada a β_i afeta a variável resposta Y .

Para analisar a validação do ajuste do modelo aos dados, os métodos mais utilizados são os de *Pearson*, de *Deviance* e de *Hosmer-Lemeshow*, todos baseados na distribuição qui-quadrado. Se a probabilidade de significância (p -valor) para os referidos testes for menor ou igual ao nível de significância α estabelecido, há evidências de que o modelo é adequado aos dados (MONTGOMERY; PECK; VINING, 2001).

A qualidade do ajuste do modelo pode ainda ser avaliada por meio de alguns índices de correlação conjunta, como os índices D de *Somers*, Γ de *Goodman-Kruskal* e τ de *Kendall*. Os índices variam entre 0 e 1, e quanto maiores forem eles, melhor será a capacidade preditiva do modelo (HAIR et al., 2009).

Neste trabalho, os dados foram analisados usando o *software* Minitab, e considerou-se um nível de significância α de 5% para todos os testes de hipóteses realizados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PRODUTOR RURAL

No que diz respeito à idade, foram pesquisados produtores rurais entre 32 e 81 anos, com idade média de aproximadamente 55 anos. Em relação ao ano de ingresso no lote, a pesquisa constatou que 60,01% das famílias foram assentadas entre 1996 e 1999. No tocante aos anos dedicados à atividade agropecuária, a maior parcela (61,86%) acumula mais de 20 anos de atividade laborativa no campo, tendo, portanto, raízes no meio rural que antecedem a época do assentamento.

Quanto à contratação de mão-de-obra, os entrevistados revelaram, em sua maioria absoluta (92,73%), que não contratam empregados, utilizando exclusivamente a força de trabalho da família. Sobre a disponibilidade de mão-de-obra, a pesquisa aponta que 78% das famílias dispõem de 1 a 2 membros para

laborar na produção agropecuária, e, em 23% das famílias, tem-se entre 3 e 4 trabalhadores.

Considerando que cada lote tem área média de 21 ha, pode-se afirmar que as 55 famílias entrevistadas ocupam em torno de 1.155 ha e que geram ocupação para 114 trabalhadores. Portanto, existe em torno de 25 ha para cada família, uma vez que no assentamento encontram-se 104 famílias.

A respeito da situação financeira em relação ao PRONAF (custeio e investimento), cerca de 24% dos entrevistados possuem restrição cadastral que os impedem de realizar novas operações, ou seja, quase um quarto dos assentados foram negativados a partir do PRONAF.

Quando indagados a respeito das estratégias para gerar renda durante a estiagem, 42,83% dos entrevistados responderam que vendem animais. Outros encontram saída na venda de leite (16,36%) ou na comercialização de hortaliças (7,27%). Os demais se apoiam em algum membro da família que possua renda fixa ou realiza serviços gerais.

O município de Mirante do Paranapanema possui relevância na pecuária leiteira. A pesquisa revela que dentre os 55 produtores que utilizaram o PRONAF, 38% o fizeram por conta de atividade exclusivamente voltada para investimento na pecuária leiteira, contra 9% para fins de custeio. Contudo, a grande maioria (53%) optou pelo PRONAF custeio e investimento.

Discorrendo sobre o PRONAF custeio, têm-se como os valores mínimo e máximo das operações R\$1.500,00 e R\$ 33.000,00, respectivamente, com mediana de R\$ 5.000,00. Tais valores representam os montantes financiados por cada mutuário em uma ou várias operações. O volume total das operações alcançou o montante de R\$ 269.935,00 (valor nominal).

Acerca do número de acessos ao PRONAF custeio, a pesquisa revela que a maioria utilizou o recurso uma vez (70,60%), sendo que 17,64% acessou 2 ou 3 vezes, e o restante, 4 vezes ou mais. Desse modo, nem todos os produtores rurais usufruem com regularidade desse importante recurso.

Sobre a situação financeira dos mutuários do PRONAF custeio, 44,12% revelam ter pago plenamente o custeio e 26,47% não pagaram nenhuma parcela, estando, portanto, impedidos de acessar novamente o crédito. Os demais 29,41% estão com ao menos 75% do empréstimo pago ou em gozo da carência.

No tocante ao PRONAF investimento, dentre as 55 famílias entrevistadas, 50 delas utilizaram o referido recurso. Os investimentos na aquisição unicamente de gado foram de 58,33%, de sorte que somente 10,41% estavam relacionados a aquisição de cavalos, carroças, eucalipto, moradias, por exemplo. Assim, 89,59% das operações envolveram a combinação de investimento no gado com outros recursos a ele vinculados (cerca, pastagem, instalações, equipamentos e outros).

Sobre o número de operações voltadas ao investimento, 54% dos usuários utilizaram o benefício uma vez, seguidos de 28% que o acessaram 2 vezes e 10% que utilizaram 3 vezes. Os demais (8%) se valeram do crédito 4 vezes ou mais. Essa situação representa um fator limitante no aprimoramento ou na ampliação da produção para a maioria dos usuários do programa. Uma vez que investimentos tendem a modernizar a base produtiva, o fato de não haver continuidade na tomada de crédito pode ser um limitante a essa modernização. Quanto aos valores observados nas operações de investimento, têm-se como valores mínimo e máximo das operações R\$ 3.000,00 e R\$ 220.000,00, respectivamente, com mediana de R\$ 20.000,00. Tais valores representam os montantes financiados por cada mutuário em uma ou várias operações. O volume total das operações alcançou R\$ 1.615.300,00 (valor nominal).

Abordando sobre a situação financeira envolvendo o PRONAF investimento, têm-se que 24% dos mutuários pagaram toda a dívida, e 16% nada pagaram. Os demais (60%) pagaram até 75% da dívida ou estão em carência.

ANÁLISE SOBRE A AVALIAÇÃO DO PRONAF

Na avaliação do PRONAF, foram analisadas três etapas para o processo de aquisição do crédito, a sua aplicação e o resultado: a implantação do PRONAF, o produto da implantação do PRONAF e o resultado do PRONAF. Cada etapa é formada por diversas categorias, que por sua vez, são compostas por diferentes assertivas analisadas pelos produtores rurais assentados.

IMPLANTAÇÃO DO PRONAF

A etapa de *implantação* do PRONAF foi avaliada por intermédio de 30 assertivas, tal como mostra a Tabela 1. Tais assertivas estiveram distribuídas em cinco categorias: gestão do projeto; adequação do projeto; gestão da assistência técnica; gestão do crédito e adequação dos recursos liberados.

As respostas vinculadas à gestão do projeto avaliaram as primeiras etapas do projeto, referentes à elaboração, documentação, recursos consubstanciados, orientações do técnico de extensão sobre as condições de pagamento do PRONAF, taxa de juros, etc. Os dados revelam que o papel do técnico é fundamental para a gestão do projeto, tanto para comunicar sobre o projeto, orientar sobre documentação, orientar sobre os termos dos contratos. Tais dados estão alinhados com Guanzioli (2007), que aponta a falta da assistência técnica como um dos entraves para a maior efetividade do programa. Os agricultores mostraram nível de satisfação mais baixo com o retorno do técnico para discutir e fechar o projeto, apesar de quase 54% dos agricultores estarem satisfeitos.

Tabela 1- Implantação do PRONAF.

Gestão do Projeto	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Diálogo inicial com o técnico	7,51%	8,09%	13,87%	30,06%	40,46%
Orientação do técnico sobre os documentos	5,79%	3,16%	12,63%	33,68%	44,74%
Orientação do técnico sobre o que comprar	7,22%	4,44%	10,00%	42,22%	36,11%
Orientação do técnico sobre juros, prazos, etc	4,93%	0,99%	5,91%	41,38%	46,80%
Retorno do técnico para discutir e fechar o projeto	29,09%	1,82%	18,18%	23,64%	27,27%
Revisão do documento pelo técnico e assinatura	5,88%	3,21%	14,44%	36,36%	40,11%
Encaminhamento dos documentos e tramitação	18,18%	14,55%	10,91%	23,64%	32,73%
Adequação do Projeto	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Atendimento do projeto àquilo que queria fazer	0,92%	4,61%	12,44%	31,34%	50,69%
Contribuição do projeto na produção e venda na região	0,90%	4,50%	10,81%	25,23%	58,56%
Adequação dos recursos previstos	1,93%	4,83%	14,49%	32,85%	45,89%
Execução do planejamento	0,45%	1,79%	14,73%	33,93%	49,11%
Lucro gerado pelo planejamento	10,91%	14,55%	16,36%	16,36%	41,82%
Gestão da Assistência Técnica	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Assistência técnica durante a implantação do projeto	8,33%	8,33%	17,86%	23,81%	41,67%
Assistência técnica durante a execução do projeto	10,46%	14,38%	17,65%	18,30%	39,22%
Curso de capacitação Rural	14,55%	21,82%	23,64%	9,09%	30,91%
Orientação do Técnico	16,36%	7,27%	14,55%	20,00%	41,82%
Gestão do Crédito	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito

Tabela 1- Implantação do PRONAF (Cont.).

Participação em reunião do banco sobre o PRONAF	6,88%	11,25%	33,75%	20,00%	28,13%
Orientação em reunião sobre documentação	20,00%	16,36%	32,73%	14,55%	16,36%
Orientação em reunião sobre juros, prazos, etc	18,18%	14,55%	34,55%	14,55%	18,18%
Contato posterior com o banco p/ assinar o contrato	18,18%	10,91%	30,91%	20,00%	20,00%
Conferência pelo banco do material comprado	20,00%	9,09%	36,36%	21,82%	12,73%
Adequação dos Recursos Liberados	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Financiamento de Animais	4,44%	6,67%	22,22%	24,44%	42,22%
Financiamento de máquinas e equipamentos	0,00%	0,00%	0,00%	22,22%	77,78%
Financiamento de Cerca	4,76%	4,76%	28,57%	23,81%	38,10%
Financiamento de estrutura para abastecimento de água	0,00%	0,00%	0,00%	33,33%	66,67%
Financiamento de pastagem	0,00%	9,52%	14,29%	23,81%	52,38%
Financiamento de estrutura para animais	0,00%	9,52%	14,29%	23,81%	52,38%
Financiamento da agricultura	30,43%	4,35%	21,74%	17,39%	26,09%
Financiamento de outro item	0,00%	0,00%	100%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaborada pelos autores (pesquisa de campo).

Na etapa de *adequação do projeto*, foi avaliado se as necessidades da propriedade foram atendidas e se o projeto gerou lucro. O nível de satisfação foi elevado, pois os agricultores consideraram que o projeto contribuiu para o objetivo a que se propunha e para a venda de produtos. Cerca de 58% dos entrevistados consideraram que os lucros corresponderam ao esperado.

A abordagem quanto à *gestão da assistência técnica* tratou sobre o trabalho de assistência técnica na fase de implantação e execução do projeto. Nesse quesito, a maioria dos usuários ficou satisfeita, embora em níveis moderados. Apesar da importância da assistência técnica, menos da metade dos agricultores passaram por cursos de capacitação, cerca de 40%.

No item vinculado à *gestão do crédito*, as questões tinham o fito de avaliar se

a instituição financeira realizou reuniões e se essas foram esclarecedoras. Os respondentes informaram que ocorreram algumas, mas poucos participaram. As respostas não trazem níveis elevados quanto à satisfação ou à insatisfação, já que, segundo os assentados, tais assuntos eram tratados mais facilmente com o técnico da assistência técnica.

O item *adequação dos recursos* revelou que os recursos liberados foram adequados principalmente para as operações de investimento. Para as operações de custeio, o nível de satisfação foi o mais baixo entre os itens avaliados, cerca de 43%. De acordo com os agricultores, isso se deve ao alto custo dos insumos, sendo que o crédito é insuficiente.

PRODUTO DA IMPLANTAÇÃO

A etapa de *produto da implantação* foi avaliada por intermédio de 27 assertivas, avaliadas por quatro categorias: adequação dos produtos aplicados; influência do clima na gestão dos recursos; consumo e venda de produtos; e adequação do crédito.

As questões relacionadas à *adequação dos produtos aplicados* voltaram-se para a avaliação da funcionalidade dos recursos adquiridos por intermédio do PRONAF, tais como, animais, cerca, poço, investimentos na lavoura, no gado e na infraestrutura produtiva.

A satisfação quanto aos *recursos obtidos* foi elevada entre os beneficiários do programa, especialmente quanto às aquisições de equipamentos, vacas leiteiras e estrutura para abastecimento de água, chegando até 100% de agricultores totalmente satisfeitos. Para as atividades que demandam financiamento de custeio, os níveis de satisfação foram os mais baixos, cerca de 40%.

Sobre as sentenças que tratam da *influência do clima*, a satisfação foi baixa ou moderada. O longo período de estiagem e o solo arenoso foram apontados pelos assentados como pontos negativos para a produção agropecuária.

As questões ligadas ao *consumo e venda de produtos* avaliam quanto à possibilidade de consumo ou de venda dos produtos que contaram com recursos do PRONAF, tais como, leite, queijo, hortaliças, leguminosas, bezerros e outros. Nesse norte, a satisfação foi elevada (80,53%) quanto à venda de animais visando renovar o rebanho (vacas, touros). Contudo, para a venda de produtos agrícolas e leite, houve uma minoria satisfeita (11,54% e 23,53%, respectivamente). O que impera, nesse caso, é a insatisfação para esses produtos, na ordem de 63,46% (produtos agrícolas) e 45,40% (leite). Esses dados corroboram a afirmação de que a comercialização é um dos desafios enfrentados pela agricultura familiar (BUAINAIN; GARCIA, 2014).

A *adequação do crédito* visa avaliar se os valores médios liberados para fins de

custeio ou de investimento foram suficientes para alavancar as atividades e melhorar a produção e a renda. Como em alguns casos existiram várias operações junto ao PRONAF, por beneficiário, optou-se por considerar o valor médio das transações. A satisfação apresentada foi moderada na maioria dos itens, exceto quanto ao prazo, já que 70% dos usuários se disseram satisfeitos quanto a isso. Houve insatisfação quanto à morosidade na liberação dos recursos (32,00%) e sobre o resultado da renegociação das dívidas (32,73%).

Tabela 2 - Produto da Implantação do PRONAF.

Adequação dos Produtos Aplicados	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Aquisição e atendimento de máquinas e equipamentos	0,00%	0,00%	0,00%	11,11%	88,89%
Construção e atendimento de estrutura para os animais	0,00%	20,00%	20,00%	40,00%	20,00%
Aquisição e atendimento de cerca	5,26%	5,26%	26,32%	21,05%	42,11%
Construção e atendimento de abastecimento de água	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Aquisição de animal fêmea (vaca, porca, galinha, etc)	1,95%	0,00%	8,78%	33,17%	56,10%
Formação e atendimento de pasto-capineira	0,00%	0,00%	61,54%	23,08%	15,38%
Plantação de lavoura-roçado	25,00%	12,50%	20,83%	33,33%	8,33%
Aquisição ou construção de outros itens	0,00%	0,00%	16,67%	83,33%	0,00%
Influência do Clima na Gestão dos Recursos	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Plantação de lavoura anual	15,00%	15,00%	35,00%	35,00%	0,00%
Formação de pasto-capineira	0,00%	7,79%	54,55%	31,17%	6,49%
Criação de animais	3,42%	10,96%	36,99%	38,36%	10,27%
Estrutura financiada (poço, aviário, cocheira, cerca, etc)	0,00%	0,00%	0,00%	44,44%	55,56%
Consumo e Venda de Produto	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Venda ou troca de animais financiados	2,11%	3,16%	14,21%	46,32%	34,21%

Tabela 2 - Produto da Implantação do PRONAF (Cont.).

Venda ou troca de cria(s) de animais financiados	1,96%	9,80%	25,49%	35,29%	27,45%
Consumo de leite de animal financiado	9,80%	5,88%	9,80%	9,80%	64,71%
Venda de leite de animal financiado	31,37%	13,73%	31,37%	9,80%	13,73%
Consumo de produtos derivados do leite de animal financiado	13,73%	15,69%	35,29%	17,65%	17,65%
Venda de produtos derivados do leite de animal financiado	19,61%	17,65%	56,86%	3,92%	1,96%
Consumo de produtos agrícolas financiados	28,85%	30,77%	23,08%	5,77%	11,54%
Venda de produtos agrícolas financiados	40,38%	23,08%	25,00%	3,85%	7,69%
Venda ou consumo de outros produtos agropecuários financiados	0,00%	0,00%	0,00%	100%	0,00%
Adequação do Crédito	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Satisfação com o limite de crédito que pegou	10,91%	12,73%	25,45%	21,82%	29,09%
Atraso no pagamento e desvalorização do dinheiro	22,00%	10,00%	12,00%	32,00%	24,00%
Uso e atraso do crédito para custeio	18,92%	13,51%	10,81%	40,54%	16,22%
Pagamento de parcela, desconto ou quitação do crédito	29,09%	1,82%	5,45%	32,73%	30,91%
Prazo de pagamento/ vencimento do crédito	3,64%	7,27%	18,18%	20,00%	50,91%
Renegociação do financiamento	14,55%	18,18%	12,73%	27,27%	27,27%

Fonte: Elaborada pelos autores (pesquisa de campo).

RESULTADO DO PRONAF

A etapa de *resultado do PRONAF* foi avaliada por intermédio de 23 assertivas, distribuídas em quatro categorias: qualidade de vida, geração de emprego e renda, capacidade produtiva e fixação no campo (Tabela 3).

As assertivas que tratam sobre a *qualidade de vida* buscaram captar a influência do PRONAF sobre aspectos como a alimentação, moradia, remédios, vestuário e possibilidade de ajuda financeira aos familiares. Cerca de 64% dos usuários apontaram que houve melhoria na alimentação da família, mas se observou insatisfação

em vários itens, notadamente naquele com respeito ao transporte (52,73%).

Em relação à *geração de emprego e renda*, as questões voltaram-se para a geração de renda e oportunidade de trabalho para a família, recaindo também sobre a capacidade financeira para remunerar um trabalhador externo ou ajudar um membro da família. Nesses quesitos, a satisfação foi moderada em relação à renda, mas elevada quanto à geração de trabalho. Contrariamente, houve elevada insatisfação pelo fato de a maioria não conseguir pagar um trabalhar externo (78,18%) ou ajudar outro membro da família (81,82%).

As variáveis voltadas à *capacidade produtiva* avaliaram a opinião dos assentados sobre o aumento da produção, da qualidade e dos meios de trabalho para a produção, após a adesão ao PRONAF. Apesar de autores como Guanziroli (2007) e Mattei (2014) afirmarem que há dificuldade em operacionalização financeira do PRONAF, a maioria das respostas convergiram para elevada satisfação quanto ao fato de o PRONAF ter sido capaz de melhorar a produção tanto em termos de quantidade como em qualidade dos produtos.

As questões sobre a *fixação no campo* objetivam mensurar a opinião dos assentados a respeito da importância do PRONAF para viver e progredir no campo, e sobre os resultados advindos do programa. A avaliação desse quesito apontou elevada satisfação, especialmente quanto à importância do PRONAF para o progresso no campo (80%) e satisfação dos assentados em viver no meio rural (90,91%).

Tabela 3- Resultado do PRONAF.

Qualidade de Vida	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Alimentação	5,45%	3,64%	27,27%	14,55%	49,09%
Acesso a Água	9,09%	9,09%	47,27%	23,64%	10,91%
Moradia (construção, reforma e reparo da casa)	23,64%	12,73%	25,45%	12,73%	25,45%
Aquisição de roupas e calçados	21,82%	16,36%	23,64%	14,55%	23,64%
Aquisição de remédios ou exames médicos	21,82%	16,36%	21,82%	16,36%	23,64%
Acesso a meios de transporte (compra de passagem, moto, carro, etc)	36,36%	16,36%	10,91%	14,55%	21,82%
Contribuição aos Familiares	45,45%	20,00%	9,09%	10,91%	14,55%
Geração de Emprego e Renda	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito

Tabela 3- Resultado do PRONAF (cont.)

Melhoria da renda em certas épocas do ano	9,09%	9,09%	27,27%	32,73%	21,82%
Geração de renda pequena e esporádica	9,09%	10,91%	25,45%	29,09%	25,45%
Melhoria da renda por ter estoque	9,09%	12,73%	23,64%	25,45%	29,09%
Geração de oportunidade de trabalho	3,64%	5,45%	5,45%	32,73%	52,73%
Geração de mais serviço	3,64%	0,00%	3,64%	25,45%	67,27%
Contribuição para a família trabalhar na propriedade	9,09%	0,00%	9,09%	30,91%	50,91%
Contribuição para pagar um trabalhador de fora	61,82%	16,36%	9,09%	10,91%	1,82%
Contribuição para a família trabalhar fora da propriedade	61,82%	20,00%	5,45%	5,45%	7,27%
Capacidade Produtiva	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Contribuição para o aumento da produção	7,27%	9,09%	12,73%	32,73%	38,18%
Contribuição para produção com mais apoio	7,27%	7,27%	12,73%	27,27%	45,45%
Contribuição para produção com mais qualidade	16,36%	7,27%	16,36%	29,09%	30,91%
Contribuição para produção com outros meios de trabalho (ferramenta nova, moto, etc)	11,11%	16,67%	24,07%	20,37%	27,78%
Fixação no Campo	Totalmente Insatisfeito	Parcialmente Insatisfeito	Indiferente	Parcialmente Satisfeito	Totalmente Satisfeito
Contribuição para o progresso no campo	12,73%	1,82%	5,45%	7,27%	72,73%
Resultado na Propriedade	14,55%	7,27%	10,91%	18,18%	49,09%
Contribuição para a fixação campo	7,27%	7,27%	9,09%	16,36%	60,00%
Satisfação de viver no campo	3,64%	1,82%	3,64%	14,55%	76,36%

Fonte: Elaborada pelos autores (pesquisa de campo).

Posteriormente, os produtores avaliaram de uma forma geral (com notas de 1 a 5), as etapas de *implantação* e do *produto da implantação* do PRONAF. Para verificar se a avaliação geral do *resultado* do PRONAF ($Y = 0$, se não satisfeito; $Y = 1$, se satisfeito) pode ser descrita como uma função da avaliação geral da *implantação* do programa (X_1) e do *produto da implantação* (X_2), foi ajustado um modelo de

regressão logística múltiplo aos dados.

Assim, obteve-se um modelo no qual apenas a variável X_2 (produto da implantação) [p -valor = 0,0024] foi considerada significativa, ao nível de significância de 5%. Assim, o modelo de melhor ajuste pode ser resumido e descrito como

$$\hat{\pi}(\mathbf{x}) = P(Y = 1) = \frac{\exp(Y)}{(1 + \exp(Y))} \quad (5)$$

$$Y = -1,4 + 0,718X_2$$

O coeficiente positivo da variável X_2 (0,718), aliado à sua razão de chances ($RC = 2,0505$), sugere que quanto maior o índice de satisfação geral do produtor rural com respeito ao produto da implantação do programa, maior a chance de este estar satisfeito com o resultado do PRONAF; e essa chance aumenta aproximadamente duas vezes (quando comparado àquele que não se diz satisfeito) para cada posição acrescida na nota atribuída a essa etapa.

Os resultados possibilitam inferir ainda que, independentemente do nível de satisfação (ou insatisfação) geral do produtor assentado quanto à etapa de implantação do programa, esta não apresenta influência na satisfação (ou insatisfação) deste produtor quanto ao resultado do PRONAF.

No que diz respeito ao ajuste do modelo, uma análise da regressão geral por meio da razão de verossimilhança (que testa a hipótese nula de que todos os coeficientes associados às variáveis explicativas são iguais a zero versus a alternativa de que pelo menos um destes não é igual a zero) mostrou p -valor de 0,0046, indicando que há evidências suficientes para afirmar que ao menos um dos coeficientes é diferente de zero, dado que este está abaixo do nível de significância estabelecido (5%).

Em seguida foram avaliadas a qualidade do ajuste dos dados. Como os índices obtidos como p -valores variam de 0,388 a 0,550 e estes são maiores do que o nível de significância de 5%, o teste não rejeita a hipótese nula de um ajuste adequado do modelo logístico aos dados.

Finalmente, no que diz respeito à associação entre os valores da variável resposta e as probabilidades previstas pelo modelo logístico, os testes de correlação que verificam a capacidade preditiva do modelo estimado, apresentam valores acima de 50%, mostrando que o modelo logístico ajustado tem boa capacidade para prever a probabilidade de o produtor assentado estar satisfeito com o resultado do PRONAF, dada a variável explicativa significativa ao modelo (produto da implantação).

CONCLUSÃO

Na sua criação, o PRONAF teve como objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável e melhorar o nível de produção, de renda e de empregos dos agricultores familiares (BRASIL, 1996). Entretanto, o êxito do programa depende da combinação de recursos e do comportamento de distintos agentes econômicos, de modo a gerar as condições necessárias para a alavancagem da produção, manutenção do capital de giro, da renda e dos ativos geradores de caixa. Assim, avaliar o PRONAF sob a ótica dos beneficiários foi importante para compreender o efeito dessa política sobre os produtores rurais assentados.

Ainda que os relatos tenham apontado, no geral, a predominância de indicadores positivos de satisfação quanto à implantação, produto da implantação e resultados do PRONAF, comprovou-se estatisticamente que o processo de produto da implantação foi o que significativamente contribuiu para a satisfação quanto aos resultados do programa para os produtores rurais do assentamento Santa Apolônia, em Mirante do Paranapanema. Ou seja, ainda que a etapa de implantação do programa seja indispensável, a adequação (ou não) dos produtos aplicados e do crédito, bem como do clima na gestão dos recursos e das formas de consumo e venda de seus produtos, são os fatores que, na visão de tais produtores, contribuem efetivamente para resultados positivos (ou negativos) que proporcionam qualidade de vida, geração de emprego e renda, capacidade produtiva e fixação no campo.

A pesquisa de campo indicou que há relatos sobre a existência de entraves burocráticos e dificuldades quanto à tramitação dos documentos e procedimentos - uma espécie de desordem quanto aos documentos - que, segundo vários assentados (até entre os que negociaram várias vezes com o banco), desapareciam no banco, sendo que eles se obrigavam a reapresentá-los. Esses dados corroboram às conclusões de Guanzioli (2007) e Mattei (2014). Mesmo diante desses apontamentos, alguns declaram-se por satisfeitos, pois consideram o ato de reclamar como “ingratidão”. Outros avaliaram positivamente, pois nada possuíam antes do PRONAF e, mesmo com as dificuldades, conseguiram alcançar melhorias.

Quanto ao relacionamento entre os assentados e os técnicos, ou ainda, com respeito aos apontamentos tecidos sobre as instituições financeiras que, na visão de muitos assentados, visam satisfazer os produtores rurais mais capitalizados, faz-se necessária a aproximação entre os assentados e a assistência técnica. Nesse sentido, Oliveira et al. (2016) apontam que anotações restritivas que impedem o acesso ao crédito rural pelos produtores assentados envolvem aspectos relacionados à falta de acompanhamento técnico em suas propriedades. Além disso, é preciso que haja a redução do distanciamento entre os assentados e a instituição bancária, pois tais lacunas não permitem a otimização dos recursos, independentemente dos arquetipos que permeiam a visão dos assentados ao avaliar o banco e os técnicos.

O nível de insatisfação quanto à venda de produtos agropecuários é marcante. De forma quase unânime, os assentados relatam que não obtiveram o preço esperado em seus produtos agrícolas. O comportamento dos preços no mercado independe da ação dos agricultores. Isso pode ser explicado pelo fato de haver diferentes variáveis externas e incontroláveis, como a dotação de infraestrutura logística e comportamento da demanda, por exemplo. Portanto, projetos que levem em consideração um estudo sobre a dinâmica do mercado poderiam ajudar a reduzir essas incertezas. Alguns agricultores ainda sofreram perdas nas lavouras, quer seja por geada, excesso de chuva em alguns períodos ou em função da baixa umidade do solo durante a estiagem.

Os depoimentos retratam que a situação era melhor quando podiam vender para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), organizadora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei 10.696/03. A partir de 2013, o programa entrou em declínio e recursos orçamentários foram reduzidos em todo o país, causando impacto negativo sobre os agricultores que contavam com esse canal de comercialização (HENTZ; HESPAHOL, 2019).

Para alguns assentados, a disponibilidade dos recursos do PRONAF não garantiu a manutenção do capital de giro e a preservação dos recursos geradores de caixa. Aos que não recuperaram o investimento realizado (gado, lavoura, eucalipto) por conta de intempéries ou baixo preço de venda, remanesceram as dívidas junto ao PRONAF, levando o produtor à insatisfação. A perda desses ativos impossibilita a capacidade de equilíbrio financeiro da atividade, gerando uma quebra no ciclo operacional (tempo necessário para produzir e vender) e financeiro (fluxos de pagamentos após os recebimentos).

O desequilíbrio financeiro fica contundente quando o produtor se torna inadimplente, uma vez que não consegue angariar novos recursos e reequilibrar os ciclos. De acordo com alguns assentados, está praticamente impossível obter novamente os recursos do PRONAF, já que o banco tem exigido um fiador para concretizar a operação.

O cenário aponta que considerável parcela dos assentados experimenta dificuldades, especialmente quanto ao crédito, renegociação das dívidas e acesso às tecnologias (ativos e conhecimento técnico voltado à produção), fatores que dificultam os esforços para melhorar a produção e a renda.

O que parece comum aos produtores rurais assentados é a importância que atribuem ao PRONAF, e o concebem como indispensável para a reprodução do seu grupo social e o bem-estar das suas famílias. Assim, mais esforços devem ser dispêndidos no sentido de aumentar a efetividade do programa entre os assentados.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. de.; SCHNEIDER, S. Doze anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): Uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 309-347, 2011.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL, **Decreto 1.946/96 de 28 de junho de 1996 – Cria o PRONAF e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm> Acesso em: 01 abr. 2017.

BRASIL, **Lei 11.326/06** de 24 de julho de 2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-vao-a-mesa-dos-brasileiros-sao-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 57, p. 221-236, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

BUAINAIN, A. M., GARCIA, J. R. Agricultura Familiar e transformações recentes do mercado. In: DOULA, S. M. *et al.* (Orgs.). **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. 1ed. Viçosa, MG: Suprema, p. 89-126, 2014.

FAUL, F. et al. G*Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. **Behavior Research Methods**, v. 39, p. 175-191, 2007. Disponível em: <<http://www.gpower.hhu.de/>> Acesso em: 02. mar. 2017.

FERNANDES, B. M. 20 anos do MST e a perspectiva de reforma agrária no gov-

erno Lula. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. (Org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004, p. 273-294. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-42-20-anos-do-mst-e-a-perspectiva-da-reforma-agraria-no-governo-lula.pdf>> Acesso em: 15 out. 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

GUANZIROLI, C. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, June 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 set. 2019.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico**. Brasil, 2017. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Assentamentos Criados**. Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/pas_criados_2016.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo). **Assentamentos**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.ITESP.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>> Acesso em: 24 nov. 2017.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. Ed. São Paulo: Bookman, 01/2009.

HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de Pesquisa de Marketing**. Porto Alegre: Book-

man, 2010.

HENTZ, C.; HESPANHOL, R. A. M. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: a evolução de uma política pública múltipla. **Geosul**, v. 34, n. 72, p. 415-434, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n72p415/40314>>. Acesso em: 07 out. 2019.

LOPES, P. F. *et al.* O PRONAF e as racionalidades da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 24, n. 1, p. 70-84, abr. 2016. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/669>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência a questão política no campo**, 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MARTINS, R. A. Abordagens quantitativa e qualitativa. In: MIGUEL, P. A. M. (org.). **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MATTEI, L. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 3, p. 58-69, jul-set., 2014. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/119/98>> Acesso em: 8 set. 2019.

MONTGOMERY, D. C.; PECK, E. A.; VINING, G. G. **Introduction to linear regression analysis**. New York: John Wiley & Sons, 2001.

NASCIMENTO, A. C. S., LOCATEL, C. D., SANTANA, G. C. P. Estratégias de reprodução social do camponês. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais... XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre: ENG, 2010. p. 1-8. Disponível em: <[http://file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/download\(3\)%20\(1\).PDF](http://file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/download(3)%20(1).PDF)> Acesso em: 22 abr. 2017.

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P.; ZARNOTT, A.V. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista descentralizado. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, v. 01, p. 401-428, 2015. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2017.

OLIVEIRA, S. C. et al. Assessment of credit restrictions to farmers in rural settlements' in the western region of the state of São Paulo, Brazil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, p. 70-90, 2016.

PEDROSO, M. T. M. Experiências internacionais com a agricultura familiar e o caso brasileiro: O desafio da nomeação e suas implicações práticas. In: BUAINAIN, A. M. *et al.* (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF : Embrapa, 2014.1182 p. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/hortalicas/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994881/experiencias-internacionais-com-a-agricultura-familiar-e-o-caso-brasileiro-o-desafio-da-nomeacao-e-suas-implicacoes-praticas>> Acesso em: 30 mar. 2017.

REZENDE, G. C. PROCERA: Institucionalidade, Subsídio e Eficácia. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n.4, 2001. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0648.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

RINGLE, C.; SILVA, D.; BIDO, D. S. Modelagem de Equações Estruturais com utilização do Smartpls. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 2, p. 54-71, 2014. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Ringle_Silva_Bido_2014_Modelagem-de-Equacoes-Estrutur_31081.pdf> Acesso em: 12 abr. 2017.

ROCHA, F. E. C.; TROCCOLI, B. T.; ALBUQUERQUE, F. J. B. Desenvolvimento de modelo de avaliação de programa de incentivo à agricultura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. [online], v. 27, n.1, p. 83-91, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n1/a11v27n1.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

RODRIGUES, C.M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/87857/1/Conceitodeseletividade.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: Seminário sobre Agricultura Familiar Brasileira, 2014, Brasília. **Anais... Seminário sobre Agricultura Familiar Brasileira**. Brasília: NEAD, 2014. v. 1. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eric_Sabourin/publication/270394315_Origens_evolucao_e_institucionalizacao_da_politica_de_agricultura_familiar_no_Brasil_in_Seminario_sobre_Agricultura_Familiar>

Brasileira/links/54a96d010cf2eccc56e6c387/Origens-evolucao-e-institucionalizacao-da-politica-de-agricultura-familiar-no-Brasil-in-Seminario-sobre-Agricultura-Familiar-Brasileira.pdf> Acesso em: 01 fev. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SILVA, E. H. F. M. da; BERNARDES, E. M. Estrutura lógica como metodologia para avaliação de políticas públicas: uma análise do PRONAF. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 721-743, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 set. 2019.

VILELA, S. L. de. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma “questão tecnológica”. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf> Acesso em: 22 mar. 2017.



Infraestrutura e assistência técnica e extensão rural em assentamentos do Cariri Cearense: fatores limitantes para o acesso ao programa nacional de alimentação escolar

Juscelino Martins Costa Junior¹
Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo²
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco³
Ricardo Serra Borsatto⁴

RESUMO: Este trabalho buscou verificar como a infraestrutura e os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) afetam a participação dos assentados do território da cidadania do Cariri – Ceará junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A pesquisa foi realizada nos assentamentos federais do território da cidadania do Cariri, localizado no sul do estado do Ceará. Como metodologia foi realizado um estudo de natureza quantitativa e qualitativa, com a aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas não estruturadas, além de métodos de observação participativa para melhor compreender a realidade dos assentados. Os assentamentos apresentam vias de acesso precárias, bem como poucos equipamentos públicos como hospitais, praças, ou escolas em suas proximidades. Pelas características dos assentamentos, os assentados enfrentam diversas dificuldades na comercialização dos seus produtos. O PNAE oferece um mercado institucional capaz de absorver parte da produção dos assentados, porém poucos assentados conseguem acessar esse canal para escoar sua produção. O baixo acesso ao programa está vinculado a ausência de infraestrutura nos assentamentos, às características ambientais locais e à falta de assistência técnica e extensão rural aos assentados. Concluímos que o PNAE tem potencial para a promoção do desenvolvimento rural nos assentamentos, mas que é necessária uma atuação mais constante de órgãos de assistência técnica e extensão rural para a promoção dos serviços de infraestruturas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Rural. Políticas Públicas. Reforma Agrária.

INFRASTRUCTURE AND TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION IN CARIRI CEARENSE SETTLEMENTS: LIMITING FACTORS FOR ACCESS TO THE NATIONAL SCHOOL MEAL PROGRAM

ABSTRACT: This work sought to verify how the infrastructure and services of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) affect the participation of the settlers in the territory of the citizenship of Cariri - Ceará with the National School Food Program (PNAE). The research was carried out in the federal settlements of the territory of the citizenship of Cariri, located in the south of the state of Ceará. As a methodology, a quantitative and qualitative study was carried out, with the application of semi-structured questionnaires and unstructured interviews, in addition to participatory observation methods to better understand the reality of the settlers. The settlements have poor access roads, as well as few public facilities such as hospitals, squares, or schools in their vicinity. Due to the characteristics of the settlements, the settlers face several difficulties in the marketing of their products. PNAE offers an institutional market capable of absorbing part of the settlers'

¹Doutorando em Desenvolvimento rural sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Brasil. E-mail: juscelinojunior@hotmail.com

²Docente na Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP. E-mail: vanilde.esquerdo@feagri.unicamp.br

³Docente na Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP. E-mail: sonia@feagri.unicamp.br

⁴Docente na Universidade Federal de São Carlos/ UFScar. E-mail: rsborsat@gmail.com

production, however few settlers are able to access this channel to drain their production. Low access to the program is linked to a lack of structure in the settlements, local environmental characteristics and the lack of technical assistance and rural extension to the settlers. We conclude that PNAE has the potential to promote rural development in the settlements, but that more constant action by technical assistance and rural extension bodies is needed, favoring family farming.

KEYWORDS: Rural Development. Public Policy. Land Reform.

INTRODUÇÃO

Desde as décadas de 1950 e 1960, a reforma agrária vem sendo discutida nas mais amplas esferas (política, acadêmica e sociedade em geral) por ser uma política tida como uma das soluções para muitos dos problemas nacionais, porém somente na década de 1980 registra-se a criação de assentamentos rurais em todas as unidades federativas do Brasil, implementação esta que aconteceu de forma lenta e irregular (BERGAMASCO, 1997). Bergamasco e Norder (1999, p. 7) conceituam os assentamentos rurais como “a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.”, esse novo espaço produtivo gera impactos na economia e na sociedade como um todo, necessitando vir acompanhados de políticas agrícolas, em especial a de crédito rural e assistência técnica (SPAROVEK, 2003).

Ao longo do tempo, as políticas agrícolas privilegiavam os grandes proprietários de terra, bloqueando as possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar. Somente a partir da década de 1990, especialmente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), houve um olhar mais atento por parte do Estado à agricultura familiar (DENARDI, 2001; PRETTO, 2020; FEUSER, 2019).

Um dos principais entraves para os assentados rurais refere-se à comercialização dos seus produtos. O estabelecimento de programas de políticas públicas que possibilitem o acesso aos mercados institucionais se apresenta como alternativa para aproximar a produção de base familiar ao consumo. Um destes programas é o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que por meio da Lei n. 11.947 de 2009, estabeleceu a obrigatoriedade de aquisição de no mínimo 30% de alimentos oriundos da agricultura familiar para a merenda escolar (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014; SCHNEIDER, GERHARDI, TRICHES, 2008; BRASIL, 2009; BURLANDY, 2009; TRICHES, SCHNEIDER, 2010; VILLA REAL, SCHNEIDER, 2011; MELÃO, 2012).

Mesmo a Lei 11.947/2009 sendo um importante mecanismo para a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, bem como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, diversos municípios e estados ainda não conseguiram atingir o percentual mínimo de 30% de compra dos alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar (SARAIVA et. al, 2013). Em 2017, último ano de atualização de dados do PNAE, 53,1% dos estados da região Norte; 23,3% do Nordeste; 6,1% do Sudeste; 11,2% do Sul; e 9,5 do Centro-oeste, compraram produtos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar (FNDE, 2018).

A aquisição de alimentos da agricultura familiar por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma ação que impõe desafios para as organizações envolvidas, pois possui complexidade própria, além disso, apresenta uma cadeia de especificidades, envolve uma multiplicidade de profissionais e arranjos institucionais (CORÁ; BELIK, 2012).

Por todo o exposto, este trabalho objetivou verificar como a infraestrutura e os serviços de assistência técnica e extensão rural podem interferir para que assentados do território da cidadania do Cariri – Ceará comercializem sua produção para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Este trabalho está dividido em cinco seções além desta introdução. Na segunda seção, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a reforma agrária no Ceará e, conseqüentemente, no Cariri cearense; na terceira seção descrevemos a metodologia utilizada para a coleta de dados. Posteriormente, na quarta seção, apresentamos os resultados e a discussão sobre o tema central, abrangendo a caracterização dos assentamentos federais pesquisados; e, por último, tecemos algumas considerações finais.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ

Os processos de ocupação dos estados nordestinos tiveram o contexto histórico ligado ao período em que o país estava imerso, ainda como província, com a doação de terras por meio das sesmarias. Além deste contexto, um dos principais aspectos da ocupação das terras cearenses foi a entrada de baianos e pernambucanos por meio da pecuária que formaram grandes fazendas e se apropriaram de grandes extensões do sertão nordestino. Foram os grandes latifundiários pecuaristas que dominaram a área, os latifúndios ocupavam centenas de quilômetros de extensão, onde se fazia a pecuária ultraextensiva, em campo aberto para a produção de carne e de animais de trabalho que eram vendidos inicialmente para as áreas canavieiras de Pernambuco e da Bahia e, a partir do século XVIII, para Minas Gerais (ANDRADE, 2004).

Conforme Andrade (1994), era destacada a venda de animais para locais

com produção de açúcar, tão presente no Ceará da época, além da venda para a produção de carne de charque. Sempre representada por grandes áreas nas mãos de poucos e pequenas áreas de terra nas mãos de muitos, representando enorme desigualdade social.

As primeiras experiências de organização camponesa, no Ceará, datam dos anos 1950, quando o movimento social dos trabalhadores rurais começou a consolidar sua organização com a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC), tempos depois, em 1957, transformada em Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC). A partir da década de 1960 e, especialmente, na década de 1970, o campo cearense foi alvo de profundas fissuras nas relações sociais tradicionalmente mantidas entre fazendeiro/patrão e camponês/trabalhador, lutas que marcam a história agrária do estado. Essas décadas apresentaram grande período de seca no Ceará, agravando ainda mais a situação dos agricultores (ESPLAR, 1991 *apud* GOVERNO DO ESTADO, 2014).

Os principais agentes envolvidos na luta pela reforma agrária no estado têm sido a Igreja Católica, via Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), que pressionam o poder público pela desapropriação de novas áreas por meio das ocupações de terra e acampamentos.

De acordo com Barreira (1992), essas lutas se apresentavam de uma forma isolada, dentro de contornos geográficos bem precisos, são lutas locais que deixaram suas marcas na história cearense no interior de cada fazenda e guardam como característica comum o confronto direto entre camponeses e latifundiários.

Apesar da luta pela terra estar presente em todas as regiões do estado do Ceará, do litoral até os seus interiores, uma região que sofreu significativas mudanças por esses processos foi o Cariri cearense, que possui muitas peculiaridades em relação ao restante do estado, especialmente por seus aspectos ambientais, econômicos e religiosos.

O Cariri cearense se caracteriza por um grande número de propriedades com tamanho extremamente reduzido, oriundas de grandes latifúndios que foram se subdividindo e gerando áreas pequenas, que juntas ocupam pequena porcentagem das terras agricultáveis. A quantidade de imóveis rurais considerados minifúndios é muito maior do que as grandes propriedades. O estado do Ceará possui 1.610 imóveis considerados como grandes propriedades, por outro lado, possui 119.335 considerados minifúndios, estes últimos ocupam uma área de 1.948.845 ha, enquanto as áreas de grandes propriedades possuem ao todo 2.541.809 ha, demonstrando assim a concentração fundiária neste estado (IBGE, 2017).

Essas áreas menores estão presentes em todo o Cariri cearense, pelo fato desta região apresentar a agricultura como a principal atividade no campo, seja para o autoconsumo ou para a comercialização. Segundo Brígido (2001), as primeiras concessões de sesmarias no Cariri ocorreram por volta dos anos de 1700 e foram dadas pelos senhores da Casa da Torre⁵. Da mesma forma como ocorreu no restante do estado do Ceará, a região do Cariri também foi povoada pelo ciclo do gado, que percorreu todo o sertão. No caso do Cariri, eram atraídos pelo “Oásis no meio do deserto”, já que esta região é cercada por uma área de Mata Atlântica, cheia de nascentes e de rios, uma ótima opção para o manejo do gado.

Petrone (1955, p. 10), cita que

“ [...] com o povoamento iniciado na base da criação de gado em grandes propriedades, a região do Cariri viu suas terras se subdividirem em propriedades menores graças à parcial substituição da criação pela agricultura, conseqüente ao paralelo aumento da população e fragmentação da terra por herança” (PETRONE, 1955,p.10).

O povoamento recente do Cariri também está ligado à estrutura religiosa, já que o município de Juazeiro do Norte, que possui o maior número de habitantes entre os 28 da região, desde a década de 1920, recebe muitos “romeiros” do Padre Cicero, figura religiosa bastante importante para a história da região.

Conforme o tempo foi passando e o processo de reforma agrária foi sendo reconhecido, foi analisado que não apenas a concessão de terras seria uma forma de fortalecer o agricultor familiar, mas que esta deveria vir acompanhada de outras políticas públicas capazes de fortalecer a manutenção do agricultor na terra.

As políticas públicas são imprescindíveis para a manutenção dos agricultores assentados no seu espaço social. Pesquisas mostram (SANTOS, 2012; FINATTO, 2010) a dificuldade de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, podendo desestimular a produção agrícola e, conseqüentemente, a vida no meio rural. Nos anos 2000, programas de políticas públicas foram implementados para fortalecer a agricultura familiar instituindo-se um mercado governamental para os seus produtos. Neste sentido, dois programas são destacados, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, este último com a sua reformulação por meio da Lei 11.947/2009.

⁵A Casa da Torre também conhecida como Casa da Torre de Garcia d'Ávila, Castelo de Garcia d'Ávila, Torre de Garcia d'Ávila, Forte de Garcia d'Ávila além de uma construção histórica, era um império dono de grandes áreas de terra, que teve sua expansão ao longo das gerações dos seus senhores por mais de 400 léguas na Região Nordeste do Brasil um território correspondente ao dobro da capitania do Piauí. Eles realizavam guerras contra os índios e os escravizavam para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar e nas criações de gado, criações estas que foram o ponto forte para a colonização do Nordeste. A casa da Torre criou grande um império de terras pelo Nordeste (BANDEIRA, 2000).

O PNAE apresenta diversos fatores limitantes para que o objetivo da Lei 11.947 seja alcançado, dentre eles podemos citar: ausência de ATER; falta de conhecimento dos agricultores sobre as documentações necessárias para sua participação no PNAE; e dificuldades estruturais (CAMARGO et al., 2013; CRUZ, 2019; SILVA et al., 2013).

Os serviços de ATER são uma ponte importante entre os agricultores e os mercados institucionais, os seus agentes compartilham informações importantes e são também motivadores para o processo de adesão ao PNAE. Ademais, é um serviço primordial para o auxílio das atividades agrícolas e organizacionais dos agricultores, gerando um arranjo importante para a comercialização dos alimentos. A falta de conhecimento dos agricultores sobre as documentações necessárias para a participação no PNAE é um fator que está atrelado aos serviços de ATER, cuja falta pode ser limitante para a participação de assentados no programa (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

Associado à falta de ATER, questões relacionadas à infraestrutura também podem afetar a participação de assentados no PNAE. Na maioria dos casos, os assentamentos são implementados em espaços sem uma infraestrutura, demorando muitos anos para formar uma infraestrutura básica. A participação em políticas públicas que necessitam de produção agrícola constante, necessita também de serviços de infraestrutura e de ATER para o bom desempenho. A sua falta representa uma dificuldade a mais para esse público, os principais entraves associados à infraestrutura referem-se, principalmente, à logística de apoio, como transporte, beneficiamento e armazenamento dos alimentos (SAMBUICHI et al., 2014).

Em regiões áridas e semiáridas do Nordeste brasileiro, a falta de ATER e infraestrutura nos assentamentos podem ser agravadas pelas condições edafoclimáticas, pois a ausência de chuvas representa importante barreira para a produção de alimentos.

METODOLOGIA

ÁREA DE ESTUDO

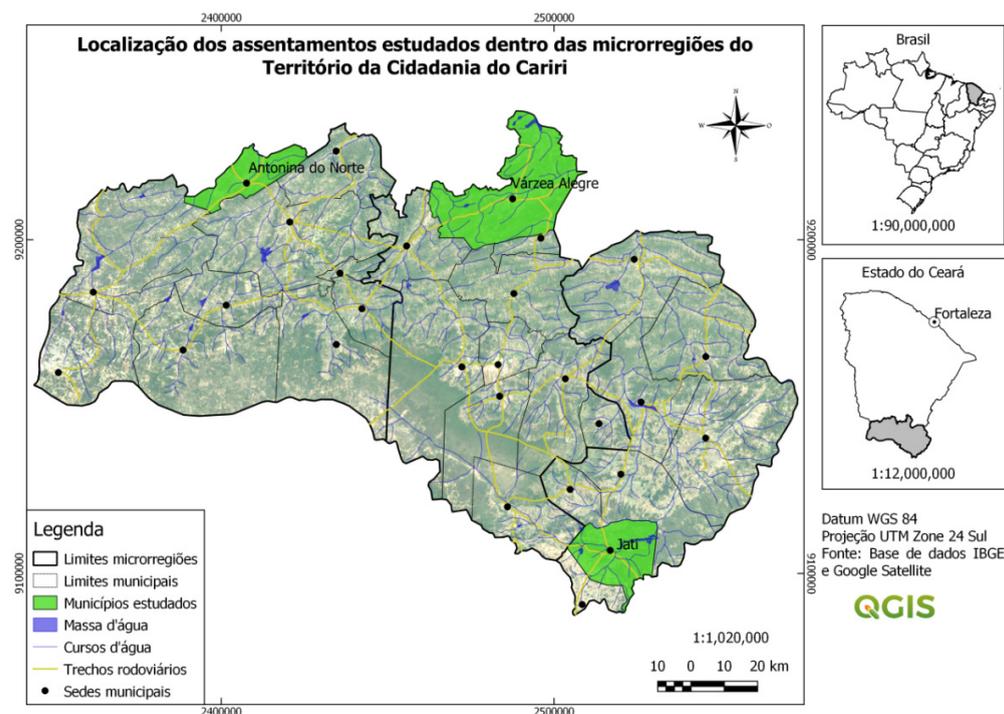
O campo de análise deste artigo refere-se ao território da cidadania do Cariri, que conta com 28 municípios, correspondendo a uma área de 16.350,40 km² e está localizado na região sul do estado do Ceará, zona semiárida, tendo como limites: ao sul, o estado de Pernambuco; à oeste, o estado do Piauí; à leste, o estado da Paraíba e ao norte, os municípios de Aiuaba, Saboeiro, Jucás, Cariús, Cedro, Lavras da Mangabeira e Ipaumirim (BRASIL/MDA, 2010).

No território da cidadania do Cariri há 37 assentamentos rurais com 856 famílias assentadas, o que corresponde a 10,78% dos assentamentos do estado, abrangendo 4,47% do total de famílias assentadas. Seis desses assentamentos são federais e estão localizados em municípios de pequeno e médio porte: o assentamento São João e o assentamento São Paulo, localizados em Antonina do Norte; o Baixa

Grande, localizado em Jati; o Olho D'água, em Várzea Alegre; o assentamento Serra Verde, localizado em Caririaçu e o ACOCI; em Campos Sales (BRASIL, 2010; INCRA, 2018).

O território pode ser subdividido em microterritórios, sendo eles: Leste, Central e Oeste. Esses microterritórios serviram como base para a aplicação da metodologia e definição da amostragem dos assentamentos estudados. Para esta pesquisa, foram selecionados quatro assentamentos, abrangendo os três microterritórios, para que assim tivéssemos uma representação do território em termos de assentamentos rurais. Os assentamentos escolhidos foram: Assentamento São João e Assentamento São Paulo, localizados no município de Antonina do Norte, no microterritório do Cariri Oeste; o Assentamento Baixa Grande, localizado no município de Jati, microterritório do Cariri Leste; e o Assentamento Olho D'água, localizado no município de Várzea Alegre, microterritório do Cariri Central (Figura 1).

Figura 1 – Localização dos municípios que possuem os assentamentos pesquisados dentro do Território da Cidadania do Cariri, Ceará.



Fonte: Elaborado pelo primeiro autor.

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foi realizado um estudo de natureza quantitativa e qualitativa, com a aplicação de questionários semiestruturados com questões abertas e fechadas (GIL, 2002). Os questionários envolveram questões voltadas à identificação das políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares dos quatro assentamentos rurais estudados. Questões sobre a infraestrutura do assentamento e características produtivas também foram abordadas.

Foram utilizados métodos de observação participante para melhor compreender a realidade dos assentados. O uso do diário de campo foi muito importante para o registro de informações que não foram captadas pelos questionários, pois trata-se de uma técnica de pesquisa onde o pesquisador anota as suas impressões sobre suas incursões ao campo investigado.

Também foram realizadas entrevistas não estruturadas com agentes locais envolvidos na execução do PNAE. Desta forma, foram realizadas entrevistas com secretários e coordenadores do PNAE das secretarias de educação dos municípios estudados. Essas entrevistas tiveram por objetivo analisar a atuação dos municípios no PNAE e sua relação com os assentamentos rurais.

Após um primeiro contato com os assentamentos federais do território da cidadania do Cariri, foi realizada a pesquisa de campo nos assentamentos selecionados. A aplicação dos questionários foi realizada nos meses de maio e junho de 2018. Por último, foram realizadas entrevistas não estruturadas com os secretários de agricultura dos municípios estudados, com o objetivo de compreender como ocorre o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural nos assentamentos.

Tabela 1 - Número de famílias assentadas e entrevistadas na pesquisa.

Assentamento	Ano de Criação	Município	Nº de famílias assentadas	Nº de famílias entrevistadas
São João	2002	Antonina do Norte	18	11
São Paulo	2010	Antonina do Norte	08	05
Olho D' água	1996	Várzea Alegre	19	14
Baixa Grande	2009	Jati	144	17
Total				47

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do INCRA (2019).

Os assentamentos São João, São Paulo e Olho D'água possuem poucas famílias assentadas, desta forma a meta era realizar a aplicação do questionário com todos os assentados, porém alguns deles não se encontravam em seus lotes nos dias da pesquisa. No caso do assentamento Baixa Grande, devido ao grande número de assentados foi realizada uma amostragem que representasse a totalidade dos as-

sentados, essa amostragem foi calculada pela fórmula (SANTOS, 2018):

$$n = N Z^2 p (1-p) / (N-1) e^2 + Z^2 p (1-p)$$

n é o tamanho da amostra que queremos calcular, cujo resultado foi de 17 famílias;

N é tamanho do universo, no nosso caso foi 144, que é o total de lotes do assentamento;

Z é o desvio do valor médio que é aceito para alcançar o nível de confiança desejado, foi usado 95%;

e é a margem de erro máximo que é admitida, no nosso caso foi usado 10%;

p = a proporção que se espera encontrar.

Os assentados foram entrevistados e no texto foram denominados de acordo com o número da sua entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONHECENDO OS ASSENTAMENTOS ESTUDADOS

● ASSENTAMENTO SÃO JOÃO

O assentamento São João está localizado no município Antonina do Norte, microterritório do Cariri Oeste e possui 18 famílias assentadas. Em 2000, as famílias montaram acampamento na área, porém somente após dois anos de disputas, o assentamento foi implementado pelo governo federal dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária no ano de 2002.

Neste assentamento, os assentados possuem em média 45 anos, oriundos, em sua maioria, do próprio município de Antonina do Norte, os poucos que não são deste município têm origem em municípios próximos. Todos residem no assentamento e possuem uma média de escolaridade baixa, onde a grande maioria possui o ensino fundamental incompleto. Todos os assentados pesquisados possuem como principal ocupação a atividade agropecuária, que consiste no manejo de ovinos e caprinos e na produção de milho e feijão, que são as principais culturas utilizadas pela agricultura familiar no Nordeste. O assentamento possui um grande açude, que em períodos de estiagem costuma proteger a população da crise hídrica, mas que entre 2012 e 2018 não conseguiu ficar cheio devida a seca, diminuindo a produção dos assentados.

● ASSENTAMENTO SÃO PAULO

O assentamento São Paulo também está localizado no município de Antonina do Norte. Este assentamento que já teve 18 famílias assentadas, atualmente tem apenas oito, essa diminuição ocorreu devido a brigas internas entre lideranças dos

assentados. Segundo relatos, desde a época de acampados, existia uma divisão entre as famílias devido a duas lideranças locais que possuíam pensamentos diferentes. Conforme aconteceu a formação do assentamento, um dos líderes foi expulso do assentamento pela outra liderança. De acordo com a liderança atual, o antigo líder se mostrava violento em suas posturas, gerando desunião entre os assentados.

Todas as famílias residem no assentamento. Trata-se de uma área que é resultado de uma ocupação que começou em 2009, porém as famílias só foram assentadas pelo Incra em 2010. Os assentados são oriundos do próprio município e de Aiuaba. A média de faixa etária dos assentados é alta, apresentando muitos idosos. Os jovens saem do assentamento devido às condições precárias de acesso e de infraestrutura. As más condições acabam influenciando o acesso à escolaridade, pois verificamos que o grau de escolaridade é muito baixo, 75% dos agricultores pesquisados apresentam apenas o ensino fundamental incompleto. Desta forma, o nível de educação formal é ainda muito precário neste assentamento.

Devido às condições climáticas, os assentados produzem apenas para subsistência, praticam a pecuária, onde cada um tem caprinos e ovinos e, em certos casos, até bovinos. O assentamento é pequeno, mas tem um grande açude que, segundo os assentados, nunca secou, e é responsável pelo abastecimento do assentamento, como é relatado pelo assentado entrevistado número 4: “Esse açude é nossa vida, se ele secar, o assentamento acaba”.

● ASSENTAMENTO OLHO D'ÁGUA

O assentamento Olho D'água está localizado no município de Várzea Alegre, microterritório do Cariri Central e possui 19 famílias assentadas. Todas residem no assentamento, a maioria é oriunda de uma antiga fazenda de gado leiteiro que existia no local onde hoje é o assentamento. As poucas famílias que não eram desta fazenda, são oriundas do próprio município ou do vizinho Cedro, com o qual o assentamento faz divisa. O assentamento foi implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em 1996.

A média de idade dos assentados é de 35,5 anos, a juventude é bastante presente neste assentamento, colaborando junto com seus pais nas atividades agrícolas, porém verificamos que ao completarem 18 anos muitos decidem morar na cidade em busca de melhores condições de vida. Os jovens que ficam, que representam grande maioria, realizam a sucessão agropecuária, além de conseguirem seus lotes junto aos assentados, favorecendo assim seu desenvolvimento. O grau de escolaridade dos assentados entrevistados é baixo, poucos possuem ensino médio completo. A maioria possui o ensino fundamental incompleto, isto se dá pela falta de infraestrutura escolar no assentamento e pela necessidade de trabalharem

desde muito cedo. Os assentados do Olho D'água produzem, assim como a maioria dos produtores familiares do Nordeste, milho e feijão, produzidos no período chuvoso, entre os meses de dezembro e março. Esses produtos são armazenados e consumidos por eles durante todo o ano, pouco é comercializado, apenas se comercializa quando se tem uma grande produção ou quando a demanda por esses produtos está muito alta.

● ASSENTAMENTO BAIXA GRANDE

O assentamento Baixa Grande está localizado no município Jati, microterritório do Cariri Leste. Com capacidade para até 170 famílias, este assentamento possui atualmente 144 famílias. Essas famílias são oriundas do próprio município, porém quatro dos 17 agricultores entrevistados são de outro estado, Pernambuco, já que o município de Jati fica no extremo sul do Ceará, fazendo divisa com este estado.

O assentamento foi implantado pelo INCRA em 2009. A média da idade dos entrevistados é de 36 anos. Neste assentamento há muitos adultos que não conseguiram ter acesso aos estudos formais em escolas quando eram mais jovens, consequentemente a escolaridade entre eles é muito baixa, assim como nos outros assentamentos pesquisados. Este fato ocorre por falta de infraestrutura nos assentamentos federais do Cariri, não havendo uma escola local. O grau de escolaridade poderia ainda ser aumentado com a presença de escolas com as disciplinas voltadas para a realidade do espaço rural, já que todos os assentados têm origem no meio rural e sua principal ocupação é a agropecuária, isto favoreceria o interesse pela escola.

O assentamento apresenta grande área de produção de palma forrageira e de milho, que são parte de projetos de produção agrícolas de órgãos de extensão rural e assistência técnica para alimentar a pecuária. O diferencial deste assentamento está na organização entre os assentados. Apesar de ser um assentamento com muitas famílias, há grandes áreas coletivas de plantio, prática não presente nos outros três assentamentos, onde o plantio individual é a realidade.

INFRAESTRUTURA DOS ASSENTAMENTOS

O assentamento Baixa Grande é um dos maiores em área do Ceará, com 8.489,99 ha. Poucos são os assentamentos resultantes do processo de reforma agrária com intervenção do INCRA neste território, isto é resultado de uma política de incentivo do governo do estado ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, o qual incentiva agricultores familiares a adquirirem sua propriedade rural, sem a necessidade de organização por meio de movimentos sociais (ARRAIS, 2015).

Apenas o assentamento Baixa Grande, localizado em Jati, tem relação contínua com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Tal fato foi

observado durante a pesquisa de campo e ficou evidente que este assentamento tem grande mobilização social. Verificamos que grande parte da organização é oriunda de atividades junto ao MST, que realiza reuniões com a juventude deste assentamento e também atividades referentes à conscientização política dos assentados. A luta por direitos básicos como infraestrutura, saneamento, energia, acesso à cultura e lazer, sempre foi uma luta do MST, entendendo que a organização do assentamento é um dos pontos fundamentais para a sua consolidação.

Os assentamentos pesquisados estão localizados em áreas distantes das sedes dos municípios, a sede do município de Antonina fica a 12 km do assentamento São João e a 18 km do São Paulo; enquanto a sede do município de Várzea Alegre fica localizada a 20 km do assentamento Olho D'água; e a sede do município de Jati fica localizada a 11 km do assentamento Baixa Grande.

As vias de acesso até os assentamentos são estradas sem pavimentação, o que dificulta o trânsito de veículos, principalmente nos meses chuvosos. Cabe ressaltar que serviços como bancos, hospitais e farmácias estão localizados na cidade. Verificamos que dos 47 assentados que foram entrevistados, somente cinco consideraram a via de acesso até o assentamento boa, dez consideraram esse acesso regular e trinta e dois dos entrevistados consideraram o acesso ao assentamento ruim, como relata o agricultor 11 do assentamento Olho D'água em Várzea Alegre: *Se uma pessoa passar mal no período de chuva aqui, corre o risco dela morrer, pois não temos como levar à cidade, as estradas não passam carros baixos e o preço do frete até o hospital é muito caro (Agricultor 11).*

De acordo com o INCRA (2010), em Pesquisa sobre a qualidade de vida nos assentamentos do país, 58% dos assentados estavam descontentes com as condições das estradas ou vias de acesso aos lotes e 56% descontentes com as condições de acesso a hospitais e postos de saúde. A realidade quanto à infraestrutura das estradas vem mudando pouco ao longo dos anos nos assentamentos rurais.

Das 47 famílias que foram aplicados os questionários, a totalidade possui casa de alvenaria, com telha de cerâmica e energia elétrica privada distribuída pela Companhia Energética do Ceará (COELCE), atualmente conhecida como Enel Distribuição Ceará.

Os assentamentos apresentam poucos equipamentos públicos. Verificamos que não há escolas em funcionamento em nenhum dos assentamentos, em alguns casos como nos assentamentos São João e Olho D'água há escolas, porém estão desativadas, e os prédios não são utilizados pelos assentados. Os jovens das comunidades são levados até as escolas mais próximas por ônibus das prefeituras. A educação no campo é um fator importante, porém ausente nos assentamentos rurais estudados.

As famílias assentadas apresentam trajetórias diferentes, todavia é comum

entre elas o vínculo com a terra, sendo inclusive a principal ocupação de 38 dos 47 assentados pesquisados. Como citado por Leite et al (2004, p. 11), “a maior parte dos assentados vem do meio rural, residindo anteriormente no próprio município do assentamento ou em algum município vizinho, atuando desde sempre em atividades agrícolas”.

Mesmo com essa origem rural, a evasão para cidades com maiores índices populacionais é bastante presente nos assentamentos federais do Cariri. Muitos jovens se deslocam até Juazeiro do Norte, centro urbano do território, em busca de melhores condições econômicas, pois entendem que a agricultura é uma atividade muito difícil para dela sobreviver, principalmente no Nordeste, com as condições climáticas desfavoráveis. A ausência de chuvas é considerada importante fator para a evasão rural, informação evidenciada pelas respostas dos assentados durante o trabalho de campo.

Quando nos referimos à infraestrutura de produção, os assentamentos não possuem áreas de armazenamento, também não apresentam nenhuma unidade de beneficiamento, onde poderiam beneficiar os alimentos e comercializarem junto às políticas públicas. Segundo Ortega (2003), o beneficiamento dos alimentos permite manter o valor nutricional e sua vida útil, além de agregar valor e fornecer estabilidade à produção. No assentamento Olho D'água a associação possui um trator que favorece a produção dos associados assentados e ainda é alugado para os produtores locais, com a renda revertida, mensalmente, para a associação.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NOS ASSENTAMENTOS

O INCRA não possui escritório na região do Cariri, atendendo os assentados rurais apenas com visitas sazonais, na maioria das vezes motivadas por problemas cadastrais ou documentais.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural são realizados por uma parceria estabelecida entre as secretarias de agricultura dos municípios e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/CE. Nos assentamentos estudados, apenas no município de Jati foi identificada uma rotina de visitas, com projetos em andamentos e assistências semanais. Os assentamentos localizados em Várzea Alegre e Antonina do Norte não recebem visitas frequentes dos agentes dos órgãos de ATER, conforme relatado pelos assentados pesquisados.

Os dados indicaram que 13 dos 16 assentados entrevistados no município de Antonina do Norte não recebem serviços de ATER. Em entrevista com o secretário de agricultura do município, este citou a falta de investimentos na secretaria, que não tem condições de atuar realizando este tipo de serviço nos assentamentos.

Antonina do Norte apresenta em seu quadro, na secretaria da agricultura,

quatro profissionais com ensino superior, um deles é zootecnista, porém pouco atua nos assentamentos devido às condições de estrutura exigidas para este tipo de atuação. São exemplos de condições básicas para sua atuação: a qualificação técnica voltada a produção agrícola; um transporte para a locomoção, levando em consideração as vias de acesso até o assentamento; e materiais didáticos (apostilas e livros), voltados à realidade dos assentados.

Vale salientar que a multidisciplinaridade é um fator importante para a extensão rural, porém os profissionais graduados que trabalham nesta secretaria não possuem nenhum tipo de contato com a realidade dos agricultores assentados, atuando apenas nas questões administrativas. A secretaria municipal de agricultura de Antonina destaca-se negativamente no quesito transporte, por não possuir nenhum veículo disponível para os profissionais trabalharem na zona rural, dificultando assim os trabalhos de ATER.

Em observações durante a pesquisa de campo e transcritas para o diário de campo, percebemos que as indicações políticas são frequentes nas secretarias municipais de agricultura dos municípios pesquisados, o que pode dificultar os trabalhos de ATER, pois alguns profissionais podem não estar preparados para desempenharem as funções que os cargos requerem.

Por outro lado, o município de Jati está no outro extremo da situação até aqui apresentada, pois os dados indicaram que dos 17 entrevistados no assentamento Baixa Grande, 12 recebem assistência técnica semanalmente e participam de projetos vinculados à secretaria de agricultura do município e à EMATER/CE. Neste município há uma parceria entre esses órgãos para atender os assentados do Baixa Grande. Desta forma, um técnico agrícola promove as atividades de ATER, com compartilhamento de conhecimento e introdução de programas governamentais ligados à extensão rural. Projetos voltados à produção de ovinos e caprinos são a principal atividade de assistência técnica na comunidade Baixa Grande; de acordo com o secretário de agricultura do município de Jati, esse projeto será um meio para a introdução dos assentados no PNAE.

A ATER é ainda uma questão a ser resolvida nos assentamentos rurais, a falta deste tipo de serviço não contribui para o desenvolvimento rural e muitas vezes pode impossibilitar a participação dos assentados em políticas públicas de grande importância, como por exemplo, o PNAE, pois os assentados sequer podem ter acesso a esse tipo de informação, uma vez que a ATER tem também a função de organizar os agricultores para o acesso às políticas públicas a eles direcionadas.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS ASSENTAMENTOS As dificuldades em infraestrutura e a falta de acesso a serviços de ATER

comprometem também a comercialização dos produtos dos agricultores familiares assentados, pois tornam a produção e a logística de comercialização mais cara, devido a vários fatores, como por exemplo, o aumento do custo de deslocamento da produção para a venda.

De acordo com os assentados, o preço de fretes para escoar a produção até a cidade quase dobra nos meses de chuva devido às condições das vias de acesso. Outro fator apontado que tem contribuído para o aumento dos custos, é a falta de assistência técnica, pois os assentados não contam com apoio apropriado e acabam gastando mais do que o necessário na sua produção. No assentamento Olho D'água, por exemplo, os assentados nunca tinham ouvido falar em defensivos naturais, utilizando apenas agroquímicos. Fatores como estes geram maior custo de produção, tornando o produto vendido mais caro no ato da comercialização, diminuindo a procura e conseqüentemente diminuindo a renda familiar dos assentados.

Os assentados dos municípios de Jati e de Antonina do Norte não comercializam seus alimentos junto ao PNAE. Em Várzea Alegre, somente dois assentados comercializavam no PNAE. Apesar da maioria dos assentados do município de Jati receber serviços de ATER, eles não conseguem comercializar sua produção junto ao programa, pois estes serviços tiveram início em 2018. Os assentados ainda não haviam logrado organizar sua produção e logística para fornecer sua produção à alimentação escolar. À época da pesquisa, os agentes de ATER estavam atuando junto aos agricultores para viabilizar a inserção da produção dos assentados no PNAE.

Em muitos casos a ineficiência das políticas públicas entre assentados decorre da falta investimento, de divulgação e auxílio técnico (BARONE, 2000; MARTINS, 2003; FERRANTE; BARONE, 2004).

Quando ampliamos a análise para a agricultura familiar, não nos restringindo aos assentamentos, percebemos que os municípios que possuem assentamentos não conseguiram cumprir a lei no que concerne à inserção de alimentos oriundos da agricultura familiar de 2013 a 2016 (Tabela 2).

Os dados disponíveis abrangem somente até o ano de 2016, porém em conversas com os secretários de educação e de agricultura dos municípios pesquisados não se nota uma perspectiva de evolução. Apenas no município de Jati existe um projeto de caprinovinocultura onde foram fornecidas matrizes de baixo custo para a produção de carne no sentido de ativar a participação de assentados e agricultores familiares no PNAE.

Em entrevista com agentes locais da Secretaria Municipal de Educação, verificamos que o município de Jati apresenta pequeno número de agricultores familiares ligados ao PNAE, sendo que apenas três agricultores familiares (não assentados) comercializam seus alimentos para serem incorporados à merenda

escolar. Em Antonina do Norte, oito agricultores comercializam junto ao PNAE, e, em Várzea Alegre, 63 agricultores comercializam seus alimentos para o PNAE. Os dois agricultores familiares assentados que comercializam junto ao PNAE são do assentamento Olho D'água, do município de Várzea Alegre. Esses assentados tomaram conhecimento do Programa por comunicação com a prefeitura, fazia um ano que atuam junto ao PNAE, e há quatro anos comercializam seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Verificamos que não houve uma forma de comunicação para divulgação do PNAE, porém esses dois assentados que participam deste programa tinham proximidade com os extensionistas da Secretaria de Agricultura e assim tiveram acesso a informações sobre o PNAE. Em nenhum momento foi realizada reunião com os assentados ou uma divulgação mais ampla por meios digitais ou panfletos que pudesse abranger os demais assentados. Percebemos que esses agricultores já estavam organizados na comercialização com o mercado institucional, o que facilitou o seu acesso ao programa.

Porém, as dificuldades com a logística se fazem presentes, uma vez que a via de acesso entre o assentamento e a sede do município é muito precária. Apesar dessas dificuldades, os assentados que participam do PNAE se dizem muito satisfeitos com a participação no programa, apesar as dificuldades apresentadas anteriormente.

Os assentados que participam do PNAE são responsáveis pelo transporte da produção até o município, sendo os alimentos entregues todas as terças-feiras na central de abastecimento do município de Várzea Alegre. Os assentados, junto com os demais agricultores do município que entregam seus alimentos ao PNAE, participam de reuniões com a Secretaria de Educação, órgão responsável pela execução do PNAE no município.

Tabela 2 - Porcentagem de compra de produtos da agricultura familiar nos municípios do Território da Cidadania do Cariri, onde se localizam os assentamentos estudados.

Entidade Executora	2013	2014	2015	2016
Pref. Mun. de Antonina do Norte	20%	18%	27%	21%
Pref. Mun. de Jati	17%	21%	31%	31%
Pref. Mun. de Várzea Alegre	33%	40%	20%	18%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do FNDE (2018).

Para os dois assentados que comercializam junto ao PNAE, o programa não

tem contribuído ou incentivado a transição orgânica/agroecológica. Segundo eles, no assentamento em que moram existem muitas pragas que dificultam a produção, e nunca tentaram produzir sem o uso de agrotóxicos, como relata o assentado número 22: “Se eu não colocar veneno, eu não consigo produzir nada, nem para comer”. Esses assentados não modificaram sua produção, durante o ano da pesquisa, estão produzindo os mesmos alimentos que antes, mas pensam que para a próxima chamada pública, meio pelo qual são cadastrados e conseguem comercializar junto ao programa, devem produzir alimentos diferentes, para que consigam comercializar mais. Durante a pesquisa de campo, notamos que esse pensamento de diversificação possui viés apenas econômico, não tendo relação direta com alguma preocupação ecológica que a diversificação poderia gerar.

As associações de agricultores familiares são presentes nos assentamentos federais do território da cidadania do Cariri, mas ainda não conseguem atuar em conjunto no Programa Nacional de Alimentação Escolar. A ideia do associativismo vinculado às políticas públicas pode ser uma solução para problemas relacionados à periodicidade da entrega, podendo ser realizado um planejamento com entregas feitas por vários produtores via associação.

Os assentados se consideram unidos e citam que a associação atende a seus interesses particulares. Os assentamentos Baixa Grande e Olho D'água atuam em mutirão, que é conhecido por eles como trabalho “coletivo” ou em coletividade, que é quando os assentados se unem para uma atuação em conjunto, seja relacionado a produção ou a infraestrutura do assentamento, ocorrendo ao menos uma vez na semana. No assentamento Baixa Grande, há uma área coletiva com a produção de palma forrageira; no assentamento Olho d'Água, o dia da coletividade é voltado ao assentamento em si, através da construção de estradas, cercas, atividades mais voltadas ao bem estar do assentamento. O trabalho em coletivo fortalece o assentamento das baixas condições de produção, sejam voltados a infraestrutura, ausência de informações e difíceis condições climáticas.

As condições edafoclimáticas geram a pouca produção agrícola nos assentamentos, fazendo com que os assentados produzam, majoritariamente, para a subsistência. Esse modelo de produção, para o autoconsumo, não motiva os assentados a produzirem para o PNAE, que exige uma regularidade de entrega, com isso as associações que atuam nos assentamentos se limitam apenas a vendas locais e não se envolvem com políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem potencial para a promoção do desenvolvimento rural nos municípios do território da cidadania do Cariri,

porém não houve adesão por parte dos assentados dos assentamentos federais deste território devido às dificuldades de infraestrutura e carência de serviços de ATER. Apenas dois agricultores assentados, ambos do assentamento Olho D'água, do município de Várzea Alegre, fornecem alimentos ao programa.

A baixa adesão pode estar vinculada às questões de infraestrutura, uma vez que as condições físicas das estradas são muito ruins e os assentamentos ficam distantes das sedes dos municípios, o que encareceria a entrega semanal dos alimentos. A questão da falta de assistência técnica e extensão rural pode também ser um fator que explica a baixa adesão ao Programa, pois muitas vezes os assentados sequer sabem da existência do PNAE.

A falta de informação quanto o PNAE gera descrenças entre os assentados, pois acreditam que este programa não apresenta benefícios e somente dificuldades, impossibilitando o desenvolvimento dos assentamentos e prejudicando o seu trabalho, porém os agricultores que atuam junto ao PNAE sabem que a garantia de comercialização cria um cenário de maior estabilidade para as famílias assentadas, gerando aumento da renda e fortalecendo a agricultura familiar local.

A condição ambiental é fator que dificulta a inserção dos assentados rurais no PNAE, já que os assentamentos não apresentam, em sua maioria, segurança hídrica para a produção agrícola, devido aos períodos de déficit pluviométricos, gerando problemas de seca que são características nas zonas semiáridas do Nordeste.

Desta forma, para viabilizar o acesso dos agricultores assentados, torna-se necessário o investimento público nos serviços de assistência técnica e extensão rural, que possa promover a melhor organização dos agricultores para o acesso ao PNAE, bem como contribuir para a resolução de problemas de infraestrutura (especialmente aqueles relacionados às estradas) e de produção.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural são fundamentais para o acesso dos agricultores assentados ao PNAE. A atuação de extensionistas rurais favorece a produção agropecuária, mesmo em locais cujas condições edafoclimáticas são severas, pois pensar, de forma conjunta, em estratégias para solucionar este problema faz parte da ação extensionista. Assim, problemas de infraestrutura, como melhores estradas, escolas em assentamentos, construção de açudes e cisternas, podem ser contornados com a presença da ATER pública e gratuita. O acesso a esses serviços, assim como a políticas públicas gera resultados positivos para os agricultores assentados e também para os municípios, pois promove a economia local e, conseqüentemente, o desenvolvimento nessas localidades.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior pelo financiamento por meio da bolsa de mestrado do primeiro autor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A Questão do Território no Brasil**. 2º Ed. São Paulo – Recife: HUCITEC / IPESPE, 2004.

_____. **Modernização e Pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

ARRAIS, A. M. A. C. **Convivência Sustentável com o Semiárido: análise do impacto das políticas públicas na agricultura familiar**. 2015. 193 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional sustentável). – Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte – Ce, 2015.

BANDEIRA, L. A. M. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 601p.

BARONE, L. A. A Assistência Técnica aos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo: da Política Reativa ao Vazio de Projeto. **Revista Retratos de Assentamentos**, n. 7, pp. 47-64, 2000.

BARREIRA, C.. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão**. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1992. 193p.

BERGAMASCO, S.M.P.P. A realidade dos assentamentos rurais por de trás dos números. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.11, n.31, set-dez, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300003. Acesso em: 20 Maio 2017.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1996-1997)**. In: A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Medeiros, L.S. de & Leite, S.(Orgs.). Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Plano territorial de Desenvolvimento rural sustentável: território cidadania do cariri**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRÍGIDO, J. **Ceará (Homens e Fatos)**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 851-860, maio/jun. 2009.

CAMARGO, R.A.L.; SOUZA, J.P.G.T.; FIGUEIREDO, D.S.; GULLA, M.V.; JACOPINI, N.Q. Caracterização dos assentados do nordeste paulista que participam do PAA e PNAE. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. **Anais**. Belém: Sober, 2013.

CORÁ, M.A.J; BELIK, W. **Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

CRUZ, Suely Ferreira da; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Contribuições de três organizações para a comercialização da agricultura familiar no PNAE, no território sul litorâneo do Espírito Santo. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 20, n. 3, p. 737-752, Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20i3.2063>.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento**

rural sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, 2001.

ESPLAR. **Quadro recente da agricultura e trajetória dos movimentos sociais no estado do Ceará – primeira parte**. Fortaleza. 1991. *Apud* Ceará. GOVERNO DO ESTADO. II Plano de Reforma Agrária. Fortaleza. INCRA - CE. 2014.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. A difícil sementeira: o trabalho na terra e a ressocialização das famílias assentadas em projetos de reforma agrária. In R. A. Scopinhoet alii (Orgs.), **Velhos Trabalhos, Novos Dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais**. Fortaleza/São Carlos, EdUFC/EdUFSCar, pp. 112-134, 2004.

FEUSER, N.S.A. SILVEIRA; C.V. MARQUES, B. M. O pronaf na percepção de produtores rurais do assentamento Itamarati Em Ponta Porã/MS. **Revista desenvolvimento, fronteiras e cidadania**, vol.3, n.1, p.27-41. Março de 2019.

FINATTO, Roberto Antônio; CORRÊA, Walquiria Kruger. Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica - O caso do município de Pelotas/RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 5, n. 1, mar. 2010. ISSN 1980-9735.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar - Dados da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 20/05/2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária**. 2010. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/questao_agraria/pqra%20%20apresentao.pdf. Acesso em Set. 2017.

_____. **Assentamentos Rurais na definição do INCRA**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: fev. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2017.

- Disponível: <<http://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso: Set. 2018.
- LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I: umarealidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impacto dos assentamentos**. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo SP: Fundação Editora da Unesp, 2004.
- MARTINS, J.de S. **O Sujeito Oculto: Ordem e Transgressão na Reforma Agrária**. Porto Alegre, EdUFRGS, 2003.
- MELÃO, I. B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. **Caderno IPARDES**, Curitiba, v. 2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012.
- ORTEGA, Enrique. Ecologia com visão sistêmica: **O sistema de produção de alimentos**. DEA/FEA/Unicamp. 2003. Disponível em: <https://www.unicamp.br/fea/ortega/ecologia/desafio-6.htm>. Acesso em: 04 de Abri de 2019.
- PETRONE, P. Contribuição ao Estudo da Região do Cariri, no Ceará. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 19, p.3-28, março de 1955.
- PRETTO, J. M. HORN, C.H. Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018. **COLÓQUIO** – Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat, Taquara/RS - v. 17, n. 1, jan./mar. 2020.
- SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Org). **Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014.
- SANTOS, Alessio Moreira dos; MITJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, June 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122012000100004>.
- SANTOS, G. E. de O. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 02 de Jul de 2018.

SARAIVA, E.B; SILVA, A.P.F da; SOUZA, A.A. de; CERQUEIRA, G.F; CHAGAS, C.M.S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SCHNEIDER, S.; GERHARDI, T.; TRICHES, R. M. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., 2008, Mar Del Plata. **Anais eletrônicos...** Mar Del Plata: Inta, 2008. Disponível em: <https://inta.gov.ar/balcarce>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SILVA, D.B.P.; BACCARIN, J.G.; ALEIXO, S.S.; FILIPAK, A. Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a percepção dos agricultores familiares. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO AGENDAS DE AGENTES, 23 a 25 de abril de 2013, Araraquara. **Anais**. Rio Claro, 2013.

SOUZA-ESQUERDO, V.F. de; BERGAMASCO, S.M.P.P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.205-222. ISSN 0103-2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600011>.

SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira. **Páginas & Letras**. São Paulo, SP. 2003.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.

VILLA REAL, L. C.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do Programa de Alimentação Escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.



Educação do campo: perspectiva concreta ou promessa frustrada de política pública?

Gislaine Cristina Pavini¹

Maria Lucia Ribeiro²

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker³

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante⁴

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo resumir a famosa polêmica entre conteudismo universalizante e Educação do/no Campo, organizando o debate teórico através do qual se justifica não só a especificidade dessa nova técnica de ensino aprendizagem, refletindo sobre a importância da qualidade para a Educação do Campo no Brasil e os objetivos e a relevância das Políticas Públicas para o campo. Como metodologia, realizamos um levantamento bibliográfico, sobre os autores que estudam as Escolas do Campo (EC) como um instrumento de valorização do homem do campo no processo de ensino aprendizagem. Analisamos e discutimos também as políticas públicas implantadas para o campo como: Pronera; Escola Ativa; Projovem Campo; Programa Dinheiro Direto na Escola do Campo; Programa de Construção de Escolas no Campo e Procampo. Verificamos que embora sejam várias as políticas públicas estabelecidas para o campo nem todas as EC conseguem participar destes programas, por conta de demasiada burocracia exigida, ou por já estarem inseridas em políticas urbanas, adaptadas para o campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Assentamentos Rurais. Escola do Campo.

RURAL EDUCATION: CONCRETE PERSPECTIVE OR FRUSTRATED PROMISE OF PUBLIC POLICY?

ABSTRACT: This article aims to summarize the famous controversy between universalizing content and Education in/of Field, organizing the theoretical debate through which the specificity of this new teaching-learning technique is justified, reflecting on the importance of quality for the Education in/of Field in Brazil and the objectives and relevance of public policies for the field. As a methodology, we carried out a bibliographical survey, about the authors who study the Schools of the Field (SF) as an instrument of valorization of the country man in the teaching-learning process. We also analyzed and discussed public policies implemented for the field, such as: Pronera; Active School; Projovem Campo; Direct Money Program at Escola do Campo; Program for the Construction of Schools in the Countryside and Procampo. We found that although there are several public policies established for the countryside, not all SF are able to participate in these programs, due to too much bureaucracy required, or because they are already inserted in urban policies, adapted to the countryside.

KEYWORDS: Rural Education. Rural Settlements. Country school.

¹Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA. E-mail: gipavini@gmail.com

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado). E-mail: ml.ribeiro@unesp.br

³Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado).

⁴Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado). E-mail: vbotta@techs.com.br

INTRODUÇÃO

A partir das primeiras décadas do século XXI no Brasil, a preocupação com a EC gestou, não só uma nova forma de pensar educação em áreas rurais, como um elenco de políticas públicas dirigidas a resgatar os moradores do campo das injustiças e desigualdades que bloqueavam o acesso à educação para a grande maioria. Sabemos que as conquistas derivadas dessas políticas públicas, mal chegaram a se concretizar e talvez, já estejam ameaçadas. Face a isso realizamos uma reflexão teórica valorizadora da EC, com a qual vamos iluminar a exposição das políticas públicas e seus objetivos.

A) EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO E SUAS VERTENTES

A necessidade de uma educação escolar de qualidade para as áreas rurais é consenso em qualquer debate sobre educação no Brasil.

Foi-se o tempo em que se pensava a escola rural, ora para fixar o homem ao campo como queria o ruralismo pedagógico dos anos 1930 no país ainda agrário, ora para transformar camponeses em operários para o ilusório desenvolvimentismo dos militares no poder do “Brasil Potência” por eles anunciados.

No Brasil em transição do século XX para o século XXI, passou-se a exigir a escola nas áreas rurais como direito fundamental dos moradores do campo e surgiu um novo conceito de Educação que brotou dos movimentos sociais de luta pela terra; a Educação do Campo como uma educação específica em consonância com a reforma agrária o que pode ser sintetizado em brilhante trecho do pensamento de Caldart (2003), tal como segue.

O processo da luta pela terra é que aos poucos foi mostrando que uma coisa tem a ver com a outra. Especialmente quando começaram a se multiplicar os desafios dos assentamentos, ficou mais fácil de perceber que a escola poderia ajudar nisso, desde que ela fosse diferente daquela de triste lembrança para muitas famílias. Hoje já parece mais claro que *uma escola não move um assentamento, mas um assentamento também não se move sem a escola*, porque ele somente se move, no sentido de que vai sendo construído como um lugar de novas relações sociais, de uma vida mais digna, se todas as suas partes ou dimensões se moverem junto. E a escola, à medida que se ocupa e ocupa grande parte do tempo de vida especialmente da infância Sem Terra, se não se move junto, é de fato um freio no processo mais amplo (CALDART, 2003, pag. 64).

O discurso expressivo de Caldart pode ser aplicado a qualquer área rural: comunidades amazônicas, de pescadores ou quilombolas, bairros rurais etc.

Mas nada é tão idílico. Os teóricos se desentendem! Para aqueles que, como Caldart se filiam ao pensamento de Paulo Freire, a escola do/no campo não pode mais ser a velha escola rural, precária e desligada das especificidades das populações contempladas. Embora conscientes de que o capitalismo unificou o rural e o urbano, articulando-os para acelerar sua acumulação, esses pensadores percebem resistências e alternativas e captam as especificidades de cada situação cultural, o que exige que os conhecimentos curriculares tenham como ponto de partida a riqueza das práticas culturais e das lutas dos oprimidos (FREIRE, 1977). Assim, os conhecimentos da educação hegemônica (leia-se capitalista) serão apreendidos e aprendidos em contraponto com os saberes das variações culturais de cada situação.

Mas há uma segunda linha entre aqueles que também se preocupam com a escolarização das áreas rurais. São autores que argumentam com o que consideram a “universalização” do pensamento capitalista, reivindicando uma não diferenciação da escolarização nas áreas rurais. Ou seja, negam a necessidade de uma diferenciação específica para espaços diferenciados porque consideram que o capitalismo como força dominante estaria exigindo uma socialização indiferenciada no processo escolar, em a qual correríamos o risco de apostar no retrocesso e no atraso (VALENTE, 2008).

Neste modo de pensar, que vai contra a Educação do/no campo, acredita-se que só assim o homem do campo pode se armar até para a luta contra o capital e se integrar à totalidade histórica, já que os conteúdos da escola dita urbana fariam parte de algo universal (a cultura) o que obviamente não existe, conforme estudos antropológicos em avanço por todo o planeta.

Assim, para os defensores da Educação do/no campo que concordam com Caldart, os conteúdos curriculares da escola hegemônica, urbanocêntrica, sociocêntrica e etnocêntrica (WHITAKER, 2008) nada tem de universal, apenas se constituem em um arbitrário cultural dominante (BOURDIEU; PASSERON, 1975) através de cuja aplicação são excluídos da escola, aqueles cujos esquema de assimilação não são condizentes com tais conteúdos. Nessa direção, vejamos Lopes (2006, pag. 86).

Um dos componentes do “fracasso escolar” está na falta de interação entre os programas escolares e as características culturais dos alunos provenientes dessas populações migratórias. As demandas que se colocam hoje para as reformas educacionais enfatizam a necessidade de se estabelecer pontes mais efetivas entre os ambientes culturais dos alunos e os conteúdos formais escolares [...] precisam dialogar com a forma com que a escolaridade organizou os modos de inserção do indivíduo no conhecimento. Sem esse diálogo não existe alento para a afirmação de uma sociedade forte (LOPES, 2006, p.86).

Em síntese: nas duas linhas desse debate há a preocupação com a aprendizagem dos conteúdos escolares e com a luta dos explorados. Mas para Caldart, Molina, Whitaker, e tantos outros, há que corrigir o caráter urbanocêntrico, sociocêntrico e racista dos currículos, tomando como ponto de partida a riqueza das práticas culturais do campo e a crítica à exploração e desvalia de que são vítimas seus moradores.

Assim, em uma aula de matemática sobre frações - essa coisa abstrata - será muitíssimo fácil para qualquer criança do campo entender tão enigmáticos conceitos se os exemplos foram baseados nos produtos da horta de seus pais ou dos queijos e doces que a mãe prepara.

E nas aulas de português, a criança escreverá rapidamente “luva” ou “facão” se os pais forem cortadores de cana e o plano de aula a partir da luva rústica que protege a mão dos cortadores na amarga tarefa do corte manual. E vai escrever qualquer palavra mais difícil - como exploração por exemplo - se puder compreender a desvalia em que vivem seus pais; ou solidariedade, se puder falar dentro da sala de aula sobre as práticas cooperativas características das áreas rurais, como por exemplo, o mutirão e as folias de reis.

Nessa linha de pensamento não se nega a importância dos conteúdos dominantes: a norma hegemônica da língua, ou seja ler bem e escrever corretamente, os usos da matemática nas diferentes profissões, conhecimentos básicos de História, Geografia e o funcionamento das instituições sociais, etc, além do valor da ciência nas sociedades ocidentais. Enfim, essa criança ou adolescente precisa desses conteúdos para uma vida melhor dentro da sociedade de classes característica do sistema capitalista. Mas só haverá a verdadeira aprendizagem destes conteúdos necessários, se a educação integrá-los às práticas e ao saber dos grupos aos quais pertencem esses alunos. Ou seja, para uma aprendizagem eficiente na zona rural, os professores precisam também aprender com seus alunos (FREIRE, 1977).

Já para os que acreditam que os conteúdos da escolaridade podem ser simplesmente expostos aos alunos, capazes de dar a ele um valor imediato, não há necessidade de fazer pontes entre os currículos oficiais e os ambientes culturais dos alunos. Basta que o professor seja bem preparado, honesto e esforçado, e acredite que o conhecimento que está ministrando é universal, ou que é o único historicamente construído, ou elaborado, com a desvalorização de todas as outras formas de saber. E então, os alunos aprenderão graças à competência do mestre.

Quando Paulo Freire estabeleceu o conceito de Educação Bancária estava observando exatamente esse tipo de professor: aquele que sabe e deposita seu “saber” em recipientes vazios - o aluno que nada sabe (FREIRE, 1977).

Os pais têm razão quando afirmam que seus filhos não precisam ir à escola para aprender o que já sabem, já que, é óbvio a escola não detém os saberes do aluno. Mas em projetos de Educação do/no Campo, corretamente elaborados, a criança vai à escola, também para ensinar o que aprende com seus pais nos seus grupos específicos para que possa haver a relação dialógica do ensino aprendizagem com o professor (FREIRE, 1974). Mas se a escola tentar ensinar aos alunos aquilo que eles já sabem, então essa não é a Educação do Campo. É simplesmente ruralismo pedagógico (WHITAKER, 2008).

Aqui, pergunta-se: como ter uma educação de qualidade nas áreas rurais se a escola urbanocêntrica tem como ponto de partida, sempre, o capital cultural que apenas uma pequena camada tem condições de acumular? Esse é um dos motivos das escolas particulares terem maior eficiência.

Poder-se-ia pensar em uma pedagogia que valorize a sabedoria e a beleza da cultura acumulada dos que trabalham na terra e, não somente, tornar uma aprendizagem com conteúdo específico para o capitalismo e, sim, que seja uma Educação do/no Campo significativa para que não sejam abandonados daqueles que optam pela vida do campo: “Aqueles que optam pela vida do campo sabem que estão optando por uma grande desvalia, face ao abandono que o Estado lhes reserva e aos preconceitos que vão enfrentar” (WHITAKER, 2008).

Põe-se, portanto, como perspectiva de transformação da educação tradicional, a qual se pauta, segundo Whitaker (1992), por vieses urbanocêntricos, voltados para os conteúdos que informam e são informados no processo de urbanização, por privilegiar a cultura relativa ao mundo ocidental, a chamada racionalidade do capitalismo (FENG; FERRANTE, 2008, p.196).

Esta reflexão teórica é importante para que se possa analisar as políticas públicas para a Educação do Campo nos últimos anos já que essas políticas se justificam exatamente pelas colocações teóricas dos que defendem a educação dialógica como direito humano e justiça social para os moradores das inúmeras e diferenciadas áreas rurais deste país.

B) AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao longo da trajetória do contexto histórico do campo e suas políticas públicas, a articulação, entre as políticas públicas para a EC, é um dos principais desafios enfrentados para sua consolidação. Ao discutir e refletir sobre Políticas Públicas e suas implementações para o campo, é necessário compreender melhor esse arcabouço educacional em que “o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento” (PETTY; TOMBIM; VERA, 1981, p. 33).

A efetividade de políticas públicas para a Educação do Campo, foi discutida por Pavini e Ribeiro (2017) e teve como objetivo refletir sobre as políticas públicas e suas implementações para EC o que contribuiu significativamente para enriquecer o embasamento teórico sobre as políticas públicas para o campo. Neste evento, foi realizada uma discussão interdisciplinar sobre a temática que, com a participação de profissionais interessados em diferentes áreas como educação, saúde, assistência social, segurança alimentar, reafirmaram assim, a importância da efetivação das políticas públicas para a EC.

Nesta perspectiva é importante garantir os direitos sociais a todos os camponeses, especialmente, os direitos à educação, mas para isso, é importante uma política diferenciada, definida com a presença e participação de todos os envolvidos. Para que isso fosse possível, foi realizada análise documental de legislações de políticas públicas para a EC, que compreendem desde creche até graduação, ofertadas por responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios como: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea); Escola Ativa, que concede bolsas para educadores de instituições públicas de ensino superior que trabalham na qualificação dos professores que lecionam em escolas multisseriadas; Projovem Campo, destinado a agricultores com idade entre 18 e 29 anos, alfabetizados, mas que ainda não concluíram o ensino fundamental (em regime de alternância) e Procampo, Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo que oferece graduação a professores das escolas rurais que lecionam no ensino fundamental e no médio.

As políticas públicas e suas implementações para EC precisam ser mais discutidas e colocadas em práticas pela população do campo. No Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo, encontramos quem são os povos do campo:

As populações que residem no campo compreendem os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

A esses cidadãos, a escola deve atender respeitando princípios, entre os quais se destaca o respeito à diversidade no que tange aos aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, raça e etnia. Esse Decreto também regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e define objetivos, beneficiários e atribuição da gestão ao INCRA.

O levantamento e análise das legislações referentes às Políticas Públicas, principalmente o Decreto 7.352 de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre as políticas de Educação do Campo, as quais contemplam desde creche até graduação, ofertadas por responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios, aborda que:

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010).

Este decreto atribui ao governo federal a responsabilidade de criar e implementar mecanismos que assegurem a manutenção e o desenvolvimento da educação na área rural. Para isso, busca superar a defasagem e acesso à educação, tendo como proposta a redução do analfabetismo de jovens e adultos; fomentação da educação básica na modalidade jovens e adultos (tanto na qualificação social e profissional); garantia de fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico para as escolas, promoção da inclusão digital e formação de professores que lecionam nas escolas rurais.

Para receber assistência técnica e recursos do governo federal os estados e municípios são orientados a incluírem a EC nos seus planos estaduais e municipais que devem ser construídos a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece as metas educacionais a serem alcançadas pelo Brasil, no período de 2011 a 2020.

As políticas públicas para o campo, permanecem e estão em constante debate para estimular a formação de professores, elevar o desempenho dos alunos e melhorar a estrutura das EC. Para atender essas demandas, são desenvolvidos programas como: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), que define objetivos, beneficiários e atribuições da gestão ao Incra. O público alvo compreende jovens e adultos das famílias atendidas pelos projetos de assentamento do Incra e professores e educadores que atuam no programa, além das famílias cadastradas e alunos dos cursos de especialização do Incra. Ao Incra, cabe a atividade de gestão, coordenação e gerenciamento dos projetos, produção de manuais técnicos para as atividades, além de coordenar a comissão pedagógica nacional.

A formação docente deste programa acontece em três frentes: a primeira

com a formação de educadores para atender as necessidades de alfabetização e escolarização de adultos, a segunda na formação em nível superior para atuação na série iniciais como por exemplo, os cursos Pedagogia da terra e Pedagogia do Campo e a terceira que respeito à formação docente para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, todos por meio dos cursos de licenciatura. A proposta de formação do Pronera busca o questionar constante, propondo uma metodologia voltada em experiências vivenciadas e agregadas a elementos do cotidiano na formação docente.

Outro programa que também prioriza a formação de docentes do campo, é o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo (Procampo) que oferece graduação aos professores das escolas rurais que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e no médio. Atualmente, 31 instituições públicas de ensino superior oferecem licenciatura em educação no campo. Segundo o Censo Escolar 2009, trabalham em escolas rurais 338 mil educadores. Destes, somente 138 mil têm nível superior. O desafio da União, estados e municípios foi oferecer graduação a 196 mil professores que lecionam no campo apenas com formação de nível médio. O Procampo por ser um programa de apoio a formação superior em licenciatura em E. C., é considerado uma nova modalidade de graduação nas universidades públicas brasileiras. Sua licenciatura objetiva formar e habilitar profissionais para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental e médio. E tem como objeto de estudo e de prática as escolas de Educação Básica do Campo que buscam articular três dimensões no perfil de formação: preparar para habilitação da docência por área de conhecimento para a gestão dos processos educativos escolares e para a gestão de processos educativos comunitários. A organização curricular das disciplinas do curso são ofertadas de forma diferenciada, na universidade quando os alunos estão estudando, as aulas ocorrem em intervalos mensais no formato integral (manhã, tarde e noite) e também são oferecidas disciplinas no período de férias escolares de janeiro e julho. Já a aprendizagem entre essas aulas, ocorre na sua comunidade local no qual os alunos, futuros professores, realizam atividades de estudo e pesquisas. Essa é uma aprendizagem intrínseca entre educação e realidade específica das populações do Campo.

Outro projeto importante, é o Projovem, um programa do governo federal destinado a agricultores com idade entre 18 e 29 anos alfabetizados, mas que não tenham concluído ainda o ensino fundamental. Por algum motivo, esses alunos foram excluídos da escolarização, e o Projovem visa reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação social e qualificação profissional. Tem como objetivo certificar os alunos na conclusão do ensino fundamental com qualificação em agricultura familiar por meio de um

curso com duração de 2 anos em regime de alternância, intercalando atividades na escola com atividades realizadas no contexto da família e da comunidade. Este programa complementa a remuneração do quadro efetivo de professores da rede de ensino com pagamento de profissionais contratados para atuarem na formação continuada destes educadores. Também beneficia os estudantes/agricultores participantes com uma bolsa remunerada, mas para isso têm que cumprir 75% da frequência do curso, como já mencionado. Pode também ter um formato particular sob a responsabilidade de cada estado seguindo as características da agricultura local.

O Programa Escola Ativa concede bolsas de estudo e de pesquisa para educadores de instituições públicas de ensino superior, supervisores das secretarias estaduais de educação e professores. Esses bolsistas trabalham na qualificação dos professores que lecionam em escolas multisseriadas. Das 83 mil escolas rurais do país, 39 mil trabalham com essas classes e, abarcam 1,3 milhão de estudantes do ensino fundamental (INEP, 2009). Este programa teve como marco no Brasil um convênio com Banco Mundial com o objetivo de melhorar o rendimento de alunos de classes multisseriadas rurais. Tem como foco a formação de professores e a melhoria da infraestrutura das escolas propondo amplas mudanças na organização do trabalho docente. É considerado o único programa voltado especificamente ao apoio as escolas rurais com classes multisseriadas que atende alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede pública. Seu histórico é marcado pela coexistência dos movimentos sociais que defendiam novos princípios para a educação do meio rural alinhado com os próprios interesses de um novo conceito de Educação do Campo. Surgiu, pois a maioria dos municípios brasileiros possuem escolas em áreas rurais e em muitas dessas escolas, o único professor da sala de aula, ensina vários alunos de idades e séries diferentes, nas conhecidas classes multisseriadas. O programa busca principalmente, capacitar esses professores que ministram as aulas nessas classes multisseriadas para auxiliar e tentar beneficiar a aprendizagem dos alunos que muitas vezes estão em defasagem escolar.

As escolas rurais multisseriadas estão incluídas também no Programa Dinheiro Direto na Escola do Campo (PDDE Campo) que repassa recursos em espécie - para ações prioritárias de infraestrutura e aquisições de materiais. O PDDE tem por finalidade prestar assistência financeira às escolas, a fim de contribuir com a manutenção e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica para que se possa elevar o desempenho escolar dos alunos. As principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e a capacitação de professores. O recurso financeiro para este programa é liberado em favor das escolas de Educação Básica para a contratação de mão de

obra para a realização de reparos ou pequenas ampliações, além da cobertura de outras despesas que favoreçam a manutenção, conservação e melhoria de suas instalações físicas, além da aquisição de mobiliário escolar e na concretização de outras ações que concorrem para elevação do desempenho escolar. Este recurso pode variar de acordo com o número de matrículas, ou seja, com quanto maior o número de matrículas maior a verba recebida pela escola.

Já o Programa de Construção de Escolas no Campo desenvolvido pelo governo federal oferece aos estados e municípios projetos arquitetônicos. Ele oferece aos estados e municípios apoio financeiro para construção de escolas públicas no campo e em áreas de assentamentos de reforma agrária. Ele surgiu da necessidade de promover ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino e da infraestrutura das Escolas do Campo, visando superar o quadro de precariedade que muitas vezes as caracteriza e visa a propiciar um ambiente adequado às atividades de aprendizagem escolar valorizando sempre as especificidades do ambiente rural e da diversidade cultural e social em que a comunidade está inserida. Ao priorizar condições de construção, acesso e utilização de todos os ambientes dentro da escola, como por exemplo, salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios esportivos, laboratórios, banheiros e mobilidade a pessoas portadoras de deficiência física, contribui para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Portanto, as políticas públicas voltadas para o campo apresentam um amplo arcabouço educacional, porém, não são sistematicamente colocadas em prática, pois muitas vezes o que presenciamos, são políticas da cidade adaptadas ao campo e, mesmo que remodeladas, nem sempre, contemplam suas necessidades reais. Importante ainda ressaltar que essas implementações, para EC, mesmo tendo diversos programas não são amplamente divulgadas ou conhecidas pelos seus atores.

CONCLUSÃO

Nossa intenção, neste texto, desenvolvido a partir das pesquisas sobre Políticas Públicas para EC foi levantar o amplo espectro de ações afirmativas na direção de alunos e seus professores em escolas rurais - ações afirmativas essas que visavam corrigir a injustiça secular, mais do que secular, sofrida pelos moradores do campo no que se refere a um direito básico nunca antes levado em conta por inúmeros governos que se sucederam neste país.

Pudemos constatar que as políticas públicas para o campo, permanecem e estão em constante debate para estimular a formação de professores, implementar nas escolas recursos pedagógicos que potencializem a construção do conhecimento do aluno, incentivar a capacitação de professores, inserir os alunos que foram

excluídos da escolarização na idade certa, melhorar a estrutura das Escolas do Campo e elevar o desempenho discente.

Talvez tudo isso esteja ameaçado de desvanecimento. Daí a relevância de se colocar o foco teórico inicial desse artigo, re-afirmando a especificidade da educação rural. O embasamento teórico, no caso, é a melhor defesa que temos para garantir as conquistas expressas por essas políticas públicas, antes que sejam suprimidas pelo governo.

Verificamos que há um número razoável de políticas públicas para o campo em nosso país e que uma EC pode fazer parte de vários desses programas. Porém, nem sempre as EC conseguem participar, de pelo menos um desses programas, porque a burocracia exigida, como padrões educacionais já estabelecidos e anteriormente comprovados, nem sempre são estabelecidos pelos gestores dessas escolas, ou também porque as políticas públicas nas quais as escolas já estão inseridas, são políticas da cidade adaptadas para o campo.

Esperamos que este artigo possa servir de base para outros estudos de valorização da Educação do/no Campo e do homem do campo, sua escolarização e a efetividade das políticas públicas para o campo em seus objetivos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. ; PASSERON, J. C. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Governo Federal. **Pronera**. Decreto n.7.352, de 04 de Novembro de 2.010. Brasília: 2010.

CALDART, R. S.A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, EUA, v.3, n.1, jan/jun 2003, p.60-81.

FENG, L. Y.; FERRANTE, V. L. S. Projeto educação do campo: estratégias e alternativas no campo pedagógico. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 1, n. 11, p. 195-224, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

LOPES, W. de J. F. **Profissionalidade Docente na Educação do Campo**. 2013. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2013.

MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. – Brasília: ministério do desenvolvimento agrário, 2006.

PAVINI, G. C.; RIBEIRO, M. L. **Efetividade de políticas públicas para a educação do campo**. In I Seminário Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, SEPPU, UNIARA, Araraquara/SP, 2017. Anais do I Seminário Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, 2017.

PETTY, M.; TOMBIM, A.; VERA, R. Uma alternativa de educação rural. In: Werthein, J.; Bordenave, J. D. (org.). **Educação rural no Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 31-64.

VALENTE, A. L. E. F. A Educação no campo e a sua realidade: a esquizofrenia teórica em xeque. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v.1, n. 11, p. 261-281, 2008.

WHITAKER, D. C. A. Educação Rural: da razão dualista, à razão dialética. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 1, n. 11, p. 295-304, 2008.



Mulheres camponesas e agroecologia em contexto de reforma agrária: experiências do acampamento Herdeiros da Terra

Clair Odete Schneider¹
Josiane Carine Wedig²
Thiago de Oliveira Vargas³

RESUMO: Este artigo aborda a relação de mulheres camponesas com a agroecologia em contexto de reforma agrária. A pesquisa foi desenvolvida através de observação participante e entrevistas semiestruturadas com quatorze mulheres que integram o Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, no município de Rio Bonito do Iguaçu, no Paraná. A análise está pautada nos temas da divisão sexual do trabalho e hierarquização das atividades que são realizadas no lote de cada família. Ao longo da pesquisa, observou-se que as mulheres participam de modo ativo em diversas atividades que ocorrem no acampamento, no entanto, ainda prevalecem inúmeros padrões de práticas patriarcais no seu cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres camponesas. Agroecologia. Reforma Agrária.

PEASANT WOMEN AND AGROECOLOGY IN THE CONTEXT OF AGRARIAN REFORM: THE HERDEIROS DA TERRA ENCAMPMENT EXPERIENCE

ABSTRACT: This article addresses the relationship between peasant women and agroecology in the context of land reform. The research was developed through participant observation and semi-structured interviews with fourteen women who are part of the Herdeiros da Terra Camp of 1º de Maio, in the municipality of Rio Bonito do Iguaçu, in Paraná. The analysis is based on the themes of the sexual division of labor and the hierarchy of activities that are carried out in the lot of each family. Throughout the research, it was observed that women actively participate in various activities that take place in the camp, however, numerous patterns of patriarchal practices still prevail in their daily lives.

KEYWORDS: Peasant women. Agroecology. Land reform.

¹Graduada em Psicologia pela Universidade Comunitária da região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Pós-Graduada em Avaliação Psicológica e Diagnóstico pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGDR/UTFPR). E-mail: clair-schneider@unochapeco.edu.br

²Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), professora adjunta do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGDR/UTFPR). E-mail: josiwedig@gmail.com

³Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGAG/UTFPR). E-mail: thiagovargas@utfpr.edu.br

INTRODUÇÃO

Neste estudo serão discutidas questões relacionadas às mulheres camponesas, considerando o contexto de agroecologia e reforma agrária. Diversos estudos têm demonstrado como as mulheres camponesas foram invisibilizadas e alijadas de direitos, visto que não eram reconhecidas pelo Estado. Algumas autoras que contribuem para esta pesquisa através de suas análises e discussões sobre as desigualdades vivenciadas pelas mulheres são Paulilo, Siliprandi, Boni e Pacheco. Serão abordadas também as possibilidades de empoderamento vivenciadas pelas mulheres através dos movimentos sociais e da prática agroecológica no acampamento Herdeiros da terra de 1º de maio. Durante muito tempo, as mulheres camponesas foram reconhecidas apenas como “do lar” e não como trabalhadoras e agricultoras, dificultando as possibilidades de acesso a direitos como aposentadoria e salário maternidade, além de não conseguirem linhas de crédito. No Brasil, apenas com a Constituição Federal de 1988, as mulheres passaram a obter alguns direitos, como igualdade, direitos sociais, políticos e trabalhistas, entre uma série de outras conquistas.

Ao longo deste estudo, observou-se que, de fato, por mais que existam muitas mulheres que já ocupam espaços públicos, cargos de liderança, ainda há um bom número delas que estão restritas ao espaço doméstico ou a seus arredores, mesmo que participem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que possui inúmeras discussões sobre a temática de gênero. Refletir sobre essas questões é necessário para que se construam novas relações de gênero, respeitando, valorizando e visibilizando as atividades desenvolvidas pelas mulheres, no sentido de reconhecê-las enquanto agricultoras e trabalhadoras e não apenas, como domésticas, ajudantes ou dependentes de seus pais/maridos.

O estudo foi realizado no acampamento de reforma agrária Herdeiros da Terra de 1º de maio, localizado nas cidades de Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras, no estado do Paraná, Brasil. Esse acampamento foi constituído no ano de 2014 e é formado por 2.500 famílias.

O acampamento está dividido em 22 grupos que foram organizados via sorteio ou por consenso das famílias. Cada grupo é formado por famílias que estão localizadas pela proximidade, que se organizam para as discussões referentes à produção, organização, militância e às ações no acampamento. Três desses grupos trabalham com a produção agroecológica, totalizando 45 famílias.

O acampamento Herdeiros da Terra de 1º de maio é decorrente da ocupação da terra que estava sob o domínio da empresa madeireira Araupel, acusada de grilagem de terras. A nomeação do acampamento possui um significado importante, pois está relacionada ao fato de que grande parte dos sem-terra que

o constituiu são descendentes de famílias que ocuparam terras, em 1996, em latifúndios da Araúpel, demonstrando que há uma segunda geração (de filhos e filhas) que também está ocupando novas terras para a continuidade da reprodução camponesa, dando seguimento à luta pela terra. Além disso, há a referência à data de 1º de maio, que é o dia em que o acampamento começou a ser organizado (CEZIMBRA; PASTÓRIO; XAVIER, 2017). Atualmente, o acampamento possui 1103 famílias, com um número aproximado de quatro mil pessoas vivendo nessas terras.

No mês de agosto de 2018, ocorreu uma reorganização do acampamento que, até então, estava constituído enquanto uma área de trabalho e de vida coletiva. Nesse período, diante da demora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em regularizar a área e fazer a divisão em lotes, as/os acampadas/os deliberaram que dividiriam a área em lotes familiares. Como consequência disso, os moradores enfrentam uma nova realidade de organização e estruturação dos grupos e das atividades, que antes eram realizadas de modo conjunto e em áreas coletivas, e que, atualmente, são desenvolvidas por cada família em seu lote.

A pesquisa teve como público alvo as mulheres camponesas do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de maio com o objetivo de compreender as relações de gênero existentes nesse espaço e a sua conexão com a agroecologia. Foram pesquisados os três grupos que trabalham com agroecologia no acampamento, através de quatorze entrevistas semiestruturadas realizadas com as mulheres que deles participam. Buscou-se, desse modo, compreender a organização delas enquanto coletivo no MST e analisar como a prática agroecológica permite a elas novas oportunidades e reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais.

A aproximação com as lideranças dos grupos e do acampamento ocorreu a partir do segundo semestre de 2018, quando se apresentou para as interlocutoras os objetivos da pesquisa, cujo trabalho de campo teve continuidade durante todo o ano de 2019.

O texto está organizado em quatro sessões, inicia-se abordando as situações cotidianas vivenciadas pelas mulheres no sistema patriarcal da nossa sociedade e se segue discutindo a invisibilidade e os enfrentamentos das mulheres camponesas, as lutas pela reforma agrária e a agroecologia como um importante instrumento para o empoderamento dessas mulheres.

O PATRIARCADO E AS DESIGUALDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES

Para compreender as desigualdades vivenciadas pelas mulheres camponesas, é necessário abordar, brevemente, como se estabelecem as desigualdades mais gerais sobre essas na sociedade moderna. Há diversas formas de opressão enfrentadas

por elas desde a infância, que se naturalizam em decorrência dos modos de organização social e que estruturam as relações da sociedade, tendo como pilar central o sistema patriarcal.

O enfrentamento ao patriarcado demanda reflexões sobre os modos como se constroem e se estabelecem as relações tanto em espaços privados, nos quais o homem é descrito como o “chefe” de família, quanto nos contextos públicos, em que ele ocupa o poder central no Estado e nas formas hegemônicas de religião, medicina e de justiça. O patriarcado afeta as mulheres no mercado de trabalho, através da divisão sexual desse e também na maneira como elas são educadas para a vida social, pois desde crianças experienciam atividades específicas ao seu sexo, diferente do que acontece com os homens. Tais formas de organização e enquadramento resultam nas possibilidades e experiências que cada qual irá estabelecer ao longo da vida, desde o âmbito profissional até as relações sociais, da infância à vida adulta (SAFFIOTI, 2015; BEAUVOIR, 1967)

Na divisão sexual do trabalho, as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com as/os filhas/os. Para Beauvoir (1967), esses moldes corporificam-se desde os brinquedos disponibilizados para as crianças até os espaços que elas frequentam. No caso das mulheres interlocutoras desta pesquisa, a divisão sexual do trabalho é marcante tanto no espaço doméstico como no público do acampamento.

Dessa maneira, fica nítido que, por mais que as mulheres tenham dito que a divisão do trabalho ocorre de modo igualitário entre o casal, ainda permanece a concepção de que o trabalho que o homem desempenha é mais “pesado” e/ou mais “difícil” do que o trabalho desempenhado pelas mulheres. Essa divisão entre trabalho “leve” e “pesado” é explicada por Paulilo (1987) a partir de observações que realizou em diferentes áreas rurais. De acordo com a autora, nesse contexto,

[...] a distinção entre trabalho “leve” e “pesado” se faz mais clara. Entre os trabalhadores volantes, é “pesado”, masculino, principalmente roçar e cavar a terra. Roçar significa derrubar o mato grosso, inclusive árvores, a machado e foice. Cavar é preparar a terra, sem ajuda do arado, para o plantio da cana. Trabalho “leve”, feminino, é plantar, arrancar o mato miúdo, e adubar. Para isso, as mulheres ganham a metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas (PAULILO, 1987, s. p.).

As desigualdades existentes entre homens e mulheres foram mencionadas pelas acampadas de forma intensa, porém, na maioria dos casos, elas descreveram a existência dessas dificuldades, de modo mais geral, na sociedade, e não apenas

como parte das suas vivências cotidianas. Elenir aponta que ainda “[...] é a mulher quem cuida das tarefas da casa, tira o leite das vacas, cuida dos animais e ainda ajuda na roça e o homem, chega da roça, toma banho e vai descansar. Isso acontece muito” (Entrevista realizada em maio, 2019). Desse modo, as mulheres têm compreensão sobre as desigualdades que vivenciam; no entanto, é muito mais difícil quebrar paradigmas sociais, principalmente com relação à educação sexual e social diferenciada para homens e mulheres. Jaqueline entende que ainda há muito para se avançar para que as mulheres consigam alcançar um patamar de igualdade, de reconhecimento e de direitos. Para ela “existem desigualdades, a mulher acaba tendo uma jornada dupla, trabalha ‘fora’¹ e ‘dentro’ de casa e o homem apenas fora, assim ela acaba se sobrecarregando” (Entrevista realizada em agosto, 2019).

Para Juliana, as mulheres foram moldadas para realizar essas tarefas como deveres do seu dia a dia. Desse modo, mesmo que as tarefas sejam divididas, de alguma maneira, as mulheres acabam por ter mais responsabilidades do que os homens. Ela descreve que na sua casa,

[...] a gente sempre dividiu. Mesmo assim, eu não conheço nenhuma mulher que trabalhe menos que o homem dentro de casa, pode até dividir a maioria das tarefas, mas parece que tem coisas que a nossa educação nos faz enxergar e a dos homens não, faz com que eles não enxerguem (Entrevista realizada em maio, 2019).

Nesses papéis sociais naturalizados, centram-se diversas compreensões referentes às situações de violência e as opressões vivenciadas pelas mulheres enquanto objetos da sociedade e do patriarcado. Nessa organização social, nem sempre as mulheres questionam sua inferiorização. Para Saffioti (2015), esse modo de organização social é muito mais do que apenas uma ordem sexista de divisão sexual do trabalho, mas, sim, uma estrutura de poder que resulta em relações extremamente desiguais para as mulheres. Para isso,

As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos e apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem (SAFFIOTI, 2015, p. 37).

Essa forma de educação diferenciada reflete nas relações de poder que estruturam a sociedade. Outra classificação social instituída na sociedade patriarcal são os

¹O trabalho ‘fora’, descrito pelas mulheres é o trabalho realizado na propriedade rural para a produção que será comercializada e pode se referir também ao trabalho assalariado na cidade ou em outra propriedade rural.

“acessos” e as liberdades destinados às mulheres e aos homens; um exemplo muito significativo é a vivência da sexualidade, aos homens é dada como necessária e importante, enquanto para as mulheres é considerada como pecaminosa e errada.

Desse modo, na sociedade patriarcal não são abordadas problemáticas que envolvam a coletividade, ao contrário, utiliza-se do desequilíbrio, do desenvolvimento desigual entre homens e mulheres para manter o controle e o poder. Ao abordar a situação das mulheres nos espaços públicos e privados, observa-se que essas valorizam muito as liberdades já conquistadas, porém, em muitas situações, deixam de questionar as desigualdades atuais existentes entre homens e mulheres, as quais são decorrentes da ordem patriarcal vigente (SAFFIOTI, 2015).

Para entender as situações patriarcais vivenciadas pelas mulheres na sociedade atual, é preciso compreender que o patriarcado passou por diversas transformações. Na Roma antiga, o patriarca detinha o poder sobre a vida e a morte das mulheres e das/os filhas/os; hoje, esse poder não existe, no entanto, diariamente somos bombardeadas/os por notícias nas quais os homens continuam matando suas esposas e companheiras, demonstrando a permanência da ideia de poder patriarcal sobre a vida e os corpos das mulheres (SAFFIOTI, 2015).

Além do poder sobre os corpos, a vida e a morte das mulheres, a sociedade patriarcal considera-se apta a julgar a sexualidade delas e de suas escolhas. Para Saffioti (2015), um dos elementos centrais do patriarcado tem como objetivo o controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa. A autora entende que as mulheres brasileiras possuem inúmeras razões para se opor ao machismo existente em todas as instituições sociais, sabendo que o patriarcado não existe apenas no contexto familiar, mas atravessa a sociedade como um todo.

Todos esses espaços apresentam relações de poder marcadas pelo sexo de quem realiza as atividades ou possui maior ou menor poder sobre as/os demais sujeitas/os. A posição das mulheres, nesse contexto patriarcal, é marcada por relações de poder e machismo, inferioridade, invisibilidade e falta de reconhecimento das capacidades e atividades desempenhadas por elas.

Para compreender o conceito de patriarcado, deve-se levar em conta que existe um processo de dominação fortemente presente nas relações entre homens e mulheres. O contrato social relaciona-se à liberdade, o contrato sexual relaciona-se à submissão e o contrato original cria a liberdade e a dominação, sendo a liberdade reservada ao homem e a submissão à mulher. Nesse sentido, a liberdade civil não é universal, é um direito masculino e associado diretamente ao poder patriarcal (PATEMAN, 1993 apud SAFFIOTI, 2015).

A sociedade patriarcal não é uma característica apenas do espaço familiar,

nas relações matrimoniais e familiares, mas também do contexto público, que é observado no Estado. Nessa perspectiva, a liberdade civil depende do direito e das regras de uma sociedade patriarcal, referentes a um contrato entre os homens, no qual as mulheres são objetos. O poder político também é fortemente expresso através do patriarcado (SAFFIOTI, 2015).

Para Saffioti (2015), muitas análises sobre o patriarcado voltam-se às relações e aos vínculos familiares, as quais, no entanto, são decorrentes de padrões universais e que estruturam a sociedade moderna. Para a autora, a dominação do patriarcado, está pautada nos seguintes princípios:

- 1- Não se trata de uma relação privada, mas civil; -2 Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...]; 3-Configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade;
- 4- Tem uma base material; 5- Corporifica-se; 6- Representa uma estrutura de poder; 7-Baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015, p. 60).

Através das lutas dos movimentos feministas muito se avançou em termos de conquistas dos direitos das mulheres; no entanto, as disparidades referentes às inferioridades relacionadas à classificação sexual dos sujeitos, ainda permanecem em diversos âmbitos. Ao tratar do mercado de trabalho, a divisão sexual desse ocorre com relação ao critério de classificação sexual dos sujeitos, no qual ocorre a desvalorização das atividades desempenhadas pelas mulheres quando comparadas as dos homens.

A concepção de que o trabalho doméstico é característico do sexo feminino é possível de ser observada quando, em muitos casos, as mulheres compreendem que maridos ou filhos não fariam tão bem os afazeres domésticos quanto elas. Não por uma questão de ambição, mas por crenças que foram impostas a elas referentes ao seu dever e comprometimento com tais tarefas. Essas atividades, comumente desempenhadas por mulheres, apenas são consideradas difíceis ou cansativas se associadas a outras que forem desenvolvidas fora do ambiente do lar; no entanto, caso seja essa a principal atividade que a mulher desempenha, é considerada como pouca e simples de se realizar (BEAUVOIR, 1967). Através da luta feminista, possibilitou-se a construção de uma identidade coletiva como uma forma de se organizar, enfrentando as situações de injustiça com relação às mulheres. Na seção seguinte, será discutida a invisibilidade vivenciada pelas mulheres camponesas.

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES CAMPONESAS

Nos mais diferentes espaços da sociedade é possível refletir sobre as diversas

formas de invisibilização, opressão e violência relacionadas às mulheres. No contexto rural, com a industrialização da agricultura, as tarefas realizadas pelas mulheres passam a ser voltadas para as práticas de cuidado e de preparação de alimentos para a família e essas são consideradas atividades complementares, menos importantes do que as das lavouras comerciais – que passam a estar centradas nas monoculturas, consideradas as atividades principais e sob a responsabilidade dos homens (SILIPRANDI, 2011).

Desse modo, no espaço rural, o trabalho das mulheres passou a ser o do cuidado com a casa e de seus arredores, a responsabilidade pelas atividades domésticas, a incumbência com as crianças, os idosos e os doentes, a preparação da comida, o zelo pela saúde dos familiares, o manejo da horta e dos pequenos animais, focadas na produção para o autoconsumo. Em oposição, está o trabalho realizado pelos homens, atrelado à produção destinada à comercialização. Essa classificação da divisão do trabalho ocorre mesmo em contextos em que tanto homens quanto mulheres produzem alimentos para a venda ou para o consumo da família (PAULILO, 2004).

Siliprandi (2011) chama atenção para a necessidade de levar em consideração esses nexos existentes entre o trabalho que produz valor de troca para o mercado e as atividades consideradas como de reprodução (trabalho doméstico, de cuidados, de autoconsumo), pois ambos são essenciais para a sobrevivência das famílias rurais. Isso, contudo, não quer dizer que as relações de poder imbricadas nessas atividades não devam ser questionadas ou revistas, pois essa classificação, que é simbólica e hierárquica, tem significado a atribuição exclusiva às mulheres do trabalho doméstico/reprodutivo, o que, na grande maioria dos casos, acarreta uma dupla jornada de trabalho para elas. É a partir da naturalização da condição biológica das mulheres, relacionada à sua capacidade de gerar filhos, que se opera a normatização dos papéis atribuídos a homens e mulheres, produzindo-se desigualdades que, em muitos casos, têm significado a subordinação dessas, seja na dupla jornada de trabalho que elas enfrentam, seja na invisibilidade de seu papel para a agricultura familiar/camponesa (BRUMER; PAULILO, 2004).

De acordo com Siliprandi (2011), as primeiras lutas das agricultoras no País foram pelo reconhecimento da sua profissão, pelo acesso à terra, para que seus nomes estivessem no bloco de produção rural e fossem reconhecidas em seus documentos como agricultoras, para a possibilidade do exercício de seus direitos sociais, previdenciários e sindicais e a obtenção de melhores atendimentos nos sistemas de saúde e educação.

Outro aspecto que chama a atenção em relação aos direitos das mulheres agricultoras é que as “políticas de desenvolvimento rural ainda são decididas e implantadas sem a participação ativa das mulheres e sem levar em consideração

os seus pontos de vista [...]” (SILIPRANDI, 2011, p. 177). Essa exclusão e o não reconhecimento delas refletem-se na perda de benefícios e direitos e na sua invisibilização enquanto trabalhadoras rurais (SILIPRANDI, 2011).

Nesse contexto sócio-histórico, os homens foram denominados e reconhecidos como os “chefes de família” que passaram a ser responsáveis pelas lavouras de monoculturas, que produziam para o mercado, enquanto as mulheres passam a ser vistas, como dependentes ou ajudantes, responsáveis pelo trato da casa e seus arredores, além do cuidado com os filhos (PAULILO, 2016). O papel das mulheres no meio rural é considerado, em muitas situações, como um fator de complementação ao trabalho do homem, sendo um auxílio às atividades que promovem e geram ganho econômico na propriedade rural.

Historicamente as mulheres estiveram presentes nas atividades do meio rural, tendo uma participação essencial para seu círculo familiar e social, realizando todas as atividades da propriedade rural e como responsáveis pelas lidas domésticas. Porém, nem sempre elas foram reconhecidas como trabalhadoras rurais, eram antes nominadas como “do lar”, pois seu trabalho era classificado como “trabalho leve” e fácil e o realizado pelos homens era considerado difícil e “pesado”. Essa divisão entre trabalho “leve” e “pesado” é explicada por Paulilo (1987) a partir de observações que ela realizou em diferentes áreas rurais. A autora observou que o trabalho realizado pelas mulheres em diferentes regiões do Brasil era concebido como *leve*, em oposição ao trabalho dos homens, classificado como *pesado*. No entanto, a autora indica que isso não se devia ao esforço despendido, mas ao sexo de quem o executava.

As questões de gênero estão presentes em diferentes contextos da sociedade, porém, no meio rural, elas contêm algumas especificidades decorrentes dos papéis sociais atribuídos às mulheres, como “ajudantes” ou “dependentes” de seus companheiros, pelas atividades que cada qual hierarquicamente realiza na propriedade rural, pela renda indivisível, pelo não reconhecimento e pela invisibilidade enquanto trabalhadoras rurais (CHAYANOV, 1974; DEERE; LEON, 2002; PAULILO, 2016). As atividades demandadas e as formas de organização, em muitos casos, reprimem e excluem a participação das mulheres. Essa herança hierárquica de exclusão atribui às mulheres funções que estariam “naturalmente” ligadas à maternidade e, conseqüentemente, ao cuidado das/os filhas/os e do lar, enquanto os homens assumiriam funções no contexto fora do lar (MEDEIROS, 1989).

A partir da organização coletiva das mulheres, essas criaram reivindicações com relação aos direitos à terra, ao voto, à saúde, à educação etc. e com o processo de mobilização, passa-se a discutir não apenas a posse da terra, mas outros inúmeros

fatores ligados às relações de poder estabelecidas, como, por exemplo, os casos de violência. As percepções sobre os papéis sociais atribuídos às mulheres não se limitam apenas a compreender sua participação na luta pela terra, mas também entender como ocorre sua atuação em todas as atividades que lhe são demandadas, tornando-se “[...] central analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres. A questão subjacente é a de como se constituem possibilidades de desnaturalização da dominação” (MEDEIROS, 1989, p. 11).

Como consequência das reivindicações dos movimentos sociais de mulheres camponesas na busca pela ampliação dos direitos e da conquista de melhores condições de vida, é possível verificar que as desigualdades entre homens e mulheres ainda existem no contexto rural e são reconhecidas, em muitos casos, como naturais, sob a estruturação das relações de poder existentes na sociedade. Mesmo com muitas lutas, as mulheres ainda permanecem em situação de não reconhecimento, por parte do Estado, pelas atividades desempenhadas enquanto agricultoras camponesas e assentadas pela reforma agrária (BUTTO; HORA, 2008).

Comumente, as políticas públicas voltadas para o meio rural, em sua maioria, direcionam-se à família rural, considerando o todo como homogêneo e imparcial, mas quem assume o papel central é o homem. Após lutas e reivindicações, no entanto, passou-se a repensar sobre as estruturas familiares, reconhecendo a diversidade e a pluralidade do campesinato e da agricultura (BUTTO; HORA, 2008).

As mulheres afirmam que muito se avançou na relação entre homens e mulheres, já que hoje as mulheres possuem muito mais oportunidades e espaço para se posicionar na sociedade. Em seguida, será abordada a participação e importância das mulheres nos contextos de reforma agrária.

É possível verificar as dificuldades das mulheres em obterem outros direitos, como o econômico, a assistência técnica, o crédito e o mercado para a comercialização dos produtos excedentes da produção familiar. Essa concepção é derivada de uma organização da agricultura camponesa, a qual se centra no poder patriarcal. O trabalho nas comunidades rurais organiza-se a partir da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pelos cuidados domésticos e os homens pelo trabalho gerador de rendas monetárias, reconhecido como produtivo (BUTTO; HORA, 2008, p. 22-23). Na lógica patriarcal os hábitos culturais e os costumes normatizam e centralizam o poder na figura masculina. Nessa percepção, as mulheres são vistas como um patrimônio masculino, ou seja, pertencentes aos homens, pois são vistas como dependentes de seus pais ou maridos.

Mesmo com a criação de estratégias para a valorização e o reconhecimento das mulheres que vivem e trabalham no meio rural, ainda se percebe a existência de muitas limitações e empecilhos que impedem o desenvolvimento da sua autonomia

econômica, o que também pode ser observado em contextos de reforma agrária, no qual as mulheres ainda sofrem com a falta de reconhecimento, valorização e visibilidade das atividades desempenhadas por elas (BUTTO; HORA, 2008).

Nesse sentido, torna-se necessário concretizar ações que fortaleçam a estruturação, organização, coordenação e reconhecimento das mulheres rurais e as atividades desenvolvidas por elas. Os desafios ainda são muitos, mas também já existem muitos direitos conquistados que permitem que se possa traçar os horizontes da luta feminista no meio rural. É importante que ocorra “a combinação de políticas de promoção de direitos com a força e a organização política, econômica e social das organizações e movimentos de mulheres” capazes de “superar as desigualdades entre homens e mulheres historicamente construídas no meio rural e, também, na reforma agrária” (BUTTO; HORA, 2008, p. 35). A luta pela terra e reforma agrária, portanto, estiveram presentes nas lutas das mulheres, fomentando a organização e mobilização dessas em busca de sua cidadania (MELO; SABBATO, 2008).

Para Melo e Sabbato (2008, p.42), “incorporar a perspectiva de gênero na luta pelo direito à terra implica combinar as definições de rural/urbano e a definição do significado de gênero.” Nesse sentido, ao trabalhar a questão de gênero, contextualiza-se “[...] a construção histórica e social do feminino e do masculino para as relações sociais entre os sexos, vividas na sociedade com forte assimetria” (MELO; SABBATO, 2008, p. 42).

AS LUTAS PELA REFORMA AGRÁRIA E A PARTICIPAÇÃO COLETIVA DAS MULHERES

Para as mulheres entrevistadas, o papel delas na luta pela terra é tão importante quanto o que é desempenhado pelos homens, para elas, todos possuem importantes atuações sejam homens, mulheres ou crianças. De acordo com Ciliana,

No nosso acampamento foi interessante, porque até muitos cadastros inclusive estão no nome das mulheres e foram as mulheres que permaneceram o tempo todo no acampamento, também pela dificuldade de conseguir renda externa. No meu grupo, por exemplo, nós estávamos em 50% mulheres e 50% homens. Porque justamente muitas mulheres ficaram no acampamento para os homens irem trabalhar fora para garantir a renda. As mulheres possuem um representação bem significativa (Entrevista realizada em maio, 2019).

As mulheres estão presentes em todos os contextos da sociedade, assim como nas lutas do MST e possuem papéis fundamentais no processo de construção

dos assentamentos rurais, dada a função de educadoras, de encarregadas pela socialização das/os filhas/os e “responsáveis pelas tarefas de reprodução e, como trabalhadoras rurais, por atividades produtivas na roça ou na casa” (PAVAN, 2000, p. 30). Mesmo as mulheres, em sua maioria, avaliando que a sua participação é de extrema importância, ainda existem inúmeros desafios para que existam espaços nos quais elas possam participar e se organizar para a luta. Sabendo da participação ativa das mulheres nos contextos de reforma agrária e na luta pela terra, passa-se a questionar quantas delas de fato apropriam-se das terras após essas serem conquistadas. Conforme Paulilo, o acesso à terra e aos direitos das mulheres camponesas é extremamente restrito e mesmo tendo se alterado no contexto do final do século XX e início do XXI, ainda é possível observar a predominância dos filhos homens e o reconhecimento do trabalho masculino (seja pai ou esposo) como provedor da renda familiar, sendo a mulher e as/os filhas/os apenas ajudantes e dependentes do chefe da família (PAULILO, 2016). Vale ressaltar que nos contextos de reforma agrária,

Ao se estruturar o assentamento, entretanto, esse protagonismo feminino, desempenhado em condições equivalentes em relação aos homens na ocupação e no acampamento, se expressa numa aparente resignação diante da condição de subalternidade, imposta social e culturalmente às mulheres. As práticas de enfrentamento, de solidariedade e de resistência desenvolvidas no acampamento e que eram ressaltadas como positivas pelos militantes e dirigentes do MST e pela sociedade de uma maneira geral, são esquecidas pelas próprias mulheres já que se constituem em “ações miúdas” que não aparecem ou contam pouco na luta política (PAVAN, 2000, p. 30).

O contexto do MST pode ser descrito como um espaço no qual as mulheres vêm ampliando as suas lutas e conquistas e o reconhecimento pelo seu trabalho como provedoras da renda familiar e da qualidade da alimentação, mas que ainda demandam maior visibilidade e reconhecimento (PAULILO, 2016). Franciane entende que a participação das mulheres está no “todo”, “[...] no conjunto da construção, no debate, na discussão, eu acho que a mulher não pode vir para o lote para ficar naquele quadradinho da casa, ou ficar com um quadradinho para plantar suas coisas, tem que estar na construção do diálogo como um todo” (Entrevista realizada em agosto, 2019).

Nas políticas públicas relacionadas à reforma agrária, esteve presente uma lógica em que se supunha que as famílias estariam representadas pelo homem, como o chefe e provedor da família. Dessa maneira, quando os homens fossem beneficiados,

as famílias também estariam sendo beneficiadas. No entanto, em muitos países, as mulheres casadas ainda não obtiveram o direito civil total ou o de administrar os próprios bens, predominando a exclusão de gênero (DEERE; LEON, 2002).

Em contextos de reivindicações, os quais Deere e Leon (2002) descrevem como os tijolos de construção de uma mudança progressista, há a necessidade de discutir os caminhos e as lutas para os direitos de gênero e de acesso à terra, nos níveis internacionais, nacionais e locais. O ponto de partida para essas conquistas é a formação e transformação rural, considerando as mulheres e o desenvolvimento, delineando os importantes papéis desempenhados por elas nas lutas pelas políticas públicas, pelos direitos e pela terra. No debate da reforma agrária, o que ainda demanda discussões é a relação de gênero nesses contextos, principalmente pela invisibilidade do trabalho feminino no meio rural e no acesso à terra (MEDEIROS, 1989).

Nos últimos anos, os assentamentos colocaram em debate os arranjos produtivos tradicionais, os quais seguiram por muito tempo os modelos herdados e seguiam hierarquizando as atividades no meio rural. Para Medeiros (1989), é interessante pensar o que significaram as mudanças nas relações de gênero produzidas por experiências como a dos coletivos implantados pelo MST no final dos anos de 1980. Dessa maneira, passou-se a repensar práticas naturalizadas com relação à divisão sexual do trabalho, à organização familiar e às relações de poder; no entanto, não se transformou a dominação masculina nas relações cotidianas (MEDEIROS, 1989). Para Pavan (2000),

Mesmo dentro do MST, existem, ainda, muitos obstáculos a serem superados pelas mulheres, relacionados à capacitação política, ao baixo grau de escolaridade, ao espaço ainda reduzido dentro da organização, à capacidade de lidar com as contradições geradas pelas relações de afetividade que, no campo, se misturam às de trabalho, uma vez que, na maioria das vezes, os papéis de marido, patrão, chefe ou coordenador se confundem. (PAVAN, 2000, p. 42).

Vale refletir que os movimentos sociais possuem um

[...] papel importante no alavancamento de políticas públicas, como a luta pela terra na efetivação da política de assentamentos, o movimento sindical na conquista de direitos como a previdência social rural e um crédito agrícola voltado especificamente para a agricultura familiar, entre outros exemplos. Nesse sentido, podemos afirmar que os movimentos sociais rurais, através de suas lutas, influenciaram na redução das desigualdades entre zona rural e urbana, tendo efeitos positivos sobre a vida do conjunto

dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo favorecido o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas (HEREDIA, CINTRÃO, 2006, p. 6).

As mulheres camponesas fazem parte de diversos movimentos sociais e lutam por mudanças e/ou transformações de suas posições hierarquicamente inferiores na estrutura social. Os movimentos sociais são importantes organizações que auxiliam e atuam na busca pelos direitos e pela transformação das desigualdades sociais em toda sociedade, como exclusão, discriminação, preconceitos, invisibilização e falta de reconhecimento. Eles tratam dos direitos das mulheres camponesas, do acesso à terra e do reconhecimento e visibilidade delas enquanto trabalhadoras rurais ou agricultoras, as quais possuem e desempenham papéis fundamentais na luta, construção e manutenção das propriedades rurais.

Para Ciliana, essa possibilidade de participação das mulheres é muito positiva, porém deveria ser mais ampla, pois “quando as mulheres estavam mais unidas em determinados espaços do acampamento, a gente via que elas conseguiam estudar, discutir as questões de gênero e estar articuladas para fazerem trabalhos, atividades [...]”. (Entrevista realizada em maio, 2019). Ela pontua a importância da organização das mulheres, pois “a participação é frágil ainda, [...] a gente não consegue mais ver como elas estão se reunindo, a gente não consegue mais ver como elas estão articuladas, mas eu acho que assim, de 1000 mulheres, eu não sei se tem 40 ou 50 mulheres no coletivo de gênero” (Entrevista realizada em maio, 2019). O coletivo de gênero, ao qual se refere Ciliana, foi organizado pelas mulheres do acampamento com o intuito de discutir as suas demandas, possibilitando a inserção e a participação delas nas lideranças e cargos do acampamento, como também potencializar os seus papéis enquanto mulheres camponesas.

Ana Ribas relata que:

Eu acho que ainda nós não acordamos, tem uma minoria que está lutando e é nesse papel que a gente ainda não conseguiu romper o machismo, que está muito forte nas mulheres ainda, mesmo com essa demanda de liberdade que nós temos, muitas mulheres ainda, a maioria das companheiras estão presas [às relações patriarcais], elas não tem liberdade. Essa relação machista existe aqui no acampamento e é bem forte” (Entrevista realizada em maio, 2019).

As mulheres entrevistadas afirmam que sempre realizaram um conjunto de atividades no acampamento, desde o seu início, porém, atualmente poucas ocupam cargos de liderança. Para Ciliana, a pouca participação das mulheres é reflexo de um período em que o acampamento teve uma atuação “[...] totalmente

machista, tanto que nós tínhamos um homem e uma mulher que participava da direção estadual e acabou se afastando, afastando as mulheres justamente por isso, por uma relação muito machista.” (Entrevista realizada em maio, 2019). Segundo ela, faz aproximadamente dois anos que as mulheres acabaram se afastando e o acampamento, como um todo, regrediu bastante, pois “as mulheres participavam mas nunca tinham voz ativa, mesmo nas atividades. Foi, por falta de entendimento. Não é porque é culpa deles, é, mas é mais por falta de entendimento da importância da participação das mulheres”. (Entrevista realizada em maio, 2019).

As mulheres descrevem que nos grupos sempre se priorizou que houvesse a participação equitativa de um homem e de uma mulher na liderança, porém nunca se trabalhou o porquê dessa regra de participação das mulheres. Para Ciliana, nunca houve uma discussão política sobre isso para que as pessoas pudessem compreender a importância da atuação feminina, ela considera necessário que as mulheres participem, “porque nós temos que discutir políticas para as mulheres, porque nós temos que discutir a inserção das mulheres. Você vê isso em muitas propriedades, a relação é totalmente machista, é o homem que coordena tudo.” (Entrevista realizada em maio, 2019). As mulheres que ocupam cargos de liderança estão em grupos distintos, na coordenação da escola e em cargos estaduais do MST.

Para as mulheres que não participam, entendem que é uma escolha delas não participar nesse momento; em alguns casos, algumas já haviam ocupado cargos anteriormente. Marisa afirma que as mulheres estão,

[...] inseridas na coordenação, na direção do acampamento, lá na agricultura trabalhando, nas reuniões dos grupos. As mulheres guardam a semente para fazer a troca com as vizinhas, então, as mulheres são muito ativas. De uma forma ou de outra, quando você vai lá na unidade de produção, você vê muita mulher trabalhando de igual para igual com seus companheiros (Entrevista realizada em maio, 2019)

Conforme Ciliana:

[...] a gente percebe, os homens se julgam melhores que as mulheres. Não sei se é pelo fato de eu ser sozinha, não ter marido, que me faz ser mais fraca perante a sociedade, geralmente os homens machistas, eles perseguem... Eu já passei muito por isso e ainda hoje eu passo, de receber calúnias por ser uma mulher sozinha, humilhações em público... Por que ela é uma mulher sozinha, não tem direito de estar aqui, é assim que muitos homens pensam, esse machismo, muitas vezes está ligado ao interesse de tirar tua terra e de explorar seu trabalho. (Entrevista realizada em agosto, 2019).

Para Juliana, os papéis desempenhados pelas mulheres são fundamentais na reforma agrária,

Quando você pergunta isso, eu lembro de várias mulheres que contribuíram nos processos, então... eu acho que sim, a gente tem muito um olhar de reconhecer, de visibilizar o trabalho das mulheres. Eu acho que eu olho muito para esse ponto de vista. Eu diria que 50% da luta foi construído pelas mulheres. Mesmo que as tarefas sejam diferentes, elas estando em todas as tarefas eu acho que nunca teve uma tarefa, que foi apenas conduzida por homens (Entrevista realizada em maio, 2019).

Na luta e busca pelos direitos das mulheres, através da obtenção de linhas de crédito, do reconhecimento e da valorização do trabalho, a agroecologia surge como uma possibilidade de empoderamento delas. Nessa prática as mulheres participam em todas as etapas, desde o planejamento até a comercialização e venda dos produtos, o que será abordado em seguida, apresentando as lutas dos movimentos sociais e da agroecologia, considerando as mulheres camponesas.

A AGROECOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO MST

A agroecologia representa uma ruptura com o paradigma convencional da produção agrícola centrada nos homens. Nela ocorre a valorização do conhecimento local e das mulheres, facilitando a introdução dos temas do feminismo no âmbito rural. Ela vem, portanto, ampliando o olhar ambiental e político do feminismo, em que “temas como as mudanças climáticas e os transgênicos, comuns na agroecologia, passaram a compor os debates feministas” (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 41). A agroecologia se tornou uma perspectiva de vida que tem se contraposto ao sistema da agricultura convencional que se intensificou no período pós-guerra, em que os produtos químicos de guerra foram transformados em insumos agrícolas e, assim, foi instituída a chamada Revolução Verde, instaurando o modelo da fábrica para a agricultura e para as florestas, a partir do investimento e do apoio técnico e financeiro de instituições internacionais e dos Estados nesses processos. As grandes empresas multinacionais passaram a controlar a produção e comercialização de sementes (híbridas e geneticamente modificadas) e de insumos (fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas) (SHIVA, 2003).

A agroecologia oferece às mulheres camponesas subsídios para uma maior visibilidade e reconhecimento do seu trabalho e participação na produção para o autoconsumo da família, qualidade dos alimentos, vida no campo e, também, como um importante fator econômico para as famílias. Nesse contexto apresentam-se

diversas vertentes que abordam a relação entre a agroecologia e as mulheres. O ecofeminismo apresenta-se como uma dessas vertentes que traz a relação próxima da mulher com a natureza e em especial ao que se relaciona com a maternidade, o cuidado e a reprodução, na perspectiva de reconciliar as mulheres com a natureza. Conforme Franciane,

[...] são as mulheres que descobriram a agricultura, são elas que zelam pelo produzir o alimento saudável para a família comer, optando pela diversificação, sempre pensando no bem da família. Quando sobra o excedente, eu comercializo e faço bastante trocas com as vizinhas, isso desde sempre. Então acredito que na agroecologia as mulheres conseguem ter mais economia, conseguem organizar melhor a produção, a renda principalmente, o produto de qualidade, agregar valor ao produto. Hoje tem um pouco mais de venda, tem as feiras, têm os mercados institucionais, então que tem o preço diferenciado e a gente vê o destaque neste caso das mulheres em começar a produção. (Entrevista realizada em ago. de 2019).

A partir da Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992, passou-se a refletir com mais intensidade sobre os impactos causados ao meio ambiente. Nesse encontro internacional, além de atentar-se às questões da destruição e extinção dos espaços rurais e da diversidade disponíveis no meio, destacou-se a participação das mulheres como sujeitos importantes na preservação ambiental e na produção. A participação delas na prática agroecológica proporcionou-lhes espaços para apresentarem-se como capazes e, ainda, o reconhecimento enquanto agricultoras (SILIPRANDI, 2011; GEORGIN et al., 2015).

Ao abordar a participação das mulheres na prática agroecológica, é possível observar que elas sempre estiveram à frente na busca pela qualidade da alimentação familiar e modificação das relações sociais e ambientais. Torna-se necessário também, atentar-se para o fato de que na agroecologia as mulheres buscam mais reconhecimento enquanto camponesas e produtoras de alimentos e produtos sustentáveis. Uma das interlocutoras de nossa pesquisa, Marisa, chama a atenção para como ocorre essa inserção da mulher na agroecologia, pois se deve tomar cuidado para ela não continuar restrita ao espaço privado:

Se a mulher se fechar na sua unidade de produção, esse modelo continua oprimindo, mas se ela estudar e participar melhora. Se a mulher ficar só na produção e não administrar e é o companheiro quem faz essas coisas, ela acaba só adquirindo mais trabalho e não consegue sua emancipação. Tem que ter muito cuidado com isso, pois as vezes você só

está adquirindo mais responsabilidades e não tem nenhuma visão do que pode estar acontecendo, de que você está se sobrecarregando, mas não está se libertando (Entrevista realizada em maio, 2019).

Nessa perspectiva, as demais mulheres entrevistadas também chamam a atenção para como se efetiva a agroecologia, que ela deve colocar a mulher em “pé de igualdade” para com os homens, caso contrário, não estará sendo eficaz. Para Elenir,

Para a mulher, o trabalho com a agroecologia dá mais abertura para a mulher. A mulher não precisa de 5 alqueires para trabalhar, se ela tiver 50X50 ela já consegue ter uma boa renda, eu acho que isso que aumenta a autonomia da mulher, ela não precisa se matar trabalhando para ter uma boa renda, a gente não consegue ver isso aqui, mas via isso lá no acampamento e também em outros espaços. Eu acho que a mulher tem mais espaço, só olhar nas feiras, tem muito mais mulher do que homens. (Entrevista realizada em maio, 2019).

Franciane descreve que “[...] a agroecologia dá muita autonomia para as mulheres e também é com ela que essas mulheres conseguem quebrar esse tabu, essa barreira dentro da própria casa, com seus próprios companheiros, com suas/eus filhas/os” (Entrevista realizada em agosto, 2019).

É possível verificar que os espaços de discussão sobre a participação das mulheres na prática agroecológica vêm se ampliando em congressos, cursos e formações na busca de sistematizar e ampliar a visibilidade e o reconhecimento dos papéis desempenhados por elas. Nesses espaços são discutidas temáticas pertinentes à agroecologia enquanto ciência, prática e movimento para alcançar a soberania alimentar. Problematicando a modernização do campo, o qual visou exclusivamente o aumento da produção, associado à masculinização do meio rural, em que os homens se colocam no papel de chefes de família, logo, são eles que se tornam beneficiários dos programas de incentivo do governo. A agroecologia é vista como um processo de resistência à modernização, a qual é diferenciada para homens e mulheres e na qual elas possuem mais responsabilidades e menos recursos. Os principais objetivos da sistematização de experiências protagonizadas pelas mulheres na agroecologia são:

[...] 1) dar visibilidade às experiências promovidas por mulheres na Agroecologia; 2) elaborar e experimentar uma metodologia participativa de sistematização, aprimorando a capacidade das mulheres de refletir sobre suas próprias experiências; 3) refletir sobre o papel das mulheres na construção da Agroecologia e o papel da Agroecologia na vida das

mulheres; e 4) gerar referências para a formulação de políticas públicas a partir dos aprendizados das experiências sistematizadas (CARDOSO; RODRIGUES, 2009, p. 12).

Através da agroecologia, as mulheres passam a ter um maior reconhecimento das suas atividades e funções, garantindo-lhes visibilidade. A agroecologia, além do que já foi descrito, possui em suas interfaces inúmeras propostas de transformação das relações e formas de organização social. Para Franciane, “hoje o movimento tem mais esse debate da agroecologia, se tem esse debate, conseqüentemente tem mais oportunidade, então dentro desse debate de gênero, vem esse debate de agroecologia, então as mulheres conseguem ter mais participação (Entrevista realizada em agosto, 2019)”

Nessa mesma perspectiva, na busca pela equidade e diversidade, almeja-se a valorização e visibilidade da contribuição das mulheres no desenvolvimento da sociedade, na busca por mais justiça e igualdade. O feminismo é para todos e questiona a heteronormatividade que produz o modelo hegemônico de relações societárias. Dessa maneira, “[...] o feminismo aqui abordado também está relacionado a uma teoria e a um movimento que se retroalimentam e, de várias formas, põe em relevo a opressão que o gênero masculino exerce sobre o gênero feminino” (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 38). O feminismo e a agroecologia, portanto, propõem lutas e transformações sociais para diversos contextos e perspectivas da sociedade na busca pelos direitos dos seres humanos, como a cidadania, democracia, política, contra a pobreza e no incentivo aos movimentos sociais, os quais estão à frente das reivindicações por esses e outros direitos da sociedade (FERREIRA; MATTOS, 2017). Deste modo,

A perspectiva agroecológica tem demonstrado potencial de abrir espaços para que as mulheres agricultoras enfrentem sua condição de vulnerabilidade e, neste sentido, conquistem mais poderes nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política. Entretanto, o trabalho com a agroecologia, por si só, não é suficiente para que a desvalorização e a invisibilidade das mulheres sejam suficientemente problematizadas. Neste sentido, o diálogo entre as perspectivas agroecológica e feminista é um importante caminho para o enfrentamento político sobre alguns dos dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 39).

Para Siliprandi (2011), as mulheres devem ser reconhecidas como sujeitos políticos pela luta ecológica, que está associada ao feminismo e que se constitui enquanto um marco interpretativo que permite dar visibilidade aos

relacionamentos opressivos entre homens e mulheres. Assim, é importante que se possa compreender as inúmeras formas como se reproduz a opressão com relação às mulheres bem como a naturalização dessas relações cotidianas na sociedade. Percebe-se, desse modo, que “[...] esta nova prática trouxe uma maior responsabilidade a estas mulheres”, mesmo que elas não tenham total controle sobre os ganhos econômicos, “elas passaram a se sentir mais livres, ao mesmo ponto em que podem participar das decisões que antes só cabiam aos homens” (GEORGIN et al., 2015, p. 6). Para Brumer (2004, p. 211), em seus estudos, a divisão do trabalho no meio rural ainda é marcada fortemente pela divisão sexual e “permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.” De forma que,

As mulheres, ainda, responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho, no qual com frequência são auxiliadas ou substituídas pelas filhas, quando têm outra atividade. Nessa esfera, as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico. Elas também tomam decisões referentes a vendas eventuais de bens por elas produzidos, tais como ovos, queijo, nata, e outros, sendo também as responsáveis pelo uso dos recursos assim obtidos. No entanto, não se deve superestimar a importância de sua autonomia e poder nesse domínio, tendo em vista, por um lado, que as vendas feitas por elas geralmente são eventuais e de pequeno valor e, por outro, que as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas. (BRUMER, 2004, p. 211-212).

Deste modo, é comum essa forma de divisão no âmbito do trabalho familiar, no qual prevalece a hierarquia e a divisão marcada pelo sexo dos sujeitos. Conseqüentemente as mulheres historicamente são responsáveis pelas atividades do espaço doméstico e pelo trabalho na propriedade, principalmente os de cunho privado, enquanto aos homens cabe o trabalho na propriedade e a representação familiar no meio externo, como agricultores e/ou trabalhadores rurais. Para Brumer (2004):

Dois aspectos podem explicar a divisão de trabalho que se estabelece entre homens e mulheres rurais. O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com

vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. Ocorre que as atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários requerem algumas qualidades que supostamente as mulheres (adultas e jovens) possuem (por natureza ou por aquisição, através do processo de socialização) ou que sua situação de trabalhadoras eventuais propicia (devido à manutenção de suas obrigações na esfera da reprodução) (BRUMER, 2004, p. 212).

As mulheres permanecem, dessa maneira, invisibilizadas nos trabalhos que realizam na propriedade rural. Mesmo que trabalhem de igual para igual ou até mesmo, em muitos casos, mais do que os homens, não são reconhecidas de fato pelo trabalho que realizam e são descritas como ajudantes ou dependentes de seus companheiros e pais. Na agroecologia, busca-se, então, repensar novas formas de organização familiar, nas quais as mulheres possam ser viabilizadas enquanto trabalhadoras rurais, a agroecologia possibilita visibilidade e reconhecimento para as atividades que elas desenvolvem e produzem. Para Franciane, na agricultura

[...] é difícil pensar isso separado, cada um em um quadradinho, porque é um constante movimento, na verdade é como se fosse uma engrenagem, se tirar um parece que não flui, se você tira as Mulheres do processo não flui o debate, não anda. A questão da agroecologia também, que hoje a gente vê que aderiram à agroecologia por parte das mulheres, não foi por iniciativa, nem por vontade dos homens, os homens aderiam a agroecologia a partir do momento que viram que dava dinheiro, da renda, aí é eu que vou gestionar, é eu que vou cuidar, aí o movimento sempre tenta discutir essa questão de gênero, da igualdade, então não tem como pensar todo esse processo sem as mulheres. Isso não me passa pela cabeça. (Entrevista realizada em agosto, 2019).

Quando se compreende a relação entre o feminismo e a prática agroecológica, evidenciam-se os diversos dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural. Essas perspectivas propõem a extinção de ações que invisibilizam a participação e o trabalho delas, já que a união entre essas amplia a possibilidade de discussão e reflexões no enfrentamento de práticas que se tornaram naturalizadas no cotidiano da sociedade (FERREIRA; MATTOS, 2017).

Dessa maneira, a agroecologia e o feminismo evidenciam saberes e práticas tradicionais, vistos em muitos casos como sinônimo de “atraso” ou “retrocesso”,

considerando as tecnologias disponíveis atualmente em nossa sociedade. Mas, “ao valorizar o conhecimento local, a perspectiva agroecológica revela a importância das mulheres na construção de sistemas agroflorestais, quintais, hortas, manejo da criação de animais, entre outros sistemas produtivos.” (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 41). A introdução do “feminismo na construção do campo agroecológico contribui na ampliação do enfoque para além das questões tecnológicas, produtivas e ambientais. As questões sociais ganham evidência, incluindo a busca da justiça e equidade nas relações de gênero” (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 41). Havendo um consenso de que essas relações são desiguais e injustas, elas devem ser repensadas e construídas socialmente junto com a comunidade. O feminismo e a agroecologia trabalham juntos para uma nova construção social, possibilitando a retirada de inúmeras mulheres da situação de opressão, visando, garantir uma agricultura sem agrotóxicos e adubos químicos, fomentando a participação em atividades coletivas. Uma das primeiras interfaces entre ecologismo e feminismo foi a discussão sobre o aumento populacional e os direitos reprodutivos das mulheres.

O ecologismo e o feminismo uniram-se inicialmente para elaborar estratégias para diminuir as taxas de crescimento da população mundial, discutindo, posteriormente, o direito reprodutivo das mulheres, garantindo-lhes o poder de escolha com relação à procriação, promovendo o exercer livre de sua sexualidade e sem a obrigatoriedade de ter filhos (SILIPRANDI, 2011).

Por muito tempo as mulheres foram marcadas pelo dualismo entre natureza e cultura, reconhecidas como parte da natureza ou como mediadoras entre natureza e cultura, o que as colocou em uma posição de inferioridade com relação aos homens. Essa posição lhes foi atribuída por conta da sua fisiologia (seu corpo), de seu papel social ligado à maternidade (SILIPRANDI, 2011). Com a aproximação entre o feminismo e a agroecologia,

[...] passou-se a compreender a importância histórica das mulheres na agroecologia, e o quanto elas ainda têm a contribuir na construção desse conhecimento. É fundamental que esse conhecimento venha à tona como construção específica das mulheres. Esta valorização é fundamental para garantir que isso não lhes seja expropriado pelos homens em sistemas economicamente patriarcais (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 42).

A história das mulheres com a agroecologia é caracterizada pela preocupação com os problemas ambientais, delimitando o “ecofeminismo”, o qual vem se fortalecendo a partir dos anos 1990, buscando o reconhecimento, reinterpretação e reorganização das relações da humanidade com o meio natural, reivindicando que

as ações humanas não ocorram a partir de uma perspectiva sexista, mas, sim, de respeito e valorização a todos os seres existentes no meio (SILIPRANDI, 2011):

As mulheres sempre assumiram um papel de destaque na promoção da Agroecologia, seja nas áreas de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos ecológicos, seja na geração e disseminação de conhecimentos. Com seu olhar problematizador, fazem uma leitura diferenciada da agricultura e propõem alternativas produtivas e econômicas frequentemente motivadas por questões ligadas à reprodução da vida (AGUIAR, SILIPRANDI, PACHECO, 2009, p. 46).

Na prática agroecológica observa-se a presença ativa das mulheres, diferentemente da agricultura convencional, na qual predominam métodos e abordagens de trabalho em que o homem é o chefe da família e é ele que toma grande parte das decisões pelo círculo familiar. Na agroecologia, observam-se alterações na organização familiar e nos modos de trabalho, diferentes dos presentes na agricultura convencional, no qual se designa que as mulheres desempenham os trabalhos mais “leves” e os homens os trabalhos “pesados”, porém essa classificação é determinada pelo sexo de quem realiza as atividades e não porque algumas delas exijam mais forças físicas e outras habilidades (PAULILO, 2016).

Em torno desse debate, é possível afirmar que “a produção agroecológica para as mulheres camponesas vai além de apenas a produção de alimentos sem agrotóxicos, adubos químicos ou a utilização de sementes geneticamente modificadas.” (BONI, 2017, p. 22), pois para elas há uma relação mais próxima com o meio, ao respeitarem não apenas a natureza, mas também suas próprias famílias e os consumidores para os quais comercializam os produtos. Para Franciane,

As mulheres possuem papéis fundamentais no processo histórico da humanidade, dentro do processo da agroecologia e se não fosse as mulheres acredito que muita coisa na agricultura não teria avançado e, principalmente na agroecologia e na alimentação saudável, porque hoje quem que são as pessoas que se preocupam com as famílias, com o bem estar, com a alimentação são as mulheres. Dificilmente se você conversa com um homem eles estão preocupados com o alimento para o consumo, eles podem até pensar em plantar um feijão, mas esse feijão é para a venda, para a comercialização, até planta um pouco para o consumo, mas o foco é a venda, a produção. Eu acho que as mulheres possuem seu papel fundamental e caso elas não existissem, o processo para na verdade, sem elas não existe outra possibilidade. (Entrevista realizada em agosto, 2019).

Ao produzirem alimentos de qualidade, diversificados e de forma ecológica, passam a ter acesso ao ganho econômico e a qualidade de vida, o que reforça, cada vez mais, a proliferação dessa prática (BONI, 2017). Por meio da agroecologia, torna-se “[...] inegável a sua ascensão como protagonistas de uma nova forma de fazer, organizar e viver a agricultura familiar”, através de “rearranjos familiares, autonomia econômica, e social” (GEORGIN et al., 2015, p. 8).

Para Boni (2015, p. 22) “a produção diversificada para o autossustento, o cuidado com a horta, o pomar, as plantas medicinais, o jardim, tudo isso faz parte da identidade da mulher camponesa”. Ainda, de acordo com a autora, é através da participação política, em sindicatos e associações, que as mulheres passaram a adquirir mais direitos, acesso às políticas públicas e à visibilidade social. Para reverter a situação de invisibilidade seria necessário “[...] oferecer-lhes apoio organizativo e possibilitar que as mulheres tivessem acesso a recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica) para que pudessem desenvolver suas capacidades” (SILIPRANDI, 2011, p. 103).

Ao refletir sobre as preposições postas sobre a agroecologia e o que esta propõe como um modelo de sociedade e não apenas como uma nova forma de desenvolver a agricultura - como ainda prevalece em muitos espaços e é descrito por muitas pessoas - e ao abordar de fato o que é agroecologia, como visto anteriormente, compreende-se que essa, abrange toda a organização social e assim, ao se compreender seus objetivos e analisar as situações postas, entende-se que a agroecologia ainda possui inúmeros desafios para com a sociedade.

Como descrito ao longo deste estudo, ainda existem muitos desafios com relação ao modelo social estabelecido atualmente, mas muito se vem avançando; no entanto, as mulheres ainda vivenciam inúmeras formas de opressão na sociedade patriarcal em que vivemos. Desse modo, não apenas nesses aspectos, mas em diversos contextos sociais, a agroecologia deve intensificar sua compreensão e efetivação, pois caso não haja harmonia, não está se efetivando a agroecologia, e sim apenas uma agricultura sustentável, o que não se define como o seu objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que o patriarcado ainda predomina em todas as relações na sociedade. As mulheres interlocutoras da pesquisa destacam que já ocorreram muitos avanços com relação ao machismo e às relações de poder, no entanto, ainda vivenciam situações cotidianas que reforçam e invisibilizam as mulheres e as atividades por elas desempenhadas.

Muito já se avançou, contudo, ainda há inúmeros enfrentamentos vivenciados pelas mulheres no seu cotidiano. As mulheres entrevistadas, do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de maio, denotam as transformações que vivenciam

através da agroecologia, não apenas na questão alimentar ou trabalho, mas como um modo de vida e de organização social. Para elas, a agroecologia vai muito além de um modelo de agricultura, mas se trata, sim, da possibilidade de enfrentamento das dificuldades por elas vivenciadas em seu cotidiano e todas relatam que a agroecologia transformou suas vidas, desde os seus hábitos alimentares até o modo de relacionar-se com o meio ambiente e as percepções sobre o que é agricultura. Nota-se, ao longo deste estudo, que o número de famílias que trabalham com agroecologia é baixo quando comparado ao número total de famílias do acampamento, porém eles fazem parte de uma importante parcela de resistência a um modelo de agricultura e sociedade ainda hegemônicas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Virgínia; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria Emília. Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia. Mulheres construindo a Agroecologia. **Rev. Agriculturas: experiências em agroecologia**. Leisa Brasil, v. 6 n. 4, dez. 2009. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: 1967.

BONI, Valdete. Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica. *In: Org.: Valdete Boni; Lucélia Peron; Siomara Aparecida Marques; Naira Estela Roesler Mohr e Tania Mara De Bastiani. Mulheres camponesas e agroecologia*. CRV: Curitiba, Brasil. 2017.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras no sul do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 171-174, 2004.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. *In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Org.). Mulheres na refor-*

ma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Rev. Agriculturas: experiências em agroecologia**. Leisa Brasil, v. 6, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

CEZIMBRA, Elemar do Nascimento; PASTÓRIO, Inês Teresinha; XAVIER, Leonardo Pereira. **Jovens, lutas por terra e permanência no campo**. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 27-45, jan. 2019. Disponível em: <<http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/viewFile/538/663>>. Acesso em: fev. 2019.

CHAYANOV, Alexander. **La organizacion e la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Edições Nueva Visión, 1974.

DEERE, Carmem; LEON, Madalena. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre:UFRGS, 2002.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, 2017. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2019.

GEORGIN, Jordana; WIZNIEWSKY, José Geraldo; OLIVEIRA, Gislayne Alves; ROSA, Ana Lúcia Denardin da. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Revista Monografias Ambientais (REMOA-UFSM)**, Santa Maria, v. 14, n. 3, 2015.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, jan./jun. 2006. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443/1420>>. Acesso em: jan. 2019.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. O Censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 em uma Perspectiva de Gênero. *In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR,*

Andrea Butto (Org.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

PAULILO, Maria Igenes S. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

PAVAN, Dulcinéia. O caminho feminino para a reforma agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 3, 2000. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1482/1458>>. Acesso em: jan. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Expressão popular: São Paulo, 2015.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. Pensamiento Iberoamericano, n. 9, p. 169-183, 2011.



Segurança alimentar e nutricional: percepção de mulheres de um assentamento rural

Roberta Calcanhoto¹

Elisa Maria Andrade Brisola²

Suzana Lopes Salgado Ribeiro³

Alexandra Magna Rodrigues⁴

RESUMO: O objetivo do estudo foi avaliar a segurança alimentar de famílias de um assentamento rural, segundo a percepção das mulheres devido aos papéis de gêneros estabelecidos socialmente, que relacionam a elas o dever de cuidar da família. Trata-se de pesquisa com abordagem quali-quantitativa que utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e entrevista com quatro questões norteadoras. A EBIA foi respondida por 22 mulheres e os dados foram tratados por estatística descritiva. As entrevistas foram realizadas com 10 mulheres e os dados analisados por meio de triangulação de métodos. Verificou-se que 78,6% das famílias encontravam-se em Insegurança Alimentar e as narrativas dessas mulheres demonstraram o medo de não ter alimento para seus filhos e dificuldades de viver da terra, apesar da melhoria da condição de vida após serem assentadas. Tal situação indica necessidade de articulação das políticas públicas que garantam Segurança Alimentar Nutricional dessas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Humano. Segurança Alimentar. Assentamento Rural. Gênero.

FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY: PERCEPTION OF WOMEN FROM A RURAL SETTLEMENT

ABSTRACT: The objective of the study was to evaluate the food security of families from a rural settlement, according to the perception of women due to socially established gender roles, which relate to them the duty to care for the family. It is a research with a qualitative approach that used the Brazilian Scale of Food Insecurity (EBIA) and interview with four guiding questions. The EBIA was answered by 22 women and the data were treated by descriptive statistics. The interviews were carried out with 10 women and the data analyzed by means of triangulation of methods. 78.6% of the families were in Food Insecurity and the narratives of these women demonstrate the fear of not having food for their children and difficulties of living of the earth, in spite of the improvement of the living condition after being settled. This situation indicates the need to articulate the public policies that guarantee the Nutritional Food Security of these families.

KEYWORDS: Human Development. Food Security. Rural Settlement, Gender.

¹Pós-graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté/SP. E-mail: drarobertacalcanhoto@gmail.com

²Pós-graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté/SP. E-mail: elisabrisola@gmail.com

³Professora Visitante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. E-mail: suzana.ribeiro@falaescrita.com.br

⁴Professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Humano e do Departamento de Enfermagem e Nutrição da Universidade de Taubaté/SP. E-mail: alexandramagnarodrigues@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é discutida no Brasil e no mundo e seu conceito se desenvolve na medida em que a história da humanidade progride alterando a configuração social e as relações de poder. O conceito contemporâneo de SAN afirma o direito de todos os cidadãos ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficientes e prevê que o acesso aos demais bens essenciais à vida como moradia, saúde, lazer e educação. Além disso, enfatiza as práticas alimentares de promoção à saúde que levem em conta a diversidade cultural e sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental, cultural, econômica e social (BRASIL, 2006).

No Brasil essa discussão tem pelo menos 30 anos, pois desde 1986, quando houve a 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição a qual busca apontar caminhos para o combate à fome e a miséria. Em 1994, definiu-se a SAN como “a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente” (CONSEA, 1994).

A partir da publicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em setembro de 2006, que traz como princípio o direito humano à alimentação e a soberania alimentar e estabelece o Sistema de Segurança Alimentar o Brasil passou, de fato, a lutar contra a fome criando estratégias de desenvolvimento. A LOSAN visa a participação da sociedade na formulação das políticas governamentais para o aprimoramento do gerenciamento dos programas definidos sob o plano “Fome Zero”, bem como ampliar o compromisso dos departamentos responsáveis por implementar estes programas, e determina a promoção de uma Política Nacional e um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em agosto de 2010, foi aprovado o decreto que regulamenta o monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e estabelece parâmetros para elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2010). Em 2014, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que avaliou a segurança alimentar no país mostrou tendência à redução do quadro de insegurança alimentar e nutricional e reafirmou que os princípios fundamentais para tal foram a renda domiciliar *per capita*, escolaridade, presença de água encanada e luz elétrica e emprego formal (BEZERRA et al, 2015).

Os avanços da SAN no contexto das políticas sociais estão relacionados ao desenvolvimento de programas de incentivo à produção agropecuária, principalmente voltados à agricultura familiar, combate à pobreza, acesso aos alimentos nas escolas, e população vulnerável, além de educação alimentar. Importa dizer que essas conquistas relacionadas à SAN no país aconteceram em resposta às demandas e reivindicações dos movimentos sociais. Desta forma, entende-se que debater SAN – em especial se tratamos em conjunto às questões dos movimentos sociais,

da distribuição da terra e de gênero – expande-se as perspectivas do acesso aos alimentos como direito humano e seus impactos no bem estar de pessoas e comunidades (SEGAL-CORRÊA, 2009), especialmente no momento em que o êxito das políticas intersetoriais relacionadas a SAN e seu papel de destaque na agenda pública brasileira estão sendo negados pelo governo atual por meio da Medida Provisória n. 870 (BRASIL, 2019).

Neste sentido, cabe destacar a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹ e a proposta dos assentamentos rurais que contribui para a garantia da SAN de famílias assentadas, uma vez que possibilita o plantio para o autoconsumo, bem como para a geração de renda das famílias, o respeito a preceitos de justiça social e desenvolvimento sustentável. No caso das mulheres do campo “além de produtoras no sentido mais estrito da palavra, são também responsáveis por fazer sentir no âmbito do MST as particularidades por elas vivenciadas, assim como a necessidade de ampliar a luta pela terra” (EVANGELISTA; RIBEIRO, 2017). Nessa direção, é amplamente estudado o protagonismo das mulheres no âmbito do MST seja por sua participação política ou pela construção de novas relações de gênero com mudanças na divisão sexual do trabalho, seja pelo papel desempenhado na produção de alimentos de forma sustentável, além dos cuidados com a saúde das famílias (PULGA et al, 2018; CINELLI, 2015). Contudo, é sempre necessário lembrar enquanto as mulheres continuarem a serem responsáveis pela alimentação de suas famílias, seu papel é central para o aparecimento de propostas de mudanças de consumo, mas sua condição de sobrecarga de trabalho precisa ser considerada, assim como apontam por teóricas da Economia Feminista (NOBRE, 2008).

Cabe dizer que, ao selecionar as mulheres como sujeitas desta pesquisa compreende-se a sua importância para a alimentação das famílias, reconhecendo, contudo, que essa não é tarefa exclusiva delas. Mas a alimentação e o trabalho doméstico são atividades relacionadas a construção de papéis sociais do feminino. Ao reconhecer isto, entende-se que, historicamente, as mulheres foram vinculadas à ideia de reprodução e do cuidado da casa, enquanto aos homens caberia o universo produtivo do trabalho e da renda. Assim, desde a década de 1980, Michelle Perrot apontou a necessidade e os limites de uma forma de produção de conhecimento acadêmica que problematizasse a escrita de uma história a partir de um viés feminino, na medida em que mulheres e homens convivem no cotidiano de nossa sociedade e que a ciência, muitas vezes, é produzida de modo a não evidenciar as diferenças entre as narrativas de um ou outro desses sujeitos (PERROT, 1984).

¹ “O MST carregava a reforma agrária como seu grande mote de luta, defendendo que a terra é um bem de todos, e deve estar a serviço de toda a sociedade, sua materialidade se dá no cotidiano das famílias camponesas na luta pela terra. Nas últimas quatro décadas, o movimento realizou ocupações em pelo menos 22 estados brasileiros, a radicalização do pensamento democrático e organização dos pobres do campo conquistando assentamentos rurais e construindo inúmeras iniciativas nas esferas da produção, educação e cultura” (NETO; BERGAMASCO, 2017, p. 205)

Margareth Rago, retomando os textos de Perrot, faz um exercício de sistematização de uma epistemologia feminista, em um artigo escrito por mulheres, que entrevistaram mulheres. No referido artigo, Rago destaca a necessidade de uma desconstrução das identidades “naturalizadas” e a busca de multiplicidades historicizadas que marcam identidades construídas social e culturalmente nas relações sociais e sexuais, da qual surge a categoria gênero que postula o movimento da construção das diferenças (RAGO, 1998).

Assim, compreender as percepções das mulheres sobre a segurança alimentar em um assentamento rural torna-se imprescindível visto que vivenciam cotidianamente a luta pela vida e saúde em seus espaços de luta pela terra, juntamente com os demais trabalhadores sem terra do nosso país, ao mesmo tempo em que constroem novas relações de gênero.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem quali-quantitativa, realizada em um assentamento rural de um município do interior paulista. Este assentamento pertence ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), modalidade criada para o desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis, na qual os moradores baseiam sua subsistência na agricultura familiar e em outras atividades que não danifiquem o meio ambiente e o extrativismo. Tal pesquisa é parte de uma dissertação de mestrado interdisciplinar em Desenvolvimento Humano.

Após a aprovação do Comitê de Ética (parecer n.2011698), foi realizado contato com o líder da cooperativa do assentamento para solicitar autorização para iniciar a pesquisa. Foram convidadas a participar da pesquisa todas as mulheres das famílias homologadas no assentamento que então assinaram o Termo de consentimento Livre Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi realizada no domicílio e a entrevista com a mulher responsável por ele, visto que há uma relação histórica e social entre o ato de cuidar da família, da casa, dos filhos e a figura da mulher.

Este trabalho visa refletir sobre as percepções de mulheres assentadas, a partir da análise de suas narrativas, procurando descrever e aprofundar suas leituras subjetivas sobre a segurança alimentar e nutricional. Destaca-se a importância da construção e do registro dessas narrativas como modos de acesso à percepção das relações sociais e espaço-temporais estabelecida por essas mulheres. Dizer isso, é reconhecer que na narrativa, a enunciação de percepções vincula-se à leitura que o narrador produz e que seus enunciados são maneiras determinadas de verem seu mundo.

Neste movimento buscamos também valorizar as experiências vividas por mulheres, em sua comunidade, buscando fortalecê-las como sujeitos de ações e

de efetivação do direito humano a alimentação adequada, a saúde e ao ambiente. Ao abordar essas temáticas aparentemente distintas propomos um diálogo com a questão ampla do sistema agroalimentar, mostrando possibilidades e limites de enfrentamento.

Para coleta dos dados quantitativos utilizou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), validada no Brasil por Segall e Marin (2009), e adaptada para uso nacional pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2014. A Escala mensura, por meio de 14 questões, a percepção das famílias em relação à disponibilidade de alimentos nos três meses anteriores à pesquisa.

De acordo com o número de respostas “sim” ou “não”, a família é categorizada segundo o grau de segurança e a EBIA traz também o impacto dessa segurança. São classificados em Segurança Alimentar (SA) os domicílios que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes, e sequer se sentem ameaçados de sofrer restrição em um futuro próximo. A Insegurança Alimentar Leve (IAL) refere-se a uma preocupação ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas. Na Insegurança Alimentar Moderada (IAM) há uma redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões alimentares resultantes da falta de alimentos entre os adultos. Por fim, a Insegurança Alimentar Grave (IAG) é registrada quando ocorre a redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome (IBGE, 2013).

A coleta dos dados qualitativos foi realizada por meio de entrevista com quatro questões norteadoras. As questões visavam: identificar a trajetória de vida da participante até chegar ao assentamento; averiguar a percepção da mulher do quanto morar no assentamento contribui para a segurança alimentar de sua família; verificar o autoconsumo e a renda gerada pelo plantio; e compreender se a comercialização de produtos auxiliam na segurança alimentar familiar. Para definir o número de entrevistas realizadas utilizou-se o critério de saturação.

Os dados quantitativos foram tabulados no programa Microsoft Excel® e analisados por meio da estatística descritiva. A análise dos dados qualitativos baseou-se no referencial teórico triangulação de dados, que de modo geral, segue a classificação de Denzin e Lincoln (2005), que a partir da análise de conteúdo das entrevistas, procura referenciá-la às teorias explicadas por diferentes autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 22 mulheres entre 25 e 70 anos, das quais 18 afirmaram serem casadas ou viverem conjugalmente, 15 declararam renda familiar de até

um salário mínimo e 8 delas relataram não ter nenhum ano de estudo. O número médio de moradores por domicílio foi de 5 indivíduos. A partir da EBIA, foi encontrado que 78,6% das famílias estavam em Insegurança Alimentar, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Grau de Segurança Alimentar e Nutricional das famílias de um assentamento rural.

Resultado da Ebia	Total (N)	Frequência %
Segurança Alimentar	3	21,4
Insegurança Alimentar Leve	15	50,0
Insegurança Alimentar Moderada	4	28,6
Insegurança alimentar Grave	0	0,0

Fonte: elaborado pelos autores.

Pelos critérios estabelecidos na EBIA, domicílios em condição de segurança alimentar são aqueles em que os moradores têm acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas e não se sentem ameaçados por restrição de alimentos. Em residências que apresentam IA leve há preocupação ou dúvida quanto à disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade no futuro próximo e no presente estudo a maioria das famílias se encontrava nesta condição.

Já entre a família com IA moderada ocorre a redução quantitativa de alimentos e/ou quebra dos padrões alimentares pela falta de alimentos entre os adultos. O instrumento capta progressiva piora da situação, passando pelos níveis intermediários em que as famílias recorrem a estratégias de distribuição de menor quantidade de alimentos a seus membros, piora da qualidade nutritiva e diversificação da dieta, em função de reduzir custos, como ainda a supressão de algumas refeições, sendo as crianças poupadas nas situações de menor gravidade (SEGALL-CORRÊA, 2004).

A crise econômica e o aumento do desemprego vivido no país desde 2015 pode ter contribuído com a situação de IA das famílias estudadas. Contudo, cabe considerar que a pobreza² e IA são históricas no Brasil e nosso país é considerado

² Cabe lembrar que a obra publicada há quase 50 anos por Josué de Castro – Geografia da Fome já apontava que a fome não se refere apenas a uma questão biológica, mas deriva, primordialmente, de questão econômica e social.

um dos piores do mundo quanto à desigualdade de renda e abriga mais de 16 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza (OXFAN, 2017). Tal situação demonstra que em uma economia capitalista, a precariedade das políticas sociais para “amortecer” os impactos da crise econômica, ameaça ainda mais a população com a possibilidade da fome e a desnutrição.

Em relação às percepções das 10 mulheres entrevistadas, quase todas relataram que morar no assentamento contribuiu para a melhora da vida da família, sobretudo porque não necessitam pagar aluguel e água, e esse dinheiro poder ser revertido na compra de alimentos. A questão trazida pelas mulheres, ainda que de forma subliminar, indica o quanto viver nas cidades é desafiante para as famílias pobres, na medida em que recebem baixos salários ou vivem de “bicos”, insuficientes para arcar com tais custos, além da alimentação.

A alimentação melhorou né, porque você sabe, na roça a gente tem menos gasto de conta de água, de imposto e você não paga uma água e esse dinheiro é complemento pras despesas, e tudo ajuda no complemento da renda. (M.L.S)

As mulheres ainda destacam a qualidade dos produtos consumidos no assentamento, plantados sem o uso de “venenos”, ou seja, afirmam que a qualidade dos alimentos melhorou devido à ausência dos agrotóxicos na lavoura tornando a alimentação da família mais saudável. O destaque quanto a não utilização de agrotóxicos pode estar relacionado à lógica camponesa do MST de comprometimento com a terra e, por essa razão, com o manejo dos recursos naturais e a “um conjunto de técnicas ecológicas ressignificadas”, fundadas em “processos de permanência e resistência na reprodução das unidades domésticas de trabalho e consumo através de trabalho próprio”. (NETO; BERGAMASCO, 2017, p. 206)

Porque assim ó, como tô te explicando, antes eu comia com veneno, hoje não. Lá fora, antes tudo que comprava tinha veneno, agrotóxico e hoje não. É tudo saudável. As verdura, os tubérculo não tem veneno[...] A diferença é que hoje é mais saudável, antes não. Antes eu comprava tudo. (A.L.S)

As entrevistadas ao destacarem que o alimento é de melhor qualidade e que na maior parte do tempo mais acessível, mostram a importância da conquista da terra – mediada pela participação no movimento social – para a segurança alimentar – mas, também, de moradia, de trabalho e outros. Ser uma mulher agricultora familiar é ter uma relação diferenciada com a terra por ser além de seu

local de trabalho, sua casa e possibilidade de alimentar suas famílias.

Agricultura familiar pode ser definida pelo cultivo da terra para produção de alimentos por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra o núcleo familiar e essa produção visa satisfazer as necessidades de subsistência dos agricultores e de suas famílias, mesmo que a variedade dos alimentos não seja grande. Comercializar a produção excedente gera renda e possibilita a aquisição de outros bens essenciais à família. Essa organização pode contribuir para a sustentabilidade das unidades de produção familiar (MOVIMENTO SEM TERRA, 2017).

Na agricultura familiar normalmente todos participam de toda cadeia produtiva: cultivo, adubagem, combate às pragas e colheita. Em assentamentos rurais essa relação não é diferente, e tem-se preferência em produzir e incentivar a produção de alimentos orgânicos – alimentos ecologicamente sustentáveis, capaz de promover a integração do homem e meio ambiente, premissa do PDS.³

Na perspectiva do MST, é preciso incentivar a produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos e alimentos transgênicos. A política de exportação de produtos agrícolas deveria existir somente para o excedente da produção. As políticas de desenvolvimento da economia devem levar a melhoria das condições de vida da população, principalmente dos mais vulneráveis (MST, 2017).

Outro aspecto positivo, mencionado nas narrativas das mulheres foi a redução do consumo de guloseimas e *fast food*, contribuindo ainda mais para a saúde dos membros da família.

A alimentação mudou bastante, muita coisa saudável. Ah, antes era mais como o povo fala né, fast food. A gente trabalhava muito e comia o que era mais rápido. A gente planta pra comer e isso diminui o fast food. (P.S.N.)

Podemos verificar nas narrativas que a priorização de alimentos básicos, culturalmente referenciados, que são apresentados como essenciais na composição nutricional. Ao mesmo tempo que há a valorização de uma alimentação saudável conforme as possibilidades de renda (CARNEIRO, 2015). Neste sentido, as mulheres parecem dizer que ao praticar o autoconsumo, podem apresentar forma de resistência a uma dieta insalubre (ANDRADE, 2014) e de melhorar a SAN para o grupo familiar.

³ O PDS é um projeto do INCRA que se efetiva por meio de: Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito; Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União. (<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html>, acesso em jul. 2020).

Nessa direção, concorda-se com Kassouf (2002) segundo o qual as famílias rurais têm condições de plantar para autoconsumo, enquanto famílias que residem nas cidades não, estando mais expostas a produtos oferecidos pelo comércio. Entretanto, sabe-se o quanto o apelo aos hábitos da cidade incide também sobre as famílias do campo, razão pela qual o MST atua de forma a construir novas relações com a terra e, conseqüentemente, com o que nela é produzido.

A vida no assentamento pode garantir a SAN por possibilitar a produção de gêneros alimentícios para o sustento da família, observando-se que muitas famílias optavam por plantar alimentos inicialmente para seu sustento e em um segundo momento para a comercialização.

Quando a gente tem bastante a gente vende. [...] Mas quase a gente num vende. É mais pra gente consumir mesmo. (M.L.S)

Quando tem boa produção de mandioca eu vendo. Ajuda a comprar comida. (M.V.R.M).

Neste ponto, pode-se perceber que em um mesmo assentamento há diferentes níveis de produtividade, e que isso está diretamente relacionado à alimentação dessa comunidade, embora, as mulheres entrevistadas relataram, majoritariamente, que plantar para autoconsumo contribui na alimentação da família principalmente por torná-la mais natural, saudável e talvez mais diversificada.

A gente planta maracujá, berinjela, essas coisas e a gente come. É mais gostoso. É mais saudável, não tem veneno. Porque os outro coloca coisa pra crescer e aqui não. A planta cresce sozinho. (J.A.S.F)

A participação das mulheres no plantio de alimentos para o autoconsumo fortalece a agricultura familiar, contribui para a redução de despesas com alimentação e protege contra eventuais vulnerabilidades relacionadas à insegurança alimentar e nutricional (MENASCHE et al, 2008; GALLINA et al, 2017, LOLI et al, 2020). No estudo de Loli et al (2020) cujo objetivo era identificar os espaços de participação das mulheres camponesas em um município do Paraná, os autores apontaram a centralidade da mulher na agricultura familiar, envolvida nas mais diversas atividades desde o plantio dos alimentos para autoconsumo e venda, até em atividades de gestão como a compra de insumos, serviços de banco, sindicatos e associações, administração de recursos financeiros da propriedade e participação na tomada de decisões.

Fortalecer a produção de autoconsumo favorece o uso da renda para outros fins

essenciais à SAN que não a aquisição de comida. Além disso, segundo Gazzola e Shneider (2007):

A produção para o autoconsumo gera a autonomia do agricultor familiar por manter interna a unidade produtiva, a principal esfera responsável pela reprodução do grupo doméstico, fazendo com que o grupo dependa cada vez menos das condições externas à unidade de produção para se reproduzir socialmente (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 8).

Assim, os moradores do assentamento têm autonomia para decidir vender ou manter sua produção, para gerar renda ou para ser consumida pelo grupo familiar. Tanto uma, quanto outras atividades permitem maior segurança alimentar que representa uma condição para a cidadania, um direito à vida (BRASIL, 2006).

A constituição de sua moradia tornando-a seular, perpassando pela reconstrução da própria vida familiar e o estabelecimento de laços afetivos com a “nova terra” torna, na ótica das mulheres entrevistadas, o assentamento um lugar bom de viver.

A roça é uma terapia pro meu filho que não vivia bem na cidade. A saúde dele não era boa. Mas ajuda o sossego. (M.L.S)

Ah, como posso explicar (pausa) melhorou em tudo, tudo, tudo. Antes era mais ou menos. Antes era bem pior, mas não sei falar. (R. M. S)

As melhorias com relação à saúde vão além da qualidade da alimentação, como apontado pelas entrevistadas, que mostram preocupação com suas famílias de maneira global. Viver n em um assentamento significa a conquista da cidadania para essa população e a melhoria da condição de vida mesmo com a precariedade de bens e serviços. , na medida em que são observadas melhorias na alimentação, moradia, saúde e educação após o estabelecimento de um assentamento rural (FERRANTE; BERGAMASCO, 1995).

Contudo, para que isso aconteça é necessário que a Reforma Agrária aconteça e que a utilização da terra ocorra em benefício principal daqueles que nela trabalham, e não constitua apenas um negócio de uma pequena minoria com seus latifúndios (PRADO JUNIOR, 1979). Para isso, os trabalhadores rurais devem se organizar e mobilizar para pressionar o Estado na efetivação real, inclusive com abertura de créditos, fornecimentos de insumos e apoio técnico para o bom manejo da terra.

Entretanto, constata-se, sobretudo desde 2016, a tendência governamental de defender os interesses das elites agrárias⁴ em detrimento dos interesses dos

⁴ Não que isso seja uma novidade na realidade brasileira, pois é histórica a atuação do Estado brasileiro em favor das elites agrárias. Entretanto, nos últimos 4 anos essa postura encontra-se mais explícita, inclusiva com o esvaziamento do INCRA

trabalhadores rurais sem terra.

Pesquisa realizada pelo INCRA em 2010 analisou a melhoria de vida dos moradores de todos os assentamentos do país e trouxe como dados que 84% dos assentados são alfabetizados, 70% das moradias possuem mais de 5 cômodos, 79% dizem ter abastecimento de água, 76% possuem algum tipo de tratamento de esgoto e 76% das casas possuem energia elétrica. Porém 57% estavam insatisfeitos com as vias de acesso aos lotes e o acesso à postos de saúde. A pesquisa trouxe também que produção agropecuária nos assentamentos contribui para 75% da renda familiar. Neste quesito, houve diferença da renda declarada pelos entrevistados nos diferentes estados brasileiros, tendo como média, o aumento de até 2 salários mínimos (INCRA 2010).

Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada em 2008/2008, Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio (PNAD) 2008/2009 e pelo INCRA em 2010 trazem que assentamentos rurais geram empregos diretos e indiretos e estabelece um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equilibradas por trazer melhoria de vida das famílias assentadas e o aumento de renda familiar.

As mulheres deste estudo, apesar de apontarem os benefícios de viver em um assentamento, também indicam dificuldades visto que integrantes da família não conseguem emprego em razão de residirem na zona rural do município, e a distância e a deficiência do transporte público como geradores de desconfiança por parte dos empregadores quanto ao cumprimento dos horários. Elas ainda apontaram o preconceito sofrido pela população do campo, por serem consideradas menos capazes do que as pessoas do centro urbano. Tal preconceito é agravado ao serem/estarem ligados ao MST, uma vez que, os preconceitos estão relacionados ao processo de criminalização que os movimentos sociais em geral, e em particular o MST, sofrem no Brasil, pois tanto a mídia como setores conservadores da sociedade associam o Movimento à desordem e os vêm como ameaças (BRISOLA, 2012).

Difícil arrumar emprego. Osque pode trabalha, passa endereço daqui e num consegue arrumar emprego. J.A.S.F

e EMBRAPA, organismos que se ocupavam dessas questões. “Dados evidenciam que a prioridade da atual política agrária é produzir mais proprietários e menos assentados, tendência que já vinha sendo traçada anteriormente. . Entre 2015 e 2016, o número de famílias assentadas caiu de 26.335 para 1.686, chegando em 2017, justamente quando o Incra bate o recorde de titulações, a zero. Ou seja, enquanto milhares de títulos são concedidos, nem uma só família foi assentada. Não por acaso, o valor destinado à obtenção de terras para a reforma agrária para 2018, segundo o PLDO, teve uma redução de 84% e contará com R\$ 34,2 milhões. A título de comparação, em 2015, ano em que o número de criação de assentamentos já estava em queda, os recursos para obtenção de terras para reforma agrária totalizaram R\$ 800 milhões. [...] A nova política – que conta até com incentivo de meta de titulação às superintendências regionais e que ficou conhecido como titulômetro – vai em sentido inverso. Ao conceder títulos de domínio sem que sejam aferidas as condições de reprodução econômica do assentamento, o que o governo faz é se isentar de um eixo estruturante da reforma agrária: garantir políticas de infraestrutura e apoio para que os agricultores produzam e permaneçam na terra”(MALERBA, 2018, p. 1).

Para ter o lote homologado, o titular, devido a Lei Estadual 4.957/85, precisa se declarar trabalhador rural e assumir o compromisso de morar e explorar pessoalmente o lote. Os demais membros da família podem, caso queiram, trabalhar em outro local e isso pode proporcionar aumento da renda familiar (ITESP, 2017). As entrevistadas mostram ter consciência desta situação e a relacionam à nutrição de seus familiares.

As dificuldades de ordem social encontradas por essas agricultoras diminuem a renda gerada no campo, trazendo problemas econômicos, levando as famílias a buscarem emprego nas cidades. Quando esses empregos não se tornam alternativas de renda, a população do campo, empobrecida, sofre com carência de alguns gêneros alimentícios. O modelo político e econômico de sociedade no Brasil, historicamente parte do ponto de vista que somente a classe dominante tem direito à riqueza. Estes padrões estabelecidos não favorecem a justiça nem a inserção de todos aqueles que necessitam adentrar no mercado de trabalho formal (MARCONDES; BRISOLA, 2013). Entretanto, é importante compreender que o assentamento estudado ainda está se organizando: foi criado em 2005 e ocupa uma área de 378,91 hectares é composto por 35 lotes e 22 famílias estão homologadas (concessão ao uso da terra). O assentamento faz parte do PDS que “visa o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental” (INCRA, 2016).

Entretanto, mesmo fazendo parte de um programa, as mulheres participantes da pesquisa narraram sobre as dificuldades de conseguir financiamentos e recursos para investir na agricultura familiar. Indicando, em suas percepções e vivências, isso como uma das principais dificuldades de viver da terra.

Financeiro, ah! tudo financeiramente, né? A gente não pode trabalhar formal né e aqui tudo é difícil né, porque a gente não tem serviço, não trabalha e pra gente plantar precisa gastar dinheiro e aí fica difícil. (B.H.M.M)
Recurso. É dinheiro pra mim, que sou solteira é o dinheiro. Porque quem é casal, o marido trabalha fora. Alguns faz bico e tem dinheiro. Trabalha fora só se não for registrado. Mas você não consegue agregar trabalho com a terra. Quem diz é mentira. Se você tem condições de ir e voltar, pode trabalhar sem registro e a mulher cuida do lote. Algumas pessoas têm casa na cidade e usa o lote como lazer e não produção. Se você sai pra trabalhar fora, não é reforma agrária. **Reforma agrária é o que? Você viver da terra.** Antes tinha projeto e hoje não tem nada disso. Tivemos o fomento de R\$ 1.000,00 pra alimentação e R\$ 1.500,00 pra produção e aí você podia compra o que quisesse, mas foi uma vez só e tinha que usar o dinheiro tudo de uma vez.

Quem gasto os R\$ 1.000,00, os rato comeu tudo porque estragou. Tem o Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁵] é um dinheiro pago, tanto que tô com nome sujo porque peguei e não consegui pagar. (A.L.S, grifos nossos)

O que tá faltando um pouco é assistência. Ah negócio como veterinário pras criação e agora não tem mais. Então, antes tinha também os agrônomo que vinha ajudar a gente. Mas esses tempo estava parado. Mas vai voltar de novo. Acho que é a crise aí. Mas, agora vai voltar...(M.L.S)

Quando entramo teve uma ajuda de custo pra gente. Pra fazer compra né, mas isso quando entrou. Há 15 anos atrás, né. Então, os projeto tava tudo parado por pobrema em outros assentamento. E agora tava tudo bloqueado. Agora já desbloqueou... (M.V.R.M).

Mesmo com taxas de juros mais baixas – de 2,5% a.a à 5% a.a – muitos agricultores rurais têm dificuldade em honrar o financiamento e, por vezes, não sabem como pedir ou optam por não pedir as linhas de crédito. Sem apoio técnico, sem acesso a financiamentos, sem infraestrutura, sem formas eficazes para comercializar a produção, essas famílias não têm conseguido obter renda suficiente para lhes assegurar o bem-estar que as estimule a continuar seu trabalho (RIBEIRO, 2007).

Após a homologação dos lotes, como já citado, os assentados passam a ter direito ao chamado apoio Inicial, para a instalação do assentamento e a compra de ferramentas e equipamentos; além do direito ao fomento para promoção dos projetos de segurança alimentar e de estímulo à geração de trabalho e renda. Há ainda o Fomento Mulher criado para que a mulher titular do lote possa implantar um projeto produtivo.

Pode-se compreender, a partir das narrativas, a diferença de possibilidades de geração de renda entre casais e mulheres solteiras, ou entre pessoas com endereços na cidade. Além disso, o tempo de assentamento e o enfrentamento da falta de políticas de financiamento e assistência técnica para o pequeno agricultor leva essas mulheres a ter uma percepção da precariedade de suas condições materiais. Outra questão importante apontada pelas mulheres entrevistadas foi a falta de água para consumo e plantio, onde 54,54% das famílias homologadas obtêm água de mina e 68,18% delas não fazem nenhum tipo de tratamento para potabilidade da mesma, o que interfere diretamente na SAN dessas famílias.

⁵ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF foi criado em 1995, se constituindo a primeira política nacional direcionada especificamente para a agricultura familiar, ou seja, tem por finalidade prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais e já passou por inúmeras mudanças desde a sua criação e segundo enfrenta desafios no sentido de incorporar os agricultores familiares menos estruturados economicamente e a diversidade de sistemas produtivos da categoria social. (GRISA, 2017).

Aqui é muita falta de água né. Aqui é muito difícil pra todos nós. Pouco também né. Porque não tem água. Uma época tá boa, na outra seco. Aqui é muito difícil pra nós. Planto o que não precisa de água, tipo mandioca, que não precisa de água. (M.V.R.M)

A água é primordial para o assentamento, pois, sem água, não existe produção, tornando o acesso à água garantia da produtividade (PORTO-GONCALVES, 2006). Em muitos assentamentos, as famílias não conseguem viver da terra por fatores ligados a escassez de recursos como ausência de financiamentos; a terra nem sempre é produtiva; escassez de água, sementes e ferramentas para o plantio; a produção nem sempre atende às exigências do mercado no quesito certificação de produtos da agricultura familiar (YASMIN, 2009).

Em relação ao acesso a água, observa-se no assentamento em questão, a ausência de efetividade do PSD, projeto que teoricamente deveria sanar essa questão viabilizando infraestrutura necessária aos assentados. É importante compreender que no PSD a forma de concessão da terra se dá pelo regime de concessão comunal, “com a necessidade de formatação de uma base de interlocução formal do grupo de famílias assentadas e o poder público, por uma via construída em bases associativas, condominiais ou, ainda, cooperativistas” (ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014, p. 447), ou seja, pressupõe um processo participativo de tomada de decisões que, em última instância, redunde na produção sustentável, como em renda e saúde para os assentados, o que parece não ocorrer no assentamento estudado.

Segundo Minari et al (2011), questões como inclusão social e sustentabilidade em assentamentos rurais estão longe de ser resolvida, haja vista que o Estatuto da Terra é de 1964 e ainda o poder público não investe em infraestrutura básica para que os assentados possam viver com dignidade. Viver no assentamento, mesmo com as limitações impostas, traz alternativas econômicas e sociais para trabalhadores rurais que se encontram marginalizados e excluídos da sociedade por se desdobrarem em novas perspectivas de produção, renda, moradia e condições dignas de vida e de trabalho (REVISTA REFORMA AGRÁRIA, 2019).

Nesse mesmo contexto, o assentamento está conformando no universo rural como um novo processo de convívio, onde se trata a recriação de condições básicas e de ajuste social para a sobrevivência e a estabilidade produção familiar. Portanto, há que se considerar o assentamento como uma comunidade em formação, onde se tinha o vazio com o latifúndio, passa-se ter vida, isto é, o convívio social e produtivo (REVISTA REFORMA AGRÁRIA, 2019).

A agricultura familiar é definida pela Lei nº 11.326, de 2006 e considera agri-

cultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não possua nenhum título de área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família no trabalho com a terra; que a renda familiar seja fruto das atividades desenvolvidas no seu estabelecimento ou empreendimento; dirija sua organização com sua família.

Trata-se do pequeno agricultor, dono de seus meios de produção, que atua diretamente na execução do trabalho, essencialmente com sua família, e que retira dessa atividade seus meios de subsistência. É atividade econômica importante, como se verá mais adiante, mas que perdeu sua visibilidade dentro da sociedade atual (CLAY et al, 2016, p. 248).

Pelo conceito de agricultura familiar, no qual a atividade produtiva é a principal fonte de renda dessas famílias, o agricultor passa a ter uma relação particular com a terra por ser sua moradia e local de trabalho. Concomitante a isso, os assentamentos pertencentes ao Programa de Desenvolvimento Sustentável devem obedecer duas premissas básicas estipuladas pela Portaria nº 477 de 04/12/1999: a preservação ambiental e a priorização da produção coletiva (INCRA, 2016). A agricultura familiar tem legitimidade social, política e acadêmica. Usada nos discursos dos movimentos sociais rurais, por órgãos governamentais e artigos científicos especialmente os realizados nas Ciências Sociais (SCHNEIDER, 2003).

O MST luta por uma economia que incentive a produção de bens e possibilite a eliminação da pobreza e da desigualdade social por meio do trabalho digno haja crescimento e distribuição de renda tornando a economia mais justa e solidária levando todos os brasileiros a ter mais qualidade de vida (MST, 2017). Contudo, a redução de verba de desenvolvimento e assistência dos assentamentos, associada à extinção do CONSEA (BRASIL, 2019), compromete a qualidade de vida dos assentados em desacordo com o Estatuto da Terra que diz que o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha e a soberania alimentar do cidadão brasileiro.

A pobreza no Brasil é, entre outros motivos, resultado da concentração fundiária que expropria e degrada as relações de trabalho (WANDERLEY, 1995). Em 1850, a Lei de Terras que definiu que a terra só fosse obtida por meio da compra. As terras que não foram apoderadas pelos coronéis deveriam ser devolvidas ao Estado (surgindo o termo “terras devolutas”). Com isso a lei dificultou o uso das terras pelos pobres, criando um sistema de concentração de terras pelos grandes latifundiários que controlavam os meios de produção agrícola, impedindo a construção de uma sociedade igualitária, pois às pessoas de baixa renda perderam

suas terras e conseqüentemente sua fonte de subsistência (STÉDILE, 2005). Em oposição a este cenário histórico, a obtenção da terra proporcionada pela efetivação da política pública de realização de assentamentos rurais pode diminuir a situação de pobreza e os índices de insegurança alimentar no meio rural. Afinal a conquista da terra possui valor econômico, social e moral. Mudar para a terra conquistada possibilita o início de uma vida nova (MARTINS; MENASCHE, 2011).

Dois pontos centrais dessa nova vivência são a relação da SAN com as políticas públicas de financiamento para a produção do pequeno agricultor e o papel da mulher no assentamento. Às mulheres fica o papel de manter o lote, enquanto os homens, por vezes, vão trabalhar fora do assentamento, buscando complementos de renda. Nesta composição de tarefas, muitas mulheres ficam responsáveis pelo acompanhamento da produção de fato, pelos cuidados com a produção agrícola, desempenhando uma importante função junto a manutenção dos assentamentos rurais.

Mesmo assim, podemos perceber que às mulheres não cabe o trabalho “fora” do assentamento, e, de certo modo, seu trabalho é ainda restrito ao universo familiar e relacionado ao cuidado. Ou seja, pode-se dizer que seu fazer ainda não a insere no mundo público (PERROT, 1998). Outra questão, relacionada a esta, é que a autonomia financeira de mulheres com marido, ou sem marido pode ser bastante diferente. Isto porque a mulher com marido pode ter um parceiro para dividir as contas da família e quando isso acontece a coloca em uma posição financeiramente mais confortável.

De qualquer maneira o que fica marcado é que mulheres – casadas ou não - mostram em suas narrativas o aprendizado da luta por políticas públicas de fomentos para a produção agrícola e pecuária independente da vivência que têm de seus papéis sociais. Segundo Louro “cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade” (LOURO, 1997), e essas mulheres conhecem seus lugares, ao mesmo tempo em que lutam por uma reorganização social que garanta assistência para que seus lotes se tornem mais produtivos e que a Segurança Alimentar de suas famílias seja ampliada.

Neste sentido cabe destacar que a soberania e a segurança alimentar têm ganhado centralidade nas pautas políticas de mulheres. Tais mulheres organizadas em movimentos sociais, “questionam os pressupostos do desenvolvimento capitalista, que permite que grandes empresas, em nome do progresso, destruam os modos de produção e de vida de milhares de pessoas” (SILIPRANDI, 2012, 153) e dão destaque a questões de preservação de meio ambiente e uso da água. Participando de diferentes eventos e conferências internacionais mulheres de todo o globo mostram a importância de seu olhar sobre essa questão. Embora

as mulheres desse estudo não tenham evidenciado uma percepção tão articulada sobre a questão, pudemos perceber, que como em muitos lugares, no assentamento estudado as mulheres vêm construindo experiências alternativas de produção e distribuição de alimentos, baseadas em agroecologia e orientadas pela economia solidária e feminista (SILIPRANDI, 2012, 155).

Para ser considerada propriedade de agricultura familiar, a renda domiciliar deve ser gerada pelo que se produz em sua terra e a mão de obra tem que ser predominantemente familiar. A agricultura familiar, de acordo com IBGE vem crescendo, mas, como apontado pelas entrevistadas, ainda faltam incentivos do Estado e recursos financeiros. Tais recursos, quando não aplicados na agricultura familiar, dificultam a vida dos assentados e diminuem as possibilidades de produção. Assim como quando as mulheres falam da falta de água, apontada como uma das principais dificuldades de viver da terra neste assentamento rural.

Algumas medidas já foram tomadas para a diferenciação desta produção. É o caso do selo da agricultura familiar, que foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para identificar os produtos provenientes desse setor. Para obter a certificação, os produtores devem comprovar que pelo menos 50% dos gastos foram aplicados à produção daquele produto. A certificação agrega valor dentro de um mercado exigente, que cada vez mais busca adquirir alimentos produzidos respeitando a sustentabilidade e valorizam a produção local (BRASIL, 2013). Contudo, ainda há muito a ser feito nesta direção, como mostra a fala das mulheres entrevistadas.

A Constituição de 1988 trouxe como princípio o cumprimento da função social da terra “produzir, gerar empregos, criar vida e a esse dever social deve corresponder necessariamente um direito ao uso do solo”. O cumprimento dessa lei ainda depende de políticas agrárias eficientes (SOUZA, 2002).

O Estado deve dedicar-se a promover o direito humano à alimentação adequada. Há necessidade de uma política capaz de articular e coordenar todos os programas e ações referentes a SAN. Políticas sociais de transferência de renda, reforma agrária, incentivo à agricultura familiar, ações de saúde devem tornar-se importantes na construção de uma governança complexa e inovadora convergindo para reduzir a vulnerabilidade da população (BURLANDY; MAGALHAES, 2004; BRASIL, 2006).

Foi possível notar, por meio da análise das narrativas que a percepção das mulheres indica que há necessidade de uma articulação entre as políticas públicas, pois assentar as famílias, mas não fornecer água para o plantio, financiamento para aquisição de ferramentas, sementes, maquinários e apoio técnico para fortalecer a agricultura familiar faz com que a produção não seja suficiente para assegurar o

acesso e a diversidade à alimentação adequada para as famílias, comprometendo assim o DHAA e a SAN daqueles sujeitos que vivem em assentamento rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das narrativas das entrevistadas foi possível compreender que em suas percepções, o processo de reforma agrária é uma conquista para o acesso a uma alimentação saudável. Entretanto, a falta de políticas públicas de financiamento reduz a capacidade produtiva das terras para as famílias assentadas. Este fato, faz com que não haja excedente de produção, limita o potencial de comercialização comercializar e de ter uma renda agregada à produção. A efetividade de políticas como o PDS, por exemplo, acentua a dificuldade de viver no assentamento. Por outro lado, as dificuldades para conseguir um emprego para um dos membros da família, sobretudo pelo preconceito, não permite que os assentados complementem suas rendas. Desta forma, como resultante dessa situação complexa, pode-se verificar que IA está presente no dia a dia de famílias do assentamento rural estudado, localizado em um Município do Vale do Paraíba paulista.

A análise das entrevistas reflete preocupação das mulheres com o risco de não suprir as necessidades alimentares diárias de suas famílias, seja por não poder cultivar a terra por falta de água ou por não dispor de recursos financeiros para adquirir. Contudo, algumas estratégias de sobrevivência são desenvolvidas. A vivência de oferecer à família apenas alguns alimentos para evitar uma restrição alimentar grave, na qual adultos poderão ficar sem comer ou comerem em quantidade menor para alimentar as crianças e adolescentes. Contudo, frente a todos os problemas citados, foi possível perceber que para as mulheres, viver no assentamento rural, contribui para a SAN de suas famílias, mesmo que esta segurança pudesse ser maior, e que a luta por políticas públicas que garantam isso talvez gere desafios de viver na e da terra.

Constata-se que a insegurança alimentar está imbricada às condições de existência de famílias pobres, que mesmo alcançadas pela reforma agrária, demandam a implantação de outras políticas públicas, de forma a garantir-lhes a cidadania, entendida como o acesso aos bens e riquezas socialmente produzidos.

REFERENCIAS

ALVES FILHO, J. P.; RIBEIRO, H. Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. **Saúde Soc. São Paulo**, v.23, n.2, p.448-466, 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sausoc/2014.v23n2/448-466/>. Acesso em jul.2020.

ANDRADE, E. R. “**Mulher Roceira**”: a alimentação das famílias agricultoras segundo o trabalho das mulheres. Dissertação de mestrado, UNB, 2014.

BEZZERA, T. A.; OLINDA, R. A.; PEDRAZZA, D.F. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.22, n.2, p.637-651, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15. set. 2006.

_____. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde Brasília: MS; 2006.

_____. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2009**. Relatório. IBGE, 2010.

_____. **Ministério do desenvolvimento social e combate e fome**. Brasília: 2013. Disponível em <<http://mds.gov.br/>>. Acesso em 26 abr 2018.

_____. Ministério do desenvolvimento agrário. Instituto nacional de colonização e reforma agraria. **Criação de assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>>. Acesso em: 03 set 2016.

_____. Ministério do desenvolvimento agrário. Instituto nacional de colonização e reforma agraria. **Incra/SP recebe posse de mais um imóvel para a reforma agrária no Vale do Paraíba**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incrasp-recebe-posse-de-mais-um-im%C3%B3vel-para-reforma-agr%C3%A1ria-no-vale-do-para%C3%ADba>>. Acesso em: 23 mai 2016.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Disponível em Acesso em 23 mai 2017.<<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Extinção do Consea. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/destaques/161-no->

ticias-destaques-grande/1796-extincao-do-consea. Acesso em 20 jul. 2020.

_____. Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. **Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019.

BRISOLA, E. M.A. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/7441/5749> Acesso jul.2020.

BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. **Segurança, seguridade e direito: as diferentes faces da questão alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, 2004.

CARNEIRO, D. F. **Práticas alimentares e estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional de famílias em vulnerabilidade social**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 2015.

CINELLI, C; SANTOS, G. R. Feminismo Agroecologia e Sustentabilidade. In: BONI, V. *et al.* **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. Tubarão/SC: Copiart, 2015.

CLAY, E. O; CHAMON, E. M. Q; RODRIGUES, A. M. R. Representações Sociais sobre os alimentos orgânicos para agricultores. **Desenvolvimento em Questão**. a.14, n., p 243-273, 2016.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. I **Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Relatório Final. Brasília: CONSEA; 1994.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005.

EVANGELISTA, M. B.; RIBEIRO, S. L. S. Da terra ao corpo: lutas e conquistas de gênero. **METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos**. v. 1, n. 2, p.1-18, 2017.

FERRANTE, V. L. S. B., BERGAMASCO, S. M. P. P. A. **Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1995.

GALLINA, L.S.; TEO, C.R.P.A.; BUSATO, M.A.; MILAN, C.; SZINWELSKY, N.K. O olhar de mulheres camponesas sobre soberania e segurança alimentar e nutricional. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v.12, n. 1, p.59-67, 2017.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estud. Soc. Agric.** Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 89-122, 2007.

GRISA, C. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: Delgado, G.C; BERGAMASCO, S. M. P. P (ORGS.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

INCRA. **Balanço de 2003 a 2010**. Disponível em:<www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes> Acesso em 15 out. 2018.

ITESP.Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo.www.itesp.sp.gov.br. <http://201.55.33.20/page.php?tipo=21>. Acesso em 02 fev 2017.

KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília; Secretaria dos Direitos Humanos; 2002.

LOLI, D.A.; LIMA, R.S.; SILOCHI, R.M.H.Q. Mulheres em Contextos Rurais e Segurança Alimentar e Nutricional. **Segur. Aliment. Nutr., Campinas**, v. 27, p. 1-13, e020008, 2020.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MALERBA, J. **Reconcentração fundiária será o maior legado da contrarreforma agrária do governo Temer**. Disponível em <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/reconcentracao-fundiaria-sera-o-maior-legado-da-contrarreforma-agraria-do-governo-temer/>. Acesso em jul.2020.

MARCONDES, N. A. V; BRISOLA, E. M. A. Política pública de assistência social: estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. **Publ. UEPG Ci. Soc. Apl.**,

v.21, n.2, p.181-192, 2013.

MARTINS, V.S.; MENASCHE, R. Trajetórias do lugar de viver em terra de reforma agrária. **Rev. Retratos de assentamentos**, v.14, n.1, p.69-92, 2011.

MENASCHE, R.; MARQUES, F.C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Rev. Nutr., Campinas**, v. 21, supl. p. 145s-158s, 2008.

MINARI, R.C.S.P.; SILVA, M.A.C.; VAZ T.R.D.; PEREIRA, G.C.A. Gestão Socioambiental em Assentamentos: estudo de caso da Região Noroeste Paulista. **Sciencult**, v3, n. 1, p. 194-202, 2011.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assentamentos do MST em 2004. 2007a**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1010>. Acesso em 15 mar. 2017.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST Quer novo modelo para reforma agrária**. MST Informa, v.5, n.139, 2007.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Revista Sem Terra**, p.11:28, 2009.

NETO, W. M; BERGAMASCO, S. M. P. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. In: Delgado, G.C; BERGAMASCO, S. M. P. P (ORGS.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

NOBRE, M. **Feminismo y Soberanía Alimentaria. IV Jornadas Estrategias Positivas de Desarrollo: Soberanía Alimentaria desde y para el empoderamiento de las mujeres**. Bilbao, Dirección de Cooperación y Desarrollo del Gobierno Vasco y Área de Mujer y Cooperación al Desarrollo del Ayuntamiento de Bilbao, 2008.

OXFAM. A distância que nos une. Um retrato das desigualdades brasileiras. 2017.
PERROT, M. **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris: Rivage, 1984.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza daglo-**

balização. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PULGA, Vanderléia; MEZADRI, Adriana. Promoção de autonomia e saúde das mulheres camponesas a partir da prática agroecologia. In: **Mulheres camponesa: semeando agroecologia colhendo saúde e autonomia**. Porto Alegre, Rede Unida, p.13-18, 2018.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural. Florianópolis**: Ed.Mulheres, 1998.
REVISTA REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <https://jus.com.br/revista/reforma-agraria>. Acesso em jun 2019.

RIBEIRO, S. L. S. **Tramas e traumas: identidades em marcha**. Tese de doutorado. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 2007.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2003, vol.18, n.51, pp.99-122. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Validation of the USDA food security scale as a valid tool to assess household food insecurity in urban areas in Brazil. **The FASEB Journal**, v. 18, n. 2, p. 349- 352, 2004.

SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segur. aliment. nutr.** v.16, n.2,p. 1-19, 2009.

SILIPRANDI, E. A alimentação como um tema político das mulheres. **Ariús**, Campina Grande, v. 18, n.1, jan./jun. 2012.

SOUZA, H. Reforma Agrária, função social e direito ao uso do solo. In: MOLINA, M. (org). **Introdução Crítica ao Direito Agrário**. São Paulo: UnB, 2002.

STÉDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 25, n. 2 e 3, p. 37-68, mai/dez., 1995.

YASMIM, G.A.; FARIAS, M. F. L. Ambiguidades na vida das famílias nos espaços de reforma agrária. In: MENEGAT, A. S. TEDESCHI, L. A.; FARIAS; M. F. L (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Ed. Da UFGD, 2009.



Capital social e tipologia de redes: análise comparativa entre duas cooperativas agrícolas em territórios rurais diferenciados no estado de Goiás¹

Monyele Camargo Graciano²

Leandro De Lima Santos³

Denise Paiva Ferreira⁴

Luiz Manoel De Moraes Camargo Almeida⁵

RESUMO: Este trabalho busca compreender como as relações entre indivíduos estimula as ações e se solidificam em organizações sociais. Esta pesquisa parte da hipótese de que elementos de capital social podem exercer influência sobre a formação, estrutura e a tipologia das redes sociais. Nesse sentido, a pesquisa se vale de uma análise comparativa entre duas cooperativas agrícolas (redes), nos municípios de Itapuranga e Silvéria, inseridos, respectivamente, em territórios rurais diferenciados no estado de Goiás. Inicialmente, tem-se uma análise da estrutura das redes sociais formadas historicamente entre os atores envolvidos em cada localidade, que consistiu no desenho e na caracterização da rede formada pelos indivíduos e pelos arranjos cooperativos ou associativos. O contorno metodológico partiu de uma pesquisa de campo na qual foram feitas entrevistas com os atores sociais (cooperados e gestores das cooperativas) a fim de verificar como os elementos de capital social influenciaram na formação da rede representada pela cooperativa. Resumidamente, os resultados encontrados em Silvéria e Itapuranga permitem inferir que os elementos de capital social criaram perfis diferenciados de atores sociais tanto em relação ao seu envolvimento com o arranjo institucional (cooperativa) quanto na formação, estruturação e tipologia das redes analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Social. Redes Sociais. Cooperativas Agrícolas. Rede de Compromisso Social. Rede de Mercado.

SOCIAL CAPITAL AND NETWORK TYPOLOGY: COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN TWO AGRICULTURAL COOPERATIVES IN DIFFERENT RURAL TERRITORIES IN THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT: This work seeks to understand how relationships between individuals stimulates actions and solidifies in social organizations. This research is based on the hypothesis that elements of social capital can influence the formation, structure and typology of social networks. In this sense, the research uses a comparative analysis between two agricultural cooperatives (networks), in the municipalities of Itapuranga and Silvéria, inserted, respectively, in differentiated rural territories in the state of Goiás. Initially, an analysis of the network structure social relations formed historically among the actors involved in each locality, which consisted in the design and characterization of the network formed by individuals and by cooperative or associative arrangements. The methodological outline was based on a field survey in which interviews were made with social actors (cooperatives and cooperative managers) in order to verify how the elements of social capital influenced the formation of the network represented by the cooperative. In summary, the results found in Silvéria and Itapuranga allow us to infer that social capital elements have created different

¹Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

²Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos, mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás - UFG E-mail: monyelecamargo@gmail.com

³Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. E-mail: leandro.econ@gmail.com

⁴Professora titular da Universidade Federal de Goiás. E-mail: denisepaivafufg@gmail.com

⁵Professor na Universidade Federal de São Carlos. E-mail: manoel77@yahoo.com.br

profiles of social actors, both in relation to their involvement with the institutional arrangement (cooperative) and in the formation, structuring and typology of the analyzed networks.

KEYWORDS: Share capital. Agricultural Cooperatives. Social Networks. Social Commitment Network. Market Network.

INTRODUÇÃO

A utilização do termo capital social é algo relativamente novo e bastante difundido nas últimas décadas nas mais diversas ramificações das ciências sociais, em diferentes vertentes teóricas, acepções e abordagens metodológicas. A apropriação do termo pela academia deu-se recentemente, a partir de 1980, por sua adoção nas ciências sociais, que acabam por reivindicar seu entendimento mais aprofundado. Putnam (1996) aponta o conceito de capital social amparado na confiança, em normas e redes que podem facilitar a cooperação para benefícios mútuos entre os indivíduos. Aquelas características, em um conjunto de relacionamentos (redes), são recursos sociais expressos em formas de ação coletiva. Nessa perspectiva, o capital social não é propriamente a ação coletiva, mas essencialmente as normas e outorgas de confiança e reciprocidade que se encontram nas redes sociais.

O estudo da formação de redes sociais tem como foco a percepção de sua influência na vida das pessoas e a possibilidade de organizar métodos que avaliem essa influência. A análise de redes permite ao pesquisador um olhar mais preciso na composição e estrutura das relações sociais, proporcionando, assim, um aprofundamento na questão da formação do capital social.

Neste trabalho, a utilização do conceito de redes tem como propósito compreender as relações entre indivíduos e/ou organizações, buscando-se, neste caso, o entendimento da forma como os indivíduos se conectam e o funcionamento das relações que estabelecem, especificamente a percepção de como o relacionamento estimula as ações e se solidifica em organizações sociais.

Em suma, pode-se afirmar que a existência de elementos anteriores de capital social influencia a realização de ações coletivas no presente. Diante disso a problemática deste estudo reside na seguinte indagação: elementos de capital social exercem influência sobre a formação, a estrutura e a tipologia das redes sociais?

À vista disso o objetivo central do trabalho é identificar e compreender a formação, estrutura e tipologia das redes sociais formadas em cada localidade, a partir das heranças do enlace histórico, social e político presentes em cada recorte territorial analisado.

Para tanto, o contorno metodológico partiu de uma pesquisa bibliográfica, na qual fez-se o levantamento do referencial teórico, posteriormente, houve a pesquisa de campo, que consistiu na realização de entrevistas com os cooperados agrícolas (atores da rede) em dois municípios distintos localizados em territórios rurais⁵ diferenciados no estado de Goiás. A definição das amostras de cada grupo em questão foi feita em um processo não probabilístico, a considerar, no caso dos agricultores, alguns fatores de conveniência, em Itapuranga foram entrevistados 28 cooperados e em Silvânia 22, totalizando 50 entrevistas realizadas.

CAPITAL SOCIAL E REDES: ASPECTOS TEÓRICOS E TIPOLOGIA

De antemão, informa-se que capital social, expressa a capacidade organizacional de uma sociedade a partir de relações interpessoais de confiança e cooperação. Neste sentido, as duas últimas vertentes de percepção do capital – humano e social – são basicamente as faces provedoras do desenvolvimento dos países, por conter elementos decisivos para o avanço tecnológico, a competitividade e o crescimento sustentável, amparados por sólidas instituições governamentais democráticas (KLIKSBERG, 1999).

As primeiras manifestações do termo unificado em uma única expressão se consolidaram a partir da década de 1990 e dentre seus precursores se encontram Bourdieu (1998), Coleman (1988) e Putnam (1996), que publicaram estudos sobre o tema.

Em seus trabalhos Bourdieu (1998), fez uma análise sistemática e pioneira sobre o capital social, afirmando que sua origem se dá por meio do resultado das interações contínuas em um grupo, nesse sentido, os indivíduos estão inseridos em uma grande teia de relações sociais, tendo a possibilidade de beneficiar-se de suas posições ou, ainda, influenciar outros agentes. Essa discussão é ampliada no contexto das relações hierárquicas ou nas condições de poder distribuídas entre os indivíduos.

Nessa perspectiva o capital social é o conjunto de recursos reais ou potenciais, ligados a um cenário no qual se possui uma rede durável de relações sociais mais ou menos institucionalizadas, em outras palavras, a participação em um grupo, como um conjunto de agentes que não são apenas propriedades comuns, mas também unidos por ligações permanentes e úteis, tais ligações não são redutíveis as relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou mesmo no espaço econômico e social, são baseadas em trocas materiais e simbólicas.

Outra percepção é encontrada nos estudos de Coleman (1988), para quem

⁵A caracterização geral da denominação “Território Rural”, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem por base as microrregiões geográficas com densidade demográfica menor que 80 hab/km², população média por município de até 50.000 habitantes e grande concentração de agricultores familiares (MDA, s/d).

o capital é formado tanto pelo indivíduo quanto coletivamente. O primeiro tem a ver com o grau de integração social de um indivíduo e suas redes sociais e envolve relações, expectativas, comportamentos recíprocos e de confiança, e isso torna um bem coletivo. Em determinada vizinhança, por exemplo, na qual existem regras tácitas que envolvem a preocupação com os outros, bem como pactos de não agressão⁶, as crianças podem caminhar até a escola com segurança e, neste caso específico, a partir de ações individuais, o capital social produzirá paz (KLIKSBERG, 1999).

No plano da coletividade, o indivíduo, a partir de suas ações e capacidades, forma uma rede de contatos, e, sobretudo, estabelece confiança e vínculos que melhoram sua capacidade individual de satisfazer suas necessidades (como alimentação, transporte, segurança).

Já nos estudos de Robert Putnam, o capital social está intimamente relacionado com a “virtude cívica”. Desta forma, a existência de capital social chama a atenção para o fato de que a virtude cívica é mais poderosa quando incorporada em rede de relações sociais recíprocas. A título de exemplo, a sociedade pode ser composta de muitas pessoas virtuosas, mas, isoladamente, elas não necessariamente são ricas em capital social.

Putnam, em sua obra *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (1996) analisou empiricamente, durante aproximadamente duas décadas, a partir de 1970, o processo de descentralização do governo naquele país, enfocando as características do desempenho institucional de governos descentralizados em diversas regiões por meio de um estudo comparativo.

Os resultados mostraram que em certas regiões italianas havia um maior enlaçamento civil e benefícios gerados a partir dele, observados na governabilidade sustentada democraticamente e na promoção de desenvolvimento econômico. Um cenário diverso foi encontrado em outras regiões, por haver uma política com estruturas verticalizadas, desconexão e isolamento acentuado entre as pessoas, sendo percebidas atitudes condicionadas pela desconfiança entre os atores.

A aproximação deste trabalho à perspectiva de Putnam reside no entendimento do capital social como um conjunto de características da organização social que fomenta ações coletivas coordenadas. Sob esta égide, o autor sustenta que o capital social promove cooperação social e esta, por sua vez, afeta a performance das instituições. Em seus estudos contrapondo diferentes contextos italianos, Putnam conclui que o capital social é fator essencialmente explicativo do civismo e o relaciona ao bom desempenho institucional, representado nos resultados de uma política pública, por exemplo.

Especificamente, ao fazer uma análise a partir das relações sociais, tem-se o

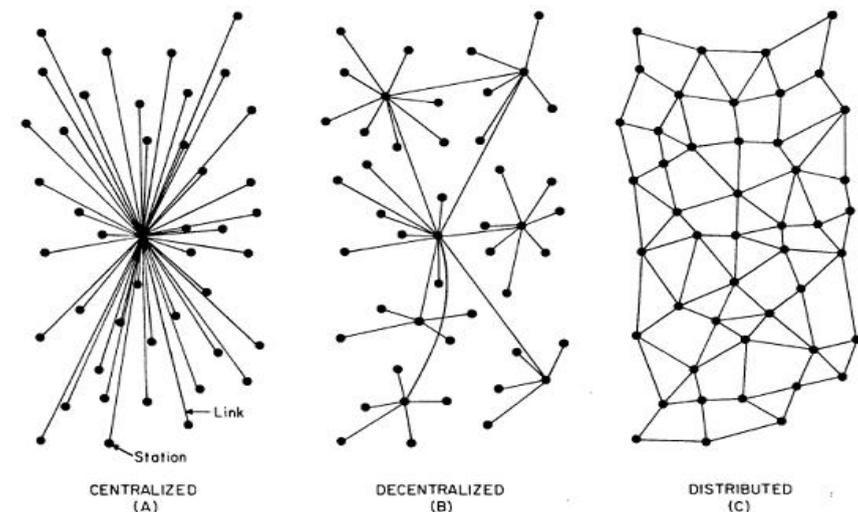
⁷Inspiração contratualista do termo.

conceito de rede presente nos estudos de Granovetter (1985), que a define como um conjunto regular de contatos ou conexões similares entre indivíduos ou grupos geralmente associado à ideia de uma estrutura. Na perspectiva de Granovetter, nenhum fenômeno social é passível de análise sem a devida consideração de sua imersão em redes de relações sociais (SCHMITT, 2011).

Para Granovetter (1973), as redes podem ser analisadas em seu aspecto estrutural ou, ainda, em seu aspecto relacional, tendo o primeiro enfoque na posição dos atores em relação aos outros; o segundo refere-se à dependência do comportamento dos indivíduos, baseada em mútuas expectativas.

Os atores são o fundamento de uma rede e podem estar conectados de forma direta ou indireta. O conhecimento da estrutura de uma rede torna-se essencial para o entendimento do comportamento dos atores, ou seja, das ações imediatamente influenciadas pelas conexões com outros atores ou grupos. A seguir, uma demonstração das estruturas de rede mais comuns na perspectiva de Paul Baran (1964) (Figura 1).

Figura 1- Estruturas de rede – exemplos de disposição de rede centralizada, descentralizada e distribuída.



Fonte: Paul Baran (1964).

Na figura 1 são mostradas estruturas de rede a partir do arranjo de seus atores sob três formas básicas: centralizada, descentralizada e distribuída. A estrutura de sistema centralizada (A) pressupõe a existência de posição diferenciada de um ator que coordena o funcionamento das unidades individuais, ou seja, o fluxo de

informações e comando se dá a partir de um único centro. Neste modelo existe uma hierarquia que torna os indivíduos dependentes do ator que está ao centro. Ademais, observa-se a existência de condicionamentos nos quais cada um deles é obrigado a se reportar ao controlador.

A segunda estrutura (B) em rede apresentada é a descentralizada, na qual existem camadas intermediárias de contato entre o ator central e os demais atores. Este arranjo pode ser observado, por exemplo, em projetos governamentais que sugerem uma administração local de uma política pública. Neste caso, os integrantes se reportam ao intermediário, que representa o ator individual junto a um terceiro, que está no centro da estrutura.

Fialho et al. (2013) afirmam que, nesse arranjo, existem atores em desvantagem estrutural em relação a outros, haja vista a necessidade de se reportar ao segundo, que, por sua vez, se reporta ao terceiro, e assim sucessivamente, pode também ser identificada como “rede linha”.

O terceiro arranjo (C) sugere um cenário onde não há dependência de um centro comum, ou seja, existe um parâmetro de igualdade baseado na cooperação, pois as conexões se dão no âmbito horizontal de relacionamento. Neste sistema os atores são soberanos para se organizar e trabalhar em conjunto sem se reportarem a um ator coordenador.

A consolidação do capital social acontece a partir de um processo histórico e cultural ligado à existência de confiança e reciprocidade, que, por sua vez, pode ser oriunda de costumes e valores de uma sociedade. Desse modo, o indivíduo, inserido em uma rede social, tem suas funções influenciadas por suas heranças da solidariedade mecânica, anteriores à sua função neste momento.

Para Corrales (apud FIALHO et al., 2013), existem elementos “chave” para a compreensão das redes sociais, dentre eles destacam-se: a) interesses comuns - existência de mutualidade é condição fundamental para a formação das redes; b) intercâmbio de recursos - o contato direto e a proximidade entre os atores estimula o desenvolvimento de relações de confiança, a partir das quais são desenvolvidas estratégias de cooperação; e c) compromisso - o envolvimento/comprometimento dos atores na realização de objetivos comuns ou, também, de um conjunto de atividades. Inojosa (1999) afirma que as redes podem variar, ainda, quanto ao foco de atuação, sob quais relações podem ser concebidas entre os participantes. Exemplifica-se com a identificação de dois tipos de redes, comumente observáveis segundo seus objetivos: Redes de Mercado: São redes articuladas em função da produção e/ou apropriação de bens e serviços. Visam a complementaridade ou a potencialização dos parceiros face ao mercado. As relações são perpassadas pelos interesses do mercado e podem oscilar entre cooperação e competição; **Redes de Compromisso Social:** São redes que têm como foco questões sociais. Visam

complementar a ação do Estado ou suprir sua ausência no equacionamento de problemas sociais complexos e que põem em risco o equilíbrio social. As relações nascem e se nutrem de uma visão comum sobre a sociedade ou sobre determinada questão social e da necessidade de uma ação solidária. Ensejam demandas estratégicas de mobilização constante das parcerias e de reedição.

A rede de mercado possui uma finalidade claramente definida: proporcionar acesso a bens ou serviços aos seus integrantes, ou seja, visa proporcionar aos participantes condições mais favoráveis de compra e venda de produtos inerentes a suas atividades.

Por sua vez, em uma rede de compromisso social existe a percepção mais abrangente da vida social, para além do lucro como solução dos problemas individuais, assim o estímulo à formação de uma rede de compromisso social é a existência de um objetivo comum, como distribuição de renda, de terra ou melhores condições de trabalho. Obviamente que o ganho econômico se coloca como resultado do sucesso desses objetivos, mas não ocorre explicitamente no campo individual de ação como na rede de mercado.

Essa disposição pode ser alinhada à ideia de Durkheim (1999), para quem a forma como são dispostas as funções individuais advém da fiel maneira com que a sociedade se organiza e como articula a divisão do trabalho social. As diversas ramificações de agrupamentos sociais são unidas por afinidades que lhe são peculiares e as fazem especiais. Aos poucos, tem-se a gradual extinção do mecanicismo que coage e anula as potencialidades individuais, pelo reconhecimento da nova função do indivíduo no corpo da sociedade, tornando-se, dessa forma, órgão necessário e fundamental à sua sustentação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O SURGIMENTO DA COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPURANGA (COOPERAFI)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010), o Território Vale do Rio Vermelho abrange uma área de 12.040,50 km², que corresponde a 3,68% da área total do estado, e é composto por dezesseis municípios⁷. A população atual do território é de 156.393 habitantes, e, destes, 33.059 (21,14%) residem na zona rural. Quanto à caracterização das propriedades rurais dos municípios do território, contata-se que elas são, em sua maioria, pequenas propriedades, com elevado número de produtores familiares. Salienta-se que municípios de grande extensão territorial, como Heitorai, Goiás, Itaberaí e Itapirapuã apresentam as maiores pro-

⁷Os municípios que integram o Território Rural Vale do Rio Vermelho são: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Heitorai, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana.

priedades (MDA, 2010).

O território tem sua economia baseada majoritariamente na agropecuária, com destaque para a produção de arroz, feijão, milho e mandioca. As culturas de soja e cana-de-açúcar estão em ascensão no território e a fruticultura assume posição relevante dentre as alternativas para a agricultura familiar, haja visto o favorecimento pelo clima das regiões que o envolvem.

Este trabalho adota como parte de seu universo empírico o município de Itapuranga, criado na década de 1950 a partir do Povoado de Xixá, que surgiu por volta de 1932, a partir de uma pedra fundamental erigida para a construção da Capela de São Sebastião, ainda existente na cidade. De acordo com moradores, o aglomerado recebe o nome em virtude da quantidade de árvores “xixazeiro” encontrada na região, cuja importância à identidade da região é marcada pela realização da primeira missa à sombra de uma delas.

De acordo com Brandão e Ramalho (1986), o povoamento da região se iniciou com a constituição de fazendas de gado, para as quais vinham trabalhar a família do proprietário e agregados. Mesmo subdivididas, as fazendas acolhiam várias famílias de um mesmo parentesco. Desta forma, havia uma centralização econômica a uma família “mor”, a do proprietário das terras.

Para Silva (2007), o fracionamento da terra não significou, à época, uma democratização ao acesso fundiário em Itapuranga, ao contrário, percebe-se uma discrepante situação, na qual a população aumentou e algumas propriedades se tornaram mais segmentadas. Em contraponto, outras se mantiveram nas mãos de poucos proprietários rurais. De acordo com Lunardi (1999), na década de 1950 surgiram várias associações de lavradores no estado de Goiás, tais como: Associação Camponesa da Juventude de Ceres, União Camponesa de Itapaci, União Camponesa de Itumbiara. Neste sentido, Itapuranga procedeu a uma organização de seus pequenos proprietários e trabalhadores rurais em alinhamento com outras mobilizações, surgidas no estado a partir das mesmas demandas sociais.

Segundo Silva (2007), a Associação dos Lavradores do Xixá surgiu em 1956 como um movimento pioneiro na região, na tentativa de construção de uma ramificação das Ligas Camponesas. Tal associação não perdurou e, a partir da década de 1960, após o golpe militar, grandes fazendeiros, comerciantes e políticos da região começaram a pressionar membros da entidade a desativá-la, o que acabou acontecendo.

Em 1972, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), mas sem muita força de atuação devido ao ambiente político da época. Novos levantes associativos em Itapuranga só constam em registros históricos a partir da década de 1980. Segundo Silva (2007), na trajetória de organizações rurais do município de Itapuranga diversas representações foram percebidas, citando-se a

seguir algumas delas.

A Sociedade da Vaca (Figura 2), criada em 1981, visava minimizar os custos de alimentação entre vizinhos, a partir da compra conjunta de bovinos e da distribuição da carne. Ainda, serviu como uma espécie de protesto ao alinhamento de preços entre os poucos comerciantes de carne da região. Segundo Silva (2007), a Sociedade da Vaca se originou de reuniões de famílias que tinham experiência com o trabalho no campo e que começaram a recordar antigas atividades que envolviam, por exemplo, ação coletiva da compra e divisão de uma vaca entre vizinhos, o que proporcionava carne mais barata às pessoas. A Sociedade da Vaca foi o ponto de partida de diversas reuniões para pensar a aquisição de gado, mas também de outros produtos, como adubo.

A Sociedade do Adubo, em 1986, assim como a Sociedade da Vaca, foi criada para angariar montantes destinados à compra de adubo junto aos agricultores e para aumentar seu poder de barganha junto a grandes distribuidoras de insumos. A quantidade adquirida compensaria o transporte do produto vindo de cidades maiores, como Goiânia e Uberlândia. Foi constatada, à época, uma economia de 20% em relação aos preços praticados no comércio local.

Ainda em 1981 foi criada a Escola Popular da Fazenda Laranjal, com a finalidade de alfabetizar homens e mulheres da região, aproveitando seus conhecimentos cotidianos e de movimentos sociais. Aquela iniciativa foi um importante instrumento de disseminação de novos paradigmas pedagógicos de educação no campo e de articulação de ações coletivas. Em 1984, o movimento, até então autônomo, foi incorporado às atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), cuja sede começou a abrigar a sala de aula antes localizada na Fazenda Laranjal (SILVA, 2007). Pode-se afirmar, assim como discutido adiante, que tais movimentos associativos representam uma forma embrionária de formação de redes. Tais ações foram fundamentais para a criação de elementos de capital social nas redes formadas posteriormente.

A COOPERAÇÃO surgiu no bojo de um programa estruturante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG), denominado Programa de Reordenação da Agricultura Familiar Integrada em Cooperativas de Atividades Rurais (PRAFICAR), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI). A cooperativa possui, atualmente, 122 cooperados e cooperadas e atua na comercialização de leite *in natura*, polpa de frutas, hortaliças, frutas, experimentos agroecológicos e comercialização de insumos.

Segundo informado pelos coordenadores da cooperativa, periodicamente são realizados encontros para resgatar a cultura da ação coletiva e instruir cooperados nesse sentido. Tal atividade se denomina Programa Mutirão PRAFICAR, fomentado também pela FETAEG.

Figura 2 - Imagem ilustrativa do movimento “Sociedade da Vaca” retirada de um panfleto entregue em uma passeata de divulgação da ação coletiva, em 1981.



Fonte: SILVA (2007, p. 143).

O SURGIMENTO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DE SILVÂNIA – COOPERSIL

O Território Rural da Estrada de Ferro está localizado na região centro-leste do estado de Goiás e ocupa uma área total de 11.623,7 km², correspondente a aproximadamente 3% da área. Quatorze municípios⁸ compõem o território, como mostrado no mapa a seguir:

No início do século XX, as oligarquias políticas do estado de Goiás conseguiram concessão para conectar uma nova estrada de ferro à Estrada de Ferro Companhia Mogiana, dando origem à Companhia Estrada de Ferro Goiás.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006), a instalação da Estrada de Ferro Goiás promoveu o desenvolvimento das economias locais por onde cruzava, assim como o restante do estado, que passou a integrar a economia nacional com exportação como arroz e carne bovina para o Sudeste do país. O processo de urbanização das cidades foi acelerado, o desenvolvimento do comércio estimulou o surgimento das primeiras agroindústrias do estado.

O Território Estrada de Ferro, atualmente, possui 121.411 habitantes, há predominância de estabelecimentos da agricultura familiar, 71,8% de um total de 8.623 estabelecimentos são empreendimentos familiares, ou seja, 6.190 deles. Porém, ao se calcular a área ocupada pelo número de propriedades, chega-se

⁸Os municípios que compõem o Território Rural da Estrada de Ferro são: Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás, Caldasinha, Leopoldo de Bulhões, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutai e Vianópolis.

à consideração de que, embora a maioria das propriedades seja de agricultura familiar, estas abarcam uma fatia bem inferior de área ocupada. (MDA, 2006).

A base da economia do território é a agropecuária, com predomínio da pecuária leiteira e do plantio de lavouras temporárias de cereais, com destaque para a produção de soja, que apresenta expansão. A horticultura e a fruticultura são comumente observadas em estabelecimentos rurais de agricultura familiar, a sustentar o consumo nos centros urbanos locais. Um dos municípios em questão neste trabalho é Silvânia e, de acordo com Borges (1981), sua história começa em aproximadamente 1770, quando foram descobertas jazidas de ouro na região, desencadeando pelo menos cinquenta anos de exploração de minérios, que acabou devido ao esgotamento natural das minas, tornando escassa a mão de obra (escrava).

Ao perder tal esteio econômico, foi iniciada uma nova ocupação e aproveitamento do solo no município, tendo por base a pecuária extensiva promovida por grandes proprietários. No século XX, foram registradas novas pequenas e médias propriedades, resultantes de espólios ou que foram compradas por agricultores de outros estados que migraram para a região. Na atualidade, a propriedade da terra está concentrada nas mãos de grandes produtores, sendo 48,3% da área ocupada por explorações rurais superiores a quinhentos hectares e apenas 4,8% por produtores que possuem menos de 50 hectares (SPERRY *et al.*, 1997).

O ponto de partida para a formação de uma cooperativa de produtores no município de Silvânia se deu a partir do estímulo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO) e do Projeto Silvânia, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Tais empresas, em termos estratégicos, consolidaram o desenvolvimento das associações rurais na região.

Existiu em Silvânia, inicialmente, um movimento “de fora pra dentro”, ou seja, uma ação institucional a organizar as associações (criação de pessoas jurídicas) para buscar apoio em subsídios governamentais. O Projeto Silvânia foi instituído em 1987 e previa a promoção do desenvolvimento rural mediante a criação de dispositivos de intervenção que favoreciam a utilização de inovações tecnológicas por pequenos e médios produtores da região, que deveriam se organizar em associações. O projeto buscou aumentar a interação com os produtores a partir da realimentação de diálogos e de demonstrações técnicas diretamente aplicadas em suas produções (ZORBY *et al.*, 2003). De forma objetiva, as associações foram criadas para proporcionar o acesso ao crédito rural, no entanto, não contavam com uma estrutura harmônica bem definida e somente com o passar do tempo os agricultores se familiarizaram com objetivos e competências de uma associação de produtores.

Dentre os fatores que impulsionaram a formação de associações em Silvânia

pode-se citar o acesso à tecnologia, a partir do amparo no Projeto Silvânia, que proporcionou a elaboração de projetos de financiamento e promoveu capacitação e formação dos agricultores; o apoio do projeto político local pelo poder público municipal e do Estado de Goiás; e a existência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que convergiu interesses técnicos, políticos e econômicos (BONNAL; ZORBY, 1994).

Em 1991, foi instituída a Central de Associações de produtores rurais, com a finalidade de apoiar as associações, aumentando seu poder de barganha e, conseqüentemente, o valor agregado das produções. Isso significa dizer que a Central assumiu o papel de líder e centro das discussões, encurtando alguns caminhos e assumindo parte de funções antes desempenhadas por agentes estatais no estímulo, organização e assistência técnica.

Em 2007, surgiu a Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL), ampliando os segmentos de atuação para além da Central de Associações de pequenos produtores (que não deixou de existir), atualmente, a cooperativa possui 496 produtores filiados.

De acordo com o Estatuto da COOPERSIL de 2007, ela tem como objetivo congrega produtores com finalidades comuns, perfazendo as seguintes atividades: recebimento, transporte, classificação, padronização, armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagem e comercialização da produção de seus cooperados; adquirir e repassar máquinas, insumos e equipamentos e prestar assistência técnica; quando possível, fazer adiantamentos de valores aos cooperados, ainda que estejam em fase de produção; captar financiamento junto a agências de desenvolvimento; realizar cursos de capacitação sobre associativismo aos seus cooperados, bem como promover atividades quanto à conservação do meio ambiente.

De acordo com os dirigentes da cooperativa, atualmente percebe-se cinco segmentos de atuação: o primeiro é o leiteiro, amparado por um laticínio e por caminhões de coleta da própria cooperativa; o segundo ramo é o financeiro/creditício, que funciona a partir da Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Silvânia - GO (CREDITAG-Silvânia), que tem como objetivo facilitar o crédito ao produtor rural junto aos órgãos financiadores.

O terceiro segmento diz respeito à comercialização de produtos agropecuários e veterinários e utilidades para a gestão rural – para este último a COOPERSIL dispõe de uma loja que atende aos cooperados –; o quarto ramo de atuação é o de fabricação de rações para suplemento alimentar animal. O quinto ramo de atividades é o de produtos orgânicos, que já conta com 42 produtores certificados, produzindo verduras e legumes orgânicos e revendendo sua produção a uma rede de supermercados em Goiânia e Brasília e também entregue ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Figura 3 - Selo utilizado nas embalagens dos produtos orgânicos nos supermercados.



Fonte: Imagens fornecidas pelos dirigentes da cooperativa (2014).

A COOPERAÇÃO e a rede formada em Itapuranga-GO

Durante a pesquisa de campo, bem como na análise exploratória e documental no município de Itapuranga, foi possível perceber que o movimento que deu origem à COOPERAÇÃO aponta para a estruturação de uma Rede Centralizada, como sugerido por Baran (1964). De acordo com o observado, existe uma condição diferenciada de um ator (a cooperativa) a coordenar as ações de unidades individuais (produtores rurais cooperados), pois as informações, e por elas entenda-se também o comando, ocorrem a partir de um centro, representado pela cooperativa. A seguir a demonstração a partir do diagrama de rede⁹.

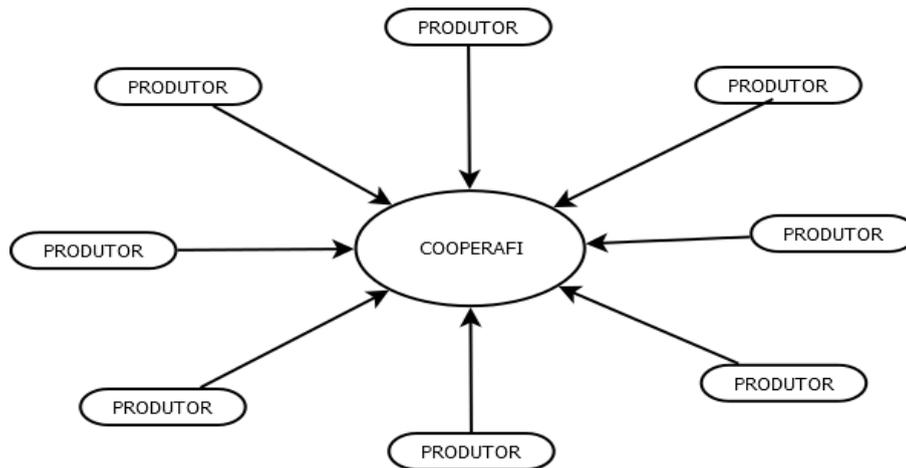
Essa estrutura de rede indica um cenário no qual os indivíduos são parte de uma organização e existe uma interdependência de objetivos. Por certo, a articulação depende da vontade dos participantes em rede, no entanto, existe uma centralidade de comando.

Essa estruturação deriva das primeiras ligações entre os produtores na década de 1950, via movimento camponês, sindicalização ou experiências associativas alternativas, nos anos 1980. A figura da cooperativa enquanto organização perene deu forma, representatividade e tornou o grupo de produtores mais coeso em relação aos objetivos comuns a partir de sua constituição, em 1998. A estrutura, neste caso, conferiu mais dinâmica às ações isoladas de pequenos grupos que, sem

⁹ Para a elaboração/desenho das redes deste trabalho foi utilizado o *software* DIA, que permite plotar diagramas estruturados.

o ponto de comando, não se desconectavam. Como exemplo tem-se “A Sociedade da Vaca” e a “Sociedade do Adubo”, que atenderam determinadas demandas e foram desfeitas. A cooperativa surge como uma organização permanente e necessariamente centralizadora das ações coletivas.

Figura 4 - Diagrama de rede – COOPERAFI



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Cumpra a análise discutir a tipologia da rede quanto ao foco de atuação. De acordo com Marin (2013), a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI) pode ser caracterizada como cooperativa agrícola, constituída pela associação voluntária e autônoma de agricultores familiares do município de Itapuranga, com o propósito de satisfazer aspirações coletivas econômicas, sociais e culturais de seus cooperados.

As diversas necessidades dos produtores tornaram a cooperativa um ponto de encontro para organizações iniciais em busca dos mesmos objetivos. Neste sentido, as diversas demandas e carências – assistência técnica, educação, eventos culturais, etc. – fazem com que o produtor busque a cooperativa para encontrar opções de melhoria.

O produtor (cooperado) tem a esperança, neste caso, da indicação de caminhos por parte da cooperativa, o que necessariamente provém de um cenário de sucessos em movimentos associativos anteriores à cooperativa. Como já discutido, no município foi estabelecida uma identidade social de reciprocidade e pertencimento, ou seja, primeiro a participação e adesão à cooperativa, se assumindo como integrante de um grupo com raízes e experiências que o define,

e, em segundo, a consecução das vantagens dessa adesão.

De acordo com a perspectiva de Inojosa (1999), que tipifica a rede social quanto ao foco de atuação, a rede encontrada em Itapuranga (e visualizada na experiência da COOPERAFI) pode ser considerada uma Rede de Compromisso Social, pois tem, em sua essência, o foco em questões sociais historicamente observadas na localidade.

Assim, percebe-se um ideal que fomenta a articulação de seus membros, uma vez que a existência da cooperativa serve à resolução de problemas sociais complexos, cuja complexidade está justamente na incapacidade individual de resolução. Dessa forma, os resultados obtidos pela cooperativa (melhoria de renda e condições de trabalho dos cooperados, por exemplo) são o produto do compartilhamento do problema.

Ademais, nota-se, em Itapuranga, uma ideia comum: os problemas são postos, mas as soluções não são imediatas, dada a dificuldade histórica de resolução. Existe, então, um movimento gradual na busca de melhorias para os produtores rurais. Resta, dessa sorte, a sensação de processo inacabado, que realimenta novas ações coletivas.

Neste sentido, a proposta da existência da rede está na complementação de ações estatais a resolver problemas sociais reconhecidamente complexos, tais como: distribuição de renda, qualidade de vida, segurança alimentar, dentre outros. A relação entre os produtores rurais de Itapuranga é nutrida pelo sentimento comum da busca de melhoria de condições à produção agrícola, a partir do reconhecimento de um histórico de segregação desses produtores.

Desse modo, a ação solidária acaba por se tornar o fio condutor das atividades da cooperativa e o capital social acumulado conduziu a esse foco de ação da rede, que aponta para um cooperado engajado politicamente, gerando estratégias de mobilização perenes em busca dos objetivos socialmente desejáveis, que podem não ser representados em apenas uma ação específica, mas no conjunto de intenções já interiorizadas por esses integrantes.

Um exemplo desse engajamento são as reuniões sistemáticas da cooperativa no âmbito do movimento PRAFICAR, que servem como uma espécie de “curso de cooperativismo”. Nesse ambiente são analisados os problemas que assolam os produtores rurais e pensadas possíveis soluções na proposta da cooperação.

Esse perfil acaba sendo demonstrado nos empreendimentos da cooperativa. Durante a coleta de dados, foi possível verificar que todas as ações envolvem esse caráter coletivo de realização e de compromisso social, a exemplo: a Feira do Produtor Rural, que sugere a criação de um espaço exclusivo ao agricultor familiar, reduzindo os custos e travamentos de uma inserção no mercado comum. A feira congrega esforços entre os agricultores, como o compartilhamento do frete

dos produtos para o local de comercialização – a praça central da cidade.

Os demais empreendimentos da cooperativa envolvem, em maior ou menor grau, algum tipo de contrapartida social ou ambiental – como o Projeto Fruticultura Sustentável no Cerrado – ou mesmo a realização de mutirões de educação cooperativa promovidos em parceria com sindicatos ou confederações de trabalhadores rurais para atrair novos cooperados.

Ao realizar a pesquisa de campo junto aos agricultores ou ao entrevistar dirigentes da cooperativa, foi verificada a existência de um ambiente a caracterizar o foco de ação. O discurso dos produtores, bem como dos dirigentes da cooperativa, alinha-se a essa identidade formada, na qual o cooperado se envolve com o desempenho de projetos já postos e a manutenção de uma espécie de “luta” pela melhoria das condições de vida de seus pares.

Há de se salientar que, durante a acolhida na cooperativa, uma das cooperadas presente na sede se prontificou a indicar os trajetos de acesso às propriedades rurais. Nos roteiros, comentava os projetos e apontava as propriedades rurais de quem fora beneficiado: “Esse aqui é da fruticultura [...], esse está no projeto da Petrobrás, [...], olha o caminhão que coleta o leite da cooperativa aí”.

Essas frases foram marcantes, pois foi possível perceber certo orgulho das ações realizadas pela COOPERAFI, ou mesmo um reconhecimento de que sem elas a situação, que ainda não é a ideal, estaria pior. Neste mesmo direcionamento tem-se a afirmação de um cooperado, que produzia legumes e fabricava queijos: “O dinheiro é pouco, né? Mas fazer o quê? E outra: sem ajuda da cooperativa para comprar minhas vaquinhas, estava pior”.

Ele fazia alusão ao acesso ao PRONAF, que gerou recursos para a compra de bovinos de leite. Em uma mesma frase, reuniu uma crítica ao programa e o reconhecimento do estímulo da cooperativa para acessar o crédito. Isso demonstra, também, uma característica da Rede de Compromisso Social, pois o problema existe: poucos recursos e, de certa forma, a percepção do compromisso pela mudança da situação, que se dá por meio da ação coletiva.

Uma demonstração do sentimento de pertencimento acontece quando, durante a pesquisa, um agricultor fez questão de mostrar as bananas e os mamões produzidos em sua propriedade a partir de utilização de técnicas agroecológicas repassadas no projeto de fruticultura sustentável. É preciso frisar que, no momento da entrevista, ele estava utilizando a camiseta promocional do projeto. Em sua fala, afirma: “Olha o tamanho, todas produzidas a partir do que foi ensinado. E sem agrotóxico!”.

No período de aplicação dos questionários, em dois estabelecimentos pesquisados havia uma movimentação para a realização de uma festa de temática junina, apesar de já ser meados do mês de julho. Justificaram que era um evento

tradicional da cooperativa e que, mesmo em atraso, precisava ser realizado. Há de ser salientado que, durante o evento, o animador repetia em um amplificador de voz: “COOPERAFI! A força da agricultura familiar!”.

Na mesma oportunidade, foi verificado que os preços das quitandas e bebidas vendidos durante o festejo perfaziam apenas o custo dos produtos, por exemplo: latas de refrigerante ou cerveja sendo comercializadas a R\$ 1,50 (a referência de mercado à época estava entre R\$ 2,50 e R\$ 3,00). Quando indagados sobre como conseguiam vender a um valor tão baixo, a senhora que estava no balcão respondeu: “A festa é para nós mesmos, a gente vende sem lucro, ué!”.

Os relatos e depoimentos indicam a característica peculiar da rede social formada. Para além da comercialização e do incentivo à produção existe uma reciprocidade, oriunda do compromisso social firmado ao se inscrever como cooperado. O sentimento de pertencimento é percebido no empenho por projetos de sustentabilidade ou, ainda, na realização de congregações, como eventos culturais, e na realimentação da imagem da ação coletiva.

A Rede de Compromisso Social revelada entre os integrantes da COOPERAFI caracterizou-se, assim, pela percepção do compromisso e da ciência de que os interesses pessoais e coletivos são indissociáveis. A evolução desse tipo de rede estabelecerá diferentes maneiras de se manter os ideais, as pessoas absorveram e realimentam o “contrato social” de ajuda mútua.

COOPERSIL E A REDE FORMADA EM SILVÂNIA-GO

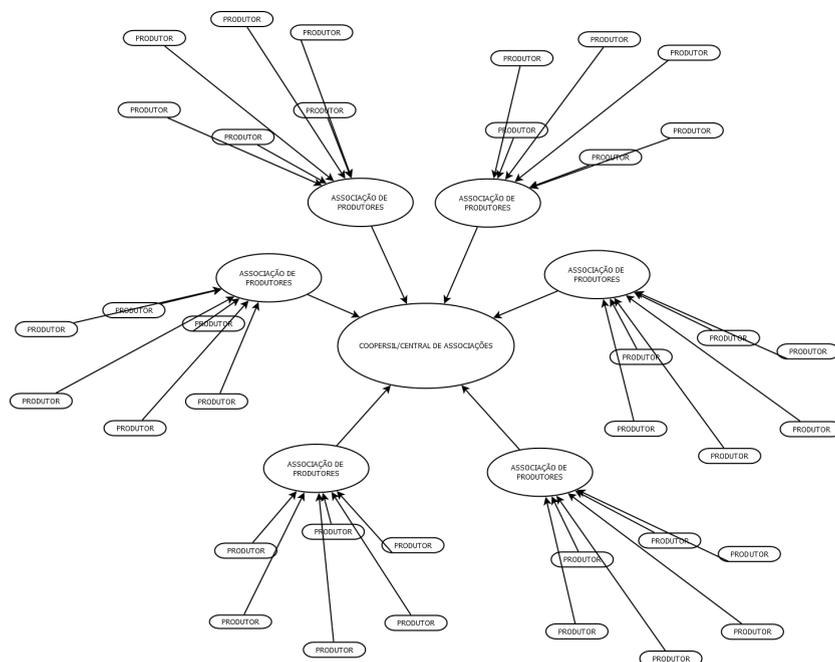
Ao analisar a estrutura e os direcionamentos de atuação da rede formada pelos produtores rurais (Figura 5) no município de Silvânia, foi detectado um cenário diverso da experiência em Itapuranga. A pesquisa exploratória já oferecia indícios da estruturação do tipo Rede Descentralizada, efetivamente confirmada por nela existirem camadas intermediárias de contato entre um ator central e os demais atores na rede. Essas camadas são as associações de produtores rurais que, por sua vez, se ligam à Central de Associações/Cooperativa. Essa formatação é típica de projetos governamentais, que conduzem a representações locais para promoção de uma política pública, ou seja, de forma operacional, os produtores se reportam a um ator intermediário (associação de produtores) que representa o ator individual (produtor) junto ao ator que está no centro (COOPERSIL).

A estrutura da rede foi derivada da proposta de apoio produtivo promovida pela EMBRAPA. O Projeto Silvânia congregou os agricultores em pequenas associações (pessoas jurídicas), a receber auxílio ao projeto de financiamento produtivo e assistênciatécnica. Nestecaso, os indivíduos encontram-se articulados sob a proteção de uma organização central, que dá persistência à mobilização das associações.

A Central de Associações responde por essa força concentradora de ações; a cooperativa só surge concomitantemente, no centro dessa organização, como suplemento às ações da central, pois, ao se tornar cooperativa, existe a possibilidade de comercialização de produtos em nome dos cooperados, bem como a constituição de uma marca que identifique tais produtos.

A título de exemplo, vale relatar que, durante a aplicação dos questionários da pesquisa, ao indagar os produtores sobre a participação em algum tipo de movimento social, todos, indistintamente, afirmaram em primeiro lugar, a participação em uma associação local de produtores, a ponto de serem identificados como tal. Para exemplificar: Senhor José, da Associação João de Deus. Esse fato revela uma percepção diferente de estrutura em rede, pois eles são discriminados por associações, o que representa um nível a mais entre a cooperativa e o produtor.

Figura 5 - Diagrama de rede – COOPERSIL.



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Quanto ao foco de ação da rede, diante das observações chega-se à conclusão de que a rede pode ser caracterizada como Rede de Mercado, surgindo sob o objetivo do financiamento agrícola proporcionado pelo Fundo Constitucional do

Centro-Oeste (FCO). Além das necessidades dos pequenos produtores da região há um propósito claro, que é o da articulação da rede em função da produção inicialmente gerada pelo crédito.

A criação da COOPERSIL tem propósitos claros, inclusive citados no estatuto social da entidade, que visam a complementação ou a aglutinação de parceiros face ao mercado. Uma condição fundamental nesse tipo de rede é a subordinação a um ator centralizador, que dispõe regras claras à participação. As relações sociais são balizadas pelos interesses do mercado, podendo variar entre cooperação e competição entre os indivíduos subordinados.

A Cooperativa em Silvéria, para além de sua caracterização na produção familiar, adota uma forma de organização tipicamente empresarial (o que não anula a primeira característica). Esse formato surge do anseio inicial por produção, pois, majoritariamente, o que existia eram produtores rurais tradicionais desabastecidos tecnicamente, contracenando com grandes produtores que migraram para a região.

Essa lógica de apropriação de terras e o *modus* de vida ocasionado pela presença do agronegócio na região cria valores ligados ao padrão de produção econômica observado. Essa herança histórica de relacionamento econômico produtivista entre grandes e pequenos agricultores da região influencia o que se considera como atribuições básicas da COOPERSIL (definidas em estatuto), que se propõe a criar/buscar canais de comercialização e oferecer facilidades aos cooperados que objetivam a inserção no grande mercado, a exemplo do oferecimento de crédito, da loja agropecuária e da produção com marca própria.

Em entrevista concedida pelo vice-presidente da cooperativa este afirmou existirem 39 produtores já certificados pelo Instituto Biodinâmico para o Desenvolvimento Rural (IBD), um dos mais renomados institutos de certificação do Brasil, segundo ele. Contou que, temporariamente, comercializavam orgânicos na rede Pão de Açúcar do Distrito Federal, mas logo, com aprimoramentos na logística, alcançariam outras cidades.

Ainda de acordo com o Presidente da COOPERSIL, a demanda dos produtores fomenta linhas estratégicas de atuação da cooperativa na atualidade e conduz à realização de cursos de formação e articulação de novos canais de comercialização a partir de grupos de interesse, como: Grupo de Interesse do Leite, Grupo de Interesse do Maracujá e outros.

Ao iniciar a pesquisa de campo em Silvéria, para acompanhamento e indicação dos estabelecimentos rurais a serem visitados, o presidente da cooperativa designou uma funcionária da sede, diferentemente de Itapuranga, foram os próprios cooperados auxiliaram na pesquisa. A funcionária da COOPERSIL só poderia acompanhar a pesquisa em horário comercial compatível ao seu expediente na

central de administração da instituição. Em contraponto, em Itapuranga, houve aplicação de questionários inclusive após o entardecer.

Não se menciona aqui falta de presteza da pessoa que acompanhou a pesquisa em Silvânia, apenas se explica que havia limites instituídos para sua realização, moldados pelo horário de operação comercial da cooperativa. Assim se dava toda a organização da COOPERSIL, que previa funções e regras claras aos colaboradores da loja agropecuária da administração central.

Tal fato é interessante, pois, ao se observar os detalhes sistêmicos de cada rede encontra-se sua essência. A rede encontrada em Silvânia demonstra aproximação com o tipo Rede de Mercado, pois seus atores se articulam para a produção ou apropriação de bens e serviços. No caso da cooperativa, precisa-se dos produtos gerados pelos cooperados, que, por sua vez, precisam do serviço de atravessamento da entidade, pois, do contrário, não conseguem comercializar.

A realimentação desse sistema fica explícita no depoimento de uma cooperada ao se questionar a segurança alimentar dos beneficiários. Foi perguntado se havia algum receio em relação à falta de alimentos no domicílio, e ela afirmou, espontaneamente: “Não, não, confio em minha cooperativa, não tenho medo porque sei que eles não vão me deixar na mão”. Ao ser indagada sobre o porquê dessa certeza da assistência da cooperativa, explicou: “já vendi muita coisa daqui com ajuda deles: mandioca, milho”.

Revela-se, assim, que, mesmo em se tratando de uma situação extrema, como a falta de alimentos, não se espera proteção ou qualquer tipo de doação por parte da cooperativa. No entanto, deseja-se que ela apenas cumpra seu papel de conseguir canais de escoamento para a produção. Tal fato remete à essencialidade da Rede de Mercado, que reside na realização das expectativas de comercialização dos produtos oriundos das propriedades rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se tecer uma análise sobre as relações entre indivíduos e as ações no interior das organizações sociais. Em um esforço para enfocar praticidade e operacionalidade na aplicação do conceito de capital social, identificam-se os pilares de produção e reprodução do capital social, revisitados na pesquisa empírica deste estudo. São eles: a formação de redes sociais; a confiança revelada; a reciprocidade entre os indivíduos; os valores coletivos e as normas compartilhadas.

A utilização do conceito de redes teve como propósito compreender as relações entre indivíduos e/ou organizações, buscando-se, neste caso, o entendimento da forma como os indivíduos se conectam e o funcionamento das relações que estabelecem.

A partir dos resultados percebeu-se que em Itapuranga, o enlace histórico, bem como as condições sociais, culminara na criação da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga (COOPERAFI), que se estruturou sob uma rede centralizada. Quanto ao foco de ação, a rede foi considerada como uma Rede de Compromisso Social, pois tem como fio condutor de suas ações questões sociais ou segregações de agricultores familiares ao longo da história.

Em Silvânia, a rede social foi estruturada sob o tipo descentralizada, quando existem camadas intermediárias de contato entre um ator central. Neste caso, as camadas são as associações de agricultores que se conectam à Central de Associações/Cooperativa. Quanto ao foco de ação, a rede foi tipificada como Rede de Mercado, uma vez que para além de sua caracterização na produção familiar, adota uma forma de organização tipicamente empresarial.

Os elementos de capital social, como exemplo: a herança histórica, social e política, bem como, os laços de confiança, reciprocidade e amizade, fomentaram perfis diferenciados de atores sociais tanto em relação ao seu envolvimento com o arranjo institucional (cooperativa) quanto na formação, estruturação e tipologia das redes analisadas. Os resultados consubstanciados em Silvânia e Itapuranga dão norte à conclusão de que as redes foram afetadas pelas características dos atores e pela qualidade de seus relacionamentos, assim como discutido ao longo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BARAN, P. **Introduction to distributed communications networks**, RM-3420-PR. August 1964.

BONNAL, P.; ZOBY, J. L. F. **Pesquisa-desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: caso do projeto Silvânia**. Seminário Procritopicos, Brasília – DF, 1994.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, C. R.; RAMALHO, J. R. **Campesinato Goiano**. Goiânia: UFG, 1986.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, 94 (Supplement), 1988.

FIALHO, J. et al. Aspectos teóricos da análise de redes sociais. In: FIALHO, J. et

al. (Coord.). **Iniciação à análise de redes sociais**. Casal de Cambra: Ed. Caleidoscópio, 2013.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, issue 3, 1985.

_____. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, 1973. Disponível em: <http://www.stanford.edu/dept/soc/people/mgranovetter/>. Acesso em: 8 dez. 2013.

INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 5, 1999.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura: claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 69, 1999.

LUNARDI, V. L. **As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativas) e a agricultura familiar – uma reflexão sobre Goiás**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MARIN, J.O.B., A transição agroecológica na cooperativa de agricultura familiar de Itapuranga (COOPERAFI), Goiás In: **Experiências interdisciplinares para a construção de conhecimentos solidários**. Dourados : Ed. UFGD, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável Vale / Rio Vermelho**. 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio067.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Estrada de Ferro - Goiás**. 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio046.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2013.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago.

2011.

SILVA, V. M. **Trabalhadores(as) rurais em Itapuranga (re)invenção no cotidiano de suas experiências de luta - 1956-1990**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, UnB, Brasília, 2007.

SPERRY, S. et al. **A organização dos pequenos agricultores de Silvéria - GO: origem, estrutura e impactos sociais**. Brasília: EMBRAPA-CPAC; Documentos, 1997.

ZORBY, J. L. F. et al. **Transferência de tecnologia, agricultura familiar e desenvolvimento local: a experiência do Projeto Silvéria**. Planaltina, DF: Embrapa Cercados, 2003.